

Micro-história, trajetórias e imigração

Maíra Ines Vendrame
Alexandre Karsburg
Beatriz Weber
Luis Augusto Farinatti
(Orgs.)

E-book



**Micro-história,
trajetórias e imigração**

**Maíra Ines Vendrame
Alexandre Karsburg
Beatriz Weber
Luis Augusto Farinatti
(Orgs.)**

Micro-história, trajetórias e imigração

E-book



2015

© Dos Autores – 2015

Editoração: Oikos

Imagem da capa: Família de imigrantes. Museu do Vale Vêneto. Doação de Angelo Marin. Foto sem data

Revisão: Luís M. Sander

Arte-final: Jair de Oliveira Carlos

Conselho Editorial (Editora Oikos):

Antonio Sidekum (Nova Harmonia)

Arthur Blasio Rambo (IHSL)

Avelino da Rosa Oliveira (UFPEL)

Danilo Streck (UNISINOS)

Elcio Cecchetti (UFSC e UNOCHAPECÓ)

Ivoni R. Reimer (PUC Goiás)

Luis H. Dreher (UFJF)

Marluza Harres (UNISINOS)

Martin N. Dreher (IHSL – MHVSL)

Oneide Bobsin (Faculdades EST)

Raul Fernet-Betancourt (Uni-Bremen e Uni-Aachen/Alemanha)

Rosileny A. dos Santos Schwantes (UNINOVE)

Editora Oikos Ltda.

Rua Paraná, 240 – B. Scharlau

Caixa Postal 1081

93121-970 São Leopoldo/RS

Tel.: (51) 3568.2848

contato@oikoseditora.com.br

www.oikoseditora.com.br

M626 Micro-história, trajetórias e imigração. / Organizadores Máira Ines Vendrame, Alexandre Karsburg, Beatriz Weber e Luis Augusto Farinatti. – São Leopoldo: Oikos, 2015.

266 p.; 16 x 23 cm.

E-book.

ISBN 978-85-7843-504-2

1. História – Imigração. 2. História social. 3. Imigração – Fenômeno histórico. 4. Construção – Patrimônio material e imaterial. 5. Imigração italiana. 6. Imigração alemã. I. Vendrame, Máira Ines. II. Karsburg, Alexandre. III. Weber, Beatriz, IV. Farinatti, Luis Augusto.

CDU 981:325

Catálogo na Publicação: Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil – CRB 10/1184

À Professora Núncia Santoro de Constantino (*in memoriam*). Partiu inesperadamente, deixando-nos a sensação de que podia ainda fazer muito pela história. Foi uma vida dedicada a estudar o fenômeno da imigração italiana no Brasil meridional; tentaremos seguir seus passos para que jamais seja esquecida.



Mosteiro dos Jerônimos, Lisboa, junho de 2013.

Sumário

Apresentação 9

Parte 1. Artigo

Reflexões sobre família e parentela 12

Giovanni Levi

Parte 2. Escalas, narrativas e fontes na história

A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias ... 32

Alexandre de Oliveira Karsburg

Os muitos obséquios das senhoras: mulheres em Santa Maria, século XIX .. 53

Nikelen Acosta Witter

Sou lavrador e curo: saúde e feitiço na sociedade escravista oitocentista

(Litoral Norte – RS) 67

Paulo Roberto Staudt Moreira

Sobre Angélica, José Maria e Jacinto: hierarquia social e

padrinhos/madrinhas preferenciais escravos no sul do Brasil (1817-1845) ... 99

Luís Augusto Ebling Farinatti

Marcelo Santos Matheus

Uma Aldeia escravista e os seus chefes: Família e Hierarquias sociais

na primeira elite charqueadora de Pelotas (1790-1835)..... 122

Jonas Moreira Vargas

Parte 3. Trajetórias e fontes para a história da imigração no Brasil Meridional

As mulheres imigrantes e suas “caixinhas de lembranças”:

memórias, fotografias e história 148

Syrléa Marques Pereira

Os italianos nos contextos urbanos do Rio Grande do Sul:

perspectivas de pesquisa 162

Antonio de Ruggiero

Os imigrantes na Santa Casa de Porto Alegre: as possibilidades de pesquisa no acervo do Centro Histórico-Cultural/CHC-ISCMIPA (Séc. XIX e XX)	182
<i>Vera Lucia Maciel Barroso</i>	
Mobilidade, redes e experiências migratórias: reflexões sobre as estratégias de transferência dos imigrantes italianos para o Brasil meridional	200
<i>Maíra Ines Vendrame</i>	
A imigração alemã no Rio Grande do Sul: a Colônia de São Leopoldo como estudo de caso	224
<i>Marcos A. Witt</i>	
Parte 4. Palestra	
Micro-história e história da imigração	246
<i>Giovanni Levi</i>	
Sobre autores e autoras	263

Apresentação

Este livro é resultado do “Seminário Micro-história, Trajetórias e Imigração”, realizado em outubro de 2014 na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). O evento reuniu professores, pesquisadores e alunos de graduação e pós-graduação de diferentes instituições acadêmicas brasileiras e estrangeiras, e contou com a especial presença do professor Giovanni Levi, da *Università Ca’Foscari* de Veneza. Para realização do evento contamos com o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria. A ideia de organizar o Seminário “Micro-História, Trajetórias e Imigração” surgiu no início do ano de 2014 frente à possibilidade de contarmos com a presença do professor Giovanni Levi, um dos maiores expoentes da metodologia definida como micro-história. Um dos objetivos que motivou a realização do evento foi oportunizar aos estudantes e professores um momento para ouvir e debater com um dos historiadores mais conhecidos quando o assunto é a prática historiográfica surgida em fins dos anos setenta e início dos anos oitenta do século XX.

Giovanni Levi nasceu em Milão em 1939, foi professor nas universidades de Turim e Viterbo, antes de se transferir para Veneza. Seus artigos e livros são uma referência inegável para aqueles que buscam problematizar a questão das escalas de análise em História. Dentre eles, tem especial destaque *A Herança Imaterial*. Passados trinta anos da publicação na Itália e quatorze no Brasil, essa obra segue estimulando pesquisas sobre história social em ambos os lados do Atlântico. Nos últimos anos, o procedimento metodológico da micro-história tem orientado diferentes pesquisas em todo o Brasil, influenciando, inclusive, o surgimento de novas abordagens sobre o fenômeno da imigração – italiana e alemã – e as estratégias de construção do patrimônio material e imaterial. Em vários trabalhos presentes neste livro poderemos ver a influência das sugestões teóricas e metodológicas propostas pelo referido historiador italiano. Casos individuais e práticas socioculturais surgem como indicadores de novos problemas para a compreensão de fenômenos históricos mais gerais. Uma das principais contribuições desta metodologia é a de romper com modelos pré-concebidos da sociedade, ressaltando que o sentido na história deve ser encontrado na sua contraditória complexidade. Nesse sentido, as incertezas do momento estudado não são desconsideradas, mas surgem, então, como

elementos importantíssimos para se chegar a uma melhor compreensão da realidade e dos comportamentos analisados. O professor Giovanni Levi inovou ao chamar a atenção para a importância em se analisar o desempenho ativo e autônomo dos indivíduos frente a fenômenos amplos como o das migrações na Europa do Antigo Regime, ressaltando que os deslocamentos faziam parte das estratégias de subsistência e reprodução das famílias camponesas.

Este livro foi dividido em quatro partes. Primeiramente, apresentamos um artigo de Giovanni Levi, inédito no Brasil, onde realiza reflexões sobre a temática família e parentela na Itália. Na sequência, na parte intitulada “Escalas, narrativas e fontes na história”, serão apresentados cinco trabalhos que adotam o procedimento metodológico da micro-história de diferentes maneiras. São pesquisas que utilizam fontes de natureza diversa, e, apesar de alguns analisarem a documentação de forma qualitativa e outros de modo quantitativo, existe uma preocupação comum a todos: a obtenção do maior número possível de informações sobre os indivíduos analisados, independentemente da tipologia do documento. A partir dessas informações e de um olhar micro-analítico, os autores buscam refletir sobre questões gerais.

Na terceira parte, intitulada “Trajetórias e fontes para a história da imigração no Brasil Meridional”, encontram-se trabalhos que têm como temática comum pensar a questão da mobilidade espacial e social, além do papel das redes migratórias que mantiveram a ligação entre o local de origem com o de destino. A preocupação principal desses trabalhos é mostrar as possibilidades de uso de determinadas fontes e procedimentos de análise para a renovação dos estudos acerca da imigração. A divisão deste livro obedeceu à mesma ordem temática das mesas redondas do Seminário “Micro-história, Trajetórias e Imigração”. Esperamos, com isso, ter garantido a relação entre a temática geral das mesas-redondas e os trabalhos apresentados.

Na última parte deste livro, encontra-se transcrita a palestra de abertura proferida pelo professor Giovanni Levi no Seminário “Micro-história, Trajetórias e Imigração”, além da aula ministrada no minicurso intitulado “O papel da história hoje”. Para finalizar, agradecemos a todos os autores que integram este livro, em especial ao professor Giovanni Levi que gentilmente cedeu um de seus textos para ser traduzido e publicado no presente volume. Também somos gratos ao apoio efetivo da CAPES, pois através do financiamento tornou possível a publicação do presente livro. Esperamos que os artigos e falas aqui reunidos contribuam para o desenvolvimento de novas pesquisas e debates, bem como a realização de outros encontros acadêmicos.

Boa leitura!

Os Organizadores

Parte 1

Artigo

Reflexões sobre família e parentela¹

Giovanni Levi*

1. Impossível não olhar com interesse o grande desenvolvimento que a historiografia sobre a família teve, na Itália e em outros países, nesses últimos 20 anos. Os resultados foram numerosos e importantes; todavia, a maior parte dos historiadores, levados pela corrente majoritária do debate, ficaram presos em polarizações repetitivas e estéreis: família nuclear ou complexa; análise quantitativa ou qualitativa. Muito disso se deve também à documentação. Por um lado, aquela que é abundante e precoce na Itália: a situação das almas, do controle sobre a população e dos recenseamentos que possibilitavam e sugeriam certo uso classificatório de grandes massas documentais; de outro lado, a rica memorialística mercantil da Toscana medieval ou as correspondências particulares das famílias nobres.

Como frequentemente acontece, o caminho fácil é aquele mais percorrido, o que não é sempre positivo na pesquisa. Estruturas e relações internas à família chamaram a atenção dos historiadores, multiplicando as pesquisas locais e levando a algumas importantes, mas fragmentadas, tentativas de síntese (BARBAGLI, 1984; 1987) e de comparação. As relações de parentesco, aquelas entre grupos distintos de parentes não corresidentes, as ajudas, as solidariedades, as alianças, os conflitos, as estratégias comuns e diversificadas foram tratadas muito esporadicamente.

E não porque – é bom repetir – [...] este aspecto da vida familiar (seja) menos importante do que os outros dois. Mas simplesmente porque, não obstante os esforços realizados, não consegui encontrar – diz Barbagli na sua síntese –

¹ Tradução: Francesco Santini. Professor de língua italiana na Associação Italiana de Santa Maria (AISM), aluno da graduação do curso de história da Universidade Federal de Santa Maria. Revisão técnica: Prof.^a Dr.^a Máira Vendrame e Prof. Dr. Alexandre Karsburg. O título, no original, é: *“Famiglia e parentela: qualche tema di riflessione”* (LEVI, 1992). As notas de rodapé que não possuem indicação são de autoria do próprio autor. Foi mantido o modo de separação das ideias no texto através de números, conforme consta no artigo original.

*Professor emérito de História Moderna da Università Ca' Foscari di Venezia. É coordenador do doutorado do Programa de Estudos Avançados da Universidade Pablo de Olavide de Sviglia, Europa. Membro do conselho didático do conselho do doutorado da Università Ca' Foscari, História Social Europeia do Medievo à Idade Moderna. Autor dos livros: *História dos jovens*, 1996; *Herança imaterial*, 2000; *Centro e periferia di uno stato assoluto*, 1985.

algumas fontes que fornecessem uma documentação adequada para reconstruir as características desses relacionamentos com as suas mudanças (BARBAGLI, 1987, p. 13-14).

Todavia, as fontes existem. Talvez não prontas, mesmo assim enormemente abundantes e capilarmente difusas: são essas, antes de tudo, os documentos produzidos pelos notários e tabeliães. A dificuldade de se usar esse tipo de fonte de dimensão monstruosa é, com certeza, notável: as famílias, as suas relações, requerem indagações nominativas longas e exasperantes, que mesmo assim merecem ser realizadas, pelo menos para sair do círculo vicioso que ainda vincula grande parte das pesquisas sobre a família italiana e europeia: a longa permanência da família nuclear como modelo dominante entre camponeses e artesãos, assalariados e trabalhadores braçais (afora as famílias complexas das áreas de *mezzadria*² e as famílias aristocráticas). Multiplicaram-se as análises sobre as estruturas, sobre os modelos de casamento, sobre aqueles de devolução dos bens, para identificar situações tendencialmente homogêneas. Esse é um trabalho semelhante àquele do valente Anselmo, que queria esvaziar o mar utilizando um elmo furado.³ Devemos, ao contrário, partir para uma fragmentação antecedente em áreas homogêneas sempre menores, conforme exemplo recente de Benigno (1989). Um trabalho que só pode referir-se de fato a problemas diferentes das imperceptíveis modificações dessa estrutura nuclear dominante, no tempo e no espaço, ou à sua permanência; a algo mudado muito mais radicalmente – porque é impossível negar a mudança do papel e dos significados da família. Portanto, às relações entre núcleos não corresidentes, pois esse é um dos principais lugares da mudança econômica, social e cultural que assumiu a sociedade no tempo, como também as suas estruturas familiares. Veremos envolvidas redes de proteção e de clientela, de crédito e de ascensão social, estruturas profissionais e estratégias de prestígio, relações de poder e culturais entre as estruturas de base da sociedade e os vértices políticos e religiosos do Estado e da Igreja.

² *Mezzadria* é um tipo de contrato agrícola no qual o proprietário de uma extensão de terra e o *mezzadro*, chefe da família colonial, estabelecem acordo para que seja realizado o cultivo agrícola, objetivando, por fim, repartir pela metade, ou em quotas levemente diferentes, os produtos e os lucros derivados da própria fazenda (Nota do Tradutor).

³ Trata-se de uma paródia italiana do século XIX que trata da partida de um cruzado – Anselmo – para a Palestina. Em combate, Anselmo acaba morrendo de sede, pois seu elmo tinha um furo que o impedia de tomar água; assim, toda vez que tentava encher o elmo, ele se esvaziava (<http://www.lfb.it/fff/enc/anselmo.htm>).

Disso tentarei falar brevemente. Porém, devo repetir que a maioria das pesquisas sobre a família deixou esses temas à margem, e que essas pesquisas, entre os Setecentos e começo dos Novecentos, são ainda poucas. Mesmo que sejam de grande interesse, elas não permitem sínteses, antes a indicação, um pouco fragmentária, de temas e problemas.

2. A tese que sustentarei é a de que, muito frequentemente, os estudos sobre a família simplificam o contexto de referência ou isolam elementos singulares e que isso produz uma leitura não somente parcial, mas também distorcida das lógicas econômico-sociais dos comportamentos familiares, propondo, quando muito, tipologias e imagens exclusivamente descritivas.

Um problema central é aquele da família entendida como um conjunto, bem como aquele da composição da sua renda. Obviamente, os elementos emotivos ou simbólicos ligados à família possuem uma estreita conexão com a base material da produção da renda. Ao apresentar alguns estudos específicos, referir-me-ei essencialmente a cadeias de interesses econômicos ou políticos, limitando-me a sugerir a necessidade de uma revisão também de outros aspectos conexos, mas que foram até agora negligenciados. Não me referirei somente às áreas rurais, mas também à condição específica dos habitantes das cidades, aos problemas da transmissão das capacidades sociais, das profissões, das atividades e das funções.

Os estudos sobre os modos de transmissão do patrimônio entre as gerações são, sem sombra de dúvida, numerosos. Porém, a atenção é colocada especialmente sobre a transmissão das propriedades agrícolas e sobre as áreas rurais, e eles se concentram sobre o exame dos problemas de herança. Muito pouco foi feito até agora para estudar a relação cruzada entre dote (que atinge a nova família no momento da formação) e herança (que chega na maioria dos casos à nova família em uma fase sucessiva): portanto, não se considerou suficientemente que o patrimônio de uma família se constitui em fases sucessivas das quais essas são dois momentos fundamentais, mesmo que as formas sejam muito diferenciadas conforme os lugares e os tempos (dote mobiliário ou imobiliário, antes de tudo). Este problema remete, assim, para um tema bastante amplo: aquele dos complexos mecanismos de financiamento da nova família na sua fase inicial; da formação do patrimônio e da renda ao longo do ciclo de existência da família; dos presentes de casamento aos investimentos antecipados em qualificação profissional; da transmissão das tarefas e dos bens de relevância econômica – mesmo não consistindo em bens materiais (prestígio, relações) – aos fluxos de bens e de

serviços que incidem sobre a renda, sobre o uso do tempo, sobre o poder de cada unidade doméstica ao longo de todo o ciclo de vida da família.

Pode-se, então, dizer que, além da constatação de uma mais ou menos diferenciada prática de neolocalismo conforme as variadas realidades históricas e jurídicas italianas, o mecanismo de formação das novas famílias permanece um tema abordado somente de maneira esporádica e parcial. Todavia, destacarei, antes de tudo, as características específicas da realidade familiar italiana derivada de um contexto: a presença capilar da Igreja Católica; a grande distância e fragmentação do poder central, que permite a proliferação de infinitos mecanismos de proteção; e a solidariedade da periferia, que tem como patrimônio fundamental o parentesco em amplas estratégias de sobrevivência e de mobilidade social.

3. Vejamos, portanto, como foi enfrentado o problema da inserção dos núcleos familiares no contexto mais vasto do parentesco. Pode-se classificar esta inserção da família no parentesco para destacar alguns aspectos que chamaram a atenção dos historiadores que se ocuparam da história das famílias na Itália.

Antes de tudo, os problemas ligados com a formação do patrimônio da nova família, como mencionado anteriormente: o sustento inicial, a evolução patrimonial através das contribuições externas, as relações cotidianas de sustento e de apoio mútuo. Eram temas dos quais se ocupou Le Play nas suas monografias sobre os *Ouvriers européens* e que foram retomados recentemente por Wall, sem que, todavia, tenham contribuído profundamente para uma revisão das análises do *Cambridge Group*. Os dados fornecidos por Le Play, mesmo que significativos na introdução de *Family forms*, não parecem ter suscitado um interesse paralelo àquele das estruturas familiares e das relações internas do grupo doméstico; e isto malgrado “*in more than half of the families investigated, the family of a married child also received additional support from parents or parents-in-law, either at the time of marriage or later*” (WALL, 1983, p. 23-28). É este, também para a Itália, o aspecto mais complicado (é preciso lembrar que das nove monografias de Le Play relativas à Itália, somente cinco famílias possuíam recursos próprios quando do casamento ou posteriormente a esse; seis tinham recebido contribuições dos pais; três de parentes; duas do empregador e três de outros. Nota-se que os dados se sobrepõem e não se excluem).

Na verdade, dispomos somente de dados esporádicos sobre a renda das famílias nos Setecentos e Oitocentos. E, também nesse caso, trata-se es-

sencialmente de pesquisas estáticas incapazes de nos fornecer dados dinâmicos ao longo do ciclo de vida da família. Parece-me, contudo, que se deveria partir do cruzamento entre dote (e presentes de núpcias) quando do momento do casamento e herança quando do momento da sucessão (ao menos para aqueles casos nos quais a morte do pai não é a condição para poder casar). O contrário acontece nas áreas de famílias-centrais, nas quais os dois momentos se sobrepõem, como, por exemplo, em Anguillara no Lácio (AGO, 1981).⁴ Não faltam estudos sobre os sistemas de herança e de dote que, todavia, chamam quase sempre a atenção para os problemas de transmissão patrimonial entre gerações e a exclusão, por meio dos dotes, das mulheres da herança imobiliária. Problemas reais que, porém, negligenciam o aspecto da integração desses elementos do ponto de vista do ciclo patrimonial e uma ligação dessas duas fases com o fluxo corrente da renda. É também uma questão relevante o modo de gestão da terra: se será mercantilizada ou destinada para o cultivo (a empresa familiar estará voltada para a subsistência na sua fase inicial, diferenciando-se posterior e sucessivamente) dependendo da formação de novos armazéns de comércio. Nesse caso, ficará sujeita a um mercado mutável por suas dimensões e pela clientela criada progressivamente.

4. Um segundo aspecto é relativo aos problemas ligados à relação entre família e parentes não corresidentes na gestão conjunta dos patrimônios comuns (ou individuais, quando gerenciados no quadro de amplas reciprocidades generalizadas, mesmo no caso de herança divisível). A própria profissão do chefe de família de cada núcleo deve ser vista neste quadro: ela não define de fato uma estratégia econômica em si concluída; ao contrário, frequentemente, as frentes parentais exercem as próprias práticas de equilíbrio perante o risco e a incerteza, diferenciando os setores de atividade entre parentes não corresidentes, mas amplamente ligados em sistemas de solidariedades. Pensamos, por exemplo, nas relações entre famílias intimamente ligadas de irmãos ou pais/filhos nas quais são praticadas atividades diversificadas e independentes, porém todas confluentes para a formação de uma renda comum: trabalho manufatureiro/agricultura ou propriedade/emigração ou colônia *parziaria*⁵/propriedade.

⁴ Algumas menções a esta relação dote/herança/formação da empresa familiar para o Piemonte podem ser analisadas em LEVI (1985) e, para a Sardenha, em ORTU (1987).

⁵ Contrato agrícola no qual um dono de terra produtiva e um ou mais colonos se associam para efetuar o cultivo de um fundo rural, objetivando dividir entre si os produtos e os lucros (NT).

A alternativa possível e mais evidente que identifica uma miríade de situações é aquela entre solidariedades patrilineares (irmãos) ou solidariedades entre parentes por afinidade (cunhados). Existem de fato áreas – e são predominantes – nas quais as solidariedades são relativas ao parentesco consanguíneo e à linha masculina: solidariedades majoritariamente entre irmãos não corresidentes e, mesmo assim, prontos a trocar reciprocamente terra, contratos, força de trabalho, dinheiro, prestações.⁶ E não me parece possível excluir que uma perspectiva desse tipo deva ser utilizada para examinar o funcionamento da *mezzadria*, também naquelas áreas – na Emília e na Toscana, por exemplo – nas quais o poder patronal parece deixar pouco espaço às estratégias parentais dos colonos (PONI, 1982, p. 283-356).

Do lado oposto, há áreas nas quais o conflito entre consanguíneos prevalece, e a autoridade do chefe da família parece incapaz de contê-lo. Nessas áreas se criam, às vezes, sólidas redes de troca e sustento entre afins.⁷ Em geral, na origem dessa solidariedade entre afins estão as condições de transmissão da terra ou da atividade a ser nela desenvolvida. No caso examinado por Ago (1988), por exemplo, a terra é abundante (mas concedida em arrendamento pelo hospital romano de *S. Spirito*) e requer – para obtê-la – uma separação da linhagem paterna. A própria autoridade paterna parece estar minada por esta facilidade de acesso à terra. Qual dos irmãos permanecerá na empresa originária não é estabelecido *a priori*: frequentemente, o primogênito vai embora, renunciando em prol de outro irmão. “O esquema para resolver os problemas (de excesso ou de escassez de recursos) é, assim, possível graças à presença de uma rede de relações parentais. Contudo, o dado mais significativo parece ser [...] a maior incidência da afinidade em comparação ao parentesco” (AGO, 1988, p. 107).

Também Delille (1988, p. 135-160) nota esse fenômeno relacional entre terra abundante/solidariedade entre afins para a região da Apúlia. Ambas as situações, porém, se apresentam em outros casos mescladas, sem que a diferença entre afinidade e consanguinidade imponha uma seleção da rede das solidariedades. É, todavia, de notável relevância a observação deste fenômeno de predominância de um modelo sobre o outro e dos seus laços com a disponibilidade da terra.

⁶ Pareceu-me possível verificar esta situação em área de *colônia parziaria* do Piemonte (LEVI, 1985, p. 151-226). Sobre as práticas de diversificação profissional em um quadro solidário de parentesco em ambiente urbano, mesmo que por um período anterior ao examinado aqui, ver: CERUTTI, 1990, p. 41-102.

⁷ Para uma comunidade do Lazio, ver: AGO, 1988; para a Puglia, consultar: DELILLE, 1988.

Trata-se de condições específicas de acesso à terra que produziram um conjunto de comportamentos que influenciaram papéis e relações, um produto social que, mesmo operado por estratégias racionais, mostra inércia e rigidez, além da transformação da realidade social que as gerou. Portanto, isto também contribui para variar as práticas nas comunidades. Assim, trata-se de descrever uma geografia, de identificar problemas, perguntas, fatores causais que, em todos os casos, confirmam a relevância das estratégias sociais na história da família e das relações parentais. Tal discurso deveria ser retomado no que diz respeito às realidades urbanas, sobre as quais dispomos de análises ainda mais escassas, especialmente para aqueles aspectos que vão desde as formas de crédito às solidariedades parentais das quais aqui já falei.⁸

5. Fica claro que as relações significativas excedem o parentesco; redes de clientela e proteção, redes de amizade e de reciprocidade, redes de crédito e de troca são elementos essenciais em jogo e frequentemente sobrepostos de maneira múltipla com os laços de consanguinidade e afinidade. Analisarei somente um desses laços que merece menção especial, não somente porque atraiu certo interesse por parte dos historiadores e dos antropólogos que trabalharam com a Itália, mas também pela sua ligação específica com a inserção da unidade doméstica em uma área de relações mais amplas: o parentesco fictício, que é um instrumento fundamental de fluidez das relações, de seleção e de reforço da rede parental propriamente dita. Nas estratégias de sobrevivência ou de poder, os padrinhos de batismo (mais do que os compadres de casamento) nos indicam complexas redes de aliança, selecionando e privilegiando cadeias já construídas ou criando novas. Cadeias horizontais entre amigos e parentes do mesmo grau, ou verticais conforme as clientelas,⁹ e isso também quando os padrinhos perderam o espaço que detinham originalmente nas estruturas familiares, sugerindo uma contraposição entre parentesco de sangue e parentesco espiritual. Padrinhos passaram a ganhar sempre mais relevância social, perdendo o significado religioso (GOODY, 1983; KLAPISH-ZUBER, 1985).

⁸ Sobre as famílias como grupos domésticos isolados uns dos outros e a análise da pobreza florentina do começo dos Oitocentos, ver: WOOLF, 1988.

⁹ Relativamente a isto, ver as referências bibliográficas da Itália camponesa contemporânea em SIGNORINI (1981, p. 153); ou, mais especificamente de interesse histórico, consultar: BIGLIRONCHI-ZAMBRUNO, 1981; CARDONA, 1988; DELILLE, 1988, p. 327-335.

Bigi, Ronchi e Zambruno (1981), em especial, destacaram o significado mutável dos padrinhos de batismo conforme os grupos sociais em vilarejos piemonteses dos Setecentos: fechar-se em classes é típico entre os nobres, notáveis e profissionais, entre os quais prevalece o apadrinhamento interno em todas as condições. Neste caso, o parentesco fictício desenvolve um papel de reforço das alianças internas e de reafirmação do fechamento de todas as posições na solidariedade e na tutela do próprio prestígio e da riqueza. Entre camponeses ricos, administradores dos bens senhoriais e mercadores, ao contrário, há reciprocidade na troca de padrinhos: neste caso, o papel do parentesco é aquele mais móvel, de uma burguesia rica e em ascensão, que possui justamente nas alianças horizontais externas um dos recursos fundamentais, capaz de mobilizar crédito, trocas, relações. Certo apadrinhamento vertical, ou seja, a demanda por padrinhos de posição social mais alta, prevalece no caso de camponeses pobres e artesãos em uma estratégia voltada à procura de laços clientelares. Do mesmo modo, o papel social do parentesco fictício confirma a função essencial dos laços externos à unidade familiar corresidente, em um processo que mescla patrimônio simbólico e proteção, amparando funções sociais e econômicas impossíveis de serem quantificadas. Pode-se, porém, medir o papel mutável do parentesco fictício no tempo e, juntamente, o progressivo apagamento do seu significado, sempre mais impreciso e acidental no correr dos Oitocentos e a partir das cidades, que se antecipam às áreas rurais no enfraquecimento da prática.

6. Há, portanto, vários níveis de integração econômica, social e, com certeza, emocional entre parentesco e unidades familiares corresidentes. Não é fácil descrever tais relações de modo formal e quantificá-las de maneira rigorosa: enquanto no caso da descrição estrutural da família, tipologias e formalizações são imediatamente possíveis, permanece o risco de uma alusão impressionista para essas relações extrafamiliares. Nessas transações não se dispõe, por exemplo, de dados completos sobre os fluxos monetários, nem de avaliações do trabalho e do tempo utilizado, trocado ou economizado. A documentação é abundante, como dito anteriormente, mas fragmentária, e o é ainda mais ao descer a pirâmide social. Mas isso não impediu uma melhor definição das funções e das características constitutivas desses complexos sistemas de relações; é possível também fazer uso de modelos mais formais. Contudo, é difícil encontrar dados homogêneos que permitam confrontos entre situações diversas. O recurso, por exemplo, à *network analysis* é ainda muito esporádico, mas promissor, conforme nos mostrou o estudo de

Banti (1989) que utilizou gráficos das relações sociais na Piacenza de fim dos Oitocentos.

Os setores nos quais, com mais evidência, discutiu-se a relevância do parentesco – até fazer desse um instrumento interpretativo essencial que colocava de alguma forma à margem os grupos domésticos corresidentes porque davam uma imagem ilusória da realidade social – foram essencialmente dois: a gestão comum dos patrimônios entre vários núcleos e as estratégias políticas de facção.

Por numerosos e importantes estudos sobre a Itália – dos quais o maior é a obra de Berengo (1965) sobre Lucca do século XVI – a família foi inserida no contexto histórico e institucional que se pode definir como de política do parentesco. O caráter específico das instituições do Estado moderno e os seus processos de centralização e irradiação veem na península uma situação muito especial, que favorece a proliferação local de formas complexas de organização e grupos, que mediavam as relações entre centro e periferia. O panorama varia conforme as características históricas e institucionais dos vários Estados pré-unitários. Essas forneceram matéria de estudo para muitos trabalhos, que nos interessam aqui, justamente porque propõe uma releitura da história da família que coloca em discussão, novamente, a possibilidade de construir explicações que isolem os fenômenos estruturais em leituras tipológicas ou que reduzam o caráter das afinidades internas entre os membros do grupo doméstico em relação à organização destes: relações entre cônjuges, relações entre gerações, conflitos entre irmãos assumem um significado totalmente diverso se lidos no quadro global de uma estratégia parental em ambígua relação com instituições mais ou menos remotas do Estado.

Um exemplo clamoroso é aquele da República de Gênova. Não é um Estado absoluto e centralizado com uma burocracia ramificada e difundida no território. As áreas locais desenvolvem, antes, formas de autonomia organizativa nas quais os parentescos têm um papel central na estruturação das facções e na ligação com o poder central. Oswaldo Raggio (1986; 1990), por exemplo, estudou a área montanhosa acima de Rapallo e Chiavari na Ligúria do Levante. Apesar de fazê-lo em um período anterior àquele que aqui nos interessa (mas não há motivo para duvidar que suas hipóteses sejam válidas ao menos para todo o Setecentos), destacou o papel fundamental da estruturação das famílias em uma rede territorialmente extensa (mas no âmbito de um único vale) e hierarquizada pelos parentescos, como centro fundamental da estratégia de cada núcleo e como estrutura de base da organização política em facções.

No seu estudo, todo voltado ao exame do caráter específico da política local e das estratégias de governo da República sobre a periferia, Raggio (1986) mostra que essa também se define na ligação com as facções locais e na utilização dos conflitos entre parentes. O mesmo autor sugere que os laços entre os núcleos internos de um conjunto mais vasto de solidariedades consanguíneas constituem um código rigoroso e vinculante que condiciona os destinos do grupo às estratégias individuais: riqueza, poder, prestígio são um patrimônio comum que todos os núcleos são chamados a construir, incrementar, defender. Um código no qual a contenda e a violência têm um papel muito importante e no qual os caracteres demográficos, as relações internas e as estruturas dos núcleos se tornam desprovidos de significado se isolados desse contexto penetrante e difundido. Naturalmente, essas solidariedades não são vistas pelo autor como processos mecânicos e fluidos; ao contrário, o conflito é evidente, ao menos em três níveis: ao nível interno do parentesco entre cada unidade doméstica; entre parentescos no interior do conjunto das comunidades que constituem a área de Fontanabuona; e entre os parentes em várias formas de aliança contra outras áreas ou contra o governo da República – em suma, dirigidos ao externo.

O risco em estudos desse tipo é, no limite, aquele de exasperar funcionalisticamente a rigidez dos esquemas interpretativos globais, sem procurar, em nível microanalítico, ver o funcionamento real destes condicionamentos sobre as escolhas, as possibilidades e os comportamentos dos indivíduos. Definidos os quadros culturais e os modelos globais, é preciso estudar minuciosamente as práticas, os períodos de interstícios e de contradições no conjunto normativo, também para poder estudar as suas transformações no tempo, sem precisar recorrer a uma incerta influência externa à realidade examinada.

É inevitável, porém, que, para chegar a certo grau de generalização do discurso, deva-se recorrer a simplificações de caráter funcionalístico. Existem modelos, portanto, dos quais talvez o mais corajoso e interessante para o discurso que aqui estamos desenvolvendo é aquele que Delille (1985) construiu para descrever os sistemas de parentesco na região da Campânia e da Apúlia entre o Medievo e a Idade Moderna. A Campânia, dominada pelas culturas arbustivas, da pequena propriedade camponesa de outra produtividade do trabalho, vê um complexo sistema de linhagens agrupadas territorialmente, com forte solidariedade de grupo, sólido apego aos bens fundiários da família e do grupo. Além de possuírem o mesmo sobrenome, os bens fundiários são transmitidos por várias gerações, sendo herdados por linha-

gem masculina em um sistema residencial *patrivirilocale*.¹⁰ O parentesco é, desse modo, absolutamente dominante sobre cada núcleo, e a unidade residencial é dada pela proximidade mais do que pela convivência embaixo do mesmo teto (*quartier lignagers*). Na Apúlia, ao contrário, a cultura extensiva e a baixa produtividade estão juntas em uma contínua necessidade de atrair mão de obra masculina. Isto produz um sistema de transmissão dos bens que, muito frequentemente, se dá pela via feminina (e as mulheres recebem casa e terra como dote ou como herança). A continuidade das linhagens é irrelevante e difícil de verificar: os sobrenomes se multiplicam em um sistema residencial frequentemente matrilocal.¹¹

Os dois sistemas são bastante diversos, seja pelas consequências demográficas (idade no momento do casamento, celibato definitivo, etc.), seja pelas formas de mercantilização da terra, pelo caráter dos papéis masculinos e femininos, pelas possibilidades de mobilidade social e assim por diante. Contudo, além dos resultados abundantes dessa pesquisa, aqui nos interessa o método de análise que Delille propõe: constrói alguns modelos extremos, cuja relevância normativa de áreas inteiras, sem com isso ter a pretensão de estabelecer *a priori* uma generalização indiscriminada: modelos intermediários são sempre possíveis. Todavia, colocadas as bases de um *continuum* formal, o seu esquema permite confrontos entre elementos constitutivos dos mecanismos de aliança, ou seja, permite identificar e decompor os elementos relevantes, estudar as relações e os processos de mudança no tempo. A forma estrutural de cada núcleo e as relações internas a estes núcleos são, assim, inexplicáveis sem considerar como o parentesco determina as políticas sociais e as práticas econômicas em um quadro normativo minucioso e complexo e de longa duração. A longa permanência caracteriza esses sistemas que, mesmo se transformando perante as mudanças da base econômica, mostram uma notável capacidade de adaptação e uma inércia relativa, também em presença de uma mercantilização sempre mais acentuada da terra e da produção e de um maciço incremento da população, ao limiar da grande emigração no século XIX.

Os mecanismos de parentesco e de aliança que vemos hoje não são, no sul da Itália, o resultado de uma evolução linear, lenta e progressiva que, partindo de uma situação caracterizada por trocas limitadas ao grupo familiar, mais

¹⁰ *Patrivirilocale*: termo que indica o costume de se estabelecer no local de residência do marido. Sinônimo de *Virilocale* (NT).

¹¹ Matrilocal: definição que indica a prática do marido ir morar com a família da esposa após o casamento (NT).

ou menos estreito, as teria ampliado pouco a pouco, libertando-as das rígidas constrictões que as influenciavam. Houve, ao invés, antes uma contração que confirmava novamente o sistema, depois uma explosão violenta e recente (DELILLE, 1985, p. 373)

que implicou, com certeza, uma readaptação dos sistemas de parentesco e de aliança, e não o cancelamento das suas funções.

Com clareza, Piselli sustenta a tese da importância da política do parentesco, para uma comunidade calabresa dos Novecentos: “A penetração dos mecanismos de mercado, através da emigração, não provoca o desaparecimento ou o enfraquecimento das relações tradicionais, mas cria condições de vida que tendem a perpetuá-las, sob formas diferentes, como fator principal de coesão e estabilidade do sistema social” (PISELLI, 1981, p. 5). O sistema de parentesco não expressa mais uma série de valores em função do reforço dos sentimentos comuns e da integração social: é agora um retículo aberto e não mais uma estrutura condicionante que produz regras e sustento para a ação individual. Reativado conforme as regras de concorrência do mercado e em função do lucro, alargando o horizonte além da comunidade local, o parentesco “torna-se um instrumento de manipulação do indivíduo para reforçar a sua situação no mercado de trabalho, para aumentar e consolidar o seu prestígio, para reforçar o seu poder” (ibid., p. 8). A própria emigração, pelo menos nas primeiras fases, é possível somente em um quadro de estratégias parentais complexas e de organização da riqueza dos camponeses proprietários. O lugar-comum da emigração como fruto de uma caótica fuga de miseráveis e como consequência do processo de proletarianização é, com certeza, errado: emigram aqueles que podem emigrar e porque tem uma sólida rede parental e recursos materiais, que fazem da emigração um investimento dentro de uma estratégia de gestão dos recursos, forte e complexa; emigram os proprietários mais do que os proletários, mesmo que, obviamente, o fenômeno comece como resposta à crise dos preços dos produtos agrícolas, a partir dos anos 80 dos Oitocentos.

Pode-se, em suma, sustentar que o isolamento da família do complexo das suas relações introduziu numerosos elementos de distorção. Não se trata somente de um problema evidente de contextualização, de inserção no quadro jurídico, econômico e social mais amplo. Em geral é um problema de explicação e de significado: sob a aparência de estruturas formais iguais escondem-se lógicas completamente diferentes, e a mudança não pode ser explicada recorrendo somente à irrupção de causas externas. As estruturas familiares locais são protagonistas ativas da adaptação, das respostas e das escolhas. Entretanto, para fazer isto, é preciso, de fato, adotar um quadro

completo das regras e das práticas sociais nas quais a família opera concretamente, sem recorrer exclusivamente a causas externas genéricas, amiúde tautologicamente uniformes, mas incapazes de explicar as persistências e as diversidades locais.

7. Fez-se já menção aos balanços familiares, um instrumento que foi de importância fundamental para a construção de uma teoria da economia camponesa, que permitiu construir lógicas econômicas em sociedades só parcialmente mercantis. Os historiadores fizeram amplo uso, em especial, das teorias de Chayanov (1974), trabalhando, porém, com bases documentais muito menos eficazes pela óbvia dificuldade de coletar uma documentação suficiente. Não tanto sobre os dados de produção e de mercantilização, mas sobre a produtividade do trabalho, sobre a utilização do tempo, sobre as mudanças do uso dos recursos ao longo do ciclo de vida da família em relação às modificações das dimensões demográficas e das capacidades produtivas disponíveis.

Problemas, talvez, ainda mais complexos põem-se para as famílias artesãs e para aquelas dos assalariados urbanos e rurais. Não são muitas, de fato, as possibilidades de reconstruir balanços completos, e é preciso recorrer às estimativas para cada aspecto, o que, também, não é sempre possível em níveis de aproximação aceitáveis. Dispomos, porém, para a Itália dos Oitocentos e dos Novecentos, de algumas centenas de balanços anuais de famílias de várias condições: essas fontes foram descritas e recenseadas por Somogyi (1959) e amplamente utilizadas para o período final dos Oitocentos e até os anos 30 dos Novecentos por G. Federico (1986; 1987), que trabalhou com 255 balanços de famílias proprietárias de empresas agrícolas (proprietários, *mezzadri*, arrendatários). Esses dados são descontínuos no tempo e no espaço e sempre relativos a um só ano, sem ligações precisas com a fase do ciclo da família. Não é possível, portanto, avaliar os processos de formação da renda familiar nas várias fases, nem as contribuições iniciais à constituição do patrimônio, nem o contexto parental de ajuda de prestações, monetárias ou não.

Muitas dessas contabilidades campesinas (não para as famílias operárias ou de trabalhadores braçais desconsiderados nos estudos de Federico, mas examinados por Somogyi) indicam um resultado negativo, ou seja, as despesas anuais excedem as receitas. Isso põe muitos problemas de interpretação sobre como era organizada a vida econômica de uma família que gastava – mesmo por um só período – mais do que ganhava. Curiosamente, o

problema do balanço negativo, ou aquele mais geral do significado do saldo entre despesas e receitas, não foi enfrentado por nenhum dos dois autores. Como funcionavam os mecanismos de integração do balanço contábil das unidades familiares separadas, com saldos que podiam até ser negativos?¹²

Muito se pode pensar sobre a veracidade desses dados, e parece-me, de qualquer forma, uma confirmação de que a separação do contexto do parentesco mais amplo só pode gerar equívocos. Uma leitura malfeita e inteiramente econômica das estruturas familiares excluiu dos balanços os fluxos de crédito, essenciais para a compreensão dos comportamentos globais dessas famílias. Ademais, no caso de Federico, a separação entre os fatos econômicos e o contexto social mais próximo (uma confiança neoclássica na explicação exclusivamente econômica e de uma racionalidade absoluta) nos deixa com dúvida. O próprio autor não tem a pretensão de chegar a resultados diferentes a não ser por aproximação: o seu problema, aquele de medir a relevância do autoconsumo e da mercantilização da produção das famílias, opera além do contexto. O autor esquece-se de constatar até mesmo o significado dos saldos entre receitas e despesas (BANTI, 1988).

Contudo, repito: não é fácil escapar daquela interpretação. Outros estudos carregam imagens de evoluções relativamente lineares e estão direcionados para uma realidade mercantil capitalista, mesmo quando trabalham exatamente para complicar modelos demasiado esquemáticos de passagem das sociedades parcialmente mercantilizadas para sociedades capitalistas. Grande parte do chamado “debate sobre a protoindústria” pôs, por exemplo, a atenção sobre o papel crescente das atividades extra-agrícolas (em especial manufatureiras) nas empresas camponesas. Porém, não se colocou o problema do papel duradouro da atividade agrícola para o autoconsumo mesmo quando o trabalho na indústria tornara-se preponderante – mas em dimensões não mensuráveis em moeda, como percentual sobre o salário ou sobre a soma dos salários da família. A segurança fornecida pela agricultura permanece uma reserva fundamental não somente para a construção da renda familiar, mas também para a capacidade sindical, a força contratual da classe operária e a duração das greves da segunda metade dos Oitocentos. O livro de Franco Ramella (1983) e os modelos de capitalismo nas montanhas de Como de Raul Merzario (1989) fornecem-nos exemplos de grande inte-

¹² Por exemplo, no inquérito Montemartini sobre a Apúlia de 1903-6, há 72 balanços negativos de trabalhadores braçais agrícolas, em um total de 147; ou os pedreiros de Nápoles em 1895, com 20 balanços negativos de um total de 36.

resse para o estudo da história da família e das suas relações parentais. Estes, porém, foram demasiado indiferentes aos mecanismos de troca entre frentes parentais: a maneira como analisaram o ciclo das famílias, divididas entre agricultura e indústria, isolou excessivamente cada unidade.

8. Outra questão contribuiu para esclarecer alguns aspectos relevantes da relação entre família e parentesco: aquela dos condicionamentos familiares e dos estímulos parentais nos fenômenos de mobilidade social, não somente no sentido da escolha e da transmissão das funções, condições ou profissões de pai para filho, mas também dos condicionamentos culturais e psicológicos derivados de tais escolhas. Porém, a redução a um fenômeno explicável exclusivamente na relação de gerações dentro do grupo doméstico corresidente mostrou-se insuficiente e, muitas vezes, criou impressões distorcidas sobre a real intensidade do fenômeno da mobilidade social e profissional. Não era somente a relação pais/filhos que determinava as escolhas e as possibilidades. Maurizio Gribaudi (1987) estudou, por exemplo, a mobilidade como fruto não de uma imagem objetiva das possibilidades e dos recursos sociais disponíveis, iguais para todos os agentes sociais, mas como resultado de uma multiplicidade de representações, largamente determinadas, para cada indivíduo, pelo conjunto de valores e das motivações familiares e parentais. De resto, a transmissão mecânica da profissão de pai para filho (impossível se não fosse pela complicada relação demográfica e quantitativa entre gerações) não pode mensurar as complexas influências cruzadas entre parentes: o jogo de frentes parentais não permite o isolamento dos núcleos, seja no que diz respeito às áreas rurais, seja no que concerne às profissões artesanais ou às profissões em espaços urbanos. A transmissão de ofícios e condições segue, portanto, uma trama de influências e possibilidades que é reduzida a esquemas inspirados anacronicamente na sociedade contemporânea – ou a uma imagem da sociedade atual muito simplificada (LEVI, 1990).

9. Muitos dos exemplos aqui relatados privilegiaram as classes populares, camponeses e assalariados agrícolas, operários, artesãos. Encontrar arquivos particulares e uma documentação específica é, obviamente, mais complexo para esses grupos sociais do que para a nobreza e a burguesia: fontes notariais e judiciais, documentos de instituições beneficentes e documentação demográfica são fontes seriais privilegiadas e, frequentemente, exclusivas. Não posso, porém, terminar sem destacar que, pelo menos de um ponto de vista formal, os modelos de comportamento integrados nos parentescos

valem também como condição para as classes do vértice da pirâmide social (MACRY, 1989). O problema que se coloca para os historiadores da família não é somente aquele de verificar mais a fundo os esquemas de integração das unidades domésticas nas redes de relação parental. É preciso mensurar as tendências, socialmente diferenciadas, para a atenuação, e não para o desaparecimento, do significado dessas redes a partir da expansão do sistema do crédito, das instituições públicas, do mercado capaz de tornar mais elásticos os processos de criação da renda ao longo do ciclo de vida e de alargar o leque dos recursos e das escolhas disponíveis. Isto nos leva à conclusão de que muito precisa ser feito além da pesquisa até aqui conduzida.

Quero, todavia, repetir que as pesquisas aqui examinadas, considerando a família nas suas estreitas relações com uma área parental mais ampla, conquanto ainda não muito numerosas, propõem uma perspectiva profundamente nova para a análise da família na sua evolução histórica. Não se trata, portanto, a meu ver, somente de agregar algo às pesquisas sobre a família: ao contrário, de modificar radicalmente a perspectiva, renunciando a análises esquemáticas que, informando sobre a estrutura, afastam uma explicação dos mecanismos causais e das condições reais das escolhas e das estratégias.

Referências

- AGO, R. “Braccianti, contadini e grandi proprietari in un villaggio laziale nel primo Settecento”. In: *Quaderni Storici*, 16, 1981, p. 60-91.
- _____. *Un feudo esemplare: Immobilismo padronale e astuzia contadina nel Lazio del Settecento*. Fasano di Puglia: Schena, 1988.
- BANTI, A.M. “Fra tattica e strategia: a proposito di ‘Contadini e mercato: tattiche di sopravvivenza’”. In: *Società e Storia*, 11, 1988, p. 403-408.
- BARBAGLI, Marzio. *Sotto lo stesso tetto: Mutamenti della famiglia in Italia dal XV al XX secolo*. Bologna: Il Mulino, 1984.
- _____. “Sistemi di formazione della famiglia in Italia”. In: *Bollettino di demografia storica*, nº 5, 1987, p. 80-127.
- BENIGNO, F. “The southern Italian family in the early modern period: a discussion of co-residential patterns”. In: *Continuity and Change*, nº 4, 1989, p. 165-194.
- BERENGO, M. *Nobili e mercanti nella Lucca del Cinquecento*. Torino: Einaudi, 1965.
- BIGI, P.; RONCHI, A.; ZAMBRUNO, E. “Demografia differenziale di um villaggio alessandrino: dall’analisi quantitativa alla storia di famiglie”. In: *Quaderni Storici*, 16, 1981, p. 11-59.

CARDONA, G.R. "I nomi della parentela". In: P. Melograni (a cura di). *La famiglia italiana dall' Ottocento a oggi*. Bari, Laterza, 1988, p. 287-325.

CERUTTI, S. *La ville et les métiers*. Naissance d'un langage corporatif. Turin, 17°-18° siècle. Paris: Ehes, 1990.

CHAYANOV, Alexander V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

DELILE, G. *Famille et propriété dans le Royaume de Naples (XV-XIX siècles)*. Roma-Paris: Ecole française de Rome – Edition de l'Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 1985. Trad. It. *Famiglia e proprietà nel Regno di Napoli*. Torino: Einaudi, 1988.

FEDERICO, G. "Mercantilizzazione e sviluppo economico in Italia (1860-1940)". In: *Rivista di Storia Economica*. 3, 1986, p. 149-186.

_____. "Contadini e mercato: tattiche di sopravvivenza". In: *Società e Storia*. 10, 1987, p. 877-913.

GOODY, J. *The development of the family and marriage in Europe*. London: Cambridge University Press, 1983.

GRIBAUDI, M. *Mondo operaio e mito operaio: spazi e percorsi sociali a Torino nel primo Novecento*. Torino: Einaudi, 1987.

KLAPISH-ZUBER, C. *Women, family and ritual Renaissance*. Chicago e London. The University of Chicago Press, 1985. Trad. It., con alcune modifiche. *La famiglia e le donne nel Rinascimento a Firenze*. Bari: Laterza, 1988.

LEVI, Giovanni. "Famiglia e parentela: qualche tema di riflessione". In: BARBAGLI, Marzio; KERTZER, David I. *Storia della Famiglia italiana 1750-1950*. Bologna: Società editrice il Mulino, 1992, p. 307-321.

_____. *História Jovens*. (2 volumes), São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *L'heredità immateriale*. Carriera di un esorcista nel Piemonte del Seicento. Torino: Einaudi, 1985. (Traduzido para o português como: *A Herança Imaterial: a trajetória de um exorcista no Piemonte no século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.)

_____. *Centro e periferia di uno Stato Assoluto*. Torino: Rosenberg & Sellier, 1985.

_____. "Carrières d'artisans et marché du travail à Turin (XVIII-XIX siècles)". In: *Annales ESC*, 45, 1990, p. 1.351-1.364.

MACRY, P. *Ottocento. Famiglia, élites e patrimoni a Napoli*. Torino: Einaudi, 1989.

MERZARIO, R. *Il capitalismo nelle montagne: strategie famigliari nella prima fase di industrializzazione nel Comasco*. Bologna: Il Mulino, 1989.

ORTU, G.G. "Feudo, villaggio, famiglia e mercato della terra nella Sardegna della seconda metà del Settecento". In: *Quaderni Storici*, 22, 1987, p. 493-521.

PISELLI, E. *Parentela ed emigrazione*. Mutamenti e continuità in una comunità calabrese. Torino: Einaudi, 1981.

- PONI, C. *Fossi e cavedagne benedicono le campagne*. Bologna: Il Mulino, 1982.
- RAGGIO, O. "La politica della parentela. Conflitti locali e commissari in Liguria orientale (secc. XVI-XVII)". In: *Quaderni Storici*, 21, 1986, p. 721-758.
- _____. *Faide e parentele*. Lo stato genovese visto dalla Fontanabuona. Torino: Einaudi, 1990.
- RAMELLA, F. *Terra e telai*. Sistema di parentela e manifattura nel Biellese dell'Ottocento. Torino: Einaudi, 1983.
- SIGNORINI, I. *Padrini e compadri*. Un'analisi antropologica della parentela spirituale. Torino: Loescher, 1981.
- SOMOGYI, S. "Cento anni di bilanci famigliari in Italia (1857-1956)". In: *Annali dell'Istituto Giangiacomo Feltrinelli*, 2, 1959, p. 121-263.
- WALL, R. "Introduction". In: WALL R.; ROBIN, J.; LASLETT, P. *Family forms in historic Europe*. Cambridge, Cambridge University Press, 1983. Trad. It. *Forme di famiglia nella storia europea*. Bologna: Il Mulino, 1984.
- WOOLF, S. *The poor in Western Europe in the eighteenth and nineteenth centuries*. London e New York: Methuen, 1988.

Parte 2

Escalas, narrativas e fontes na história

A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias

*Prof. Dr. Alexandre Karsburg**

Introdução

Neste texto, pretendo apresentar reflexões sobre o método de pesquisa microanalítico e o modo de narrar oriundo da micro-história de inspiração italiana. Essa metodologia tem permitido aos historiadores reconstruir trajetórias e biografias que diferem do modelo tradicional de se estudar uma vida. A questão passa por problematizar os sujeitos inserindo-os em distintos contextos e relações sociais, percebendo semelhanças e, principalmente, diferenças. Porém, a micro-história não é só pesquisa. Ela é também uma nova maneira de apresentar os resultados aos leitores, configurando-se num estilo narrativo que busca maior interação com o público.¹

No meio acadêmico, é ainda um tanto constrangedor dizer que você fez ou está fazendo uma biografia ou estudo de trajetória. Isso porque a biografia foi considerada nas ciências históricas, durante muitas décadas do século XX, um gênero de menor importância, talvez por estar ligada à história política e, principalmente, à história dos grandes homens e seus feitos. Uma história acima de tudo factual, linear e coerente por demasia. A biografia, porém, renovou-se ao trazer conceitos de outras disciplinas, como a antropologia, e se basear em métodos oriundos da micro-história italiana, como a redução da escala de análise para entender processos históricos amplos. Desse modo, a biografia vem ocupando, há alguns anos, espaço cada vez maior na historiografia brasileira, não sem resistência, desprezo ou preconceito.²

*Doutor em História Social – UFRJ. Bolsista FAPERGS/CAPES de Pós-Doutorado – PPGH/UFPel. Autor de dois livros: “O Eremita das Américas” (2014) e “Sobre as ruínas da Velha Matriz” (2007), ambos publicados pela Editora da UFSM.

¹ Este texto é uma versão ampliada de minha apresentação realizada no Seminário “Micro-História, Trajetórias e Imigração”, realizado entre 28 e 31 de outubro de 2014 na Universidade Federal de Santa Maria. Agradeço a Maíra Vendrame e Giovanni Levi pelas contribuições às minhas análises.

² A discussão teórica a respeito de biografias e trajetórias é ampla e complexa. Para esse artigo me baseio em textos de SCHMIDT (2000); LEVI (2000; 2006); CERTEAU (2002); BOURDIEU (2006); DOSSE (2009).

Se antes a biografia era realizada para idealizar o passado, tratando de forma coerente o destino dessa pessoa como determinado desde o nascimento (CERTEAU, 2002), agora ela procura problematizar o percurso dessa vida, inserindo-a em diferentes temporalidades, contextos e situações. A partir disso, o biografado deixa de ser pensado como um sujeito completamente racional, imune às dúvidas e incertezas da vida e passa a ser estudado em sua rede de relações, sendo visto como um sujeito condicionado, mas não petrificado pelas estruturas sociais (LEVI, 2000). A nova biografia, se assim se pode chamá-la, entende que homens e mulheres são dotados de racionalidade própria, ainda que limitada, possuem horizonte de expectativas e possibilidades em constante mudança e, acima de tudo, que a vida deles não está dada desde o início; ou seja, a vida, seja ela de quem for, é marcada por indeterminismos resultantes de situações políticas, econômicas, religiosas, comunitárias, etc. que fogem ao controle pessoal, mas é com base nessas situações que eles, sujeitos históricos, devem fazer suas escolhas. Resumindo: a biografia atual problematiza as histórias particulares, relacionando-as e não as isolando da história geral. Esse procedimento está permitindo aos historiadores vislumbrar novos sujeitos, porque analisados em interação com diferentes e complexos contextos. Embora esse não seja o único meio de acessar o passado, faço uma provocação: existe melhor maneira de enxergar a história do que pelo ponto de vista dos que dela participaram?

Biografia ou trajetória?

Ainda que possam se confundir, acredito que biografia e trajetória têm diferenças que convém mencionar brevemente. O uso do termo trajetória parece ter sido uma saída para quem tinha receio de utilizar o termo biografia em seus estudos – muito pelo baixo prestígio que biografias tinham no meio acadêmico, como citei anteriormente. Porém, talvez exista outra explicação para que os historiadores começassem a usar o termo trajetória em vez de biografia. Ainda que não seja regra, a biografia costuma seguir o sujeito do “nascimento à morte”, ou, ao contrário, da morte ao nascimento. Não é vedado ao pesquisador privilegiar este ou aquele período da vida do biografado, mas, por princípio, a biografia deve contemplar a totalidade da vida do indivíduo, problematizar os vários momentos da existência. Isso, obviamente, exigirá um período de pesquisa muito grande e que ultrapassa os dois anos de um mestrado ou quatro de um doutorado.

A trajetória, por seu turno, não tem por obrigatoriedade abordar toda a vida do sujeito; antes, procura centrar as análises num período determinado. Por exemplo, em minha pesquisa de doutorado, reconstruí a trajetória de um italiano nos 31 anos em que ele viveu no continente americano (de 1838 a 1869). Condicionado pelas fontes que pude encontrar, centrei minha análise no período de tempo em que ele permaneceu no Brasil, que foi de 1844 a 1852. Obviamente me interessava pelo tempo anterior à sua vinda para a América, que vai de seu nascimento, em 1801, até o momento em que decidiu atravessar o Oceano, em 1838. No entanto, tive que respeitar o meu tempo de pesquisa (quatro anos) e as fontes que pude encontrar. Sendo assim, em vez da biografia, o estudo da trajetória de um peregrino italiano no século XIX.³ Pareceu-me importante reconstruir seus passos no continente americano, tentando percebê-lo em interação com o contexto político e religioso do período (meados do século XIX), atento às estratégias de atuação daquele italiano que foi considerado santo por milhares de pessoas que acreditavam em seus poderes miraculosos. Preocupava-me não estudá-lo como santo, mas como indivíduo histórico, de carne e osso. Também sabia que devia formular questões gerais, e o estudo da trajetória seria o modo ideal para respondê-las.

Independentemente de se fazer biografia ou trajetória – toda ou parte da vida do sujeito – certos procedimentos devem se repetir: o principal deles é a reconstrução detalhada dos passos do biografado, com o máximo possível de fontes (de preferência fontes de natureza diferente), que devem ser sistematicamente confrontadas. Dessa análise nada simples das fontes devem emergir os diferentes contextos em que o indivíduo está inserido. Mas não quaisquer contextos, antes aqueles em que o sujeito efetivamente participa, que o envolvem, condicionando suas escolhas e neles interferindo. Voltemos ao caso de minha pesquisa recente como exemplo do que acabei de mencionar.

O sujeito em seu tempo

Através da reconstrução da trajetória pessoal de um italiano que veio para o continente americano na primeira metade do século XIX, aproximei-me das dificuldades inerentes àquele tempo e como ele enfrentava tais pro-

³ A tese intitula-se “O Eremita do Novo Mundo: a trajetória de um peregrino italiano na América do século XIX”, defendida em abril de 2012 no PPGHIS da UFRJ. Este trabalho foi transformado em livro e publicado pela Editora da UFSM, em 2014, cujo título é: “O Eremita das Américas: a odisseia de um peregrino italiano no século XIX”.

blemas. Portanto, emergiram das fontes os seguintes contextos: a) os Estados latino-americanos em construção, onde tensões e conflitos armados criavam um clima de muita desconfiança nas fronteiras, dificultando a entrada e saída de estrangeiros; b) as condições de deslocamento entre as províncias, os caminhos, estradas, os perigos e maneiras de atravessar extensões territoriais verdadeiramente grandes; c) as tensões existentes entre os poderes religiosos e laicos (Igreja e Estado), quando esse último tentava colocar os representantes do catolicismo como súditos a serviço do Estado nacional; d) o comportamento das populações rurais com a presença de pregadores religiosos itinerantes. Estes são só quatro exemplos de contextos que emergiram das fontes e exigiram que eu consultasse uma bibliografia de vanguarda, sempre confrontada com os documentos que encontrava durante a pesquisa.

Uma das tantas perguntas que me fiz e tentei responder durante minhas pesquisas foi a seguinte: qual a margem de liberdade de um missionário religioso europeu em meio à construção dos Estados Nacionais latino-americanos de meados do século XIX? Constatei que os missionários eram imprescindíveis para os Estados em construção – pois eram os únicos sujeitos que poderiam alcançar os habitantes mais distantes dos sertões bravios do século XIX, inclusive indígenas de várias etnias, trazendo-os para a órbita estatal. Também percebi que os missionários usaram esse espaço concedido para concretizar objetivos que, por vezes, extrapolavam os interesses dos Estados. No caso específico do Brasil, os missionários religiosos, todos europeus, pregavam contra a escravidão, contra o aprisionamento de crianças indígenas pelos comandantes e proprietários de fronteira, contra o luxo, a avareza, as guerras. Seus discursos fortes, eloquentes, pregavam a favor da pobreza, da penitência e da conversão dos costumes para alcançar a salvação. Alguns chegavam a afirmar que o “fim do mundo” estava próximo, e o tempo era curto para a redenção. Dentre uma centena de missionários que circularam no Brasil do século XIX, um, em particular, entrou para a história por ter seu nome ligado a curas de doenças em uma fonte de água no interior do Rio Grande do Sul. Esse sujeito, de nome João Maria de Agostini, italiano de nascimento, era um indivíduo que utilizou os espaços concedidos pelo Estado Imperial brasileiro para exercer um ministério religioso muito particular. A repercussão que teve o caso das águas santas, em Santa Maria, fez ecoar o nome Monge João Maria para além das fronteiras sulinas e para além daquele tempo – meados do XIX.

Depois dessa constatação, concluí que ninguém, absolutamente ninguém, está fora de seu tempo, nem desligado dos contextos que o cercavam

– nem mesmo um eremita que se dizia “solitário habitante dos desertos americanos”, buscando imitar o estilo de vida dos primeiros eremitas cristãos da Antiguidade. Ouço e leio, muitas vezes, que certos indivíduos estão além ou aquém do tempo. Isto é um erro de avaliação que historiadores não deveriam cometer, pois é grande o risco de ver os personagens como excepcionais, extravagantes, quando não “heróis” ou “santos”. Um trabalho de contextualização tem a capacidade de trazer qualquer indivíduo de volta ao seu tempo, e, uma vez feito isso, devemos procurar captar semelhanças e diferenças entre os indivíduos de um mesmo período, principalmente quando há um contexto comum que os condiciona. É para isso que Bourdieu alertou em “A ilusão biográfica”: não se pode compreender uma trajetória sem que se tenha feito a construção de estados sucessivos do campo no qual essa trajetória se desenrolou. É preciso analisar o conjunto das relações objetivas que uniram o nosso biografado aos outros personagens envolvidos no mesmo campo de ação e confrontados com o mesmo espaço de possibilidades (2006, p. 183-191). Isso tudo quer dizer: é imprescindível trazer outros sujeitos ao enredo de nosso texto, mostrar que havia indivíduos que atuavam de modo similar aos biografados. A partir desse procedimento metodológico, chegaremos às similaridades entre eles – o que tinham de parecido. Porém, quanto mais os compararmos, mais detalhes surgirão, e esses detalhes podem nos revelar as singularidades dos sujeitos.

Dependendo de quem estamos estudando, das fontes que temos a respeito dele e do método aplicado, chegaremos a diferentes modelos de trajetória, muito semelhantes aos tipos de biografia definidos por Giovanni Levi (2006). Contudo, ao relacionarmos nossos sujeitos a outros semelhantes, corremos o risco de acreditar que o grupo explica a existência do particular, o que seria condicionar o indivíduo ao grupo que lhe é parecido, não dando margem de liberdade ou criatividade. Em minha pesquisa, por vezes, tive que recorrer ao grupo para “preencher lacunas” do meu personagem, por falta de fontes ou informações bibliográficas. Não que seja um erro tal procedimento, mas o leitor de nossas pesquisas deve ser informado quando isso acontecer. Recursos não faltam para isso: o uso de palavras como “possivelmente”, “talvez” e “probabilidade” servem como estratégia narrativa que devemos utilizar nos textos quando não temos certeza de algo.

Por outro lado, o indivíduo pode ser entendido como representativo de um grupo. Esse estudo de trajetória, geralmente prosopográfico, por envolver biografias coletivas, demonstra que certos indivíduos, se analisados em ações corriqueiras, podem revelar comportamentos dinâmicos e específi-

cos diante das transformações mais amplas, possibilitando novos questionamentos à história geral. Exemplo disso é o caso do padre exorcista Giovanni Batista Chiesa, do livro “Herança imaterial”, e as ações e reações da pequena comunidade de *Santena*, norte da Itália, diante das tentativas de centralização do Estado Absolutista na segunda metade do século XVII. Ou ainda, como exemplo de estudo de trajetória representativa, temos a tese de doutorado de Maíra Vendrame, intitulada “Ares de vingança”.

Neste trabalho, a autora partiu da morte de um padre nos primeiros dias de 1900, em uma colônia de imigrantes italianos no sul do Brasil. Para isso, utilizou um emaranhado de fontes de natureza diversa, como processos-crime, cartas, jornais, registros de batismo, casamento, morte e compra e venda de terras dos imigrantes italianos. Ao perseguir alguns imigrantes e analisar suas ações, desde a Itália até o Brasil, Vendrame demonstrou o papel ativo dos camponeses italianos em articular a própria transferência para a América. A opção por abandonar a terra natal fazia parte de um projeto pensado coletivamente pela família a partir de uma larga experiência anterior em migrações por outros países da Europa (VENDRAME, 2013).

Reconstruindo os passos e as escolhas das famílias camponesas italianas, Vendrame pôde rever certas ideias presentes na historiografia tradicional sobre imigração. A principal diz respeito às condições sociais daqueles que deixaram o local de origem rumo ao Brasil. Para a autora, a primeira leva de imigrantes não era de miseráveis que abandonaram uma vida de opressão e pobreza, tentando a sorte no Brasil Meridional. Para ela, a maioria dos camponeses vênets, pelo menos os que emigraram nas décadas de 1870 e 1880, tinham alguma condição financeira para empreender tal viagem. Além disso, puderam contar com uma sólida rede de relações sociais que permitiu uma transferência segura para o Brasil, o que garantiu, também, que no local de destino conseguissem apoio para iniciar a nova vida. Sendo assim, a maior riqueza destes italianos não era material, e sim imaterial, ou seja, as redes de relações baseadas no compadrio, no parentesco e na família forneceram as bases para a reconstrução de um estilo de vida camponês na América do Sul. Porém, enquanto as relações sociais podiam ser construídas ou perdidas, fortalecidas ou enfraquecidas, havia um elemento da cultura camponesa que devia ser preservado e defendido a todo custo: a honra familiar.

A autora analisou elementos da cultura camponesa que são de longa data, como práticas de justiça comunitária, honra e desonra familiar, redes de relações sociais. De acordo com Vendrame, a honra estava no centro da

“moral rústica” dos italianos, e a forma de preservá-la passava por diversas práticas de justiça que, muitas vezes, prescindiam das autoridades externas, como o Estado. Para a autora, os italianos tinham suas próprias formas de resolver questões ligadas à honra (familiar e feminina, principalmente), inclusive a formação de “tribunais de grupo” cujos membros eram as pessoas de maior respeitabilidade do local – típica prática camponesa oriunda de uma Europa rural mediterrânea. Quando alguém ofendido buscava a “honra de volta”, as famílias locais avaliavam se a contraofensa havia sido legítima. Caso houvesse aceitação, encerravam-se ali os atos de vingança, e o silêncio imperava na comunidade para a preservação da paz.

Estes elementos culturais de tradição camponesa, amplamente compartilhados pelos italianos e vividos no sul do Brasil ao final do século XIX, estavam se acomodando na nova realidade, no caso, o Brasil do final do Império e início da República. Porém, esta acomodação entre sociedade camponesa italiana e Estado republicano brasileiro não se deu livre de tensões, conflitos e até mortes. As expectativas dos italianos, ávidos por certa liberdade e autonomia administrativa, chocaram-se com os limites impostos pelo Estado que desejava exercer controle político nas colônias recém-fundadas. Depois de ameaças e negociações, os ânimos serenaram entre as partes, e tanto imigrantes quanto representantes do Estado entraram em acordo, cedendo onde podiam ceder, exigindo quando podiam exigir. A paz entre eles precisava ser restabelecida, sob o risco de ambos fracassarem em seus projetos. Por causa desse pacto entre as partes, a morte de um pároco, no início de 1900, ficou sem investigação por parte do Estado, abrindo espaço para explicações contraditórias.

Segundo a versão mais polêmica, o padre Antônio Sório, pároco da colônia Silveira Martins, no centro do Rio Grande do Sul, fora vítima de castramento, fato ocorrido nos últimos dias do ano de 1899. Depois de agonizar alguns dias, veio a falecer em 3 de janeiro de 1900. A versão de crime por castramento ficou circunscrita a poucas vezes, sendo falada “baixinho” em rodas de conversa entre alguns membros das comunidades que formavam a referida colônia. Para quem sustentou esse tipo de explicação, a lógica era a seguinte: o castramento fora consequência de uma ofensa cometida pelo sacerdote contra uma “donzela” do lugar, e a forma da família da moça reaver a honra perdida foi, justamente, humilhar o padre castrando-o, para que ele vivesse na vergonha. A morte não fora planejada pelos seus atacantes, mas, já que aconteceu, nada mais poderia ser feito.

Melhor silenciar para preservar o (sobre)nome das famílias envolvidas e a própria reputação do sacerdote falecido. As autoridades do Estado presentes na região entenderam que o padre Sório fora vítima de uma contraofensa, legítima para a época, pois havia desonrado uma moça. De acordo com Vendrame, a justiça não abriu processo investigativo para não piorar a situação política local, uma vez que um processo-crime colocaria em exposição pública os italianos e as autoridades ali residentes. Assim, embora não tenha sido objetivo da autora mostrar a “verdade” dos fatos, ficamos tentados a acreditar que Antônio Sório fora mesmo vítima do arraigado código de honra existente entre os italianos, que igualava todos os homens, usassem eles calças ou batina.⁴

Deixando para trás a análise de trajetórias representativas (e polêmicas, como se percebe no caso do padre Antônio Sório), chegamos a outro modelo de estudo de trajetória: a de casos singulares. Como exemplo, cito o moleiro Menóquio, analisado por Carlo Ginzburg em “O queijo e os vermes”. Todos, ou quase todos, sabemos a respeito desse livro e de seu personagem, não sendo necessário, portanto, um resumo do caso. Gostaria, então, de chamar a atenção para uma das conclusões de Ginzburg a respeito de Menóquio: “da cultura de um tempo só se sai para cair no delírio e no isolamento”. Sim, para os camponeses da mesma comunidade de Menóquio, sua cosmogonia era “delírio” que beirava a extravagância, e não poucos o avisaram para calar-se a fim de não chamar a atenção das autoridades religiosas. Não foi por nada que o herético moleiro acabou isolado pelos seus pares, ainda mais depois que os inquisidores entraram em ação. Por mais que sejamos tentados a aceitar a excepcionalidade de Menóquio, podemos acreditar que ele não foi o único a pensar daquela forma e a formular suas ideias com base no amálgama entre cultura popular oral e cultura erudita proveniente dos livros. Eis o cuidado que devemos ter: a trajetória singular, por mais que revele o protagonismo dos sujeitos, só faz sentido se confrontada a outras trajetórias, preferencialmente de indivíduos do mesmo tempo e espaço e colocados no mesmo horizonte dos possíveis. Caso assim não seja feito, modelos abstratos – como o aparente paradoxo do excepcional/normal – serão por nós vistos como concretos.

⁴ Além da tese de Maíra Vendrame (2013), há o livro de Luiz Eugênio Vésio (2001), que também faz uma análise do “Crime do Padre Sório”.

As etapas de uma pesquisa

Durante meu doutorado (2008-2012), busquei reconstruir a trajetória do eremita italiano João Maria de Agostini por diversos países da América no século XIX. Mas isso não estava dado de início, pois pouco se sabia a respeito desse indivíduo a ponto de dedicar-lhe um estudo particular, muito embora sua importância para a história do Brasil fosse inquestionável.⁵ Nas primeiras pesquisas realizadas em arquivos do Rio de Janeiro, encontrei documentos inéditos, principalmente informações relacionadas às “águas santas” do Campestre⁶ – depoimentos de devotos, jornalistas e médicos, mas, infelizmente, nada sobre o monge. Paralelamente a isso, descobria mais e mais dados sobre o contexto sul-rio-grandense do período, das décadas de 1840 e 1850, percebendo a preocupação das autoridades imperiais em pacificar o Rio Grande após vários anos de guerra – a Revolução Farroupilha. Visitas pastorais que o bispo fluminense fez a Santa Catarina e ao Rio Grande do Sul em 1846, bem como correspondências trocadas entre a diocese (com sede no Rio de Janeiro) e os padres do sul, também fizeram parte desta primeira etapa de pesquisas.

Contudo, tudo se modificou a partir da descoberta que realizei em agosto de 2008, quando buscava dados na *internet* sobre o monge italiano João Maria de Agostini. Sabendo que o nome do monge havia alcançado várias províncias brasileiras – tudo em função da crença popular que atribuiu a ele o dom de tornar milagrosas as águas de uma fonte –, chamando a atenção, inclusive, de políticos e médicos da Corte no Rio de Janeiro, acreditei possível encontrar novas informações utilizando a *internet* como meio de busca. Já era de meu conhecimento que João Maria de Agostini havia estado em Buenos Aires antes de se ver envolvido com os milagres das águas santas no sul do Brasil, em 1848. Quem sabe ele também tivesse adquirido

⁵ O nome Monge João Maria está ligado à Guerra do Contestado, conflito ocorrido no interior de Santa Catarina entre 1912 e 1916, envolvendo, de um lado, as forças do governo republicano e, do outro, habitantes do planalto meridional do Brasil. Em seu auge, no ano de 1914, os rebeldes chegaram a somar cerca de 20 mil pessoas. No entanto, a crença no monge ultrapassa o recorte temporal e espacial da guerra, sendo elemento da cultura imaterial de povos do Rio Grande do Sul ao interior de São Paulo, do Mato Grosso do Sul à região de Misiones (Argentina) e ao Chaco paraguaio (KARSBURG, 2014).

⁶ Episódio emblemático ocorrido no interior do Rio Grande do Sul, entre 1846 e 1848, em que esteve envolvido o eremita italiano. Segundo acreditavam muitas pessoas na época, as águas de uma fonte foram tornadas milagrosas pela ação de João Maria de Agostini. O número de doentes e curiosos que foram até o local chamou a atenção de autoridades políticas e religiosas, médicos e jornalistas. Sobre este assunto, consultar KARSBURG (2012; 2014).

“fama” na província de Juan Manoel de Rosas – Buenos Aires – com o povo rendendo-lhe veneração por acreditar em seus poderes miraculosos? Com esta pergunta me perturbando, digitei no *Google* “Juan Maria de Agostini” e, para minha surpresa, encontrei dezenas de *sites* contendo informações sobre ele, mas não na Argentina, como eu suponha, mas nos Estados Unidos!

Ao selecionar um *site*⁷ e encontrar livro *online*,⁸ descobri que um eremita chamado *Juan Maria de Agostini*, nascido em 1801, na região do Piemonte, havia peregrinado por desertos e montanhas do sul dos Estados Unidos, entre 1863 e 1869, tendo percorrido, até então, vários países da América Latina, dentre eles Brasil, Argentina, Peru e México. Presente nas tradições de uma região do estado do Novo México por sua opção de vida eremítica, mas também por seu assassinato em circunstâncias não esclarecidas, deixou uma série de objetos pessoais que foram recolhidos por moradores locais: hábito, manto, rosários, crucifixos, Bíblia e cajado. Junto ao corpo do “solitário” foram encontrados diversos papéis, como passaportes e cartas de recomendação indicando os lugares e países por onde passou, escritos em vários idiomas. Também existiam folhas avulsas que, posteriormente, foram identificadas como sendo os manuscritos do próprio eremita. Além disso, havia uma fotografia, com data de 1867, indicando a cidade de Las Vegas,⁹ no estado do Novo México, como local do retrato. E ainda, a mão esquerda do eremita fotografado apresentava nitidamente um “defeito” em seus dedos. Instantaneamente me questionei: seria possível ser o mesmo indivíduo que se apresentou em Sorocaba (SP), em 24 de dezembro de 1844, e foi descrito como “frei João Maria d’Agostinho”, do Piemonte, “aleijado de três dedos da mão esquerda”?¹⁰

Para mim não havia dúvidas: o “nosso” monge João Maria de Agostini, cultuado em centenas de oratórios de São Paulo ao Rio Grande do Sul, tendo o nome involuntariamente envolvido em uma guerra (do Contestado) mais de meio século depois, havia peregrinado por diversos países da América no século XIX, encontrando a morte trágica nos desertos dos Estados

⁷ *Jornal Santa Fe New Mexican*, 22 de julho de 1899. In: *Hermit of the Organs: Story of the Life and Death of Father Matteo*, extraído do site: <http://www.washburn.edu/cas/art/cyoho/archive/KStravel/CouncilGrove>, acesso em 15 de janeiro de 2009.

⁸ Livro do pesquisador norte-americano Arthur Leon Campa (1994).

⁹ Não confundir com a famosa cidade dos cassinos e das luzes, que fica no estado de Nevada. A Las Vegas desta história está localizada no norte do estado do Novo México; portanto, nada tem a ver com a homônima famosa.

¹⁰ Arquivo do Gabinete de Leitura de Sorocaba, São Paulo. Livro de Registro de Estrangeiros, 1842/1865. Apresentação de Estrangeiros – Delegacia, 24 de dezembro de 1844, folha 18.

Unidos em abril de 1869. Restava-me, a partir desta incrível e inesperada descoberta, tentar entender como foi possível a João Maria de Agostini percorrer todo o continente americano na condição de peregrino. Os desafios para responder tal pergunta eram imensos.

Eu necessitava encontrar caminhos metodológicos para reconstruir tão inusitada trajetória – do monge que não era monge, antes leigo eremita que fizera votos simples de castidade e pobreza, vindo para o continente americano para difundir o Evangelho e amalgamando vida solitária com a de pregador itinerante. Aliás, duas tradições antigas dentro do cristianismo – Santo Antônio¹¹ como eremita solitário e os primeiros franciscanos como pregadores itinerantes do Evangelho – que foram retomadas no século XIX não somente por Agostini, mas também, ainda que parcialmente, pelos capuchinhos italianos que estiveram no Brasil atuando como agentes oficiais do Império.

Próximo de realizar uma biografia, optei pelo estudo de trajetória. Meu objetivo foi investigar o lugar do eremita Agostini nas Américas, restituí-lo ao seu tempo histórico para perceber que recursos estavam ao alcance dele e como foram utilizados para minimizar as incertezas das escolhas; como resultado desta observação, cheguei à seguinte constatação, tendo historiadores da micro-história como referência: todo indivíduo só vale por aquilo que o singulariza.¹² De fato, não fosse por um olhar atento a certos detalhes, não teria como comprovar que o “célebre” *monge* João Maria de Agostini, de tanta visibilidade no Brasil de meados do século XIX, foi o eremita que morreu nos desertos do Novo México em 1869. Mais do que isso, a análise minuciosa destas singularidades permitiu que se chegasse a pormenores que esclareceram como ele conseguiu construir uma trajetória ímpar na América. Trafegando entre mundos tão diversos, esteve perto das autoridades (inclusive do imperador dom Pedro II e do governador de Buenos Aires Juan Manoel de Rosas) e do povo simples dos sertões.¹³ Venerado por este, é certo que causou

¹¹ Personagem do século IV da era cristã que viveu no Egito e é considerado o “pioneiro” de todos os eremitas.

¹² A discussão a respeito desta vertente da micro-história pode ser acompanhada nos estudos de Henrique Espada Lima (2006) e François Dosse (2009). As obras dos historiadores italianos Carlo Ginzburg (1987; 1989; 2007), Giovanni Levi (1985; 2000; 2006) e da norte-americana Natalie Zemon Davis (1987) foram referência desde o início da pesquisa, tanto na busca e trato com as fontes quanto na redação do texto propriamente dito.

¹³ Utilizei o conceito de sertão como sinônimo de amplo espaço geográfico desconhecido das autoridades, pouco habitado, longe dos grandes centros litorâneos e de vegetação diversificada (LIMA, 1999).

problemas a presidentes de província, bispos, padres e delegados – e também ao ministro da Justiça Euzébio de Queiróz –, mas estes igualmente o admiraram por possuir bom conhecimento do Evangelho e de teologia, por falar vários idiomas e pelo ímpeto apostólico que o levava aos mais distantes lugares. Definitivamente, Agostini não foi qualquer eremita.

Considero a pesquisa importante por exemplificar, de maneira singular, como um sujeito se articulou aos diferentes contextos da época, adaptando-se a conjunturas específicas do período para dar prosseguimento aos seus objetivos de peregrino missionário. Em meio à construção dos Estados nacionais latino-americanos de meados do século XIX, Agostini tirou proveito das circunstâncias favoráveis aos missionários europeus para propagar um modelo de catolicismo nas Américas, região do mundo em que o tamanho do clero sempre foi inversamente proporcional à força de alcance da fé. Seja pelo incrível percurso que foi capaz de realizar, seja pela grande capacidade de agregação e de mobilização social que produziu, João Maria Agostini foi um objeto de pesquisa relevante. Ao recompor o sujeito histórico, passei a entender melhor a *persona* santa do eremita, as múltiplas e densas dimensões que a devoção a ele foi capaz de alcançar, pelo menos durante o século XIX.

As fontes históricas que descobri a respeito do eremita eram densas e intensas pelas possibilidades que se abriram para reconstruir a trajetória do indivíduo em toda a sua complexidade. A ideia era não só recuperar o cenário do eremita, mas também visualizar o seu campo de atuação, as possibilidades de ação e respostas às diferentes situações com as quais se deparava. Desse modo, adotei um procedimento importante no trato com as fontes, que foi apresentá-las em seu contexto de produção: “por que”, “quando” e “por quem” foram feitos os registros. Medida imprescindível, uma vez que os depoimentos, elaborados no “calor dos acontecimentos” ou décadas depois, visavam responder a determinadas questões que não se ligavam necessariamente ao eremita. Privilegiei os documentos de pessoas que foram contemporâneas da passagem do italiano pelo Brasil, entre 1844 e 1852, independentemente de terem sido produzidos à época ou posteriormente (KARSBURG, 2012; 2014).

Talvez o procedimento metodológico mais importante da pesquisa tenha sido o confronto que realizei entre Agostini e os frades capuchinhos do século XIX. Conforme meus estudos em fontes primárias avançavam, percebi que João Maria de Agostini não era o único a se ocupar com tarefas missionárias no Brasil e a preocupar as autoridades por seu comportamento autônomo. Assim como ele, franciscanos, carmelitas e capuchinhos, apesar

da condição eclesiástica diferente, peregrinavam pelo interior brasileiro a serviço do Estado, mas buscando se distanciar de sua influência. Nessa tarefa que eles julgavam “puramente evangélica”, suscitavam a devoção popular a ponto de provocar distúrbios variados que inquietavam os governos provinciais. Muitos destes servidores de Deus acabavam deportados das províncias onde atuavam e trazidos à Corte para serem julgados pelo ministro da Justiça, que os sentenciava depois de consultar, para os casos considerados graves, o imperador dom Pedro II. Eram “situações limite” que revelavam pormenores, como tensão entre missionários europeus e o Estado Imperial e o método utilizado pelos capuchinhos italianos – e João Maria de Agostini – em suas missões no interior brasileiro.

Ao relacionar a atuação e presença de João Maria de Agostini no Brasil com outros personagens, não pretendi explicá-lo pelo grupo a que se assemelhava – no caso os frades capuchinhos. Há, sem dúvida, muito de parecido entre eles: tinham práticas comuns e a ideia de autonomia do projeto evangelizador. Agostini atendia às necessidades da Igreja, contudo, não estava sob a vigilância de nenhuma ordem religiosa. Esta condição lhe dava liberdade, mas criava problemas às autoridades seculares na hora de decidir como agir com ele. De fato, não era um religioso como os demais, mas isso não impede que o vejamos próximo da espiritualidade dos capuchinhos, aliás, espiritualidade inspirada no santo fundador da ordem, Francisco de Assis.¹⁴

Apesar de entrecruzar outros sujeitos com a história de meu personagem, confrontando-os a todo momento, quase cai na armadilha de considerar Agostini um indivíduo excepcional. Evidentemente ele tinha suas singularidades que o transformaram em santo popular ainda em vida, mas sua inspiração e seus métodos de atuação não eram estranhos ou incomuns no século XIX, tendo em vista a presença de frades pregadores realizando trabalhos evangélicos pelo interior brasileiro naquele tempo. Ao afirmar a excepcionalidade de Agostini, não me dei conta de que sujeitos excepcionais ou normais são modelos de abstração que servem de balizas para situarmos nossos personagens “reais”.

¹⁴ Sobre a espiritualidade franciscana, baseio-me nos estudos de: VAUCHEZ (1994; 1995), LE GOFF (2010) e FRUGONI (2011).

Em busca de novas narrativas

Paralelamente às minhas pesquisas, tenho me debruçado sobre a questão da escrita da história. Independentemente dos objetos e objetivos que nortearam minha trajetória de pesquisador, a narrativa sempre fez parte das preocupações, muito embora somente enquanto docente¹⁵ tenha conseguido discutir abertamente com alunos tais inquietações. Acredito que devemos pensar a narrativa assim como pensamos a pesquisa em arquivos e a análise das fontes. A narrativa não deve esconder as regras do jogo que o historiador seguiu; antes, deve declarar abertamente o processo pelo qual a história foi construída, mostrando os caminhos, as encruzilhadas e os percalços que puderam ou não ser superados. Os cânones da disciplina não devem impedir o pesquisador de usar a imaginação, desde que controlada, no momento de criar o seu texto. Obviamente que não devemos imaginar o impossível, o inverossímil, antes situar nossos personagens e fatos dentro de um campo de possibilidades concretas, sem anacronismo, com o máximo possível de fontes.

Um texto acadêmico deveria estabelecer um diálogo honesto com o leitor, revelando a trajetória de pesquisa em sua totalidade, desde a construção do objeto até a conclusão, passando pelas dificuldades na busca e interpretação das fontes e o difícil diálogo com a bibliografia que nos antecede. Os pesquisadores de mestrado e doutorado, principalmente, sofrem a pressão de escreverem seus trabalhos dentro dos prazos estabelecidos, enfrentando outros desafios que, de um modo ou de outro, precisam ser superados. E, no momento de colocarem no papel o resultado de tanto esforço, esquecem-se de apresentar ao leitor as estratégias desse percurso, sejam elas as fracassadas ou as que obtiveram sucesso. Parecem querer esconder as fraquezas (às vezes a pedido de seus orientadores) para não serem criticados, buscando agradar os especialistas (as bancas), mostrar que entendem do assunto e que merecem a aprovação. Ao buscarem a profissionalização, muitas vezes escrevem textos pesados e enfadonhos, afastando-se de um público mais amplo e não se fazendo entender inclusive por estudantes de graduação – justamente os que precisam aprender como se faz um “trabalho de laboratório”.

Em qualquer estudo, é preciso preocupar-se com as questões narrativas, pois não basta falar de alguém para incluí-lo na história: para mostrar a

¹⁵ Docência temporária no PPGH/UFPel, vinculada à bolsa de pós-doutorado FAPERGS/CAPES (nov. 2012 a out. 2016).

presença e relevância de um personagem, o importante é *como* falar dele (LEVI, 2009, p. 13). Portanto, no momento de começar a escrever sobre João Maria de Agostini e sua incrível trajetória pelas três Américas, inspirei-me no método narrativo adotado pelos autores da micro-história, procurando não esconder as regras do jogo. Queria ser o mais claro possível no meu texto, mostrando “os caminhos certos e errados, o modo de formular as perguntas e procurar as respostas”, inspirado no que Giovanni Levi afirmou:

o minucioso trabalho de laboratório não deve permanecer escondido, e a receita não deve permanecer um segredo do cozinheiro. Porque talvez os verdadeiros excluídos da atenção dos historiadores não sejam os protagonistas descuidados dos eventos, mas, sim, os leitores esmagados pelas pesadas interpretações gerais, pelas opiniões discutidas com as armas díspares de quem escreve e de quem lê [...] o verdadeiro excluído é o consumidor de livros de história (2009, p. 13).

Uma das maneiras de ensinar futuros historiadores a construir (melhor) seus textos seria incentivá-los à leitura de obras ficcionais, como “novelas policiais”, e isto deveria iniciar ainda na graduação. A ideia é captar o enredo e o estilo narrativo destas obras, sem, obviamente, perder ou se desviar das normas que regem a nossa disciplina, mas apenas flexibilizar a escrita com o uso de técnicas atuais vindas de outras áreas (como a literatura e o cinema) para que os textos produzidos por profissionais da história atinjam maior número de leitores. Livros como *O nome da rosa* (Umberto Eco, 1983); *O retorno de Martin Guerre* (Natalie Davis, 1987); *Videiras de cristal* (Assis Brasil, 1990); *Olga* (Fernando Morais, 1994); *Incidente em Antares* (Érico Veríssimo, 2006), dentre outros, colocariam ao alcance dos alunos estilos narrativos que transcendem a disciplina história, estimulando a imaginação (controlada) no momento de praticar a escrita.

Os dois maiores expoentes da micro-história italiana se preocupam, e muito, com a narrativa, com destaque para Carlo Ginzburg, que, segundo Giovanni Levi, “é um grande escritor, antes de ser um bom historiador” (2014, p. 4). O que Levi chama a atenção sobre o modo de comunicar de Ginzburg é que esse tem a capacidade de guiar “o leitor em 200, 250 páginas por ruas misteriosas. Não sabe aonde irás.” Os leitores dos livros de Ginzburg sabem perfeitamente o que Levi está afirmando, porque de fato somos hipnotizados pela persuasão do autor, que entende como poucos a arte de comunicar guiando-nos pelos labirintos dos arquivos e documentos, deixando-nos ansiosos para saber o que vai acontecer no final. “É como uma novela policial”, declara Levi, que acrescenta: “Não é coincidência que, frequentemente, Ginzburg faça relações entre História e novela policial, porque nos-

sa investigação, muitas vezes, é semelhante à investigação policial, procuramos coisas sem saber quem é o assassino” (ibid.).

Outra forma de aprimoramento da narrativa seria a participação de alunos em projetos de extensão ligados à consultoria de peças teatrais, documentários e filmes. Isso funcionaria como laboratório de experiências, ou seja, através da consultoria, eles iriam visualizar a construção de um tipo de representação do passado que usa movimento, corpos, cores, vozes, música, objetos, sentimentos. Essa seria sem dúvida uma maneira nova de nos aproximarmos da realidade histórica, uma arte que utiliza técnicas e métodos diferentes da pesquisa acadêmica e que chega a resultados diversos daqueles presentes nos livros. A literatura ficcional e o cinema podem revelar dimensões que o texto científico e ensaístico não é capaz de alcançar com a mesma expressividade e imaginação. Acredito que os historiadores deveriam dar mais atenção a este campo do conhecimento, uma vez que “as mídias visuais são o principal transmissor de história pública na nossa cultura. Segundo ROSENSTONE (2010, p. 29), “para cada pessoa que lê um livro sobre um tópico histórico abordado por um filme, muitos milhões de pessoas provavelmente terão contato com o mesmo passado apenas nas telas”.

Ao se concentrar na experiência dos indivíduos ou de pequenos grupos, os filmes se aproximam mais da “biografia, da micro-história ou da narrativa popular do que da história produzida pela academia” (ROSENSTONE, 2010, p. 34-5). Portanto, e concordando com esse autor, eu proporia, ainda, a leitura e discussão de obras de historiadores que tenham abordado experiências individuais ou de pequenos grupos, adotando a micro-história e as técnicas narrativas dela oriundas. Esse exercício interdisciplinar propõe incorporar técnicas literárias, cinematográficas ou teatrais à narrativa histórica/acadêmica, aprimorando os textos para deixá-los mais próximos do grande público, assim como fez Natalie Davis ao escrever seu livro logo após prestar consultoria às gravações do longa-metragem *O retorno de Martin Guerre* (Daniel Vigne, 1982).

Considerações finais

Entendo que a biografia e o estudo de trajetórias têm por parâmetros dois pontos que, antes de se oporem, vejo como complementares: o primeiro é investigar o lugar do indivíduo no mundo, restituí-lo ao seu tempo histórico para perceber que recursos estão ao alcance e como são utilizados para minimizar as incertezas da vida; como resultado desta observação do histo-

riador se chega ao segundo ponto: “todo indivíduo só vale por aquilo que o singulariza”. Mas como chegar às singularidades de um indivíduo? Uma das saídas é confrontar sistematicamente nosso sujeito ao grupo que era semelhante a ele. Para isso, a análise detalhada das fontes é imprescindível, fontes que prezem pela qualidade, e não tanto pela quantidade. A leitura atenta, lenta, por vezes nas “margens” do documento, pode revelar pormenores negligenciados pela historiografia, levando-nos a novas pistas e constatações. Com isso, mais próximo chegaremos das particularidades que diferenciavam o sujeito do grupo a que pertencia ou se assemelhava. Porém, lembro que ninguém é completamente “excepcional” ou inteiramente “normal”. Os sujeitos de “carne e osso” situam-se, justamente, entre estes dois modelos abstratos, cabendo aos pesquisadores a tarefa de caracterizá-los, qualificá-los entre um e outro extremo.

Por mais que pareça heresia, acredito que a literatura de ficção e o cinema possuem técnicas que podem nos auxiliar no momento de pensar o passado e transmiti-lo ao papel. É decepcionante perceber a baixa circularidade de estudos históricos acadêmicos na sociedade, e isso se deve, em grande parte, ao estilo narrativo adotado por nós. Em vez de mostrarmos os ingredientes que usamos (as fontes) e os caminhos, errados e certos, que escolhemos, preferimos, muitas vezes, escondê-los para não sermos criticados ou copiados. É certo que existem historiadores voltados às questões narrativas já há algum tempo, revelando vontade em escrever textos que não só sirvam para alunos de graduação e pós-graduação, mas ultrapassem os muros acadêmicos e atinjam público mais amplo. Mas isso parece se tornar dilema para profissionais com anos de estrada, e não para o jovem aspirante a historiador que está na graduação ou pós-graduação. Cabe aos professores orientar os alunos nesse sentido.

O que busquei apresentar neste artigo foram ideias baseadas em percursos de pesquisas de autores variados, apontando caminhos que podem, ou não, servir de exemplo. Embora esteja envolvido quase que totalmente com a pesquisa tradicional (arquivos, fontes, bibliografia, teoria e metodologia), estou cada vez mais preocupado em aprimorar as técnicas narrativas, buscando referências na e fora da história para a construção de enredos. Nesse ínterim, incentivo alunos a arriscarem em seus textos, para que mostrem o percurso da pesquisa em sua totalidade, apresentando as encruzilhadas, os caminhos certos e errados, as dificuldades e como conseguiram, ou não, superá-las. É preciso cada vez mais pensar nossos trabalhos para o público em geral, e não somente para acadêmicos.

Referências

- AMADO, Janaína. *A revolta dos Mucker*. 2. ed. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002.
- ASSIS BRASIL, Luiz Antônio de. *Videiras de Cristal*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.
- AZZI, Riolando. “Eremitas e irmãos. Uma forma de vida religiosa no Brasil Antigo”. I parte. *Convergência*. Rio de Janeiro, ano 9, n. 94, jul.-ago. 1976, p. 370-383.
- _____. “Eremitas e irmãos. Uma forma de vida religiosa no Brasil Antigo”. II parte. *Convergência*. Rio de Janeiro, ano 9, n. 95, set. 1976, p. 430-441.
- BERCÉ, Yves-Marie. *O Rei oculto: salvadores e impostores, mitos políticos populares na Europa Moderna*. Tradução de Maria Leonor Loureiro. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.
- BLOCH, Marc. *Os Reis taumaturgos*. Tradução Júlia Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 2. ed. Tradução de Fernando Tomas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- _____. “A ilusão biográfica”. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006, p. 183-191.
- BRANDÃO, Carlos R. *Festim dos bruxos*. São Paulo: Ícone; Campinas: Ed. Unicamp, 1987.
- CABRAL, Oswaldo R. *João Maria: interpretação da Campanha do Contestado*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.
- CAMPA, Arthur L. *Treasure of the Sangre de Cristos: tales and traditions of the Spanish Southwest*. University of Oklahoma Press, 1994.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CHÂTELIER, Louis. *A Religião dos pobres: as missões rurais na Europa e a formação do catolicismo moderno*. Séc. XVI-XIX. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.
- DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- DELLA CAVA, Ralph. *Milagre em Joazeiro*. Tradução de Maria Yedda Linhares. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- DIACON, Todd A. *Millenarian vision, capitalist reality: Brazil's Contestado rebellion, 1912-1916*. Durham: Duke University Press, 1991.
- DOSSE, François. *O desafio biográfico: Escrever uma vida*. Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- ECO, Umberto. *O Nome da Rosa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1983.
- ESPIG, Márcia Janete. *A presença da gesta carolíngia no movimento do Contestado*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

FILATOW, Fabian. *Do sagrado à heresia: o caso dos monges barbudos (1935-1938)*. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

FRUGONI, Chiara. *Vida de um homem*: Francisco de Assis. Tradução Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

GAJANO, Sofia Besch. “Santidade”. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (Orgs.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Vol. II. Bauru, SP: EDUSC, 2006, p. 449-463. Tradução do verbete: Eliana Magnani.

GÉLIS, Jacques. “O Corpo, a Igreja e o Sagrado”. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. *História do Corpo*. Vol. 1 – Da Renascença às Luzes. Tradução de Lúcia M. E. Orth. Revisão de tradução Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 19-130.

GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”. In: *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. “Detalhes, primeiros planos, microanálises”; “Micro-história: duas ou três coisas que sei a respeito”; “O inquisidor como antropólogo”. In: *O fio e os rastros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 231-293.

HERMANN, Jacqueline. “História das religiões e religiosidades.” In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. 14. tiragem. Rio de Janeiro, Elsevier; Campus, 1997.

_____. “A cidade do Paraíso Terrestre – O movimento sebastianista da Serra do Rodeador, Pernambuco, na primeira metade do século XIX”. In: ALMEIDA, Ângela Mendes de et al. (Orgs.). *De sertões, desertos e espaços incivilizados*. Rio de Janeiro: MAUAD; FAPERJ, 2002.

HOBSBAWM, Eric. *Bandidos*. Tradução de Donaldson M. Garschagen. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HOORNAERT, Eduardo et al. (Orgs.). *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo*. Primeira época – Período Colonial. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

KARSBURG, Alexandre de Oliveira. *O Eremita do Novo Mundo: a trajetória de um peregrino italiano na América do século XIX (1838-1869)*. Tese de doutorado em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, IFCS-PPGHIS, Rio de Janeiro, 2012.

_____. “A conquista da América: a epopeia de um eremita italiano no século XIX”. In: MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; MARTINS, Maria Cristina Bohn (Orgs.). *Uma história em escadas: a microanálise e a historiografia latino-americana*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2012, p. 95-126.

- _____. *O Eremita das Américas*. A odisseia de um peregrino italiano no século XIX. Santa Maria: Editora da UFSM, 2014.
- LACARRIÈRE, Jacques. *Padres do Deserto: homens embriagados de Deus*. 2. ed. Tradução Marcos Bagno. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- LE GOFF, Jacques. “As ordens mendicantes”. In: BERLIOZ, Jacques (Org.). *Monjes e religiosos na Idade Média*. Lisboa, Portugal: Terramar, 1994, p. 227-241.
- _____. *São Luís, Biografia*. Tradução de Marcos de Castro. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 1999.
- _____. *São Francisco de Assis*. Tradução de Marcos de Castro. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- LEVI, Giovanni. *Centro e periferia di uno Stato Assoluto*. Turin: Rosenberg & Seller, 1985.
- _____. *A Herança Imaterial: a trajetória de um exorcista no Piemonte no século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- _____. “Usos da biografia”. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006, p. 167-182.
- _____. “O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar”. In: *Revista Tempo*. Vol. 20, 2014, p. 20.
- LIMA FILHO, Henrique Espada. *A micro-história italiana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1999.
- MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2004.
- MASSIMI, Marina. “A pregação no Brasil colonial”. In: *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 21, n. 34, p. 417-436, jul. 2005.
- MONTEIRO, Duglas Teixeira. *Os errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1974.
- _____. “Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado”. In: Boris Fausto (Ed.). *História geral da civilização brasileira*, vol. III, São Paulo, Difel, 1977, p. 39-92.
- MORAIS, Fernando. *Olga*. 16. ed., revista. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MOTT, Luís. *Rosa Egípcíaca*. Uma santa africana no Brasil. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.
- MUSUMECI, Leonarda (Org.). *Antes do fim do mundo: milenarismos e messianismos no Brasil e na Argentina*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2004.
- OLIVEIRA, Anderson José Machado de. “Corpo e santidade na América Portuguesa”. In: DEL PRIORE, Mary; AMANTINO, Marcia (Orgs.). *História do Corpo no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 45-68.

POMPA, Cristina. “Leituras do ‘fanatismo religioso’ no sertão brasileiro”. *Novos Estudos. CEBRAP*, São Paulo, v. 69, p. 71-88, 2004.

PRIORE, Mary del. *Festas e utopias no Brasil colonial*. São Paulo, Brasiliense, 1994.

_____. (Org.). “Magia e medicina na colônia: o corpo feminino”. In: *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2000.

QUEIRÓZ, Maria Isaura Pereira de. *O Messianismo – no Brasil e no mundo*. São Paulo: Dominus Editora – Editora da Universidade de São Paulo, 1965.

_____. *O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil*. Petrópolis/São Paulo: Vozes/Editora da USP, 1973.

REVEL, Jacques (Org.). “Microanálise e construção do social”. In: *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

_____. “A história aos pés do chão”. In: LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: a trajetória de um exorcista no Piemonte no século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

ROSENSTONE, Robert A. *A história nos filmes, os filmes na história*. Tradução de Marcello Lino. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

SCHMIDT, Benito (Org.). “Luz e papel, realidade e imaginação: as biografias na história, no jornalismo, na literatura e no cinema”. In: *O Biográfico: perspectivas interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000, p. 49-70.

SILVA, Cândido da Costa e. *Roteiro da vida e da morte: um estudo do catolicismo no sertão da Bahia*. São Paulo: Ática, 1982.

VAUCHEZ, André. “Santidade”. In: *Enciclopédia Einaudi*. Vol. 12. Mythos/Logos – Sagrado/Profano. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987, p. 287-300.

_____. “O Santo”. In: LE GOFF, Jacques (Dir.). *O Homem Medieval*. Lisboa: Editorial Presença, 1990, p. 211-230.

_____. “São Francisco de Assis”. In: BERLIOZ, Jacques (Org.). *Monges e religiosos na Idade Média*. Lisboa, Portugal: Terramar, 1994, p. 243-262.

_____. *A espiritualidade na idade média ocidental: séculos VIII a XIII*. Tradução de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

VENDRAME, Máira Ines. *Ares de vingança: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre imigrantes italianos no sul do Brasil (1878-1910)*. Tese de Doutorado em História, Porto Alegre, PUCRS, 2013.

VÉSCIO, Luiz Eugênio. *O Crime do Padre Sório*. Santa Maria/Porto Alegre: Editora da UFSM/Editora da UFRGS, 2001.

VERÍSSIMO, Érico. *Incidente em Antares*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

Os muitos obséquios das senhoras: mulheres em Santa Maria, século XIX¹

*Nikelen Acosta Witter**

As senhoras (...) rivalizavam em distinção e afabilidade com as das mais cultas cidades brasileiras.

Não há exagero. Enquanto os homens se dividem por opiniões políticas e religiosas, pois a população de origem germânica conta com crescido número de protestantes, o belo sexo, vive em contínua permuta de obséquios.

Nos casos de enfermidade grave, ou morte de pessoa da família, não falta quem voluntariamente vá auxiliar aos cuidados do doente, o velório do cadáver, a confecção gratuita dos vestidos de luto (Marchiori & Noal Filho, 1992, p. 62).

A descrição elogiosa às mulheres da vila de Santa Maria foi feita pelo advogado e político Hemetério Veloso da Silveira que passou pela região no ano de 1876. Mesmo que seu encanto pretendesse lisonjas às esposas de seus correligionários e, nesse caso, tivesse um pouco de exagero, sua descrição permite visualizar, em parte, a forma como se organizava o cotidiano das mulheres no interior do Rio Grande do Sul, em meados do século XIX. Hemetério Veloso corrobora o que outros documentos e estudos apontam como realidade acerca das relações estabelecidas entre as mulheres. Isto é, a permuta de favores, obséquios e uma extensa rede de solidariedades, as quais serviam como estratégia para amenizar a existência em um mundo onde o poder e as regras eram, eminentemente, masculinos.

O cotidiano das mulheres na Santa Maria da segunda metade do século XIX era marcado pela importância que, nas agruras do dia-a-dia, se revestiam os laços de parentesco, comadrio e vizinhança. Estes permitiam que se estabelecesse uma ampla rede de relações, na qual, a troca de favores era a moeda que permitia a essas mulheres se locomoverem, ampliarem suas pos-

¹ Este texto foi publicado anteriormente, em 2010, em uma coletânea de divulgação não indexada, com distribuição gratuita, veiculada pela Câmara Municipal de Santa Maria (RS).

*Doutora em História Contemporânea pela UFF; professora do Curso de História do Centro Universitário Franciscano.

sibilidades, negociarem com as regras hostis e, guardadas as devidas proporções, até mesmo aproximar diferentes categorias sociais.

Certamente, que tais relações não eram um idílio harmônico entre todas as mulheres e em todas as situações. As reciprocidades serviam também para dar o tom das disputas, dos antagonismos e das diferenças que seus desejos – fosse a respeito de seus homens, filhos ou situação – escancaravam nos momentos de conflitos, tanto com os homens, quanto com outras mulheres.

O que para Hemetério Veloso parecia ser um índice de educação e civilidade era, provavelmente, muito mais fundamental que isso. Para aquelas mulheres, estas trocas, estes canais abertos de circulação, cuidado e amparo, eram seu estofa contra aquele mundo, sua forma de reagir, agir e escolher.

Ô comadre!: auxílio, favores e solidariedade feminina

Embora se possa inferir que a solidariedade feminina estivesse presente em boa parte do tempo da existência destes sujeitos, a documentação demonstra que esta pode ser percebida mais facilmente em momentos bem específicos, mormente de perigo, dentro da esfera do que era considerado o *espaço* feminino. Este *espaço* era especialmente aquele em que ficava o cuidado das doenças, os partos, o trato das crianças, o luto e o desamparo. Mães, avós, comadres, vizinhas, primas, madrinhas e afilhadas, curandeiras e parteras pertenciam a este mundo feminino relacional, que se movia dentro do espaço da casa e dominava os saberes sobre as mazelas do corpo e da vida das outras mulheres.

Parentas e vizinhas tinham por costume se revezar no auxílio daquela que precisasse e, dentre todas, a figura mais presente era, geralmente, a da comadre. Sua posição privilegiada a fazia participante dos momentos mais fundamentais da história da família: nascimentos, aniversários, doenças e morte. Elas cumpriam seu papel ajudando nas costuras, no preparo de comidas e remédios, nos cuidados dispensados aos doentes. Muitas vezes, eram também as principais conselheiras, aquelas com quem se dividia os problemas da família nuclear e extensa. Não raro, o comadrio estreitava laços de sangue ou ampliava o sentido de família para a vizinhança, fazendo da proximidade um compromisso regido por leis sagradas.

Isso tornava comum a escolha da comadre entre as pessoas mais próximas ou que poderiam ser acionadas mais facilmente. Obviamente que isso não exclui as escolhas que pretendiam aprofundar laços políticos ou estabelecer possibilidades de auxílio social. Talvez por isso se consiga mapear, no

interior do Rio Grande do Sul (e não apenas para evitar o mal de sete dias), a figura da madrinha de bacia, ou madrinha de casa (FONSECA; BRITES, 1990). Um batismo informal que pretendia ampliar a rede de pessoas a se responsabilizar pelo destino da criança nascente. As madrinhas ajudavam em todas as fases do nascimento e do crescimento do bebê. Desde as receitas para “ter leite” até o amplo trabalho de se confeccionar roupinhas e, obviamente, quase sempre elas já estavam presentes na hora do parto.

João Daudt Filho, que nasceu em 1858 em Santa Maria, relata a presença de sua tia e prima (que viria a ser a sua madrinha) junto ao leito de sua mãe. As duas não apenas auxiliaram a parteira como também lhe deram o primeiro banho, o qual foi enriquecido com moedas de ouro no fundo da bacia para garantir a fortuna do pequeno João. Em seu livro de memórias, Daudt Filho apresenta sua madrinha como uma presença constante e importante em sua vida. Dona Aninhazinha Becker Pinto ensinou seu afilhado a tocar piano, treinou-o para controlar a gagueira (inclusive com a conhecida simpatia da colher de pau, sacudida pelas costas da criança). Com o marido, o Dr. Pantaleão José Pinto, ela se ofereceu para custear os estudos em medicina para o afilhado. Como a oferta foi recusada pelos compadres, Dona Aninhazinha se esmerou em convencê-los a enviar o filho para a faculdade de farmácia, cujos estudos, feitos em dois anos, podiam ser custeados pelo pai vendeiro de João e sua esposa (DAUDT FILHO, 1949).

Por outro lado, o grande número de filhos, fato comum nas famílias da época, permitia que essas relações se ampliassem. Assim, se podia incluir neste quadro de relações além das parentas, vizinhas e amigas, mulheres que exercessem influência ou pertencessem às famílias respeitadas na comunidade. A mãe de Daudt Filho, Dona Catarina, por exemplo, era comadre de Sinhá Valença, filha do capitão Valença, estancieiro e político mais influente de Santa Maria naquela época. A relação era mantida e reatualizada com trocas de doces de compotas e visitas de parte a parte (DAUDT FILHO, 1949).

As comadres também eram presença certa nos momentos de doença e dor. Consolavam, traziam chás, indicavam mezinhas e curandeiras já testadas e aprovadas em doenças anteriores. Assumiam o serviço da casa, se isso fosse necessário, e, na hora da morte, cuidavam das crianças, faziam os quitutes do velório, emprestavam vestidos negros e traziam velas para o defunto.

Iam (as comadres ou vizinhas) para a cozinha, sopravam o fogo, arranjavam no quintal da casa ou da vizinhança, folhas de laranjeira, losna, louro ou salsa, qualquer coisa das que sabiam ou ensinavam na hora e faziam xícaras

de chá fumegantes que os doentes dóceis ingeriam entre caretas e os outros cuspiam ou deixavam simplesmente à cabeceira, tapado com algum pires. (...) Nas casas dos pobres era menos a complicação, mas não o número de visitas, parentes ou vizinhos, às vezes mal conhecidos, mas sempre prestativos. Porque assim proceder era obrigação social comezinha para os graúdos, dever de solidariedade entre gente miúda, acostumada a esse amparo mútuo que era a sua valia (CABRAL, 1958, p.186).

Esses diferentes momentos pertenciam ao que tradicionalmente eram as esferas de maior atuação das mulheres. Os nascimentos, as doenças, a morte, a preparação das festas se desenrolavam nos espaços onde o domínio feminino era mais perceptível. Nos quartos, onde se nascia, adoecia e morria. Na cozinha, onde se preparavam refeições, remédios, chás, e se faziam todos os trabalhos domésticos junto ao fogo. No pátio, onde “além de colherem ervas para curas (...) jogavam as águas com que limpavam as roupas sujas dos mênstruos e as águas com que banhavam os recém-nascidos e os mortos (...)” (PRIORE, 1997). Para a historiadora Mary Del Priore, as mulheres integravam num universo próprio seus principais momentos de existência e seus espaços de domínio mais fundamentais. Mesmo que esteja se referindo às mulheres da colônia, as reflexões de Del Priore não são estranhas ao mundo feminino que encontramos no interior do Rio Grande do Sul da segunda metade do século XIX.

Não eram apenas as comadres e parentas que participavam estreitamente da vida familiar. Também o faziam as mulheres que, na comunidade, possuíam saberes mais especializados como as curandeiras e, em especial, as parteiras. Estas últimas, não raro, estabeleciam importantes laços de afinidade com suas clientes e seus filhos, convertendo-se quase sempre em comadres e, muitas vezes, também nas *pediatras*, *ginecologistas* e conselheiras das mães. A confiança depositada nas parteiras era tal que se encontra casos em que “o título de parteira (era) usado para obter confiança das pessoas em outras questões” (WEBER, 1999, p. 272).

A parteira participava da vida íntima das mulheres a quem atendia. De tal forma que, nas regiões rurais (afastadas dos centros das vilas) era comum as parteiras “se mudarem” para a casa das parturientes, algumas semanas antes da data prevista para o nascimento e, após, aí permaneciam vigiando o resguardo da mãe e do trato do bebê. O resguardo era um momento de perigo para a mãe e exigia cuidados bem estreitos. Por quarenta dias a mãe deveria permanecer no quarto, longe da claridade, não podia molhar a cabeça e deveria se alimentar apenas de canja de galinha (FONSECA; BRITES, 1990).

A importância da ligação entre as parteiras e as mulheres por elas atendidas fica clara no necrológio de Maria Carolina Schmidt, a Maria Parteira, que atuou na vila de Santa Maria por trinta e cinco anos até o seu falecimento em 1888. De acordo com a nota publicada nos jornais da época, seu caixão foi conduzido pelas mulheres a quem ajudara e que se tornaram suas amigas. A forma como atuou junto a suas contemporâneas lhe valeu o respeito e a admiração de toda a comunidade. “Dotada de muita inteligência e conhecimentos de medicina prática, ela, quando ainda a medicina não possuía representantes (no município), prestou reais serviços a esta população” (BELTRÃO, 1950). Os elogios à parteira lhe dão atributos próximos à santidade: honesta, abnegada, bondosa, mesmo sem filhos, deu seu amor aos inúmeros afilhados e aos enjeitados deixados em sua porta. A comoção causada por sua morte ilustra a posição privilegiada que essas mulheres passavam a ocupar nas comunidades da época.

Após as parentas e comadres, eram as vizinhas as pessoas mais próximas e que se poderia procurar nos momentos de dificuldade. Mas também com esta os laços de solidariedade poderiam ser reforçados, confundindo-se parentesco e compadrio. Um exemplo da disposição das vizinhas em ajudar e defender aparece no caso de Belarmina Antunes de Oliveira. Perseguida pelo pai que queria violentá-la e a coagia com um facão, a jovem de dezesseis anos encontrou na vizinha, D. Joaquina Maria de Jesus, uma agricultora de idade avançada, não apenas guarida, mas alguém disposta a enfrentar fisicamente o agressor.²

Uma avaliação preliminar dos testamentos de mulheres, que viveram na Santa Maria da segunda metade do século XIX, existentes no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, revelou que existiam também outras formas de funcionamento desta rede solidária. Uma breve leitura demonstrou o cuidado que aquelas testadoras tinham em amparar, com seus bens, sobrinhas e afilhadas, especialmente as solteiras. Fosse reforçando o seu dote, deixando renda para que elas pudessem sobreviver ou até obrigando sobrinhos e afilhados a dividirem seus rendimentos com suas irmãs ou primas. Este, contudo, é um trabalho de pesquisa histórica ainda por ser feito. Uma das inúmeras sendas acerca da história das mulheres que merece estudo e aprofundamento a fim de corroborar esta primeira hipótese sugerida pelo olhar sobre a documentação. Os testamentos têm sido ainda uma

² Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) Processo nº 927, de 1860, M25, Cartório de Processos Cível e Crime de Santa Maria.

fonte pouco explorada para a história da região no século XIX. O único trabalho a fazê-lo sistematicamente é a dissertação de mestrado de Ana Paula Flores sobre a construção do cemitério extramuros do município e as representações da morte na documentação da época (FLORES, 2006).

Assim, o que se percebe é que longe de viverem isoladas, as mulheres elaboravam suas experiências através de uma constante troca de favores. Estes acabavam constituindo uma das partes mais importantes das estratégias femininas, isto é, da busca das possibilidades existentes para o desenvolvimento pessoal e das táticas utilizadas para se articularem e alcançarem seus objetivos pessoais. As mulheres usavam de seus contatos umas com as outras para estabelecerem pontos de troca e equilíbrio que lhes permitiam driblar um mundo de regras masculinas e lutarem para alterar seus destinos nesse mundo.

Nem tudo são flores: conflitos e estratégias num mundo hostil

Obviamente, nem todas as relações entre as mulheres desta época primavam pela mútua ajuda. Algumas vezes a amizade poderia ser abalada por desavenças e criar inimizades viscerais. Em 1878, a paraguaia Anastácia Roa acusou as irmãs Maria Manoela e Amábíla Maria da Conceição de terem convencido Marcelino José Cardoso e Mathias José Ramos a atentarem contra a sua vida.³ A razão da briga entre as três costureiras não fica clara no processo. As duas irmãs continuam a alegar serem amigas de Anastácia e negam o envolvimento com os homens que deram um tiro na paraguaia. O caso envolve três mulheres muito pobres e, embora as duas Marias reafirmem o tempo todo o nome do pai (muito provavelmente para não figurarem como mulheres sozinhas e pouco dignas), é quase certo que se trata de uma desavença entre prostitutas. Primeiro porque “costureira” parece ter sido a profissão que estas alegavam nos processos-crime.⁴ Segundo, porque Anastácia declarou que Mathias e Marcelino eram seus inimigos em razão de desavenças por causa de mulheres.

Contudo, não se deve supor por isso que as solidariedades ou as desavenças estivessem ligadas a esta ou àquela faixa específica da sociedade, ambas eram facetas do cotidiano das mulheres da época.

³ APERS, Processo n° 1006, de 1878, M28, Cartório de Processos Cível e Crime de Santa Maria.

⁴ APERS, Processo n° 1055, de 1884, M31, Cartório de Processos Cível e Crime de Santa Maria.

Os estudos históricos sobre a vida das mulheres brasileiras têm revelado que, durante muito tempo, as fontes utilizadas para pesquisa eram, na maioria das vezes, os relatos dos viajantes e que tinham como principal característica a contemplação de um tipo específico de mulheres: as da elite. Aquelas que daí afloravam eram em sua maioria sombrias, escondidas dentro das casas, ensinando e aprendendo tão somente as prendas domésticas valorizadas no mercado de casamentos.

A historiografia das últimas décadas tem revelado outros modelos femininos. Mulheres pobres que trabalhavam para sustentar-se e à família, algumas sendo até mesmo chefes das mesmas. Mulheres que tinham filhos fora do casamento fossem viúvas, solteiras, deixadas, casadas. Mulheres que viviam suas vidas sem “um homem por si”. Logo, esses modelos se mostraram muito mais frequentes que aqueles primeiros, deixando claro o quanto se quis ocultar na elaboração dos discursos que proclamavam na obediência feminina do século XIX, o modelo ideal de mulher.

O uso descontextualizado dos comentários dos viajantes – visões parciais e de uma realidade fugaz – foi ainda menos benéfico para construção de uma história das mulheres no Rio Grande do Sul. De fato, estes serviram para corroborar uma imagem tradicional de obediência e passividade, povoando, se formos crer apenas em suas palavras, o território gaúcho com prendas apagadas e mudas, chinas⁵ inexpressivas, e negras quase sempre “invisíveis”.

Onde, então, se pode ver essas mulheres que não eram submissas, nem rebeldes todo o tempo? Que negociavam com as contradições e fimbrias desse sistema elaborado unicamente em benefício dos homens? Talvez, os processos-crime de Santa Maria tenham algo a dizer sobre as possibilidades de vida, mas também de escape dessas mulheres, especialmente ao demonstrarem seus conflitos com esse mundo.

Convido a voltarmos ao caso de Belarmina Antunes de Oliveira, a jovem perseguida pelo pai incestuoso, o lavrador Vidal José Machado. Não é apenas a solidariedade da vizinhança que pode ser lida neste episódio, mas uma série de elementos que nos servem para visualizar e compreender a vida das mulheres pobres que aí viviam. Obviamente que, nem todas as mulheres pobres que aí viviam precisavam se valer do ofício de “costureira” para sobreviver. Belarmina, por exemplo, afirma diversas vezes ao longo do processo que é pobre, mas “honesto”. Quando de sua fuga do ataque do pai, a

⁵ *China* era como se chamavam, geralmente, na época, as índias, posteriormente o nome passou a ser usado também para designar as prostitutas.

jovem carregava nos braços uma criança, filha sua com o índio José dos Santos. Não se sabe qual foi a reação de Vidal ao descobrir a filha grávida, porém todas as testemunhas afirmam que a razão maior de seu destempero vinha do fato de a moça não querer mais lhe ceder sexualmente.

Esta relação, embora cheia de repreensões morais, não parece estranha aos homens e mulheres da época, e foi possível encontrá-la em pelo menos dois processos deste período. Entretanto, nenhum dos casos teve o incesto como foco e, apesar das recriminações da comunidade, jamais houve qualquer denúncia nesse sentido. No outro processo encontrado, o deflora-mento da menina Josefa, filha de José Luís D'Ávila, em 1875, as testemu-nhas acusaram o pai de manter relações com as filhas⁶. Não se pode deixar de comentar, porém, que nos dois casos os acusados de incesto eram odia-dos por seus vizinhos. Voltarei a isso mais adiante.

No caso da jovem Belarmina, sua situação só parece ter vindo a públi-co porque ela invadiu a casa de vizinhos e o ataque do pai deixou a criança de colo gravemente ferida. As testemunhas do processo dão a entender que o incesto era de conhecimento comum. Uma delas, o lavrador José Manoel dos Santos, contou que viu quando Vidal conduziu a filha para o mato e, ao que parece, antes que a moça fugisse para a casa dos vizinhos, ninguém es-boçou qualquer reação para defendê-la. A testemunha ainda afirma que, no momento em que Belarmina se evadiu, o pai rompeu em impropérios, os quais deixam muito clara a relação de ambos: “Deixa-te estar puta, que me hás de pagar, pois por causa daquele indiozinho não queres mais me servir”.

É provável que Belarmina tivesse muito medo do pai. Ou até mesmo considerasse o abuso quase “normal”, porém, quando passou a ter “um ho-mem por si”, teve coragem para se negar aos intentos de Vidal. Apesar dos comentários convincentes das testemunhas, não se pode afirmar que o incesto é a única leitura possível deste caso. É preciso que se tenha em mente que o produto final dos inquéritos judiciais nem sempre é uma prova de realida-de, por outro lado, não se pode supor que a narrativa seja diametralmente oposta ao fato que lhe deu origem. Logo, nada impede que se utilize das contradições existentes nos autos como forma de acessar diferentes interpre-tações.

Ao fim de tudo, o pai foi absolvido e, em seu depoimento, disse que não tentou ter nenhum tipo de relação com a filha. Que seu destempero se

⁶ APERS, Processo n° 984, de 1875, M27, Cartório de Processos Cível e Crime de Santa Maria.

deu por ela estar saindo de casa para viver com um homem que ele desaprovava e que não quis esfaqueá-la, mas dar-lhe uma surra com a bainha da faca. Um pouco fantasioso, sem dúvida, mas a sentença, pronunciada quase três anos depois do ocorrido pelo réu ter ficado foragido, o inocentou. Frente ao Júri, Vidal afirmou ter se reconciliado com a filha, indo inclusive visitá-la sempre, na casa em que esta vive com o seu “sedutor”.

Obviamente que a história é questionável, contudo, é importante relativizar alguns pontos. Primeiro, Vidal era malquisto na vizinhança, que o considerava um homem de maus costumes (o mau conceito da vizinhança proporcionava, em geral, muitos depoimentos desfavoráveis).⁷ Segundo, os depoimentos mais incriminadores em relação ao incesto partiram de homens jovens que presenciaram a agressão, e Belarmina, aproveitou-se da fuga do pai e foi viver com José dos Santos, o pai de seu filho. De repente, a menina pobre já não parece mais tão indefesa. Ela poderia ter inventado as razões escusas do pai, inclusive contando com a ajuda dos vizinhos mais próximos. Ou, mesmo que mantivesse relações com ele, ela pode ter provocado o escândalo para se livrar de um pai abusivo e dominador. O pouco conceito de Vidal entre seus vizinhos seria um elemento a mais para caracterizar a disposição destes em colocar a justiça contra o homem e reforçar o que havia de pior nos falatórios a respeito de seu caráter. Esta, inclusive, foi exatamente a mesma situação que encontrei no outro processo em que aparecem relações incestuosas entre pai e filhas.

Histórias como a de Belarmina parecem demonstrar que, mesmo em situações de violência e opressão – ordinárias às mulheres de qualquer classe social naquele período –, se pode notar que existem mulheres agindo, moldando e reelaborando as situações que se lhes apresentavam. Percebe-se a busca para dar um sentido mais positivo e favorável aos seus interesses, ou seja, uma negociação aberta com as regras do mundo masculino e, até mesmo, a sua manipulação.

Para se perceber isso, podem-se considerar as contradições presentes nos processos que envolvem mulheres. Através das pequenas discrepâncias entre um e outro depoimento, entre uma versão e outra dos fatos, pode-se perceber como a margem de negociação com o mundo masculino foi ampliada e manipulada. Mesmo que os resultados nem sempre tenham sido satisfatórios.

⁷ Ver os processos n° 921 e 937 (M25); 944, 951 e 967 (M26); 976 (M27) – Cartório de Processos Cível e Crime de Santa Maria – APERS.

Foi este, por exemplo, o caso de Florentina Eusébia, em 1859, quando esta não quis seguir com sua família, que se mudou da Porteirinha para o Campestre (duas localidades no interior do município de Santa Maria). A moça não queria sair de perto do homem que escolhera, o lavrador José de Almeida. Seu pai, José Antônio Mendes – homem muito malquisto por seus vizinhos da Porteirinha – matou a José de Almeida por não aceitar o seu relacionamento com a filha. A parte interessante deste processo não diz respeito aos por menores do crime, mas ao sobe e desce da idade de Florentina. Enquanto o pai informava ser ela menor de 18 anos, a moça garantia ter 26 e ser capaz de se autogovernar. É possível que ela não tivesse nenhuma dessas idades, e que, tanto ela quanto o pai pretendiam manipular os autos a fim de conseguirem o que queriam. O dela era condenar o pai, o dele era ser inocentado como efetivamente ocorreu.

O que se tem aqui são, portanto, duas mulheres – Belarmina e Florentina – ambas filhas de lavradores pobres, que dentro das possibilidades oferecidas pela época, demandam frente a justiça aquilo que acreditavam ser um direito seu, isto é, poder escolher os seus homens. Num tempo em que a esmagadora maioria das mulheres saía dos desmandos do pai para os do marido, a possibilidade de escolher o companheiro poderia ser encarada como uma vitória. Possivelmente, esta era uma das grandes lutas das mulheres desta época. É por esta senda que, muitas vezes, as redes de solidariedade feminina se mostravam mais atuantes. Não apenas alcovitando e escondendo encontros, mas também indo a Juízo e reforçando falatórios. Afinal, a “vós corrente” tinha força de verdade nos tribunais brasileiros dos oitocentos (FARIA, 1998).

Pode-se argumentar que toda essa ação, descrita acima, fosse própria apenas das gentes mais pobres, onde o trabalho e a necessidade de estabelecer contatos faziam parte do cotidiano de todos e dos quais dependiam a sobrevivência. Contudo, à medida que se entra em contato com outros segmentos sociais se percebe que este é um argumento bastante simplificador da realidade.

Mobilidade e Reclusão: exceções, contexto e possibilidades

Em Santa Maria, mesmo as mulheres que podiam gozar de uma situação mais confortável que as lavradoras, carreteiras e “costureiras”, nem sempre se restringiam aos “afazeres do lar”. Algumas como Maria Elias ou as mulheres da família Pavão, pertencentes à elite local, tiravam seu sustento

das propriedades que administravam com pouca ou nenhuma interferência dos maridos, os quais são raramente mencionados nos documentos.⁸ Logo, a ideia de que a pobreza e a necessidade empurravam as mulheres para fora de seu espaço no lar, enquanto as de condição abastada, por não necessitarem desses expedientes, teriam uma vida mais recolhida, deve ser relativizada. Sem dúvida, as mulheres pobres tendiam a se movimentar mais na esfera pública, mas até onde se pode averiguar, condições de vida mais fáceis não determinavam por si só uma vida reclusa para as mulheres economicamente melhor situadas. Se estas eram exceções ou não, é preciso que pesquisas históricas mais aprofundadas venham a demonstrar qual foi o seu caso.

Entretanto, muito deste caráter recluso, que se atribui às mulheres do século XIX, vem por conta do próprio contexto regional do Rio Grande do Sul. Desde que a fronteira foi fixada em 1801, a região passou por inúmeros conflitos: Campanha Cisplatina (1825-28), Campanha contra Rosas (1851-52) e a Guerra do Paraguai (1865-70), e, claro, não se pode deixar de mencionar os dez anos de guerra civil que foram os anos da Revolução Farroupilha (1835-45).

O interior, certamente, era uma região mais insegura, com bandos de desertores e ladrões vagando em hordas que podiam ou não se seguir às batalhas, deixando a população constantemente com medo. Muitos grupos como estes, não existiam apenas nos períodos belicosos. Em tempo de paz, casas isoladas e viajantes solitários corriam igual perigo. Daudt Filho conta que viajando com o pai para a capital, por volta da segunda metade de 1870, somente não caíram nas mãos de um bando de salteadores por um golpe de sorte, ou melhor, um golpe dado com a lança num vespeiro por um ladrão descuidado (DAUDT FILHO, 1949). Em outra ocasião, no ano de 1843 (em plena guerra Farroupilha), um pequeno grupo destes bandidos de estrada entrou na vila de Santa Maria e pretendeu roubar a casa de negócios de João Frederico Niederauer e foi repellido à bala. Os memorialistas locais têm especial predileção por este episódio, que terminou com dois assaltantes mortos e com o terceiro membro do bando, uma “china”, fugindo em disparada campo a fora.

Além dos problemas causados pelas guerras, a insegurança era agravada pelas grandes distâncias existentes entre as povoações. Levando em conta

⁸ APERS, Processo nº 928, de 1861, M25, Cartório de Processos Cível e Crime de Santa Maria; Beltrão (1979, p. 196). APERS, Processo nº 995, de 1877, M27, Cartório de Processos Cível e Crime de Santa Maria. MARCHIORI; NOAL FILHO, 1997, p. 42.

tais características, ter um homem em casa, para as mulheres desta época, podia significar uma sensível diminuição das possibilidades de elas serem estupradas (por desconhecidos) e/ou mortas. E, esconder-se dos estranhos, como as acusa Saint-Hilaire era, possivelmente também, uma medida de segurança (SAINT-HILAIRE, 1997). Pois mesmo que nenhum dos viajantes tenha percebido o fato, para quem recebia sua visita, eles poderiam ser qualquer tipo de gente e ninguém que vivesse nas condições que foram descritas acima se exporia à dúvida. A reação das mulheres à sua visita poderia não ter sido a mesma em outros casos.

Além disso, acredita-se que o estupro fosse uma prática bastante generalizada numa sociedade como esta, mesmo porque este não estava ausente nem mesmo nas regiões consideradas mais urbanizadas e “civilizadas” (VIGARELLO, 1998). Como demonstra Vigarello, a violência sexual não era somente uma parte da ação da guerra em que se elabora a completa humilhação dos vencidos, mas também uma ação definidora de alguns elementos da masculinidade. De outra forma, como a punição para isso era ainda um fato recente, o estupro tinha feição de uma ação ordinária que, a não ser em caso de jovens virgens ou de famílias de grande monta, não gerava nenhum tipo de sanção ou perseguição dos culpados.

Apesar disso, os períodos de guerra parecem não ter cerceado, embora tenham certamente limitado, a movimentação das mulheres no espaço. O coronel Manoel Lucas de Oliveira relata em seu diário a presença e constante visita das mulheres – esposas, filhas e outras parentas dos soldados – aos quartéis e acampamentos da campanha contra o Paraguai (OLIVEIRA, 1997, p. 35).

Considerações finais

O que se pode concluir deste esboço sobre a vida das mulheres na Santa Maria da segunda metade do século XIX é que, longe de nos depararmos apenas com atitudes passivas ou simplesmente reativas por parte destas, podem-se perceber ações positivas e propositivas diante daquela realidade. Muito embora a dominação masculina se fizesse sentir em quase todas as esferas da vida, as mulheres souberam utilizar os espaços que lhes cabiam, ampliando e alterando as margens de negociação com as regras que o mundo dos homens lhes impunha.

Por outro lado, muito ainda há por saber, pesquisar e historiar sobre a vida das mulheres na região no século XIX. Seus sistemas de aprendizagem,

suas ações no mundo do trabalho, suas formas de renda, suas escolhas, sua adequação e inadequação à sociedade em que viviam. Especialmente, ainda são necessários estudos que aprofundem o conhecimento sobre como eram vividas as diferenças étnicas e sociais por estas mulheres. O que era ser branca, negra, índia, “china”? Quais as implicações de ser escrava, liberta, agregada, pobre, remediada, ter posses ou ser sustentada, ser imigrante, ser solteira, viúva ou descasada em meio a essa sociedade múltipla que aqui existia? O que há para saber é ainda mais do que o que sabemos. De fato, estamos ainda em um território aberto.

Referências

- AVÉ-LALLEMEND, Robert. *Viagem pela Província do Rio Grande do Sul (1858)*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.
- BELÉM, João. *História do Município de Santa Maria (1897-1933)*. Porto Alegre: Selbach, 1933.
- BELINAZZO, Terezinha. *A População da Paróquia de Santa Maria da Boca do Monte, 1844-1882*. Curitiba: UFPR, 1981. (Dissertação de Mestrado)
- BELTRÃO, Romeu. *Cronologia Histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho (1787-1930)*. 2. ed. Santa Maria: Institutos Históricos Geográficos do Rio Grande do Sul, do Pará e de Santa Maria, 1979.
- BERNARDES, Maria Thereza C. *Mulheres de ontem?* (Rio de Janeiro, século XIX). São Paulo: T. A. Queiroz, 1989.
- CABRAL, Oswaldo. “A medicina teológica e as benzeduras”. In: *Revista do Arquivo*, nº CLX, São Paulo: Departamento de Cultura, 1958.
- CORREA, Mariza. “Repensando a família patriarcal brasileira”. In: *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- COSTA, Albertina. *Mulher, mulheres*. São Paulo: Cortez, 1983.
- DAUDT FILHO, João. *Memórias*. Rio de Janeiro, 1949.
- DAVIS, Natalie Z. *Culturas do Povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- OLIVEIRA, M. L. *Diário do coronel Manoel Lucas de Oliveira – 1864-1865*. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EST, 1997.
- FARINATTI, Luís Augusto. *Sobre as cinzas da mata virgem: lavradores nacionais na Província do Rio Grande do Sul (Santa Maria, 1845-1880)*. Porto Alegre: PUCRS, 1999. (Dissertação de Mestrado)
- FLORES, Ana Paula Marquesini. *Descanse em paz: testamentos e cemitério extramuros na Santa Maria de 1850 a 1900*. Porto Alegre: PUCRS, 2006. (Dissertação de Mestrado)

FONSECA, Claudia; BRITES, Jurema. “Um atalho até deus: um estudo sobre o Catolicismo Popular no Rio Grande do Sul”. In: *Religião e Sociedade* 15/2-3. Rio de Janeiro: Iser, 1990.

LEITE, Miriam Moreira. *Condição feminina no Rio de Janeiro (século XIX)*: antologia de textos de viajantes estrangeiros. São Paulo: HUCITEC, 1993.

LIMA, Roberto K. de. “Tradição Inquisitorial no Brasil, da Colônia à República: da devassa ao Inquérito Policial”. In: *Religião e Sociedade*, 16/1-2, Rio de Janeiro: ISER, 1992.

LOURO, Guacira. *Prendas e Antiprendas*. Porto Alegre: UFRGS, 1987.

MARCHIORI, J. N. C.; NOAL FILHO, V. A. *Santa Maria: relatos e impressões de viagem*. Santa Maria: Editora da UFSM, 1997.

MOTT, Maria Lúcia. *Submissão e Resistência: a mulher na luta contra a escravidão*. São Paulo: Contexto, 1991.

PINTO, Célli. “A mulher na Campanha Gaúcha na República Velha”. In: *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: ANPOCS/Cortez, 1986.

PRIORE, Mary Del. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: UNESP/Contexto, 1997.

SAMARA, Eni M. “Estratégias matrimoniais no Brasil do século XIX”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, v. 8, n. 15, set. 87/fev. 88.

SAMARA, Eni M. “Patriarcalismo, família e poder na sociedade brasileira (séculos XVI-XIX)”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, mar./ago. 91.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul (1820-1821)*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1997.

VIGARELLO, Georges. *História do estupro: violência sexual nos séculos XVI-XIX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

WEBER, Beatriz. *As Artes de Curar: religião, magia e positivismo na república rio-grandense – 1889/1928*. Bauru: Edusc; Santa Maria: EdUfsm, 1999.

ZENHA, Celeste. “As práticas da Justiça no cotidiano da pobreza”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, v. 5, n. 10, mar./ago. 1985.

Sou lavrador e curo: saúde e feitiço na sociedade escravista oitocentista (Litoral Norte – RS)¹

*Paulo Roberto Staudt Moreira**

“[...] posso acreditar em qualquer coisa,
desde que seja inacreditável”

(Oscar Wilde, *O retrato de Dorian Gray*).

Em meados do século XIX, a senhora Maria Joaquina da Cunha Telles residia em Porto Alegre, vivia dos rendimentos² de seu marido, o Capitão Joaquim da Silva Telles e Queiroz, e era conhecida pelos maus-tratos que infligia aos seus escravos. Além de algumas *crias da casa* – crianças cativas nascidas do ventre de escravas do próprio plantel dos senhores –, o casal Telles possuía quatro escravos adultos, sendo dois *machos* (João e Agostinho) e duas *fêmeas* (Rosa e Maria Antonia).

Como já dissemos, a senhora Maria Joaquina não era famosa por sua brandura com os escravos, e dizia a *voz pública* que há muitos anos ela os castigava rigorosamente não só com açoites, mas apertando “torniquetes na cabeça das pretas” e queimando-as “por baixo”. Mas, segundo as próprias vítimas desses flagelos, quando ela engravidava, seu comportamento ficava ainda pior, tornando-se “bastante impertinente”, ou seja, instável, enfadonha, caprichosa, difícil de contentar (SILVA, 1813, p. 135).³ Quando a truculência dessa senhora passava dos limites, seus escravos costumavam buscar auxílio, apadrinhando-se pela vizinhança.

O apadrinhamento era um traço cultural presente no escravismo brasileiro desde seus primórdios e visava atenuar ou mesmo resolver conflitos

¹ Uma versão preliminar deste artigo foi publicada nos Anais do I Simpósio Internacional de Estudos sobre a Escravidão Africana no Brasil – UFRN, 2010.

*Professor da Universidade do Vale do Rio dos Sinos / UNISINOS, Doutor em História, Bolsista de Produtividade em Pesquisa CNPq – Nível 2. Contato: moreirast@terra.com.br.

² Rendimentos (SILVA, 1813, p. 573).

³ Depoimento da preta Maria Antonia, escrava do Major Telles. APERS – 1º Cartório – Sumário Júri – Porto Alegre, maço 29, processo 850, autora: Justiça, 1852.

que poderiam culminar em desfechos violentos. Não raro, escravos fugidos se apadrinhavam com proprietários vizinhos de seus senhores, negociando a volta para suas senzalas de origem. Em outros casos, cativos revoltados por *castigos injustos* recebidos procuravam padrinhos que lhes possibilitassem trocar de proprietários através da venda.⁴ Essa prática costumeira tinha maior possibilidade de êxito quando os cativos percebiam as redes sociais e políticas nas quais seus senhores estavam inseridos e, com isso, escolhiam a quem recorrer em caso de necessidade. Não adiantava pedir proteção a *qualquer* padrinho, pois seus senhores só aceitariam negociar com indivíduos portadores de poder (econômico e simbólico) igual ou superior ao seu. Também se tornava um risco recorrer a padrinhos que compusessem bandos ou facções políticas inimigas de seus senhores. Ou seja, deveriam proceder a uma avaliação política delicada, já que tinham muito a perder.⁵

A família Telles, provavelmente por proximidade profissional, tinha relações de parentesco e amizade com outros dois núcleos familiares liderados por militares, os *fogos*⁶, encabeçados pelo Capitão João José Correia Vasques (branco, casado, 44 anos), e o do Major João Luiz de Abreu e Silva (branco, 50 anos, baiano, casado). Observando as relações de seus senhores, os escravos do casal Telles optaram em buscar proteção junto a esses dois oficiais do Exército, o primeiro da mesma patente de seu senhor e o segundo, hierarquicamente superior.

Mas a violência de Maria Joaquina era seletiva em termos de gênero: ela preferia castigar, torturar e rapar os cabelos de suas duas escravas, Maria Antonia e Rosa. A violência física e estética praticada pela senhora Maria Joaquina já havia compelido algumas vezes suas duas cativas a buscar a proteção dos oficiais acima citados, o que provocou um estremecimento nas relações dessas famílias senhoriais. Os próprios cativos notaram que esses senhores brancos estavam *diferentes* uns com os outros; não que estivessem radicalmente rompidos, mas não se *frequentavam* com a mesma assiduidade. A preta Rosa, por exemplo, uma vez em que ficara “por morta proveniente de pancadas”, conseguiu o auxílio do Major Abreu e Silva, passando daí por diante a ser chamada ironicamente por sua senhora de “comadre de João Luiz”.

⁴ Sobre a noção de *castigo justo*, ver: LARA, 1988.

⁵ Sobre a organização das elites em *bandos* e redes sociofamiliares, ver: FRAGOSO, 2003; KUHN, 2006; FARINATTI, 2007.

⁶ Segundo Fabio KUHN (2006, p. 65), no Antigo Regime, fogo era um termo similar ou equivalente à família.

Pois foi justamente a preta Rosa que sofreu os maus-tratos que provocaram a montagem de um processo criminal contra a senhora Maria Joaquina, em 1852. Antecipemos, porém, o desfecho desse ato jurídico informando que o subdelegado considerou que os castigos foram *moderados*, não havendo comportamento criminoso.⁷

Já nos desviamos demasiado do teor deste artigo, apenas pelo prazer (mesmo que um tanto sádico) de explorar um documento tão precioso. O tema de nosso estudo é a questão da religiosidade, imbricada quase indissociavelmente com as práticas de cura, e o processo que arrastou Maria Joaquina à polícia e perpetuou até nós seu comportamento grosseiro traz em seu interior a descrição de um momento cotidiano da relação entre senhores e escravos que nos interessa citar. Trata-se justamente do instante em que a relação entre Rosa e sua impetuosa senhora atingiu um nível de tensão excessivo; deixemos que a *parceira* de Rosa, a preta Maria Antonia, nos descreva o que viu:

[...] e porque é de costume ensinar-se a rezar as crianças de manhã cedo, e porque uma destas não se benzia direito, foi mister a dita sua Senhora castigar a criança, e depois porque a preta Rosa que é Mãe desta cria, e que então estava na cozinha, e também já embriagada, estivesse falando com respeito aos castigos da criança, a mesma senhora foi à cozinha e lhe deu algumas pancadas e depois mandou a ela responder que aparasse o cabelo da referida preta Rosa, tempo em que esta não consentindo e dirigindo algumas palavras, por isso sua Senhora foi lhe dando com um cabo de vassoura e quando então quebrou-lhe a cabeça.

Já foi demonstrado por pesquisas recentes, como as de Nascimento (2006) e Tavares (2007), que é inverídica a reiterada afirmação de que a história do Rio Grande do Sul – principalmente nos séculos XVIII e XIX – caracterizava-se pela carência de religiosidade. A abundância de documentos eclesiásticos e a proliferação de irmandades religiosas pelo território sulino desmentem tal tendência à descrença e apontam para a complexidade desse fenômeno sociocultural.

A citação acima fala de um momento de aprendizagem levado a efeito pela senhora de escravos, que procurava iniciar as crias de suas cativas no universo religioso católico. Talvez as estivesse preparando para algum sacramento – como o batismo – ou considerasse que o sentimento místico fazia

⁷ A preta Rosa teve que suportar sua senhora, e provavelmente os seus maus-tratos, durante muitos anos, só obtendo a alforria (“plena liberdade”) aos 40 anos de idade, em 21 de junho de 1871. APERS – Porto Alegre, 2º Tabelionato, Livro 19, folha 112. MOREIRA & TASSONI, 2007.

parte da pedagogia necessária para a manutenção de um *bom escravo*. Quem sabe acreditasse que a adesão ao catolicismo afastaria as crianças do universo *africano* de suas mães e as tornaria mais dóceis e obedientes. Afinal, a Igreja Católica e seus representantes conviveram tranquilamente com a escravidão e mesmo auxiliaram ideologicamente a sustentá-la (BOXER, 1981; VAINFAS, 1986).

Para as finalidades deste artigo, entretanto, cabe lembrar que a questão da religiosidade, nesse universo cultural atlântico, representou um processo complexo de interação sociocultural que não se esgotou na imposição.⁸ Como afirma Faria (2004, p. 52): “A utilização de símbolos e rituais católicos por africanos deve ser considerada em termos polissêmicos, pois pessoas podem utilizar os mesmos símbolos ou ritos e imprimir-lhes significados totalmente diferentes, ou pretender outros objetivos”. Assim, através principalmente de documentos judiciais, almejamos neste texto uma aproximação com esse universo mágico-religioso que existia no Brasil meridional, no século XIX, onde uma intensa circularidade cultural aproximava personagens social e etnicamente díspares.⁹

* * *

As lagoas que acompanham o litoral norte do Rio Grande do Sul, nos municípios de Osório, Santo Antônio da Patrulha, Maquiné e Torres, são a base de muitas das lendas que por lá correm. Noivas fantasmas, ventos repentinos, naufrágios inexplicáveis, espectros de escravos que foram assassinados por senhores para eternamente vigiar tesouros enterrados, são alguns dos elementos contados e recontados pelos habitantes com encanto e certo receio.

Pois foi numa dessas lagoas que desapareceu, em 24 de agosto de 1873, em pleno dia dedicado a São Bartolomeu, o escravo africano Francisco, visto por seus contemporâneos como *feiticeiro* e *curandeiro*. Seu cadáver nunca foi encontrado, apesar dos indícios apontarem dois proprietários locais como suspeitos de homicídio. Essa região, entre o mar, as lagoas e a Serra do Mar (com suas densas florestas), era local propício para o sumiço de indivíduos, seja em fuga para os campos de Cima da Serra ou Santa Catarina, ou abatidos em assaltos e escaramuças. Neste segundo caso, os cadáveres raras vezes

⁸ Ver: THORNTON, 2004; ALENCASTRO, 2000, SWEET, 2007: 2011; SCOTT & HÉBRARD, 2012.

⁹ Sobre circularidade cultural, ver: GINZBURG, 1987; ABREU, 1999; BAKHTIN, 1993.

apareciam, consumidos pelos animais selvagens, escondidos num número infinito de lugares ermos, onde a natureza dava cabo de qualquer prova material de crime. Era, portanto, uma terra fértil para lendas e crimes insólitos.¹⁰

O escravo africano Francisco pertencia ao senhor João Coelho da Costa, que, no mês seguinte ao desaparecimento de seu cativo, enviou um ofício ao subdelegado de polícia de Torres. Nessa correspondência, informava que Francisco estava alugado ao lavrador Ricardo Nunes Cardoso, de quem obtivera licença para, em 24 de agosto último, ir à casa de José Caetano de Souza. Coelho da Costa informava que seu cativo não sumira *em caminho* e que *diziam* ter sido assassinado. Provavelmente, a versão do assassinato foi levada ao senhor Coelho da Costa pelo próprio Ricardo Nunes Cardoso, *amo* de Francisco.¹¹ Ao longo do processo, entretanto, várias das testemunhas arroladas defendiam a tese de homicídio, baseadas na *satisfação* que Francisco demonstrava em sua relação com Cardoso e no atrito que percebiam haver entre este africano e os Medeiros, família de lavradores locais.

Quanto ao primeiro ponto, a *satisfação* que demonstrava Francisco, certamente devemos considerar que isso precisa ser contemplado no interior das práticas costumeiras e das possibilidades ensejadas pela sociedade escravista aos cativos. Desde Genovese (1979), sabemos que os escravos também foram personagens atuantes na formação do mundo escravista, negociando direitos e forçando a ampliação de seus espaços de atuação, *dentro* das relações escravistas.¹² Percebemos que, talvez por sua capacidade de trabalho (iniciativa, força física, inteligência) aliada aos seus conhecimentos curativos, Francisco tinha uma situação privilegiada junto a seu amo Cardoso. Nas palavras de uma testemunha isso fica ainda mais claro. O alemão Jacob Lippert, lavrador de 60 anos de idade, supunha que Francisco fora assassinado, pois perguntara ao mesmo como estava na casa de Ricardo Cardoso e o africano lhe assegurou que estava muito satisfeito, “visto tratar-lhe o mesmo

¹⁰ APERS – 1º Cartório Cível e Crime, Osório, Caixa 275, processo 512, 1873. Em 1888, o liberto João (morador no 2º distrito do Maquiné, 25 anos, solteiro, filho natural de Tereza, lavrador e campeiro) foi indiciado pela morte de seu ex-senhor, praticada com um machado. A polícia deu prosseguimento ao processo apesar de, inicialmente, não ser encontrado o cadáver, “devido certamente a ter sido devorado pelos bichos” (APERS – Osório – 1º Cartório Cível e Crime, caixa 281, auto 620).

¹¹ Usaremos, ao longo do processo, várias vezes as expressões *talvez*, *provavelmente* e outras indicativas de incerteza. Sobre o uso metodológico destas expressões, vide: DAVIS, 1987; GINZBURG, 1991.

¹² Ver: CHALHOUB, 1990; COSTA, 1998.

Cardoso muito bem e sua família, pois já lhe tinham dado um pedaço de terras para plantação de canas”.

Lippert e outras testemunhas, incluindo Ricardo Cardoso, não acreditavam na fuga de Francisco, pois, optando pelo rompimento, ele estaria rejeitando (abandonando) uma série de preciosas conquistas que havia obtido, certamente com muito esforço. Ricardo Cardoso era lavrador de canas e, como percebemos na declaração acima, já havia permitido a Francisco usufruir um lote de terras para igual produção. Destaquemos que não se tratava de uma roça para subsistência (o que talvez já usufrísse Francisco), mas de um pedaço de terra onde poderia plantar cana, que seria certamente usada para a venda (talvez para o próprio engenho de seu amo), gerando capital que poderia ser usado para melhorar a situação de vida em cativo e acumular pecúlio para a tão sonhada alforria (CASTRO, 1995). Como perceberemos adiante, Francisco gozava de um trânsito relativamente amplo pela região, e a economia própria que possuía já lhe permitira comprar alguns artigos de consumo, como fumo e roupas, gêneros que deixara na casa de seu amo quando de sua improvável fuga. Como também comungamos da impressão que o feiticeiro Francisco foi assassinado naquele domingo de 1873 e teve seu cadáver *desovado* em algum recôndito local onde repousa até hoje, tentemos agora reconstituir os seus últimos passos.

Como era um domingo e ainda mais dia santo, como já dissemos, consagrado a São Bartolomeu, Francisco obteve licença para ir a algumas casas de conhecidos, desde que retornasse naquele mesmo dia “para ao meio-dia principiar a capinar” as canas de seu amo. Sabemos que ele visitou as casas de alguns lavradores, entre eles Ricardo Caetano de Souza (38 anos, casado, natural da Capela de Viamão) e Manoel José Fernandes (30 anos, casado, de Santa Catarina), e foi à Casa de Telha, onde residia a mulata Henriqueta Cezaria. Na casa dessa última, Francisco foi levar algumas *esteiras*, que talvez fossem feitas por ele e constituíssem outra de suas estratégias de sobrevivência. Sabemos, por depoimentos presentes neste processo, que Henriqueta tinha dois filhos – Rafael e Inácia –, mas apenas podemos cogitar a existência de uma relação familiar entre ela e Francisco.

A simplicidade das residências, mesmo as das elites, fez com que a existência de uma *Casa de Telhas* gerasse tanto assombro que marcou toponimicamente a região.¹³ Esta denominação, já encontrada em documentos do

¹³ Sobre a cultura material das elites setecentistas, ver: KUHN (2006, capítulo 4).

século XVIII, descreve um lugar situado à margem da Lagoa dos Quadros, contra a serra, onde devia existir “algum estabelecimento com cobertura de telhas, distinguindo-se consideravelmente dos outros que, em geral, eram cobertos com esteiras de palhas”.¹⁴

Segundo nos parece, o trajeto de Francisco naquele domingo tinha finalidades profissionais, afetivas e de sociabilidade, mesmo que essas três instâncias só sejam por nós separadas para que se tornem mais visíveis, pois estavam simbioticamente interligadas. As esteiras levadas por Francisco para a casa de Henriqueta talvez fossem comercializadas, mas também poderiam servir para o repouso das pessoas da casa ou dele mesmo, quando lá eventualmente pernoitasse. Com relação aos outros lavradores visitados por Francisco em seu último domingo vivo, tanto Ricardo Souza como Manoel Fernandes tinham a mesma explicação. Segundo eles, Francisco foi convidá-los para irem à casa de seu amo ver “brincar” ou “dançar” um boi.

Os pesquisadores acostumados a utilizar processos criminais como fonte primária de seus trabalhos sabem o quanto são ricas e complexas as informações que estes documentos judiciários nos trazem. Realmente, como menciona Ginzburg (1991) referindo-se aos processos inquisitoriais, são *minas de dados involuntários*, trazendo-nos fugidios e indispensáveis subsídios para a análise, principalmente das culturas populares. Por outro lado, frustra-nos os depoentes não serem interrogados com mais afinco sobre questões de nosso interesse! Neste caso específico, muito gostaríamos que as autoridades policiais, ou mesmo o escrivão, tivessem a curiosidade de perguntar às testemunhas mais detalhes sobre essa festividade para a qual foram convidados, mas a parcimônia dos envolvidos com este momento lúdico não nos parece denotar desinteresse; pelo contrário, indica ser esta festa uma prática habitual. Não havia motivo para estender o interrogatório; todos sabiam sobre o que se estava falando.

Podemos inferir, porém, no que estavam nossos involuntários informantes envolvidos, até porque algumas destas práticas, mesmo que com alterações, persistiram até a atualidade. Esta região, palco do desaparecimento do *feiticeiro* Francisco, foi efetivamente ocupada ao longo da segunda metade do século XVIII, caracterizando-se como local de produção e passagem de gado. Talvez as testemunhas deste processo de 1873 estivessem se referindo ao que hoje conhecemos por *Farra do Boi* ou “*brincadeira do boi-bravo*”, tradi-

¹⁴ Segundo BASTOS (1937), a própria Lagoa dos Quadros chegou a ser conhecida como da Casa de Telhas.

ção trazida pelos açorianos e que hoje ainda é encontrada na cultura litorânea, principalmente do Estado de Santa Catarina. Esta região onde se desenrolou o drama de Francisco é contígua em termos geográficos, e similar culturalmente, ao litoral catarinense.¹⁵

Em poucas palavras, nesta farra ou dança, um boi adquirido coletivamente ou ofertado por algum indivíduo é mantido em cativeiro sem alimento por alguns dias e depois é solto, sendo perseguido e maltratado até morrer. O significado da prática da farra ou brincadeira do boi não é claro: alguns atribuem ao boi o papel de representação de Judas, outros o de diabo. Num ou noutro papel, o significado é exorcizar o mal e trazer o bem, o que, numa comunidade de produção agropecuária, provavelmente significava agradecer pelas colheitas e pedir chuva. Mesmo que agosto não seja o mês típico da *brincadeira do boi* – que geralmente ocorre na semana santa –, provavelmente o uso do dia santo dedicado a São Bartolomeu foi compreendido (e provavelmente ressignificado) pelos participantes, que é o que realmente importa.

O dia 24 de agosto é consagrado a São Bartolomeu, sobre o qual existem poucas informações teológicas, além de ter sido um dos doze apóstolos de Cristo. Este apóstolo pregou na Ásia (Índia e Armênia) e teria sido esfolado em Derbent, no Cáucaso; por isso, sua imagem na Capela Sistina carrega a própria pele na mão e um alfanje na outra, instrumento com o qual teria sido supliciado¹⁶. Por estas características, São Bartolomeu é apontado pela tradição popular como padroeiro dos açougueiros e da dermatologia. Este apóstolo de Cristo costuma ser invocado para auxiliar a exorcizar o diabo do corpo dos possuídos. Assim, o dia de São Bartolomeu prestava-se muito bem para que aqueles vizinhos compartilhassem a *dança do boi*, combatendo o mal, salvaguardando o espírito e depois alimentando a carne.

¹⁵ Outra comemoração popular até hoje existente no litoral de Santa Catarina e em várias outras partes do território brasileiro e que é similar ao descrito no processo, é a festa do Boi-Bumbá ou Boi-Mamão, também chamada de “Festa do Boi” ou “Brincadeira do Boi”, que ocorre anualmente entre os meses de junho e agosto (CASCUDO, 1988, p. 129). Existem variações regionais, mas no norte “o enredo da brincadeira, como é costumeiramente chamada por seus praticantes, gira em torno de uma mulher grávida (Catirina) desejosa por comer a língua do boi mais bonito da fazenda e que tudo faz até conseguir seu intento, ajudada pelo marido, o negro Chico ou Pai Francisco. Depois de saciado o desejo de Catirina, o amo da fazenda descobre o crime e passa a ameaçar pai Francisco, caso o boi não volte à vida. É então chamado o pajé e sua tribo para executarem o ritual de pajelança, fazendo com que o boi renasça. O êxito do ritual é celebrado com uma grandiosa festa, onde participam todos do grupo” (FERREIRA, 2011).

¹⁶ Alfanje: “Sabre de folha larga, curta e recurva, cimitarra mourisca” (LELLO, s/d, p. 71).

Contudo, para o africano Francisco e outros membros da comunidade negra litorânea, São Bartolomeu talvez fosse visto como codinome de Oxumarê, orixá iorubano do arco-íris e da serpente: “O arco-íris é N’Tyama, serpente que vive no fundo do rio Congo no primeiro rápido, e quando, depois da chuva, vem aquecer-se à superfície, o dorso se reflete nas nuvens, formando o espectro das sete cores” (CASCUDO, 1988, p. 562-563).

Esta divindade é originária do Daomé, de cultura Jeje, e sua ocupação consistia em “transportar água da terra para o ardente palácio das nuvens, onde reside Xangô”.¹⁷ Oxumarê seria o arquétipo da perseverança, dos indivíduos que não medem os sacrifícios para atingir seus objetivos, das mudanças constantes, das reorientações bruscas das trajetórias de vida, como aquelas provocadas pelo tráfico transatlântico. Também é relacionado à dualidade, à androginia, já que metade do ano seria macho (arco-íris) e na outra metade fêmea (serpente). Estas alterações permanentes, representadas na troca de pele da serpente e no suplício do apóstolo, além do fato de que tanto um como outro manuseavam, em diferentes contextos, instrumentos cortantes (a alfanje do esfolamento e a faca de bronze com que o orixá impedia as chuvas), são elementos que aproximavam e confundiam Oxumarê e São Bartolomeu.

* * *

Esta área do litoral norte do Rio Grande do Sul – Osório, Maquiné – tinha boa parte de sua população composta por africanos e afrodescendentes. No ano seguinte à promulgação da Lei do Ventre Livre, em 1871, o governo imperial ordenou que se procedesse a rigoroso censo. Segundo este levantamento de 1872, considerando os municípios de Santo Antônio da Patrulha e Osório, temos 29.236 indivíduos livres (85,03 %) e 5.145 escravos (14,97 %), numa população total de 34.482 habitantes. Para as finalidades deste artigo, achamos conveniente um recorte do contingente populacional, considerando apenas a *população não branca* desta região litorânea.

¹⁷ Para LOPES (2004, p. 505), Oxumarê é uma “divindade jeje que os iorubás incorporaram ao seu panteão”.

**Tabela 1 - População não branca
(Santo Antônio da Patrulha e Osório – 1872)**

	Pardos				Pretos				Caboclos	
	Livres		Escravos		Livres		Escravos		Livres	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
SAP¹⁸	1.612	1.475	575	572	1.115	1.059	1.318	1.213	519	350
OSÓ	462	479	263	205	547	520	585	414	103	201
Sub	4.028		1.615		3.241		3.530		1.173	
Total	5.643				6.771				1.173	

Como podemos verificar na tabela acima, um total de 13.587 indivíduos era descrito como *não brancos*, o que caracteriza um contingente de 39,4% do total e descreve uma sociedade com alto grau de mestiçagem.

Usando o catálogo de inventários *post-mortem* produzido pelo APERS, montamos, pelo menos parcialmente, o quebra-cabeça daquela sociedade escravista litorânea. Encontramos 617 inventários nas comarcas de Santo Antônio da Patrulha, Rio dos Sinos e Maquiné, compreendendo os municípios de Osório, Santo Antônio, Maquiné e Torres, computando um total de 3.482 cativos no período entre 1850 e 1888. Quanto à estrutura de posse de escravos, construímos a tabela 2, abaixo.

Tabela 2 - Estrutura de posse de escravos (1850-1888)

FT P ¹⁹	Nº de inventários	%	Nº de escravos	%	Homens	%	Mulheres	%
De 1 a 5	401	64,99	987	28,39	535	54,20	452	45,80
De 6 a 9	117	18,96	856	24,62	468	54,67	388	45,33
De 10 a 20	79	12,81	1.036	29,79	566	54,63	470	45,37
+ de 20	20	3,24	598	17,20	331	55,35	267	44,65
Total	617	100,00	3.477	100,00	1.900	54,64	1.577	45,36

Fonte: Catálogo de inventários *post-mortem* (4 volumes) – APERS.

¹⁸ SAP = Santo Antonio da Patrulha; OSÓ = Osório.

¹⁹ Faixa de tamanho de plantel.

Pela tabela acima, vemos que 83,95 % dos senhores de escravos do litoral norte, entre 1850 e 1888, tinham plantéis de um a nove cativos. Nestas pequenas e médias escravarias, viviam cerca de 53% dos moradores escravizados daquelas localidades litorâneas. Considerando como grandes escravarias aquelas com senzalas com 10 ou mais moradores, verificamos que em 16,05% das propriedades viviam os restantes 47% dos escravos. Certamente por tratar-se de um período posterior ao fechamento legal do tráfico transatlântico de almas africanas, constatamos um relativo equilíbrio entre os sexos em todas as faixas acima apontadas, o que evidencia a existência de uma boa reprodução endógena, certamente calcada em laços familiares e afetivos moldados na esfera das senzalas.

Segundo Barroso (2006, p. 86, 92), o litoral norte tornou-se uma região tradicional da plantação canavieira, entre outras coisas, por particularidades ecológicas, como a de ser pouco atingida por geadas: “A amenidade do clima, dada a influência termorreguladora do mar, é amplamente favorável à cultura da cana-de-açúcar”. Esta pesquisadora chega a chamar as localidades do litoral norte (Torres, Osório e Santo Antônio da Patrulha, incluindo as colônias alemãs de São Pedro e Três Forquilhas) de *comunidades com identidade canavieira*. Segundo correspondência dos vereadores de Santo Antônio da Patrulha, em 1860, a sede e o distrito da Miraguaia daquele município possuíam 59 engenhos de destilar aguardente, sete de fabricar melado e 25 de produzir rapaduras (BARROSO, 2006, p. 92, 93, 95, 99). Como já notamos no caso da economia própria do escravo Francisco, a plantação de cana-de-açúcar (e a sua manufatura) aparece reiteradamente nos documentos analisados.

Infelizmente, apenas 156 trabalhadores escravizados arrolados nos inventários *post-mortem* da região aparecem descritos com os ofícios nos quais se empregavam.

Tabela 3 - Ofícios dos escravos arrolados nos inventários *post-mortem* (Santo Antonio da Patrulha e Osório, 1850-1888)

Campeiro	20 ⁴⁷
Roceira/o	31
Lavrador	28
Cozinheira	23
Carpinteiro	5
Costureira	11
Lavadeira	3
Sapateiro	1
Serviço de casa	1
Serviço doméstico	6

Fonte: Catálogo de inventários *post-mortem* (4 volumes) – APERS.

Dado raro nos inventários *post-mortem*, os ofícios dos cativos arrolados não nos permitem muitas especulações sobre os mundos do trabalho daquela sociedade escravista litorânea. Os dados que apresentaremos a seguir apontam a existência de unidades produtivas dedicadas à lavoura e à pequena criação de gado, estando a pecuária extensiva reservada aos maiores fazendeiros. Mesmo que os campeiros sejam a maioria, se somarmos lavradores e roceiros, temos 59 trabalhadores. Muitos destes campeiros deviam ser aplicados não só as lides do campo, mas a condução de tropas para Cima da Serra (WEIMER, 2008).

O escravo africano Francisco pertencia, como já vimos, ao senhor João Coelho da Costa²¹, casado com Constança Luiza da Conceição (com quem teve 11 filhos). Não sabemos onde João nasceu, mas seu pai Joaquim nasceu e foi batizado na freguesia de Santo Antônio, província de Santa Catarina, caracterizando uma migração litorânea interprovincial. O patrimônio de Coelho da Costa, inventariado em 1876, somava um total de quase 12 contos de réis, dividido em objetos de prata (109\$600 réis), escravos (3:750\$ réis), gado (1:752\$ réis), bens de raiz (5:666\$833 réis), móveis (375\$660 réis)

²⁰ Sendo dois campeiros e domadores.

²¹ APERS – Cartório Órfãos e Provedoria de Santo Antônio da Patrulha, testamento 107, Testador: João Coelho da Costa, testamenteiro: Joaquim Coelho da Costa, 1876; Cartório de Órfãos de Santo Antonio da Patrulha, maço 15, inventário, N° do processo: 468, Inventariada: Constança Luiza da Conceição, Inventariante: João Coelho da Costa, 1876.

e roças (95\$). Ou seja, os bens do senhor de Francisco dividiam-se principalmente entre escravos (31,91%), gado (14,91%) e bens de raiz (48,22%). Ele era, sem dúvida, o mais rico dos senhores envolvidos.

A comunidade escrava que vivia e trabalhava na propriedade de João Coelho da Costa era composta de 11 indivíduos, todos matriculados conforme era determinado pela lei de 28.09.1871. Infelizmente, as matrículas não estavam anexas ao inventário, e os avaliadores não se importaram em descrever este núcleo populacional com grande esmero. Era uma comunidade madura, composta de duas crianças (Feliciano, de 10 anos, e Cipriano, de 6), que conviviam com nove adultos e certamente eram cuidadas por eles: Aleixo (de 63 anos), José (com 43), Manoel (33), Caetano (28), Rafael (17), Dionísia (68), Felipa (48), Luiza (18) e Maria (20). Cinco adultos homens e quatro mulheres, convivendo com duas *crianças*, quem sabe configurasse uma comunidade estruturada em três gerações geradas em cativeiro. Segundo os avaliadores, Aleixo *parecia* ter mais idade do que a declarada, Manoel era *falto de vista* e Felipa era *doente*. Estes dados são reiterativos nos inventários analisados, onde frequentemente cativos eram descritos como atacados por males permanentes (*patetas*, parálíticos, aleijados) ou transitórios (*achacado de enfermidades*, fistulosos, quebrados das virilhas). Ou seja, era uma população carente de curadores de males físicos e espirituais.

Mesmo que a região tivesse, como afirmado acima, uma *identidade canavieira*, as famílias mais abastadas certamente era aquelas que conseguiam montar uma unidade plural em termos produtivos, mesclando atividades diversas. Os Coelho da Costa tinham uma casa com engenho de moer cana, com alambique e forno de fazer melaço e outra com atafona e pertences de fazer farinha²². Como era de se esperar, tinham quatro roças de cana e uma de mandioca, além de 17 bois mansos para lavrar a terra. Nos campos que possuíam, criavam algum gado, em quantidade nada comparável aos pecuaristas da fronteira oeste (126 reses de criar). Além disto, tinham 10 porcos de diversas idades e tamanhos. Graças às reclamações de alguns herdeiros insatisfeitos, os avaliadores tiveram que voltar e avaliar roças de feijão e trigo, um laranjal, e inserir o preço do pardo Teodoro, apresentado como substituto no Exército para a dispensa do filho Manoel, durante o conflito com o Paraguai. É interessante notar que os arrolamentos patrimoniais *post-mortem* abor-

²² Segundo WEIMER (2013, p. 116), as benfeitorias descritas nos inventários *post-mortem* como *engenhos* eram “destinadas à moagem da cana-de-açúcar, as atafonas eram voltadas à produção de farinha”.

dados e mesmo o censo de 1872 citam dezenas de escravos fugidos, mas no inventário de João Coelho da Costa (feito apenas três anos após os acontecimentos que analisamos) não existe qualquer menção a seu escravo Francisco, mostrando a certeza da família senhorial sobre o seu sanguinolento destino.

Já o *amo* de Francisco – Ricardo Nunes Cardoso – era morador no distrito da Freguesia das Torres quando, em 18 de janeiro de 1877, faleceu a sua esposa Felicidade Clara de Jesus, deixando sete filhos, entre os 24 e 8 anos de idade.²³ O patrimônio de Ricardo, pelo menos naquele ano, era de menos da metade de João Coelho da Costa – 5:445\$700 réis, dividido em móveis (1:271\$700), escravos (800\$), gado (196\$000) e bens de raiz (3:178\$). Ou seja, era um patrimônio concentrado em escravos (14,69 %), bens de raiz (58,36%) e móveis (23,34%). O gado da família Cardoso era basicamente o usado na lavoura e no engenho de cana e na atafona (seis bois mansos e um cavalo em mau estado). Os móveis avolumaram-se neste inventário, pois os avaliadores incluíram aí os utensílios do alambique, tachos, forno para açúcar, oito pipas com aguardente e uma roça de canas. Ricardo alugava os serviços de Francisco e tratava-o bem, pois tinha apenas a mão de obra familiar e dois escravos para tocar aquele pesado trabalho rural. O seu plantel era composto pelo pardo Rafael (de 37 anos) e pela africana Isabel (de 56 anos).

Uma das filhas do *amo* de Francisco, Galdina Clara da Assunção, era casada com Martinho Lippert, filho de uma das principais testemunhas do processo de 1873 – o alemão Martinho Jacob Lippert.²⁴ A família protestante dos Lippert chegou da Prússia em 1826 e instalou-se na colônia de São Pedro de Alcântara, em Torres, trazendo em seu seio o menino Jacob, então com 11 anos de idade. Martinho casou com Ana Luiza do Nascimento, com quem teve pelo menos sete filhos.

Segundo a historiadora Vera Barroso, os alemães instalados em colônias no litoral norte rapidamente absorveram os hábitos produtivos de seus vizinhos lusos. Em 1850, por exemplo, os imigrantes *alemães* ali instalados produziram mandioca, café e algodão, mas, principalmente, produtos derivados da cana: “814.000 rapaduras e 91 pipas de aguardente (Três Forqui-

²³ APERS – Cartório de Órfãos e Ausentes da Vila de São Domingos das Torres, município de Osório, comarca de SAP, Inventário 57, maço 2, Inventariado: Felicidade Clara de Jesus, Inventariado: Ricardo Nunes Cardoso, 1877.

²⁴ APERS – Cartório do Cível da Vila de São Domingos das Torres, auto 10, maço 1, Processo judicial – partilha, Requerente: Jacob Lippert, Requerido: Anna Luiza do Nascimento, 01/01/1885. Osório / Comarca do Rio dos Sinos.

lhas); 632 pipas de aguardente (São Pedro de Alcântara”). Segundo o seu inventário *post-mortem* de 1885, Martinho Jacob Lippert não possuía escravos²⁵, e o seu patrimônio seguia a tendência apontada nos outros documentos litorâneos, somando apenas 2:140\$ réis: terras de barro no lugar da moradia (864\$), terras de areia (510\$), casa de moradia (200\$), casa de engenho de fabricar aguardente e farinha (250\$), alambique (150\$), forno para fazer açúcar (32\$).²⁶

* * *

Depois de descrevermos, com as informações que temos, os últimos passos de Francisco, necessitamos ainda introduzir em nosso enredo mais alguns personagens, principalmente aqueles apontados pela *voz pública* como os responsáveis diretos pelo crime de homicídio. A primeira testemunha a dar depoimento para a polícia foi o lavrador Ricardo Nunes Cardoso, de 56 anos, a quem estava alugado o preto Francisco. Como vimos, ele não acreditava na versão de fuga e, portanto, a polícia logo lhe perguntou se o escravo desaparecido tinha *intrigas* com alguém. Cardoso respondeu que *supunha* que tivesse intrigas com Antonio Medeiros:

[...] visto ter este há pouco tempo lhe mandado chamar em ocasião que vinha da fazenda de João Cardoso Vieira, e que lá chegando em casa do mesmo Medeiros, este pediu-lhe permissão para ir a sua casa, a fim de agarrar o escravo Francisco e fazer com que lhe desse o que Medeiros lhe tinha dado, visto ter-lhe dito seu curador de feitiço que o mesmo escravo tinha guardado essas coisas em sua caixa, debaixo da cama, e que por essas cousas é que tinha já falecido suas duas mulheres e sua filha, isto é, do mesmo Medeiros, e que iria falecendo sua mais família e depois ele, se por ventura não obtivesse o que o dito Medeiros tinha dado ao mesmo escravo Francisco.

²⁵ Estamos longe de usar este exemplo para destacar que os colonos alemães não possuíam escravos. O historiador Marcos WITT (2008, p. 196), que pesquisou esta região litorânea, analisou a lista de clientes da venda do pastor Carlos Voges, em Três Forquilhas, e encontrou o *negro* Affonso Voges com uma dívida de 57\$540 réis, em 1891. Affonso era ex-escravo da família Voges, aparecendo no inventário de Guilhermina Voges (1880), com 44 anos e com o ofício de lavrador. Sobre a posse de escravos nas colônias alemãs, ver: MOREIRA & MUGGE, 2014.

²⁶ Seu filho homônimo morreu em 16.01.1918, às 7 horas da manhã, sem testamento, com 71 anos de idade. Ele morava no lugar chamado Costa da Lagoa, em “uma pequena casa, mui velha, precisando de consertos importantes por se achar em mau estado, feita na mocidade do inventariado, coberta de telhas”, e tinha, como seu pai, uma casa de engenhoca de fabricar aguardente, tudo em mau estado, “feita também na mocidade do inventariado” (APERS – Cartório de Órfãos e Ausentes de Torres, Autos de Arrolamento de Bens nº 421, Inventariado: Martinho Jacob Lippert, Inventariante: Galdina Clara de Assumpção, 1920. Município: Torres, Comarca de Santo Antônio da Patrulha).

Cardoso, segundo seu depoimento, negou a permissão solicitada por Medeiros e aconselhou-o a queixar-se às autoridades ou ao senhor de Francisco, ao que este respondeu:

[...] que ao menos visse se o escravo Francisco tinha uma caixa debaixo de sua cama e que fizesse com ela certas simpatias, mas não sendo aceito por ela testemunha [SIC], mesmo porquê não existia tal caixa, no dia seguinte veio o mesmo Medeiros em sua casa com sua irmã, a fim de fazerem a simpatia pedida.

Surge no cenário a família Medeiros, com quem Francisco teria *intrigas*. Neste processo de 1873 foram apontados três réus, sendo dois deles membros desta família: Antonio José de Medeiros (filho de José Inácio de Medeiros, 30 e tantos anos, viúvo, lavrador, nascido em Torres/RS) e Plácido José de Medeiros (filho de José Inácio de Medeiros, 36 a 37 anos, solteiro, lavrador, nascido no Estreito/SC).

Em 17 de outubro de 1880, o Juiz de Órfãos Daniel José Raupp mandou que Antônio José de Medeiros abrisse inventário, sob pena de sequestro²⁷. Ele era lavrador e morava no distrito das Torres, e sua esposa Ana Maria da Conceição falecera em 10.03.1866. Medeiros tinha um patrimônio um pouco maior do que os seus vizinhos Lippert, chegando a quase 3 contos de réis, dividido em móveis (228\$), bens semoventes (106\$) e bens de raiz (2:383\$120). Praticamente 88% do que este casal possuía estava concentrado em terras no Morro do Descanso (Torres) e em Três Forquilhas, além da casa de engenho de canas (*em mau estado*). Entre os bens móveis estavam arroladas duas pipas de aguardente (64\$), duas roças de canas velhas (14\$) e um pilão de engenho de canas ferrado (42\$). Os bens semoventes eram auxiliares na lavoura e trabalho do engenho e não para a criação (junta de bois mansos de carro, um boi manso pequeno, uma mula mansa velha e um cavalo manso velho).

No redemoinho de versões constantes no processo, tentaremos desvelar algumas pistas que nos indiquem uma narrativa verossímil. Sabemos do grau de incerteza do enredo que iremos montar, ainda mais tendo como base as fábulas que compõem uma peça criminal²⁸, mas não nos furtaremos de expor mais uma versão *nostra* do ocorrido. Segundo nos parece, os proble-

²⁷ APERS – Cartório de órfãos e ausentes da Vila de São Domingos das Torres, Comarca de Maquiné, auto 72, Inventariado: Anna Maria da Conceição, Inventariante: Antonio José de Medeiros, 1880.

²⁸ Sobre a forma de analisar processos-crimes, ver: CORRÊA (1981), ZENHA (1984) e CHALHOUB (1986).

mas dos Medeiros começaram anos antes deste fatídico dia de 24 de agosto de 1873. A mulher de Antonio José de Medeiros, em alguns depoimentos chamado de Antonio Luiz, estava grávida e tinha graves problemas de saúde – temia-se pela morte da mãe e do filho que carregava no ventre. Antonio Medeiros, então, recorreu a quem o costume dizia ser um dos principais especialistas em práticas de cura da região – o preto africano Francisco, apontado como o “maior feiticeiro que havia no lugar”.

O fato de senhores de escravos procurarem auxílio para doenças junto aos seus escravos ou de outros proprietários não nos deve espantar. Abundam nos cartórios registros de cartas de alforria concedidas em agradecimento aos cuidados prestados pelos cativos nas enfermidades da família senhorial. A preta crioula Antonia foi libertada em 1862 por sua senhora Firmiana Souza em remuneração aos serviços prestados, pelo amor e amizade com que tinha suprido sua senhora desde que a mesma enviuvou, “em cujo estado somente tive o [seu] arrimo e o desvelo em minhas enfermidades”. José Matos, morador de Triunfo em 1822, alforriou o africano Benguela José por “desencargo de minha consciência e pela muita caridade com que me tem tratado nesta minha enfermidade e se achar também com princípio da mesma minha enfermidade de morfeia”.²⁹

Alguns historiadores, entre eles Faria (1998, p. 293), destacam que a formação social brasileira se caracterizou por uma intensa circularidade de culturas. Segundo ela:

Africanos ou crioulos, escravos do Brasil conviveram de perto com o homem branco, o que os diferenciava de algumas áreas escravistas da América. Aqui, portanto, houve possibilidades de intercâmbio ou, melhor dizendo, maior ‘circularidade’ de culturas. Africanos se ‘europeizaram’ e colonos brancos se ‘africanizaram’.

Pensamos que os escravos habitavam uma fronteira cultural que mesclava experiências africanas, europeias e indígenas, sendo compreensível que eles dominassem um arsenal de práticas de cura que os habilitava a atender seus parceiros e integrantes do mundo dos brancos. Destarte, nada de estranho que Medeiros procurasse Francisco, um especialista na arte das curas.³⁰

Supomos que Francisco tenha começado a tentar salvar a mulher de Medeiros recorrendo a ervas medicinais, mas que elas tenham sido inúteis. Baldados seus esforços para resolver as coisas pelos métodos naturais, ele

²⁹ Ver: WITTER, 2007.

³⁰ Sobre o complexo campo da cura na sociedade escravista, ver: SAMPAIO, 2002; PIMENTA, 1998; FARBERMAN, 2005; KARASCH, 2000; ABREU, 2005; WEBER, 1999; WITTER, 2000.

então recorreu aos seus poderes mágico-religiosos, solicitando a Medeiros alguns itens para dar início aos trabalhos: um ovo de galinha preta, um novelo de linha, algumas agulhas e uma tesoura. Nada sabemos, infelizmente, sobre os rituais postos em prática e os significados dos objetos pedidos (novamente o laconismo das fontes!), mas o que ocorreu é que a esposa de Medeiros faleceu e seu filho sobreviveu, mesmo que adoentado. Desconhecemos quando teve início a desavença entre Antonio Medeiros e Francisco – quem sabe discutiram quanto à retribuição dos serviços –, mas o lavrador atribuía o falecimento de sua mulher à maldade deste feiticheiro. Segundo o depoimento de Felicidade Clara de Jesus (50 anos, casada com Ricardo Nunes Cardoso), seu *compadre* Antonio Medeiros estava impressionado com os malefícios que sua família sofria e os atribuía aos poderes de Francisco, ao que ela retrucou que ele não devia acreditar “nessas cousas” de “feitiçaria de negros”:

Disse-lhe então, se não havia de crer, se o escravo Francisco lhe tinha dito que, quando sua mulher estivesse prestes a ter a criança, pusesse uma tesoura debaixo da cama dela aberta, e que tendo ele ao depois conversado com certas mulheres parteiras, todas lhe disseram que estando a tesoura aberta, como estava, embaixo da cama, não podia se livrar sua mulher.

Indícios como este mostram que o prestígio das parteiras não se baseava apenas em suas habilidades manuais e basicamente práticas. O valor social das mesmas residia no conhecimento que tinham sobre o corpo feminino (um enigma no período), mas também aos conhecimentos obtidos em um mister exercido no convívio estreito com a vida e a morte: “De resto, era tão trivial em Minas quanto no extremo sul do Brasil a corriqueira associação entre as parteiras populares, o feitiço e a magia” (WITTER, 2005). Ou seja, parteiras eram reconhecidas comunitariamente como intermediárias entre o natural e o sobrenatural, informantes confiáveis de mezinhas e esconjuros (FIGUEIREDO, 2002).³¹

Confiando no que dizia e acreditava Medeiros, veremos que a partir daí sua vida entrou numa fase ruim: outra mulher da família faleceu, ele mesmo sentia-se fraco, “suas roças nada produziam e tudo quanto ali plantasse seria infrutiferamente”. Acrescentemos a este cotidiano de doença e dor o fato de Medeiros ter ainda que cuidar de seu filho recém-nascido, que, como já dissemos sobrevivera, mas enfermiço. Era imprescindível reagir, e foi o que fez Medeiros, procurando um aliado especial – um *curador de feitiço*.

³¹ O respeito comunitário que acumulavam fazia com que as parteiras fossem madrinhas com grande número de afilhados (VENDRAME, 2013, p. 202).

Os leitores atentos devem ter notado que acima mencionamos que o processo criminal que nos serve de fonte indicou três indivíduos, sendo dois da família Medeiros. Neste momento, então, introduziremos mais um personagem essencial nesta trama. Trata-se do africano Antonio, escravo de João Silveira de Souza, com aproximadamente 40 anos, solteiro, que residia no Maquiné (Passo da Lagoa) há 24 anos, e que em um interrogatório disse ser da Costa da África e em outro, do Congo. Ao ser perguntado sobre sua profissão no auto de qualificação, não se fez de rogado, não tentou esconder o que todos sabiam: disse ser “lavrador e também curó”.

A honestidade de Antônio quanto à sua face de *curandeiro* – sou *lavrador e também curó!* – predominou ao longo de todo o seu admirável depoimento. Ele contou que foi procurado por Medeiros para tratar de seu filho adoentado e que o curara com ervas diversas, negando peremptoriamente que praticasse *feitiçarias e adivinhações!* Antonio admitia apenas que fornecia remédios à criança, que já estava com 2 anos de idade e praticamente curada – recebendo de Medeiros 10\$000 réis pelo curativo –, graças a algumas ervas, entre as quais o *fedegoso*, que supomos ser aquela citada pelo Dr. Langaard (1873, p. 232/3) como *fedegoso (matapasto, palamarioba ou tareroqui)*:

Planta anual, que nasce espontaneamente em muitos lugares do Brasil, São Domingos, Jamaica, etc.; [...] Toda a planta exhala um cheiro forte e desagradável (do que lhe proveio o nome vulgar de *fedegoso*). As folhas passam por mundificativas, e são usadas externamente em forma de cataplasma sobre as empingens e inflamação do anus. As raízes são reputadas resolventes e diureticas, e usadas internamente em cozimento (1 onça para 2 libras d’agua) nas obstruções do fígado, e começo de hydropisia. O Dr. Gumbleton Daunt as reputa excellentes nas febres continuas. As sementes são mucilaginosas e um pouco acres; com ellas torradas (quase queimadas), se prepara (pela mesma maneira que se prepara o café para tomar-se) uma bebida que é por alguns usada em lugar daquelle, a qual, dizem não ter as qualidades nocivas do café, e que, na opinião do Dr. De Martins, fortifica os intestinos á maneira do café feito com as bolotas (glandes) do carvalho da Europa.³²

Antonio, ao mesmo tempo em que falava sem acanhamento de suas habilidades curativas, não se preocupou em afastar de Medeiros a desconfiança de ser o responsável pelo desaparecimento de Francisco. Ao contrário, imputou-lhe certo hábito suspeito, o de ir à sua casa “sempre fora de horas”, o que justificava “dizendo-lhe que isso fazia, para não ser visto pelos brancos”. Comportamento estranho, segundo Antonio, já que todos os que o

³² No depoimento dado na justiça, Antonio contou que vendera remédios para Antonio Medeiros ministrar às suas filhas e para o uso próprio de Plácido Medeiros.

procuravam iam de dia; apenas Medeiros ia de noite e pedia que ele fizesse “adivinhações e mandingas sempre contra o negro Francisco”, o que não fazia por não ser feiticero.

Assim, Antonio assumia sua habilidade curativa, mas negava qualquer função mágico-religiosa, o que era desmentido categoricamente por várias testemunhas, inclusive por alguns escravos. O que várias destas testemunhas descreviam ter assistido na casa de pai Antonio era, certamente, de forte conteúdo religioso.³³ Para afastar as suspeitas, Antonio complementava dizendo ser “muito amigo” e “compadre” do preto Francisco. Apesar destas demonstrações de simpatia, cogitamos que entre os *feiticeiros* e *curandeiros* Antonio e Francisco poderia existir uma disputa por clientes.³⁴ Segundo uma testemunha³⁵, Medeiros teria dito que sua animosidade com relação a Francisco

era tão verdade, que mesmo seu curador de feitiços curando um de seus filhos que se achava bastante doente, não podendo curar os mais, por ter o mesmo seu dito curador lhe dito que o mesmo que tinha matado suas duas mulheres, estava apertando o mal e que por isso é que não podia o escravo Antonio dar volta.

Apertar o mal não era assim tão fácil; para isso era necessário um profissional habilitado e o cumprimento de certas regras. Conforme já vimos em outros casos envolvendo *malefícios* e *feiticeiros*, possuir um ou mais objetos da pessoa que se queria atingir, para o mal ou para o bem, era essencial. Na análise que fez do mal que atingia a casa dos Medeiros, o africano Antonio diagnosticou que essa situação persistiria até que os objetos fornecidos ao preto Francisco fossem recuperados. Estes objetos garantiam a vulnerabilidade de Medeiros aos poderes do feiticero.

Procurando, então, reaver estes objetos que os fragilizavam, os irmãos Medeiros foram até a casa do *amo* de Francisco, Ricardo Nunes Cardoso, e disseram que os seus infortúnios continuariam se não conseguissem de volta

³³ O preto Antonio não morava com seu senhor, mas no sítio de Luiz Martins da Rocha, e ali, segundo testemunhas, fazia “adivinhações de feitiço”. Ser chamado de *pai* demonstra que ele era admirado, “numa evidente referência a ser visto como indivíduo de respeito nas relações hierárquicas e comunitárias negras locais. *Pai* neste caso talvez fosse, como escreveu Maestri, um *denominativo parental simbólico*”, que descrevia o africano Antônio como um elo fundamental na rede de alianças negras litorâneas. Certamente *pai* denotava reverência, parentesco simbólico e proximidade étnica (MOREIRA; AL-ALAM; PINTO, 2013, p. 41).

³⁴ Infelizmente, por não possuímos mais informações sobre Francisco, não temos dados para pensar que este atrito fosse alimentado por pertencerem os envolvidos a diferentes *nações* africanas.

³⁵ Trata-se da terceira testemunha a depor: Antonio José da Silva Filho: 23 anos, empregado público, solteiro, morador e natural deste distrito.

algumas coisas que haviam dado ao preto Francisco (um novelo de linha, umas agulhas e um ovo) e que elas estariam dentro de uma caixa embaixo de sua cama. A dona da casa, a cética já citada Felicidade Clara de Jesus, disse a seu compadre Antonio Medeiros que não poderia lhe auxiliar, pois “nem caixa, nem cama o dito escravo Francisco tinha, pois que dormia era em uma esteira perto do fogo”. Medeiros disse que ainda pegaria o que havia dado a Francisco, pois, se assim não fizesse, “tinha certeza de cedo morrer, pois já sentia certas dores nas pernas, cadeiras e em outras partes de seu corpo”.

Com esta negativa, Antonio Medeiros ficou muito *incomodado*, recusando o café e a comida oferecidos por seus *parentes*.³⁶ Retirando-se, voltou no dia seguinte acompanhado de sua irmã Ana e, talvez aconselhado por seu *curador de feitiço* Antonio, pediu que fosse permitido que ela sentasse sobre a caixa onde Francisco guardava seus pertences. Ana estava “amestroadada” e, neste estado, “quebraria a mandinga”, anulando o poder mágico daqueles ingredientes! A crença no poder mágico do sangue menstrual é característica comum de várias culturas. Segundo Del Priore (2004, p. 103), na mentalidade luso-brasileira este “sangue secreto” possuía a faculdade de enlouquecer, de enfeitiçar:

O tempo do ‘sangue secreto’ era, pois, um tempo perigoso, um tempo de morte simbólica no qual a mulher deveria afastar-se de tudo o que era produzido ou se reproduzia. Os eflúvios maléficos desse sangue tinham o poder degenerativo de arruinar, deteriorar e também de contaminar a sua portadora.³⁷

Voltando ao *curador de feitiço* Antonio, ele nos conta que, ao voltar para casa uma noite, lá encontrou os Medeiros armados com pistola e clavina, e estes exigiram que ele fizesse adivinhações, o que por ele foi recusado. Irritado, Antonio Medeiros teria retrucado: “Já sei, tu és negro como Francisco, teu compadre, por isso nada queres adivinhar nem descobrires, foi ele quem matou minhas mulheres, tenho aqui estas armas, hei de matá-lo”.

Estas tentativas enfáticas de Antonio de resguardar-se de qualquer suspeita são parcialmente anuladas pelo depoimento de algumas testemunhas,

³⁶ Como Ricardo Nunes Cardoso reiterasse seu depoimento na justiça, Antonio Medeiros irritou-se e disse que considerava a testemunha *odiosa*, pois estava escondendo o que fizera com o escravo Francisco e, ao mesmo tempo, negando um *parentesco espiritual* que existia entre ele, réu, e esta testemunha.

³⁷ Bastide, tratando do Candomblé da Bahia menciona o tabu da menstruação: “Se alguma mulher menstruada penetra no santuário no decorrer da festa, imediatamente os tambores desafinam” (BASTIDE, 1978, p. 153).

que demonstram a intenção de Antonio Medeiros em defender seu *curandeiro* e a ascendência que este africano tinha sobre este lavrador. Segundo uma testemunha, Medeiros lhe teria dito que, se *mestre* Antonio fosse preso, “até era muito capaz de dispor de metade de seu sítio a fim de protegê-lo, pois que se achava em uso de remédios dele *mestre* Antonio e que conduzia remédios e que continuaria a conduzir, sem que ninguém disso lhe pudesse proibir”.

Segundo o dicionário Silva (1922, v. 2, p. 295), *mestre* era “o homem que ensina alguma ciência ou arte” e *mestra* “a curadeira de doenças”. Enquanto *pai* parece um designativo usado no interior da comunidade negra e com forte componente étnico, *mestre* era uma referência elogiosa ao conhecimento curativo manuseado pelo curandeiro Antônio, um indicativo de sua estima socioprofissional.

A terceira testemunha informante, Bernardino José Fernandes, relatou que Antonio Medeiros lhe disse que, logo que soubesse que havia *mexido* com o preto Antonio, de João Silveira de Souza, “iria pela costa da serra descendo rio abaixo, levando tanta gente as Torres como se fosse em dia de festa, toda em defesa do preto”.³⁸

Frustrados por não conseguirem obter os objetos que entregaram a Francisco, os Medeiros decidiram que a única maneira seria exterminar a *fonte dos malefícios*. Para seu compadre e para outros vizinhos, Antonio Medeiros relatou que “por roças ou esperas o escravo lhe havia de pagar” e que “o havia de matar, por que negro se matava como quem mata macaco no mato”. Os Medeiros, então, passaram a ser vistos armados pelas redondezas, alegando, quando flagrados montando uma emboscada, que estavam caçando veados!

O Promotor Público João Francisco de Aguiar Júnior, em 15 de dezembro de 1873, denunciou os irmãos Medeiros por assassinato (artigo 192 do Código Criminal) e o africano Antonio por cumplicidade (artigo 35). Em 2 de outubro de 1874, o Juiz Municipal suplente João Antonio Gomes Filho confirmou esta pronúncia, em Conceição do Arroio.

³⁸ Antonio Medeiros pediu que o escrivão perguntasse a esta testemunha se lhe tinha inimizade, ao que Bernardino respondeu negativamente e que ele, sim, é que estava com ele indiferente, “por mentiras contadas ao mesmo acusado, pois que tendo este convidado para batizar um seu filho e como passasse algum tempo sem levarem a efeito o batismo, falou em outro dia a esse respeito respondendo-lhe Antonio Medeiros que não faltarão homens para batizar seu filho”. Novamente, como no caso de Ricardo Cardoso, Medeiros frustrava-se com seus *parentes espirituais*: provavelmente por vê-los como aliados é que ele lhes falara com tanta sinceridade sobre seus propósitos homicidas.

Após esta pronúncia, a defesa dos réus passou a investir na argumentação de que o escravo Francisco não teria sido assassinado, mas teria empreendido uma bem-sucedida fuga. Para tanto, Antonio e Plácido Medeiros enviaram ofícios para os subdelegados de Torres e Conceição do Arroio perguntando se Francisco era “dado ao costume de fugir”. Francisco Antonio Rolim, subdelegado de Conceição do Arroio, atestou ser verdade o alegado, e o subdelegado de Torres, Januário Demétrio da Rosa, foi ainda mais específico:

Atesto que no mês de Maio do corrente ano constou-me que o escravo Francisco [...] tinha sido visto no distrito desta Vila de Conceição do Arroio, no lugar denominado Morro Alto, e bem assim já antes se constara que este negro já ocultamente por outros negros tinha sido visto no mesmo lugar.

Encontrar uma referência a Morro Alto neste processo foi uma grata surpresa. Se a presença escrava é facilmente perceptível no litoral norte como um todo, Morro Alto merece um papel de destaque neste cenário. Esta localidade ainda hoje chama atenção pela exuberância de sua vegetação e imponência de seus cerros. Região cortada pela BR-101, atualmente comporta importante comunidade negra remanescente dos antigos habitantes escravizados. Em 2001, foi firmado um convênio entre a Fundação Cultural Palmares e o Estado do Rio Grande do Sul, que resultou em um alentado laudo histórico-antropológico comprovando sua situação de *comunidade remanescente de quilombos* (BARCELOS, 2004). A comunidade quilombola de Morro Alto, nas entrevistas realizadas para a elaboração do laudo histórico-antropológico de seu reconhecimento, entre os anos de 2001 e 2002, mencionou como um de seus mitos de origem um desembarque clandestino de escravos ocorrido naquela região em 1852.³⁹

Confirmado pela documentação o desembarque clandestino de escravos de 1852, que é consagrado pela memória da comunidade negra do Mor-

³⁹ Sobre este desembarque, ver: MOREIRA, 2000 e OLIVEIRA, 2006. Segundo BARCELOS (2004, p. 126-127), a Fazenda do Morro Alto foi parcialmente abandonada com o passar dos anos, com os seus proprietários passando a investir em outras regiões: “Levanta-se, como hipótese, o fato do intercâmbio de açúcar e aguardente ter decaído após o cessar do tráfico negreiro, já que essas mercadorias podiam ser intercambiadas com os comerciantes atlânticos. Tal possibilidade coincide com a constatada decadência da Fazenda do Morro Alto na segunda metade do século XIX, o que levou os Marques a diversificar seus investimentos produtivos. Os autores do relatório de identificação de Morro Alto como ‘remanescente de quilombos’ atribuem a essa secundarização do território original da família Marques o fato de Rosa, que não tinha filhos, ter doado uma extensão de terras naquela fazenda para ex-cativos [...]” (WEIMER, 2013, p. 109).

ro Alto como um de seus mitos de origem,⁴⁰ faltava encontrar vínculos evidentes entre a chegada ilegal desta carga de africanos e a Fazenda do Morro Alto. As evidências foram fornecidas pela posse na Comarca de Santo Antonio da Patrulha à qual estava subordinada a região de Conceição do Arroio), em 1868, do Promotor Público Luiz Ferreira Maciel Pinheiro. Recém-saído da Faculdade de Direito de Recife, Maciel Pinheiro logo tratou de, afoitamente, defender alguns escravos contra os desmandos dos senhores locais (MOREIRA, 2005).

Percebendo que o Promotor Maciel Pinheiro poderia tornar-se um aliado importante na luta pela obtenção da liberdade, dois africanos, de “maneira receosa, tímida e acautelada”, procuraram-no e contaram terem sido desembarcados com inúmeros *malungos* nas praias de Tramandaí. Era o desembarque de 1852 voltando a assombrar as autoridades governamentais e as elites, mais uma vez com o depoimento de algumas de suas vítimas, desta vez os africanos Joaquim (“escravo” do Capitão Luiz Carlos Peixoto) e Maria (“escrava” de Manoel Silveira de Souza). Joaquim e Maria contaram que muitos dos desembarcados no Capão dos Negros encontravam-se escravizados pelos arredores e pediram auxílio ao jovem Promotor Público da comarca. Maciel Pinheiro repassou ao Presidente da Província sua indignação com o caso e a vontade que tinha de libertá-los imediatamente, já que julgava incursos não só na Lei de 1850, mas também na de 7 de novembro de 1831. Pinheiro relatou que alguns dos *importadores* (na verdade *contrabandistas*) de escravos ilegais não hesitaram em assumir cargos públicos para barrar as investigações, talvez aventando a hipótese de que o desembarque de 1852 não tivesse sido um mero acidente ocorrido no litoral, mas uma encomenda dos senhores locais.

Entre estes *contrabandistas*, o Promotor Público cita nominalmente o então Major João Antônio Marques, proprietário da Fazenda do Morro Alto, insigne representante do Partido Liberal. Segundo Maciel Pinheiro, o Major Marques possuía três dos africanos desembarcados em 1852 e assumira a jurisdição do juízo municipal “com o fim de resolver a questão com um despacho”. Em 1854 ou 1855, o Capitão Francisco Antonio de Moraes, do corpo policial, procurara apreender estes africanos importados ilegalmente pelo proprietário da Fazenda do Morro Alto, mas as *peças* que comprovavam o contrabando foram escondidas no porão da sede da propriedade.

⁴⁰ As pesquisas feitas para a elaboração do laudo mostraram, através da reconstituição genealógica das famílias atualmente ali residentes, que já no século XVIII elas aí estavam instaladas.

Recém-chegado da Faculdade de Recife, onde sopravam ventos de renovação e de esperança na possibilidade de mudanças estruturais da sociedade brasileira, Maciel Pinheiro foi rapidamente defrontado com a realidade coronelista e escravista do litoral norte. Frustrado e impotente, nada pôde fazer pelos africanos Joaquim e Maria e seus malungos desembarcados nas praias de Tramandaí. Inconformado com a situação, exonerou-se da Promotoria Pública, deixando aqueles africanos sujeitos ao poder de estúpidos senhores.

Assim, cinco anos após estes acontecimentos relativos ao Promotor Maciel Pinheiro, temos o possível assassinato (ou desaparecimento) do africano Francisco, que costumava esconder-se no Morro Alto, onde era protegido por seus parceiros lá residentes. Francisco era *amigo, compadre e concorrente* de outro africano feitiçeiro, de origem Congo, como os que foram desembarcados em 1852. Neste momento nos sentimos um tanto tomados pelo espírito detetivesco, pois as coincidências são excessivas! Antonio, o *curador de feitiço* tagarela, era escravo de João Silveira de Souza, certamente parente de Manoel Silveira de Souza, proprietário da cativa Maria, que em 1868 denunciou ter sido desembarcada em 1852 nas areias de Tramandaí, ou melhor, no Capão dos Negros.

O lavrador João Silveira de Souza faleceu em 16 de março de 1887, abintestado, e sua viúva Lodovina Maria de Jesus, analfabeta, requereu a abertura de inventário. Lodovina e seus cinco netos residiam em Maquiné, e ela não poupou recursos na hora de dar a seu falecido marido um belo funeral católico.⁴¹ O que Souza possuía somava 3 contos e 740 mil réis em móveis (40\$), bens semoventes (1:209\$) e bens de raiz (2:457\$). Ao contrário dos outros personagens desta trama que temos descrito, João Silveira de Souza não possuía engenho nenhum, e seu mais valioso bem eram terras de campo e banhados na Taquara, vizinhando com os herdeiros de Manoel Silveira e com o Coronel Antônio Marques da Rosa, frente ao mar e nos fundos da lagoa do Morro Alto (também chamada de Lagoa das Malvas), avaliadas por 1.875\$000 réis.⁴²

Como pesquisas recentes, muitas delas citadas ao longo deste artigo, têm demonstrado, as redes familiares são importantíssimas para a manuten-

⁴¹ Entre tecidos, roupas, velas, missas e remunerações diversas ao coeiro, pároco e sacristão, Lodovina gastou 134\$740 réis, quase o valor pelo qual foram avaliados sete cavalos mansos (140\$). APERS – Cartório de Órfãos e Ausentes de Conceição do Arroio, maço 8, auto 236.

⁴² Antônio vivia em uma unidade produtiva voltada para a lavoura e a criação de gado, com um rebanho constituído de 43 reses de criar, 19 reses mansas, 13 bois carreteiros, sete cavalos mansos e cinco animais cavaleiros de criar.

ção e ascensão social dos grupos de elite. Tal afirmação, entretanto, não descarta a existência de atritos importantes no interior dos próprios grupos familiares, como vimos nas inimizades entre *parentes espirituais* neste caso do desaparecimento do africano Francisco. Aliás, uma briga que joga *compadres* contra *compadres* tem um potencial explosivo considerável, já que estes indivíduos compartilham informações, muitas vezes sigilosas, sobre negócios íntimos e públicos.

Sem querer exigir excessivamente a atenção dos leitores, deve ter sido percebido que na descrição desta propriedade do casal Silveira de Souza aparecem alguns elementos reincidentes em nossa análise. A propriedade da viúva Lodovina tinha como vizinhos os herdeiros de Manoel Silveira de Souza (parente do falecido e que foi proprietário da escrava Maria, aquela que procurou sorrateiramente o Promotor Maciel Pinheiro) e o Coronel Marques da Rosa (proprietário da Fazenda do Morro Alto e suspeito de ser um dos envolvidos no desembarque de 1852).

Sabemos, pelo menos desde Levi (2000), que em muitos casos o mercado de terras se caracterizava por preços privilegiados para parentes e aliados, pois era estratégica a localização destes nas vizinhanças das propriedades. Os mapas das distribuições das propriedades não são apenas, portanto, descrições de espaços físicos, mas uma cartografia das redes familiares, sendo um bom ardil estar cercado de vizinhos que fossem também aliados na política e na apropriação de recursos diversos, como terras e escravos (KUHN, 2006, p. 133). Se o desembarque clandestino de cerca de 200 escravos africanos, em 1852, teve que necessariamente contar com apoio local, talvez estas terras dos Silveira de Souza, entre o mar e o Morro Alto, cercadas de vizinhos aliados, tenham sido perfeitas para este empreendimento.

O *curandeiro* e *curador de feitiços* Antônio era africano, e sua origem aparece de duas maneiras em seus diferentes depoimentos: no primeiro afirma ser da Costa da África e no segundo, do Congo. Diferença nem um pouco sutil, já que, segundo Robert Slenes (1991), a primeira definição indicaria sua procedência da *costa ocidental* e a segunda, da *costa central atlântica*. Podemos apenas aventar que a definição *da Costa* talvez seja excessivamente vaga para uma classificação das *nações* do tráfico ou que a definição *Congo* tenha, neste caso, um sentido de *identidade reinventada* (SOARES, 2000). Quanto à sua vinda para o litoral norte, Antonio nos conta que teria sido há mais ou menos 24 anos, mas não podemos nos fiar nesta periodização, pois sabemos que outras formas de tratamento do tempo prevaleciam na África (REIS, 2003). O que podemos ponderar é que a proximidade afetiva (*amigos*) e de

parentesco (*compadres*) entre os dois africanos, Antonio e Francisco, e o contato que este último tinha com Morro Alto, assim como outras coincidências, podem indicar que eram *malungos* – companheiros de navio negreiro – e quem sabe desembarcados no Capão dos Negros em 1852.⁴³

Encaminhando o encerramento deste artigo, verificamos que a alegação de fuga bem-sucedida de Francisco foi aceita. O Juiz de Direito Paulino Rodrigues Fernandes Chaves reuniu o júri, que, em sessão de 21 de outubro de 1874, por unanimidade de votos, absolveu os três réus. Francisco teria, segundo o júri, rompido com o cativo, protegido por seus parceiros do Morro Alto. Quem sabe esta não tenha sido a versão mais próxima da realidade? Quem sabe os africanos do Morro Alto tenham protegido e assegurado a fuga de Francisco, um de seus líderes espirituais?

Seriam Antônio e Francisco exemplos de indivíduos *excepcionais-normais*, conforme os preceitos da microanálise italiana?⁴⁴ Esta indagação partiu de uma provocação feita pelo historiador Giovanni Levi durante o Seminário Micro-História, Trajetórias e Imigração, realizado em 2014 na Universidade Federal de Santa Maria. Levi parecia chamar a atenção para o risco do uso deste oximoro, usualmente manejado para descrever trajetórias ou biografias de indivíduos atípicos. Segundo filosofou o compositor Caetano Veloso, “de perto ninguém é normal”. Portanto, os indivíduos inicialmente tratados como *excepcionais*, seja pela abundância de registros documentais a seu respeito ou pela trajetória aparentemente inexplicável, são, justamente por isso, eficientes observatórios sociais para a normalidade dos contextos nos quais atuaram. Ou seja, todos os indivíduos são singulares, já que a normalidade é uma abstração perigosa, que homogeneiza os comportamentos, as expectativas, as vidas. Falar dos curandeiros-feiticeiros Antônio e Francisco é devassar a crença de seus contemporâneos, as suas percepções da vida material e sobrenatural.

Mas, voltando ao ponto central de nosso artigo, podemos constatar como esta peça jurídica nos fornece indícios sobre a circularidade cultural do período. Entre todas as testemunhas arroladas, apenas uma mostrou descrença quanto aos poderes sobrenaturais dos dois africanos envolvidos. Foi Felicidade Clara de Jesus, que, ao não dar a seu compadre Medeiros acesso aos objetos pessoais de Francisco, tentou consolá-lo dizendo que não deve-

⁴³ Jaime Rodrigues aponta que às vezes os traficantes usavam como *cirurgiões* de seus navios *curandeiros* transportados nos mesmos como mercadorias (RODRIGUES, 2006, capítulo 8).

⁴⁴ Ver a respeito: GINZBURG, 1989; KARSBURG, 2014; SERNA & PONS, 2012.

ria acreditar “nessas cousas” de “feitiçaria de negros”. Assim, parece-nos que este caso serve de ilustração para a “indissociação entre os campos da medicina e da religião” na mentalidade predominante no século XVIII e mesmo no XIX (RODRIGUES, 2005, p. 123), onde doenças do corpo são também da alma, e bons especialistas na cura deveriam dominar conhecimentos naturais e sobrenaturais. Especificamente pensando nas comunidades negras, compostas de indivíduos escravizados e forros, podemos cogitar do conforto espiritual e psicológico que dava a estes milhares de seres desenraizados a existência efetiva de líderes diaspóricos entre eles. Exercitar princípios próprios de cura, alicerçados em visões religiosas, era como conquistar margens possíveis de liberdade ou autonomia.

Abreviaturas

APERS: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Referências

- ABREU, Martha. *O Império do Divino*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- ABREU, Jean Luiz Neves. “Das enfermidades e dos saberes sobre o corpo dos africanos no Brasil: historiografia, práticas e apropriações”. In: *História e Perspectivas*. n. 32/33, jan.jul./ago.dez. 2005, p. 179-194.
- ALENCASTRO, Luís Felipe de. *O trato dos viventes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- BAKHTIN, Mikhail. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo/Brasília: Editora Hucitec/Editora da UNB, 1993.
- BARCELLOS et al. *Comunidade Negra de Morro Alto*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- BARROSO, Vera Lúcia Maciel. *Moendas caladas: Açúcar Gaúcho S.A. – AGASA: um projeto popular silenciado*. Santo Antônio da Patrulha e Litoral Norte do Rio Grande do Sul (1957-1990). Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do RS, 2006.
- BASTIDE, Roger. *O Candomblé da Bahia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
- BASTOS, M. E. Fernando. “Pequeno dicionário histórico e geográfico do município de Osório”. In: *Revista do IHGRGS*. Ano XVII, III Trimestre, número 67. Porto Alegre: IHGRGS, 1937.
- BOXER, Charles. *A igreja e a expansão ibérica*. Lisboa: Edições 70, 1981.

- CANDIDO, Antonio. *Os Parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2001.
- CARVALHO, Daniela Vallandro de. *Entre a Solidariedade e a Animosidade: As relações interétnicas populares (Santa Maria – 1885/1915)*. São Leopoldo, UNISINOS, 2005. (Dissertação de Mestrado)
- CASCUDO, Luis da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. 7. ed. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora Itatiaia Limitada, 1988.
- CASTRO, Hebe. *Das Cores do Silêncio*. Rio de Janeiro: Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa, 1995.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- _____. *Visões da Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CORRÊA, Mariza. *Os crimes da Paixão*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- COSTA, Emília Viotti da. *Coroas de Glória, Lágrimas de Sangue*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- DAVIS, Natalie Zemon. *O Retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FARBERMAN, Judith. *Las Salamanacas de Lorenza. Magia, hechicería y curanderismo en el Tucumán Colonial*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2005.
- FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- _____. *Sinhás Pretas, Damas Mercadoras*. Niterói, UFF, 2004. (Tese para Professor Titular)
- FARINATTI, Luiz Augusto Ebling. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2007. (Tese de Doutorado)
- FERREIRA, Heridan de Jesus Guterres Pavão. “Entre o Profano e o Sagrado: Práticas Religiosas que Sacralizam o Bumba-Meu-Boi”. In: *Anais do XI CONLAB*. 2011, Salvador, Bahia. XI CONLAB: Diversidade e (Des) Igualdades. Salvador: UFBA, 2011.
- FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. *A Arte de Curar: Cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.
- FRAGOSO, João. “A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro: século XVII. Algumas notas de pesquisa”. In: *Tempo*. V. 8, n. 15, p. 21 a 24, jul.-dez. 2003.
- FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; SAMPAIO, A. C. Jucá de. *Arquivos Paroquiais e História Social da América Lusa, séculos XVI e XVII*. Rio de Janeiro, Mauad X, 2014.
- GENOVESE, Eugene. *A Terra Prometida I. O mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

- GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.
- _____. *Mitos, Emblemas e Sinais*. Morfologia e História. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- _____. “O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico”. In: *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989.
- _____. “Provas e Possibilidades à margem de “Il ritorno de Martin Guerre”, de Natalie Davis”. In: *A Micro-História e Outros Ensaios*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1991.
- _____. “O inquisidor como antropólogo: uma analogia e as suas implicações”. *A Micro-História e Outros Ensaios*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1991.
- KARASCH, Mary C. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro – 1808/1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- KARSBURG, Alexandre de Oliveira. *O eremita das Américas: a odisséia de um peregrino italiano no século XIX*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2014.
- KUHN, Fabio. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – século XVIII*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2006. (Tese de Doutorado)
- LANGAARD, Theodoro J. H. *Dicionário de Medicina Doméstica e Popular*. 2. ed. Rio de Janeiro: Laemmert & Cia., 1872.
- LARA, Sílvia. *Campos da Violência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LELLO UNIVERSAL. *Novo Dicionário-Enciclopédico Luso-Brasileiro*. Vol. 1. Porto: Lello & Irmão.
- LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LOPES, Nei. *Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana*. São Paulo: Selo Negro, 2004.
- MAESTRI FILHO, Mário. “Pampa negro: Quilombos no Rio Grande do Sul”. In: GOMES, Flávio dos Santos; REIS, João José. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 291-331.
- MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. “Boçais e Malungos em Terras de Brancos: notícias sobre o último desembarque de escravos no Rio Grande do Sul”. In: *Raízes de Santo Antônio da Patrulha e Caraá*. Porto Alegre: EST, 2000.
- _____. “Feiticeiros, Venenos e Batuques: religiosidade negra no espaço urbano (POA – século XIX)”. In: Guazzelli (e outros). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004, p. 147-177.
- _____. “Ousando conceber esperanças de justa liberdade: Dimensões de Justiça e Cidadania no século XIX (o caso do Promotor de Santo Antonio da Patrulha – 1868)”. In: NUNES, Margarete Fagundes (Org.). *Diversidade e Políticas Afirmativas: Diálogos e intercursos*. Novo Hamburgo/RS, 2005, v. 1, p. 134-153.
- MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; TASSONI, Tatiani. *Que com seu Trabalho nos Sustenta: As Cartas de Alforria de Porto Alegre (1748/1888)*. Porto Alegre: EST, 2007.

- MOREIRA, P. R. S.; AL-ALAM, Caiuá Cardoso; PINTO, Natalia Garcia. *Os Calhambolas do General Manoel Padeiro: práticas calhambolas na Serra dos Tapes* (RS, Pelotas, 1835). São Leopoldo: Oikos, 2013.
- MOREIRA, P. R. S.; MUGGE, Miquéias Henrique. *Histórias de escravos e senhores em uma região de imigração europeia*. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2014.
- NASCIMENTO, Mara Regina do. *Irmandades Leigas em Porto Alegre: Práticas funerárias e experiência urbana (séculos XVIII-XIX)*. Porto Alegre, UFRGS, 2006. (Tese de Doutorado)
- OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. *De Manoel Congo a Manoel de Paula: a trajetória de um africano ladino em terras meridionais – século XIX*. Porto Alegre: EST, 2006, p. 32.
- PIMENTA, Tânia Salgado, “Barbeiros, sangradores e curandeiros no Brasil (1808-28)”. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, 1998, p. 349-374.
- PRIORE, Mary Del (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- RIO GRANDE DO SUL. “Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público”. In: *Documentos da escravidão: inventários: o escravo deixado como herança*. 4 volumes. Porto Alegre : Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010. (Coordenação Bruno Stelmach Pessi)
- RODRIGUES, Claudia. *Nas Fronteiras do Além*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- RODRIGUES, Jaime. *De Costa a Costa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas Trincheiras da Cura*. As Diferentes Medicinas no Rio de Janeiro Imperial. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, Cecult, 2002.
- SCOTT, Rebecca J.; HÉBRARD Jean M. *Freedom Papers: An Atlantic Odyssey in the Age of Emancipation*. Cambridge, MA e Londres: Harvard University Press, 2012.
- SERNA, Justo; PONS, Anaclet. “O buraco da agulha. De que falamos quando falamos de micro-história?” In: MARTINS, M. Cristina Bohn; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Uma história em escalas*. A micro-análise e a historiografia latino-americana. São Leopoldo: Oikos/Ed. da Unisinos, 2012, p. 15-72. (Coleção EHILA)
- SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. Tomo 1 e 2. Rio de Janeiro, Oficinas da S. A. Litho-Litotipographia Fluminense, 1922. (Edição fac-símile da 2. ed., de 1813, sendo a 1. ed. de Lisboa, Officina de Simão Thadeo Ferreira, em 1789)
- SLENES Robert. “Malungo ngoma vem!”: África encoberta e descoberta no Brasil. *Revista USP*. 12, 1991-92, p. 48-67.
- SOARES, Mariza. *Devotos da Cor*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SWEET, James H. *Recriar a África. Cultura, Parentesco e Religião no Mundo Afro-Português (1441-1770)*. Lisboa: Edições 70, 2007 (Lugar da História, 69)

SWEET, James. *Domingos Álvares, African Healing, and the Intellectual History of the Atlantic World*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2011.

TAVARES, Mauro Dillmann. *Irmandades Religiosas, Devoção e Ultramontanismo em Porto Alegre no Bispado de Dom Sebastião Dias Laranjeira (1861-1888)*. São Leopoldo: UNISINOS, 2007.

THORNTON, John. *A África e os Africanos na Formação do Mundo Atlântico. 1400/1800*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

VAINFAS, Ronaldo. *Ideologia e Escravidão*. Petrópolis: Vozes, 1986.

VENDRAME, MAÍRA INES. *Ares de vingança: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre imigrantes italianos no sul do Brasil (1878-1910)*. Porto Alegre, PPGH-PUC-RS, 2013. (Tese de Doutorado)

ZENHA, Celeste. *As Práticas da Justiça no Cotidiano da Pobreza: um estudo sobre o amor, o trabalho e a riqueza através dos processos penais*. Niterói: UFF, 1984. (Dissertação de Mestrado)

WEBER, Beatriz Teixeira. *As Artes de Curar – Medicina, Religião, Magia e Positivismo na República Rio-Grandense – 1889-1928*. Santa Maria/Bauru: Ed. da UFSM/EDUSC – Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999.

WEIMER, Rodrigo. *A Gente da Felisberta: Consciência Histórica, História e Memória de uma Família Negra no Litoral Riograndense no Pós-Emancipação (C.1847 – Tempo Presente)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense – PPGH, 2013.

WEIMER, Rodrigo. *Os Nomes da Liberdade: ex-escravos na serra gaúcha no pós-abolição*. São Leopoldo: Oikos/Ed. da Unisinos, 2008.

WILDE, Oscar. *O Retrato de Dorian Gray*. São Paulo: Landmark, 2014.

WITT, Marcos A. *Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas, imigração alemã, Rio Grande do Sul, Século XIX*. São Leopoldo: Oikos, 2008.

WITTER, Nikelen Acosta. *Dizem que foi Feitiço: As práticas de Cura no Sul do Brasil. 1840-1880*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

_____. “Curar como Arte e Ofício: contribuições para um debate historiográfico sobre saúde, doença e cura”. *Tempo*. Revista do Departamento de História da UFF, v. 10, p. 13-25, 2005.

_____. *Males e Epidemias: sofredores, governantes e curadores no sul do Brasil (Rio Grande do Sul, século XIX)*. Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, 2007. (Doutorado em História)

Sobre Angélica, José Maria e Jacinto: hierarquia social e padrinhos/madrinhas preferenciais escravos no sul do Brasil (1817-1845)

*Luis Augusto Ebling Farinatti**

*Marcelo Santos Matheus***

A Capela de Alegrete foi instalada na região recém-conquistada pelos luso-brasileiros em suas campanhas ao sul, em 1817.¹ Ali, viveu a parda Angélica, escrava do Capitão Felisberto Nunes Coelho. Também na capela morava José Maria, escravo de Albino Pereira de Lima, compadre de Angélica, cativo africano e pajem de seu senhor. José Maria era companheiro de escravaria de Jacinto, pernambucano, escravo pedreiro e casado com a escrava Luiza, de nação Rebolo. Jacinto e Luiza tiveram como testemunha de seu casamento Damásio, escravo sapateiro do Tenente João Batista de Castilhos. O que todas essas pessoas tinham em comum, além da ligação contínua em uma malha de relações ritualizadas pelo compadrio e pelo casamento? Todos eles foram convidados muitas vezes a batizar na capela de Alegrete, na primeira metade do século XIX. Eram padrinhos e madrinhas preferenciais, naquele universo onde ser convidado a batizar expressava inegável prestígio social.²

O estudo aqui proposto parte do compadrio e da composição dos conjuntos de compadres daqueles cativos.³ A través deles, propõe-se uma aproxima-

* Professor do Departamento e do PPG História da Universidade Federal de Santa Maria. Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

**Doutorando do PPGHIS da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre em História pela UNISINOS.

¹ Hoje no sudoeste do Rio Grande do Sul, fronteira com o Uruguai e a Argentina.

² Este texto resulta de reflexão conjunta dos autores a partir de trabalhos individuais, cujos resultados parciais já haviam sido apresentados anteriormente, onde haviam tratado o tema de modo paralelo. FARINATTI, 2011a, 2011b e MATHEUS, 2012 (principalmente capítulo II).

³ Nesse ponto, seguimos a esteira de diversos outros trabalhos, onde se percebeu que o compadrio permite acessar parte das relações por onde recursos circulavam e eram acumulados naquela sociedade (HAMEISTER, 2006; FRAGOSO, 2009; FARINATTI, 2011a e 2011b).

mação do foco de observação para estudar as tramas relacionais tecidas pelos escravos, sua importância na construção de grupos e na comunicação de recursos, em uma região de pecuária e fronteira.⁴ Além disso, a relação desses aspectos com a diferenciação entre esses próprios sujeitos: as formas de hierarquização e mobilidade social que experimentavam.

Dentre as várias possibilidades de análise social através do compadrio, escolhemos partir do estudo daqueles escravos e escravas que foram convidados diversas vezes para batizar crianças e africanos. Eram padrinhos e madrinhas preferenciais, evidenciando sua posição de prestígio no contexto da escravidão e dos estratos menos favorecidos na região estudada.

Colocamos o foco de observação na capela de Alegrete, entre 1817 e 1845. Ou seja, desde a época da conquista daquela região pelos luso-brasileiros sobre a coroa espanhola, as missões guaranis e os projetos soberanistas platinos, até o final da Revolução Farroupilha. A região consistia, então, de uma fronteira recém conquistada. Era ampla a presença tanto de migrantes luso-brasileiros, quanto de guaranis egressos dos Sete Povos. Além deles, também havia escravos africanos e crioulos, índios charruas, europeus e migrantes de outras regiões dos domínios luso e espanhol na América. Ao longo da primeira metade do século XIX, não obstante as guerras recorrentes, a região se tornou a principal área de criação de gado do sul do Brasil.

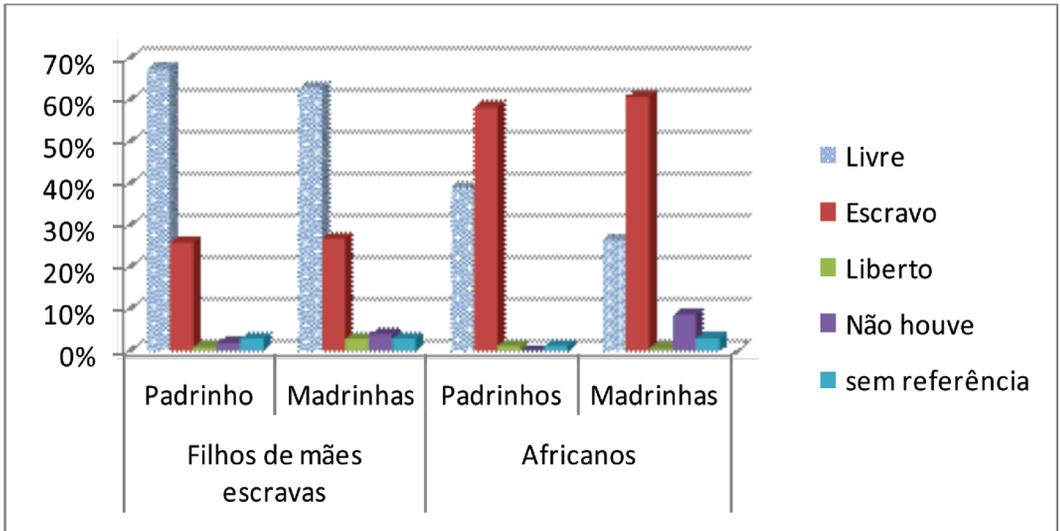
Os padrões gerais do compadrio escravo

Em outro trabalho, realizamos uma análise dos padrões gerais do compadrio escravo em Alegrete, no mesmo período estudado aqui (FARINATTI, 2011a). O que fazemos, agora, é resumir alguns dos dados e conclusões constantes naquele artigo e que são importantes para as análises que serão feitas a seguir.

⁴ Nos últimos anos, o estudo da escravidão nas áreas de pecuária da fronteira sul do Brasil avançou decididamente, graças a uma série de monografias regionalizadas, calcadas em fontes diversas e com importante rigor metodológico. Entre outros aspectos, hoje já sabemos mais sobre a importância do trabalho cativo na grande pecuária, sua capilarização em diversos estratos sociais e setores de atividade, as formas e possibilidades da família escrava, as relações entre a zona de fronteira e a escravidão, os diversos caminhos da busca pela liberdade, as experiências e estratégias de escravos e libertos, a importância das redes de relações tecidas por eles. Dentre outros: ZARTH (2002), OSÓRIO (2008), GUTERRES (2005), MOREIRA (2006), ARAÚJO (2008), PETIZ (2009), LIMA (2010), PERUSSATTO (2010), CARATTI (2010), GOMES (2012), MATHEUS (2012), FONTELLA (2013), CORRÊA (2013). Para uma análise da evolução da historiografia gaúcha sobre escravidão, ver: XAVIER (2007).

Foram batizadas 652 crianças filhas de mães escravas e 160 africanos na capela de Alegrete, durante o período estudado. Como se pode perceber no **gráfico 1**, para os filhos de mães cativas, há um notável predomínio dos padrinhos e madrinhas livres. Ressalte-se a pequena proporção de libertos, o que pode estar refletindo sua pequena expressão demográfica na capela ou a omissão de sua condição jurídica pelo padre. Já os batismos de africanos, em número muito menor, apresentam um padrão praticamente invertido, com predominância dos padrinhos escravos.

Gráfico 1
Batizados de cativos africanos e de filhos de mães escravas
(discriminados) segundo a condição jurídica do padrinho/madrinha
(Alegrete 1821-1844)



Fonte: Arquivo Diocesano de Uruguaiiana. Livros de Batismos 1 a 4 (1817-1844). Transcrição realizada pelo Centro de Pesquisas de Alegrete. **Filhos de mães escravas:** 652 registros. **Africanos:** 160 registros.

Entre os filhos de mães escravas, o padrão era claramente exógeno. Além da predominância de quase dois terços de pessoas livres, os escravos escolhidos para apadrinhar pertenciam, majoritariamente, a escravarias de outros senhores. Os cativos da mesma escravaria formavam apenas 12% tanto dos padrinhos, como das madrinhas. Cruzando as informações do batismo com as de um banco de dados nominal construído desde pesquisa ante-

rior, foi possível identificar, ainda, 10% dos padrinhos e 11% das madrinhas como escravos de parentes diretos dos senhores.⁵ Assim, restam cerca de 78% dos padrinhos e 77% das madrinhas cativas pertencendo a escravarias fora da família senhorial (FARINATTI, 2011a).

Estudos clássicos apontaram esse padrão exógeno como típico de áreas de pequenas escravarias ou baixa densidade demográfica de escravos, onde as opções seriam restritas (RIOS, 2000; SCHWARTZ, 2001). Como mostramos em trabalho anterior, a partir de inventários *post mortem*, as escravarias com mais de 20 cativos estavam presentes em apenas 13% dos processos abertos entre 1830 e 1850, nas capelas de Alegrete e Bagé. Contudo, elas abrangiam cerca de 40% dos cativos arrolados (FARINATTI e MATHEUS, 2015). Considerando que essa é uma fonte onde as menores escravarias estão sub-representadas, pode-se afirmar que a tônica da escravidão naqueles extremos da fronteira era de pequenos e médios plantéis.

Por outro lado, não se deve descartar a possibilidade de sub-registro de batizados escravos. Porém, não há como estimar sua monta nem quais as informações novas que esses hipotéticos batismos nos trariam. Assim, trabalhando com as informações de que dispomos, cremos ser possível afirmar que, na maioria dos casos, em Alegrete, o batizado era visto como um momento para estabelecer ou ritualizar relações preferentemente *para fora* da escravaria, fosse com pessoas livres das mais variadas qualidades, fosse com escravos pertencentes a outros senhores.

Batizando africanos nos confins do Império

A partir de agora, trabalhamos com o universo de 5.225 batismos totais dos registros encontrados, incluindo batizando livres, libertos escravos. Se tomarmos apenas os padrinhos e madrinhas escravos, encontraremos um grupo que se destaca por ter comparecido várias vezes à pia batismal. Realizando um corte naqueles que compareceram 4 ou mais vezes, encontraremos 13 padrinhos e 8 madrinhas, formando um conjunto de padrinhos e madrinhas preferenciais.

Esse alto número de vezes em que foram convidados a apadrinhar indica que tais cativos gozavam de prestígio e recursos que os alçavam a uma

⁵ Consideramos parentes diretos os pais, filhos, irmãos, cunhados, avós, netos, tios e sobrinhos. O banco de dados referido foi construído a partir de inventários *post mortem*, registros de casamento, registros paroquiais de terras, ações cíveis diversas, processos criminais e escrituras públicas.

posição de destaque na hierarquia da escravidão. Como já apontaram trabalhos diversos, ainda que nem sempre a partir das mesmas perspectivas, o próprio grupo dos escravos contemplava desigualdade social (SLENES, 1997; MATTOS, 1998; FRAGOSO, 2006; GUEDES, 2008). Essa estratificação era gerada por fatores diversificados.⁶ Ainda assim, o compadrio parece ser uma boa pista para encontrar os escravos que conseguiam manter relações numerosas e variadas, que poderiam lhes aportar recursos materiais e imateriais. Esse era um dos momentos de ritualização em que os cativos podiam formalizar vínculos, já que, em Alegrete, o casamento formal e o reconhecimento legal dos rebentos era uma instituição acessível a poucos escravos. Apenas 7% dos filhos de mães escravas batizadas em Alegrete era de filhos legítimos e somente 3% de filhos naturais (o nome do pai aparece no registro, mas ele e a mãe não são casados). Contudo, boa parte destes 90% de filhos de pai não declarado, provavelmente, sabia quem era seu pai e, quiçá, convivia com o mesmo.⁷ Por outro lado, do mesmo modo que ocorria para o caso das pessoas livres, o fato de ter um número grande de afilhados e compadres, em diferentes escravarias, era um fator que realimentava a posição desses cativos, tanto em termos da diversidade e, potencialmente, da qualidade dos vínculos que estabeleciam, como também do ponto de vista simbólico.

Como se pode observar na **tabela 1**, ao final do texto, o ato de batizar africanos era essencial na conta que construía esses cativos como padrinhos/madrinhas preferenciais. Somente 2 dentre os 13 padrinhos preferenciais e também 2 entre as 8 madrinhas não batizaram cativos *de nação*. Como é possível perceber no **gráfico 1**, no caso dos 160 africanos batizados no período em estudo, a maioria dos padrinhos (58%) e das madrinhas (61%) era formada por escravos, ao contrário do que ocorria com os batismos de filhos de mães escravas. No que se refere a esses padrinhos e madrinhas escravos, um percentual minoritário pertencia ao mesmo senhor (36% dos padrinhos

⁶ Sobre a incorporação de variáveis múltiplas na análise dos processos generativos de formas e práticas sociais, ver: BARTH (1981 e 2000).

⁷ Um exemplo notável disso é o caso do escravo Maurício que, apesar de estar fora do recorte aqui estabelecido, serve para ilustrar o que mencionamos. Maurício, “filho da preta Rosa” foi alforriado em 1875, “mediante uma ação movida pelo pai, irmã e sobrinhos do escravo”. Rosa teve quatro filhos, dentre eles Maurício, batizados em Alegrete e em nenhum dos registros aparece o nome do pai, ou seja, apesar do padre não ter anotado o nome do genitor, todos sabiam quem ele era e, provavelmente, conviviam com ele. Arquivo da Diocese de Uruguaiana. Registros de Batismos de Alegrete. Livro 2, pp. 132v, 204v e 398v e Livro 3, p. 44. A alforria está em: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Fundo Alegrete, 1º tabelionato, livros notariais de registros diversos, livro 7, p. 27r.

e 24% das madrinhas). Ainda assim, esse número era maior do que no caso dos filhos de mães escravas (12% para padrinhos e madrinhas). Além desses, 11% dos padrinhos e 18% das madrinhas pertenciam a parentes diretos do senhor. Restavam, assim, 53% dos padrinhos e 57% das madrinhas escravas de africanos pertencendo a escravarias de fora da família senhorial, ainda que pudesse guardar, com ela, vínculos de amizade, aliança e compadrio.

Com as fontes de que dispomos, não é possível saber com certeza se essa predominância de padrinhos escravos de outros plantéis era resultante de demandas próprias dos cativos sobre a inserção de novos membros nas escravarias ou se resultava de decisões senhoriais ou mesmo razões práticas. Ainda que o primeiro fator possa ter desempenhado um papel de alguma relevância, os dois últimos provavelmente estavam presentes em graus importantes em vários casos. Cerca de 40% desses escravos *de nação* (64 em 160 casos) foram batizados conjuntamente com outros africanos pertencentes ao mesmo senhor. Isso indica uma de duas situações: ou se tratava de um grupo de escravos adquiridos conjuntamente e que recém chegavam a Alegrete; ou, o que também é possível, tratavam-se de escravos chegados em épocas diferentes e que eram levados a batizar algum tempo depois, todos juntos.⁸ Se o primeiro caso for o mais frequente, é possível imaginar que fosse determinante o desejo do senhor de batizar rapidamente para que se encaminhasse os cativos para o trabalho, muitas vezes em estâncias e posses que ficavam distantes da vila. De qualquer modo, na maioria dos batizados conjuntos, os padrinhos e as madrinhas de todos foram os mesmos, não importando estes tratarem-se de escravos ou livres.

Mesmo que devemos admitir uma ingerência maior dos senhores nos batismos de africanos, o estudo dos padrinhos que ali aparecem pode revelar algo sobre a relação entre as formas de hierarquização social e as relações de compadrio. É possível imaginar que escravos que eram convidados a apadrinhar africanos gozassem da estima e confiança de seus senhores, o que não exclui a possibilidade de se tratarem também de cativos com prestígio junto à população escrava da paróquia e, inclusive, entre as famílias livres pobres. Note-se que, dos 12 padrinhos preferenciais que batizam africanos, apenas um (Inácio, escravo de Manoel José de Carvalho) não batizou nenhuma outra pessoa, escrava ou livre. Por sua vez, todas as 7 madrinhas preferenciais que batizaram africanos, amadrinharam também crianças escravas ou livres em Alegrete.

⁸ Caso percebido na província de São Paulo por: BACELLAR (2007).

Indo adiante, se podemos considerar que esses escravos que batizaram africanos pertencentes a seus senhores ocupavam uma posição mais alta na hierarquia social dentro da escravidão, tanto mais devia ser no caso daqueles escravos que foram convidados a apadrinhar africanos pertencentes a outros senhores. E, mais ainda, no caso dos que aparecem batizando africanos em mais de uma data, o que sugere que a escolha anterior não fora apenas circunstancial. Esse era o caso da parda Angélica, escrava do Capitão Felisberto Nunes Coelho, e de outros, sobre os quais refletiremos com mais vagar a partir de agora.

Angélica e José Maria: padrinhos e madrinhas preferenciais

Angélica foi a escrava que mais compareceu à pia batismal de Alegrete como madrinha. No período tratado aqui, ela o fez por 13 vezes, o que a coloca entre as 10 madrinhas com mais registros entre todos os estratos sociais (FARINATTI, 2010c). Dentre esses 13 sujeitos batizados, 2 eram cativos do seu senhor e os outros 11 pertenciam a 9 senhores diferentes, sendo que 6 deles não tinham parentesco direto com a família de seus senhores.⁹

É muito provável que o enorme prestígio de seus senhores, o Capitão Felisberto Nunes Coelho e de Dona Ana Joaquina da Conceição, pudesse influir no próprio prestígio de Angélica e se refletisse nos convites que recebia. Seu senhor foi o homem que mais apadrinhou em Alegrete durante o período em estudo (30 vezes) e sua senhora ocupava o segundo lugar entre as mulheres – 28 vezes (FARINATTI, 2010c). Entre outros, eram compadres do General Frutuoso Rivera, que foi presidente do Estado Oriental do Uruguai e do Coronel Bento Manoel Ribeiro que foi Comandante de Armas da Província.¹⁰ Porém, essa explicação não basta. O casal senhorial tinha outros escravos e nenhum deles chegou perto do número de vezes em que a parda Angélica esteve na pia batismal, ainda que outro de seus cativos, Manoel, também integrasse a lista dos campões de batismo. Pela grande variedade das escravarias onde estendia suas relações de compadrio, é possível imaginar que havia alguma qualidade individual de Angélica que fazia com que fosse vista como boa madrinha e que se somava ao prestígio da casa a que pertencia. Talvez se tratasse de um saber, como ser parteira, por exemplo. De qualquer modo, seu prestígio devia ser mesmo grande não apenas

⁹ Arquivo da Diocese de Uruguaiana. Registros de Batismos de Alegrete. Livros 1 a 4.

¹⁰ Idem.

entre os cativos, mas também junto aos senhores, se considerarmos os africanos que batizou. Entre 1831 e 1837, ela foi chamada para batizar 5 africanos, sendo um pertencente a seu senhor, dois a um filho e a um genro do mesmo, e dois pertencentes a pessoas que não tinham ligação de parentesco com a família senhorial a qual pertencia. Todos em datas diferentes.¹¹

Por outro lado, Angélica teve duas filhas. O padrinho da primogênita foi José, escravo de Albino Pereira de Lima. Há 10 registros de um escravo com nome de José, pertencentes a esse senhor, aparecendo como padrinhos no período estudado. Apesar de haver mais de um José naquela escravaria, é provável que grande parte ou, até mesmo, 9 desses registros se referissem à mesma pessoa: José Maria, africano benguela, de ofício carpinteiro (MATHEUS, 2012).¹² Seu senhor, Albino Pereira de Lima, era um abastado estancieiro, com ramificações de negócio como comerciante. Tinha propriedades espalhadas pelo Rio Grande do Sul: uma casa na praça central de Alegrete, onde residia; outra em Rio Pardo, onde tinha armazém. Possuía duas estâncias em Alegrete e terras no município de São Borja.¹³ Pelas declarações da viúva no processo de inventário de Albino Pereira de Lima, aberto em 1840, sabe-se que José Maria residia na vila de Alegrete e servia de *pajem* a seu senhor. Aqui, há duas informações relevantes. Em primeiro lugar, é bem possível imaginar que boa parte do prestígio desse escravo derivasse de sua posição em relação a seu senhor, que o diferenciava do restante da escravaria.

Assim como sua comadre Angélica, José também batizou africanos – no caso, quatro cativos, sendo três companheiros de escravaria e um pertencente a outro senhor. Talvez José Maria, ele também africano, conhecesse diferentes dialetos, sendo o primeiro mediador para os escravos recém-chegados àquela localidade, ou mesmo fosse o escolhido para transmitir parte da cultura africana por ele conhecida.

As prováveis companheiras de batismos dos Josés variaram muito – nos dez registros, aparecem seis diferentes cativas madrinhas. Em apenas dois deles as madrinhas também são escravas de Albino Pereira – Maria e Juliana. Esperávamos encontrá-lo batizando com uma mesma escrava, o que seria um indício de matrimônio ou amancebamento, o que não foi o caso. Entretanto, José, africano de Albino Pereira, aparece batizando sua filha natural, Sofia, com Rafaela, em 1839.¹⁴ Rafaela aparece sendo batizada, como

¹¹ Idem.

¹² Arquivo da Diocese de Uruguaiana. Registros de Batismos de Alegrete. Livro 2, p. 40v.

¹³ Arquivo Público do Rio Grande do Sul. Alegrete. Cartório de Órfãos e Ausentes, n. 64, 1840.

¹⁴ Arquivo Diocesano de Uruguaiana, Registros de Batismos de Alegrete. Livro 2, p. 384v.

escrava de nação, em 12 de dezembro de 1830, com aproximadamente 12 anos. Seu padrinho foi José, cativo de Albino Pereira.¹⁵ No inventário, em 1840, Rafaela aparece com 25 anos, doente, e mãe de mais 3 filhos – Sofia não aparece, pois faleceu, como consta no testamento da filha de Albino, Dona Felisbina Mathildes de Lima, anexo ao inventário do pai.¹⁶ A mais velha dos três, Belarmina, com 6 anos, nasceu, portanto, quatro anos após a chegada de Rafaela, quando esta tinha por volta de 20 anos, se seguirmos a idade do inventário e não a do batismo. Se José Maria e Rafaela mantiveram uma união estável, nosso personagem teve quatro filhos enquanto escravo, sendo que três ainda eram vivos quando seu senhor morreu e ele se tornou livre. Aliás, teria sido a africana Rafaela parte de um acordo do velho Albino com seu escravo pajem?¹⁷

Albino Pereira residiu em Alegrete por volta de 25 anos. Nesse período, não registrou nenhuma alforria no cartório do município. Se isso fez parte de uma política de dominação senhorial, Albino Pereira contrariou o que boa parte da historiografia sustenta como um dos pilares do sistema escravista: a concessão de manumissões para poucos cativos, ainda em vida, como parte da estratégia de dominação senhorial, especialmente nos grandes plantéis (SLENES, 1997; MATTOS, 1998). Contudo, não cremos que a lógica senhorial explique tudo nesse caso.

Assim, José Maria foi o único alforriado, tendo sua carta registrada em outubro de 1840, nove meses após a morte de seu senhor. E, ao que parece, após manumitido, ele continuou tecendo boas relações com a família senhorial. Em uma das respostas às reclamações da herdeira Jacinta Antônia, a viúva de Albino explica que “as roupas do falecido já se acham no inventário [...] e o *freio se achava em poder do preto José forro, que foi para Montevideu em companhia do co-herdeiro Theodósio Teixeira de Lima*”.¹⁸ Apetrechos de montaria eram bastante valorizados na província do Rio Grande, não sendo difícil de encontrar os mesmos em testamentos ou inventários sendo legados a afilhados ou entes queridos. Ou seja, além de ficar com alguns objetos pessoais de Albino Pereira – que provavelmente tinham um valor afetivo e

¹⁵ Arquivo Diocesano de Uruguaiana, Registros de Batismos de Alegrete. Livro 2, p. 360v.

¹⁶ Arquivo Público do Rio Grande do Sul. Alegrete. Cartório de Órfãos e Ausentes, n. 64, 1840.

¹⁷ Tratando da escravidão na África, Paul Lovejoy coloca que “o casamento ou outras uniões sexuais eram um método de recompensar os [escravos] homens”. LOVEJOY, Paul E. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 35.

¹⁸ Arquivo Público do Rio Grande do Sul. Alegrete. Cartório de Órfãos e Ausentes, n. 64, 1840. (grifos nossos)

simbólico e, por isso, não seriam deixados para qualquer um –, José Maria continuava trabalhando para a família de seu ex-senhor.

É de fácil compreensão a continuidade da boa relação que José Maria mantinha com a família senhorial. Segundo João José Reis, a condição de um africano forro no Brasil durante o século XIX era muito precária. De acordo com o autor

O Código do Processo do Império do Brasil, em seu artigo 70, obrigava os africanos libertos, da mesma forma que os escravos em geral, a sempre portarem passaporte em suas viagens, mesmo quando acompanhados de seus ‘senhores e amos’. [...] Quando se tratava do africano, uma linha tênue dividia a condição de escravo daquela de liberto (REIS, 2008, p. 88 e 92).

Assim, temos um escravo, José, africano de nação Benguela, que era muito procurado por outros cativos para batizar, ao mesmo tempo em que era pajem de seu senhor. Marina de Mello e Souza ressalta que “os africanos já aclimatados eram os guias mais adequados no processo de inserção em uma nova realidade” (SOUZA, 2002, p. 149). Talvez José fosse o que Reis denominou de “mediador cultural”, por conhecer tanto signos africanos como também por dominar práticas e costumes crioulos, ou seja, brasileiros, demonstrando ser um “perfeito ladino” (REIS, 2008, p. 319).

Por outro lado, José Maria vivia na vila, onde era vizinho da parda Angélica, já que ela também vivia na residência citadina de seu senhor capitão Felisberto Nunes Coelho. Este, aliás, fora padrinho de um filho do senhor de José Maria. As duas famílias faziam parte de uma bem amarrada rede de relações, tanto entre os escravos, quanto entre os senhores, que o compadrio deixa entrever. Essa rede unia quatro dos 12 senhores de escravos padrinhos/madrinhas preferenciais (Albino Pereira de Lima, Capitão Felisberto Nunes Coelho, Tenente João Batista de Castilhos e Tenente-Coronel João Machado de Bittencourt) e os ligava, ainda, ao Coronel Bento Manoel Ribeiro (FARINATTI, 2010c).

A questão de viver na vila pode ter sido realmente um fator que contou a favor dos cativos na hora de serem escolhidos como padrinhos, uma vez que poucos foram os batizados realizados em oratórios privados nas estâncias, a menos que, entre estes, esteja um grande número que não foi transcrito para os registros oficiais da capela de Alegrete, o que não é de se duvidar e lança sobre essas fontes uma sombra de sub-registro.¹⁹ De qualquer

¹⁹ Ressalte-se aqui a importante contribuição da tese de doutorado de Letícia Guterres para o estudo do compadrio escravo no Rio Grande do Sul, ainda que tenha foco, principalmente, a segunda metade do século XIX: GUTERRES, 2013.

modo, dentre aqueles 12 senhores, somente dois tinham apenas estâncias. Todos os outros possuíam uma estrutura patrimonial que envolvia casas na vila e/ou chácaras suburbanas somadas às estâncias em rincões longínquos, que podiam distar mais de 100 quilômetros da sede do município. No caso das madrinhas, também são apenas dois os casos de senhores que possuíam apenas residência em suas estâncias, sem casas na vila, reforçando o argumento. Mais do que isso: os três escravos com mais afilhados no período estudado (Angélica, José Maria e Mateus escravo de João de Araújo) moravam todos na vila.²⁰

É significativo, ainda, que outros três senhores de escravos padrinhos preferenciais tivessem relações de parentesco consanguíneo entre si. Nesse caso, além do parentesco de sangue, novamente, uma bem urdida rede de compadrio tanto de livres quanto de escravos amarrava esse grupo²¹. Somente uma vez, porém, um escravo de um deles estabeleceu relação de compadrio com um cativo pertencente a senhor do grupo descrito anteriormente.²² Assim, os escravos moradores da vila podiam ter alguma vantagem na hora de serem convidados a apadrinhar. Do mesmo modo, entre eles, a vizinhança poderia gerar proximidade e induzir compadrios recíprocos. Todavia, isso encontrava limites bastante efetivos nas afinidades e distanciamentos entre seus senhores.

Entre os afilhados de José, cativo de Albino Pereira de Lima, estava Camila, filha legítima de Simão e Maria, escravos do Tenente João Batista de Castilhos. Esses dois cativos eram companheiros de escravaria de Damásio, que consta da **tabela 1**, como um dos padrinhos preferenciais. Contudo, os compadrios de Damásio interessam mais pelas características de seus afilhados e compadres do que por seu número.

Damásio e Estulano: escravos padrinhos e esposos de índias

Em 1832, Damásio, crioulo, escravo do Tenente João Batista de Castilhos, batizou Vicente, africano, escravo do Capitão Manoel José de Abreu. Um ano depois, ao lado de Romualda, sua companheira de escravaria, batizou o filho natural dos libertos Manoel Antônio e Francisca Antônia. Por

²⁰ Arquivo Público do Rio Grande do Sul. Alegrete. Cartório de Órfãos e Ausentes, n. 64, m. 4, a. 1840. Arquivo Público do Rio Grande do Sul. Alegrete. Cartório do Cível e Crime, n. 18, m. 1, a. 1853. Idem, n. 27, m. 1, a. 1853-57.

²¹ Manoel José de Carvalho, João de Araújo e Silva e o alferes Joaquim Rodrigues Jaques.

²² Arquivo Diocesano de Uruguaiana. Registros de Batismos de Alegrete. Livro 2, p. 181.

fim, em 1834, acompanhado da escrava Florentina, ele batizou duas crianças designadas como *índias*: Manoel, filho de Marçalina Conquán e de pai incógnito; e Cristóvão, *de nação guarani*, exposto. Em 1837, Damásio consta como casado com Romualda, liberta, que talvez fosse aquela sua antiga companheira de escravaria, referida acima. Os padrinhos de sua filha foram duas pessoas bem situadas socialmente, Albino Mariano de Souza e Dona Cândida Joaquina Nunes.²³

Os vários estudos sobre o compadrio nos diversos recantos da América Portuguesa e do Império do Brasil têm demonstrado que a imensa maioria dos batismos eram momentos de se tecer alianças sociais horizontais ou verticais *para cima*. Ou seja, os pais convidavam pessoas de estatuto social igual ou superior ao seu. Encontramos 38 casos de crianças livres batizadas por escravos em Alegrete, no período estudado. Em termos quantitativos, esse número confirma a regra, pois representa apenas cerca de 1% dos registros de batizandoos livres. Todavia, a exploração desses casos pode trazer elementos importantes para a análise das questões tratadas neste artigo.

Nos 38 casos em que o padrinho e/ou a madrinha era escravo e o batizando era livre, há 26 crianças indicadas como *índias*, *chinas* e “*de Nação guarani*”; 2 pretas; 1 parda; 7 sem referência à cor da pele. Cada vez mais estudos têm demonstrado que as designações de cor de pele no Brasil escravista eram determinadas socialmente, estando ligadas à mobilidade social dentro de padrões hierárquicos costumeiros (MATTOS, 1998; GUEDES, 2008). Há vários relatos, por exemplo, de pessoas serem designadas como pretas em um determinado momento e, em outro, como pardas. Prestígio, acúmulo de recursos, relações estáveis com pessoas socialmente superiores eram alguns dos fatores que poderiam causar a variação da designação de cor.

De outra parte, a inexistência de fontes como listas nominativas e o fato de ainda não se ter encontrado róis de confessados para Alegrete no período em estudo, impedem de investigar a influência de relações de vizinhança na formação desses laços de parentesco ritual. Contudo, não é absurdo imaginar que Marçalina Conquán, comadre livre de Damásio, talvez fosse moradora agregada na grande estância da família do Tenente João Batista de Castilhos.²⁴ Trava-se de uma *índia* e mãe solteira, talvez migrante, como a

²³ Arquivo Diocesano de Uruguaiana. Registros de Batismos de Alegrete. Livro 2, pp. 117, 143, 184, 184.

²⁴ Arquivo Público do Rio Grande do Sul. Alegrete. Cartório de Órfãos e Ausentes, n. 28, m. 3, a. 1834.

imensa maioria dos *índios* presentes nos batismos estudados. É bem possível que, para essa mulher, que não aparece em nenhum registro como madrinha, estabelecer laços com escravos do proprietário daquelas terras não fosse visto como uma aliança *para baixo*, tanto mais se o escravo escolhido fosse alguém que contava com prestígio na sua rede de relações.

O prestígio dos cativos convidados para padrinhos de pessoas livres aparece, novamente, no caso de Estulano, escravo do Coronel Bento Manoel Ribeiro. Em 1835, esse cativo batizou Manoel, índio, filho legítimo de Felis Alexandre e Jacinta Maciel. Acontece que, dois anos antes, Estulano havia se casado com uma mulher livre, Joana Maria, *índia de nação guarani*. Ao contrário de Marçalina Conquan, comadre de Damásio, a quem nos referimos anteriormente, a comadre de Estulano, Jacinta Maciel, era casada e já tinha relações efetivas em Alegrete, como sugere o fato de que, no mesmo dia do batizado de seu filho, ela foi madrinha de Jacinto, *de nação guarani*, filho legítimo de Maria Antônia e André Junhe.²⁵

Estulano não é um dos padrinhos preferenciais estudados aqui, porém, parece claro que ele ocupava uma posição privilegiada no contexto dos cativos em Alegrete. Em primeiro lugar, ele era um escravo casado, posição que poucos escravos alcançaram na paróquia. Porém, mais que isso, Estulano teve permissão para casar com uma mulher livre. Apenas 30 cerimônias de casamentos envolvendo escravos foram realizadas na igreja de Alegrete, durante período estudado aqui. Tratavam-se de 20 matrimônios onde ambos os nubentes eram escravos, 1 com marido escravo e mulher liberta, e 9 onde o esposo era escravo e a mulher era livre. Dessas, uma foi apontada como parda, duas como negras e 6 como índias. Um desses seis casamentos foi o de Estulano e Joana Maria.²⁶ Como se sabe, para um escravo, casar com uma mulher livre implicava na possibilidade de ter filhos livres.

Por sua vez, se lembrarmos os percentuais de legitimidade já referidos, constatamos que quase metade das mães *índias* chegaram à maternidade sem o casamento religioso. A possibilidade de estabelecer matrimônio com um escravo bem considerado por senhores tão importantes, como era o caso de Estulano, trazia perspectivas de segurança e proteção.

Além disso, a boa posição de Estulano no conjunto dos escravos era gerada também por outros fatores. Tratava-se de um escravo qualificado, com o ofício de pedreiro. A tendência encontrada em vários lugares do Brasil, de

²⁵ Arquivo Diocesano de Uruguaiana. Registros de Batismos de Alegrete. Livro 2, p. 227r e 227v.

²⁶ Arquivo Diocesano de Uruguaiana. Registros de Casamentos de Alegrete. Livro 2, p. 66v.

maior valorização para os escravos que possuíam ofícios especializados, também ocorria no Rio Grande do Sul. Na avaliação do inventário feito por morte de sua senhora, Dona Maria Mancia Ribeiro, realizada em 1854, Estulano já contava com 58 anos de idade. No entanto, foi o cativo mais valorizado entre os 56 escravos ali avaliados.²⁷ Seu valor foi estimado em 1 conto de réis. Superior, inclusive, aos 7 jovens escravos campeiros que residiam com ele na Estância do Jarau. Além disso, como se sabe, a possibilidade de angariar pecúlio com seus jornais era grande para esse tipo de cativo. Essa situação o aproxima de Damásio e também de José Maria, escravos com ofícios especializados. Com este último, Estulano ainda guarda outra característica comum: ele também era pajem de seu senhor (FARINATTI, 2012). Nesse caso, pajem de Bento Manuel Ribeiro, nada menos do que um dos maiores líderes militares e políticos da fronteira meridional na primeira metade do século XIX.

Jacinto: escravo pedreiro, padrinho preferencial e senhor de escravo

Voltemos a Damásio, escravo do Tenente João Batista de Castilhos. As relações de Damásio registradas pelas fontes não param por aí e ajudam a reconfigurar e organizar as reflexões feitas até aqui. Como já foi dito, dentre as crianças batizadas por Damásio, estava o filho natural dos libertos Manoel e Francisca. Porém, além disso, Damásio também foi testemunha do casamento desse mesmo casal, junto com Jacinto, escravo de Albino Pereira de Lima e também padrinho preferencial listado na **tabela 1** (ao final do texto).²⁸ Como vimos, apenas dois padrinhos preferenciais não batizaram africanos, sendo um deles justamente Jacinto. Por um lado, isso mostra o prestígio de Jacinto dentre os escravos de Alegrete, pois seus cinco afilhados eram filhos de mães escravas.

Jacinto era companheiro de escravaria do já tratado africano José Maria e foi o único escravo do sexo masculino descrito como casado no inventário de Albino Pereira de Lima. Às onze horas da manhã do dia 05 de maio de 1833, na igreja matriz de Alegrete, o pároco Marcelino Lopes Falcão casou Jacinto, natural de Pernambuco, com Luiza de Nazaré, africana de nação

²⁷ Arquivo Público do Rio Grande do Sul. Alegrete. Cartório de Órfãos e Ausentes, n. 152, m. 11, a. 1853.

²⁸ Arquivo Diocesano de Uruguaiana. Registros de Casamentos de Alegrete. Livro 2, p. 69.

Rebolo, também escrava de Albino Pereira. Serviram de testemunhas Damásio Batista, de quem não consta a condição jurídica, mas que pode muito bem ser o mesmo Damásio, escravo de João Batista de Castilhos, e Bento José do Nascimento, livre.²⁹

No entanto, as conquistas de Jacinto não se resumiam ao seu casamento. Em 18 de março de 1841, foi registrada no cartório de Alegrete a transação de venda de um escravo.³⁰ Nada de anormal, apesar de, até 1860, as vendas de cativos registradas por Escrituras Públicas, em Alegrete, serem relativamente poucas.³¹ O curioso desta transação não é a “mercadoria”, nem o comprador, mas sim quem a vende: o escravo Jacinto, pertencente a Albino Pereira de Lima. Sim, Jacinto, escravo, era senhor de outro escravo. O comprador, Francisco José Coelho, pagou 19 doblas e cinco patações, o equivalente a 244 mil e 800 réis, por um “Muleque pertencente ao crioulo Jacinto”. O dinheiro ficou depositado sob guarda do escrivão João Damaceno Góis.

Stuart Schwartz argumenta que havia dúvidas se a lei permitia que escravos possuíssem outros escravos (SCHWARTZ, 2001, p. 206). Segundo ele, não há “nenhuma resposta jurídica clara, mas certamente o costume reconhecia a prática”. Em sua pesquisa, o autor encontrou um testamento onde aparece a seguinte declaração: “há [...] dentre nossas propriedades um moleque chamado Salvador, do povo de Guiné, que é cativo de nosso escravo Simão, que nos deve os fretes e as taxas de importação do dito moleque pelas quais eu paguei” (SCHWARTZ, 2001, p. 206). Outros historiadores vêm relatando a existência da escravidão dentro da escravidão (FARIA, 1998; FARIAS, GOMES e SOARES, 2005; REIS, 2008; ENGEMANN, 2008).

Jacinto provavelmente investiu o dinheiro da venda do “Muleque” na compra de sua própria liberdade. Ainda no inventário de Albino, mas em 1842, ou seja, pouco tempo após o registro em cartório da venda do “Muleque”, Roque Machado Ferreira, esposo da herdeira Dona Faustina Ferreira de Lima – para quem Jacinto e Luiza foram destinados como parte da herança –, escreveu ao juiz de órfãos argumentando que, no inventário que estava se procedendo, o pardo Jacinto havia sido avaliado em 600 mil réis. Todavia, querendo o dito comprar sua liberdade, “para cujo fim existe em

²⁹ Arquivo Diocesano de Uruguaiana. Registros de Casamentos de Alegrete. Livro 1, p. 67.

³⁰ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Fundo Alegrete, 1º tabelionato, livros notariais de transmissão e notas, livro 1, p. 93r.

³¹ De 1831 até 1860, encontramos somente onze escravos transacionados desta forma.

poder do suplicante 300 mil réis” – quantia bastante próxima dos quase 250 mil réis alcançados por ele na venda do “Muleque”, pediu ao juiz que Jacinto não seja lançado na nova partilha que estava se procedendo. Não encontramos a alforria de Jacinto registrada em cartório, contudo, talvez ele já vivesse como livre logo após a morte de Albino Pereira.

Entre outubro de 1840 e outubro de 1841, há quatro registros de batismo em que Jacinto, livre, aparece como padrinho. Em todos eles a madrinha também é livre, sendo que em um a companheira de Jacinto chama-se Luiza. Dos batizados, três eram escravos e um livre. Este último foi registrado como pardo, filho natural de Rita, índia natural de Alegrete, e Camilo, solteiro e escravo pardo do Capitão José Vasco de Abreu. É justamente neste batismo que a madrinha foi Luiza.³² Analisando as relações do ex-senhor de Jacinto, observamos que o mesmo casou uma de suas filhas com Vasco José de Abreu, ou seja, as relações de Jacinto, mesmo depois de livre, podiam acompanhar aqueles laços produzidos em cativeiro e informados pela rede social de Albino Pereira. Quanto a ser referido como livre ou não, mesmo antes de 1842, é possível que Jacinto tenha feito um acordo com Roque Machado, vivendo tanto ele como sua esposa como livres, afinal, não seria estranho um indivíduo que foi senhor de um escravo, que era bastante requisitado como padrinho e também casado há quase dez anos negociar sua liberdade e, antes de efetuar o pagamento ou cumprir qualquer outro tipo de condição, ser considerado (e reconhecido) socialmente como livre. Isto não seria algo estranho àquela realidade, pois a própria Gertrudes (comadre de Jacinto), que teve sua alforria registrada apenas em 1845, aparece em um registro como madrinha “liberta” em 1839, somente três meses após receber sua alforria condicional.³³

Agora, um olhar cruzado para as histórias de Jacinto (pedreiro, senhor de um “Muleque”) e José Maria (pajem de seu senhor e carpinteiro), escravos de Albino Pereira e padrinhos preferenciais. Este último conseguiu sua liberdade e, ao que tudo indica, o primeiro também. Duas alforrias de escravos da mesma escravaria, conseguidas quase ao mesmo tempo sob a mesma circunstância (o encaminhamento do patrimônio logo após o falecimento do senhor). A despeito disso, os caminhos que os levaram até a liberdade foram muito diferentes e refletem suas diferentes trajetórias dentro do cativeiro.

³² Arquivo da Diocese de Uruguaiana. Registros de Batismos de Alegrete. Livro 2, p. 387v, 389v, 402r e 413r.

³³ Arquivo da Diocese de Uruguaiana. Registros de Batismos de Alegrete. Livro 2, p. 379r.

Muito provavelmente, a posição privilegiada de José naquela escravaria, bem como seu caminho para a liberdade, esteve bastante atrelada à proximidade que mantinha com seu senhor. Assim como Jacinto, ele também morava na casa em frente à praça que os Lima mantinham na vila Alegrete, mas devia acompanhar seu senhor a suas estâncias nos distritos e em São Borja. E também nas viagens a Rio Pardo. Quem sabe a Porto Alegre, a Montevideú. Por sua vez, Jacinto, escravo especializado, bem relacionado em diversas escravarias, acumulou pecúlio a ponto de comprar um escravo. Usou esses recursos para comprar sua liberdade. Ou seja, construiu uma estratégia dentro da escravidão, mas um tanto autônoma, se comparada à experiência de José Maria.

Amarrando e estendendo laços relacionais

A caracterização individual dos padrinhos preferenciais escravos, por sua vez, não basta e é até ilusória. Por mais difícil que seja, é necessário tentar um estudo que incorpore uma reconstrução das redes de relações em que estavam inseridos esses escravos para que se possa compreender como funcionavam os fatores generativos de uma hierarquia que envolvia homens livres e cativos, muitos deles com laços parentais entre si (MACHADO, 2008). Assim, se olharmos individualmente para Jacinto, é certo que se tratava de um escravo que não batizou qualquer africano. Se olharmos individualmente para Damásio, diremos que tinha pouca inserção entre a população cativa em Alegrete, porque não batizou nenhum filho de mãe escrava. Porém, essa situação ganha novos contornos se traçarmos a rede de relações que os ligava: **Jacinto** (*escravo casado, com várias comadres escravas e uma índia*) – **Damásio** (*escravo casado que batizou africanos e índios*) – **um casal de libertos**. Fragmentos de redes de relações como essas poderiam ser montadas também com outros escravos como: **Angélica** (*parda solteira, madrinha preferida para africanos e crioulos, mas que não batizou livres*) – **José** (*africano que não era casado mas teve seu filho registrado, apadrinhou africanos e um índio*) – **Maria** (*companheira de escravaria de Angélica, comadre de José e que batizou africanos e índios*).

Aí estão os poucos fragmentos que vamos conseguindo reproduzir das relações que envolviam diversos sujeitos e famílias. Estes, embora pudessem ser colocados na vala comum dos “subalternos” e de possuírem, de fato, proximidade na escala social, na verdade tinham trajetórias e recursos diversos. Tratam-se de configurações relacionais que atravessavam escravarias, condições jurídicas e hierarquias costumeiras sem, contudo, derogá-las. Aliás,

o modo como as reiteravam ou conseguiam ser limitantes ou corrosivas para elas é que constituem bons caminhos de análise.

O importante, agora, é ressaltar que, naquele mundo de médios e pequenos plantéis, o contato entre cativos de diferentes escravarias e também com uma miríade de sujeitos livres e libertos (pardos, pretos, índios, brancos pobres) parece ter sido a regra.³⁴ Naquele mundo de pecuária e fronteira, a pertença a um mesmo senhor era um dos fatores agregadores dos grupos relacionais tecidos pelos escravos. Contudo, estava longe de ser o único.

Considerações finais

As relações entre cativos, pessoas livres e libertas, como as que eram ritualizadas pelo compadrio e foram analisadas aqui, comunicavam parte dos recursos e conquistas pessoais e os potencializavam mais do que uma análise por indivíduos pode mostrar. Sem nunca esquecer dessa inserção relacional, alguns dos fatores que ajudavam a um escravo alçar-se a uma posição importante na hierarquia dos estratos sociais que abrangiam escravos, libertos e pessoas livres pobres podem ser elencados através do que foi investigado aqui. Queremos designar, com isso, as ações, condições e processos que marcavam os caminhos do que se considerava mobilidade social e que permitia o acúmulo de recursos e prestígio, ainda que situados nos lugares menos favorecidos do espaço social.

Ali estavam a quantidade de compadres e afilhados, mas também sua qualidade: batizar africanos, tanto mais se mais de uma vez e se parte deles pertencia a outros senhores; batizar crianças livres ou libertas; o casamento, especialmente se com pessoas livres; o prestígio de seus senhores na sociedade e do cativo perante esse senhor; um saber específico e individual. Neste último caso, destaca-se o que já foi apontado para diversas partes do Brasil: exercer uma ocupação especializada, ser um *oficial*. Tratava-se de ter uma *arte* e também de ampliar as possibilidades de acumular pecúlio e, em geral, de ter mobilidade espacial. Não por acaso, Damásio era sapateiro, Jacinto e Estulano eram pedreiros e José Maria era carpinteiro. Ali, onde a base da economia era a grande pecuária, onde as lides com o gado faziam dos escravos campeiros trabalhadores indispensáveis nas grandes estâncias, os oficiais parecem, no entanto, ter gozado de uma proeminência social análoga a que

³⁴ No mesmo sentido: FARINATTI (2012).

possuíam em outros contextos escravistas, calcados em atividades produtivas diversas.

Tais fatores são mais visíveis no caso dos homens. Porém, ainda que faltem dados, é preciso ter em conta que uma série de outros aspectos também deveriam compor o prestígio social e a capacidade de acumular recursos das mulheres escravas que eram madrinhas preferenciais. Como dissemos, é provável que saberes e atividades, como o de parteira, mesmo que não discriminados nas fontes, compusessem essa equação. Ainda em caráter especulativo, podemos pensar em uma rede de auxílios mútuos, tais como as que Nikelen Witter percebeu para o caso das mulheres livres, em artigo presente neste livro. Uma inserção como liderança religiosa também pode ter ocorrido, o que, ademais, podia haver igualmente no caso dos homens.

Esses, insistimos, eram *alguns dos fatores* geradores de hierarquização social entre escravos e outros subalternos, e que o estudo dos registros de batismo nos permitem perceber. Outros ainda precisam ser pesquisados. Do mesmo modo, há que se tomar em conta, a partir de outras fontes possíveis e metodologias adequadas, a posição social, as experiências, os valores e as estratégias dos diversos escravos que não se destacaram como padrinhos/madrinhas preferenciais e que, convivendo com estes, formavam uma larga base da população cativa das campanhas sulinas.

Referências

ARAÚJO, Thiago Leitão de. *Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila de Cruz Alta, província do Rio Grande do Sul, 1834-1884)*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2008. (Dissertação de Mestrado)

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Criando porcos e arando a terra: família e compadrio entre os escravos de uma economia de abastecimento (São Luis do Paraitinga, capitania de São Paulo, 1773-1840). In: *III Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Florianópolis, 2007. Anais Eletrônicos (<http://www.labhstc.ufsc.br/pdf2007/14.14.pdf>).

BARTH, Fredrik. *Process and form in social life: selected essays of Fredrick Barth*: Volume I. Londres: Routledge and Kegan Paul, 1981.

_____. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000.

BRÜGGER, Sílvia. *Minas Patriarcal: Família e sociedade (São João del Rei – Séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Anablume, 2007.

CARATTI, Jônatas Marques. *O Solo da Liberdade: as trajetórias da preta Faustina e do pardo Anacleto pela fronteira rio-grandense em tempos do processo abolicionista uruguaio (1842-1862)*. São Leopoldo: PPGH/UNISINOS, 2010. (Dissertação de Mestrado)

CORRÊA, André do Nascimento. *Ao Sul do Brasil Oitocentista: escravidão e estrutura agrária em Caçapava, 1821-1850*. Santa Maria: PPGH/UFSM, 2013. (Dissertação de Mestrado)

ENGEMANN, Carlos. *De laços e de nós*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FARIAS, Juliana B.; GOMES, Flávio; SOARES, Carlos Eugênio L. *No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

FARINATTI, Luís Augusto. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010a.

_____. “Territórios sobrepostos: as migrações na constituição de uma sociedade de fronteira (paróquia de Alegrete, 1821-1844)”. In: DREHER, Martin (Org.). *Migrações: mobilidade social e espacial*. XIX Simpósio de História da Imigração e Colonização. São Leopoldo (RS): UNISINOS, CD-ROM, 2010b.

_____. “Famílias, relações de reciprocidade e hierarquia social na fronteira meridional do Brasil (1816-1845)”. In: *X Encontro Estadual de História*. ANPUH-RS, Santa Maria, 2010c. Anais eletrônicos (<http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/site/anaiscomplementares#L>).

_____. “Os compadres de Estêvão e Benedita: hierarquia social, compadrio e escravidão na fronteira meridional do Brasil (1821-1845)”. In: *XXVI Simpósio Nacional de História*, São Paulo, 2011a.

_____. “Relações parentais de escravos, libertos e indígenas na fronteira meridional (1817-1844): primeiras notas de pesquisa”. In: *V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, Porto Alegre, 2011b.

_____. “A espada e a capela”. In: *História Unisinos*, São Leopoldo, 16(3), p. 294-306, 2012.

FARINATTI, Luís Augusto; RIBEIRO, Max Roberto P. “Guaranis nas capelas da fronteira: migrações e presença missioneira no Rio Grande de São Pedro (Alegrete e Santa Maria, 1812-1827)”. In: *XII Simpósio Internacional HIU*. A experiência missioneira: território, cultura e identidade, CD-ROM, 2010.

FARINATTI, Luís Augusto; MATHEUS, Marcelo Santos. “Estrutura de posse escrava na fronteira de São Pedro (Alegrete e Bagé, primeira metade do século XIX)”. *Anais do 7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Curitiba: 2015.

FERREIRA, Roberto Guedes. *Egressos do cativo. Trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c. 1789-c.1850)*. Rio de Janeiro: Mauad-FAPERJ, 2008.

FONTELLA, Leandro Goya. *Sobre as ruínas dos Sete Povos: estrutura produtiva, escravidão e distintos modos de trabalho no Espaço Oriental Missionário (Vila de São Borja, Rio Grande de São Pedro, 1828-1858)*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2013. (Dissertação de Mestrado)

FRAGOSO, João Luis Ribeiro. “Principais da Terra, Escravos e a República. O desenho da paisagem agrária no Rio de Janeiro Seiscentista”. In: *Revista Ciência e Ambiente*. Santa Maria: UFSM, nº 33, jul./dez. 2006, p. 97-120.

_____. “O Capitão João Pereira de Lemos e a parda Maria Sampaio: notas sobre as hierarquias rurais costumeiras no Rio de Janeiro do século XVIII”. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla. *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009.

GARCIA, Elisa Frúhauf. *As Diversas Formas de Ser Índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no Extremo Sul da América Portuguesa*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. (Tese de Doutorado)

GOMES, Luciano. *Uma cidade negra: escravidão, estrutura econômico-demográfica e diferenciação social na formação de Porto Alegre, 1772-1802*. Porto Alegre: PPGH-UFRGS, 2012. (Dissertação de Mestrado)

GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart. “Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII”. In: REIS, João José (Org.). *Escravidão e Invenção da Liberdade*. Estudos sobre o negro no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1988.

GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c.1798-c.1850)*. Rio de Janeiro: Mauad X/Faperj, 2008.

GUTERRES, Letícia Batistella Silveira. *Para além das fontes: im/possibilidades de laços familiares entre livres, libertos e escravos (Santa Maria, 1844-1882)*. Porto Alegre: PPGH/PUC-RS, 2005. (Dissertação de Mestrado)

_____. “Escravidão, família e compadrio ao Sul do Império do Brasil: Santa Maria (1844-1882)”. Rio de Janeiro: UFRJ, IFCS-PPGH, 2013. (Tese de Doutorado)

HAMEISTER, Martha. *Para Dar Calor à Nova Povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1863)*. Rio de Janeiro: UFRJ, IFCS-PPGH, 2006. (Tese de Doutorado)

LIMA, Rafael Peter de. *A Nefanda Pirataria de Carne Humana: escravizações ilegais e relações políticas na fronteira do Brasil meridional (1851-1868)*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2010. (Dissertação de Mestrado)

LOVEJOY, Paul E. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MACHADO, Cacilda. “Compadrio de escravos e paternalismo, o caso da freguesia de São José dos Pinhais (PR), na passagem do século XVIII para o XIX”. In: *III Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Florianópolis, 2007. Anais Eletrônicos (<http://www.labhstc.ufsc.br/pdf2007/12.12.pdf>).

_____. *A Trama das Vontades: negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social do Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

MATHEUS, Marcelo Santos. *Fronteiras da Liberdade: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do Império do Brasil*. São Leopoldo: Oikos/Unisinós, 2012.

MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista (Brasil, século XIX)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MORAES, María Inés. “La ocupación del espacio y la formación de paisajes agrarios en Uruguay”. In: *Ciencia & Ambiente*. Nº 33. Santa Maria: Editora da UFSM, 2006.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. “Justiçando o cativo: a cultura de resistência escrava”. In: PICCOLO, Helga; PADOIN, Maria (Dir.). *História Geral do Rio Grande do Sul*: Império. Porto Alegre: Méritos, 2006.

NUNES, Zeno Cardoso; NUNES, Rui Cardoso. *Dicionário de regionalismos do Rio Grande do Sul*. 4. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1990.

OSÓRIO, Helen. *O império português ao sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PERUSSATTO Melina Kleinert. *Como se de ventre livre nasce: experiências de cativo, parentesco, emancipação e liberdade nos derradeiros anos da escravidão – Rio Pardo/RS, c.1860-c.1888*. São Leopoldo: PPGH/UNISINÓS, 2010. (Dissertação de Mestrado)

PETIZ, Silmei de Sant’Ana. *Caminhos Cruzados: famílias e estratégias escravas na fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro (1750-1835)*. São Leopoldo: PPGH/UNISINÓS, 2009. (Tese de Doutorado)

REIS, João José. *Domingos Sodré – um sacerdote africano: escravidão, liberdade e canômbolé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

RIOS, Ana Maria Lugão. “The politics of kinship. Compadrio among slaves in Nineteenth-Century Brazil”. In: *The History of Family. An International Quarterly*, v. 5, n. 3, 2000.

SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru (SP): Edusc, 2001.

SLENES, Robert W. “Senhores e subalternos no Oeste Paulista”. In: ALENCAS-TRO, Luiz Felipe (Org.). *História da Vida Privada no Brasil*. Vol. 2. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Cia. das Letras, 1997, p. 223-290.

SOUZA, Marina de Melo e. *Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de Rei Congo*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

ZARTH, Paulo Afonso. *Do Arcaico ao Moderno*. Transformações no Rio Grande do Sul do século XIX. Ijuí: Editora Unijuí, 2002.

XAVIER, Regina Célia Lima. “Introdução”. In: XAVIER, Regina Célia Lima. *História da escravidão e da liberdade no Brasil Meridional: guia bibliográfico*. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

Tabela 1 – Escravos que mais batizaram na Capela de Alegrete (1821-1844)

PADRINHO	Senhor do padrinho	Afilhados	Africanos	Filhos de mãe escrava	Livres
Matheus	João de Araújo Silva	10	5	5	0
José	Albino Pereira de Lima	10	4	5	1
Ângelo	Manuel Joé de Carvalho	8	7	0	1
Francisco	João Machado de Bittencourt (tenente-coronel)	7	6	1	0
Antonio	José Pinto de Magalhães	6	2	4	0
Antonio	Joaquim Rodrigues Jacques (alferes)	5	0	4	1
Jacinto	Albino Pereira de Lima	5	0	5	0
Manuel	Felisberto Nunes Coelho (capitão)	5	4	0	1
Domingos	Manuel Joze de Carvalho	5	3	2	0
Damáσιο	João Batista de Castilhos (tenente)	4	1	0	3
Inácio	Manuel José de Carvalho	4	4	0	0
Joaquim	José Antonio Martins (tenente-coronel)	4	1	3	0
MADRINHA	Senhor da madrinha	Afilhados	Africanos	Filhos de mãe escrava	Livres
Angélica	Felisberto Nunes Coelho (Capitão)	13	4	9	0
Joaquina	Antonio Vicente	6	3	3	0
Marcelina	Rita Gomes de Oliveira (dona)	6	5	1	0
Catharina	Francisco Luiz de Magalhães	5	0	5	0
Eva	Antonio de Vargas	4	3	2	0
Francisca	Joaquim Rodrigues Jacques (alferes)	4	0	3	1
Maria	Gaspar Nunes de Miranda (tenente)	4	4	1	0
Vitoria	José Antonio Martins (tenente-coronel)	4	1	3	0

Fonte: Arquivo Diocesano de Uruguaiana. Livros de Batismos 1 a 4 (1816-1844). Transcrição realizada pelo Centro de Pesquisas de Alegrete. **Filhos de mães escravas:** 652 registros. **Africanos:** 160 registros.

Uma Aldeia escravista e os seus chefes
**Família e Hierarquias sociais na primeira
elite charqueadora de Pelotas
(1790-1835)**

*Jonas Moreira Vargas**

Como consequência das duras secas que afetaram as capitânicas do Piauí e do Ceará, entre as décadas de 1770 e 1790, a freguesia de São Francisco de Paula (elevada à vila de Pelotas, em 1832) tornou-se a principal produtora de charque da América portuguesa vindo a abastecer parte dos mercados antes atendidos por aquelas duas regiões produtoras de carne-seca: as *plantations* açucareiras do nordeste e sudeste da colônia. Se em 1787, as exportações rio-grandenses do produto totalizaram 117 mil arrobas, em 1793 elas ultrapassaram as 400 mil e, em 1797 as 500 mil arrobas. Na década de 1800, a capitania exportou uma média anual de 820 mil arrobas, das quais mais da metade tiveram como destino Salvador e Recife (OSÓRIO, 2007). Conforme Caio Prado Júnior, em sua análise sobre a intensa produção do charque rio-grandense no período, “excluído o rush do ouro, não se assistira ainda na colônia a tamanho desdobramento de atividades” (PRADO JR, 1977, p. 103).

A formação do mencionado complexo charqueador em Pelotas foi impulsionada pela crescente demanda por alimentos que marcou o colonial tardio, visto o grande aumento populacional nas regiões de *plantations* do sudeste e do nordeste. Tais regiões receberam intenso fluxo de escravos africanos entre 1790 e 1830, por conta da expansão açucareira e cafeeira que caracterizou o período (FLORENTINO, 1997; BERUTE, 2006). Além disso, com a vinda da família real para o Rio de Janeiro e a consequente política expansionista levada a cabo durante o período joanino, os vastos campos da Banda Oriental foram alvo de investidas militares, nas quais alguns milhões de cabeças de gado *vacum* foram saqueadas e deslocadas para as estâncias e fábricas rio-grandenses, favorecendo os negócios com o charque.

*Bolsista PNPd/Capes e Professor Colaborador do Programa de Pós-graduação em História da UFRGS.

Contudo, a montagem do complexo charqueador-escravista pelotense inseria-se numa conjuntura muito mais ampla e que caracterizou a economia atlântica durante o período colonial tardio.¹ A notável ampliação do número de *plantations* açucareiras tanto no sudeste e no nordeste brasileiro, quanto no Caribe, provocou a entrada de centenas de milhares de escravos africanos nas mencionadas plantações criando uma elevada demanda por alimentos. Neste contexto, não apenas Pelotas como também Montevideú e Buenos Aires, destacaram-se como os principais centros produtores de carne seca e salgada da América do Sul.² Portanto, a formação de tais complexos fabris (Pelotas e Montevideú nos anos 1780 e Buenos Aires depois de 1810) fizeram parte de um mesmo processo onde o tráfico atlântico de escravos foi estruturalmente importante.³

Mapa 1 - Localização de Pelotas no espaço fronteiriço do cone sul americano (século XIX)



Fonte: BELL (1993, p. 400).

¹ Para uma análise da economia rio-grandense neste período ver: OSÓRIO (2007).

² Desde já é importante considerar que na maioria das fontes, “carne-seca”, “charque” e “tasajo” (este último na região do rio da Prata) são tratados como sinônimos, enquanto a “carne salgada” era um termo destinado para as carnes preparadas e conservadas em barris com salmoura.

³ Sobre a importância do tráfico de escravos para o Rio da Prata ver: BORUCKI, A., CHAGAS, K., STALLA, N., 2004; KÜHN, 2012, p. 179-206; ALADREN, 2012.

É neste sentido que Pelotas inseria-se no *tasajo trail* atlântico estudado por Andrew Sluyter (2010, p. 98-120). Para o autor, esta rota mercantil de charque que ligava o Rio da Prata a Cuba conectava duas regiões e duas atividades produtivas na qual a escravidão era fundamental, criando um circuito mercantil lucrativo no qual a mercadoria principal, o *tasajo*, era fabricado “por” e “para” trabalhadores cativos. Além disso, Bertie Mandelblatt (2007, p. 21) insistiu para que se deixe de ver os escravos no mundo atlântico somente como trabalhadores e como mercadorias, passando a pensá-los também como consumidores. Seguindo estas premissas, pode-se perceber a ligação do charque com a manutenção do tráfico atlântico e da escravidão a partir de uma tripla relação. Ao mesmo tempo em que a mão de obra cativa foi essencial para a montagem das charqueadas e *saladeros* no Rio da Prata e em Pelotas (aumentando a demanda por escravos na região), estas fábricas abasteciam as *plantations* atlânticas com um alimento rico em proteínas e de baixo preço. Além disso, o produto também acompanhava as tripulações dos negreiros que cruzavam o Atlântico garantindo os suprimentos dos escravos no retorno da África. Neste sentido, Sluyter afirmou que o *tasajo trail* ajudou a sustentar os mais proeminentes fluxos mercantis de açúcar e escravos que definiram a própria compreensão do mundo atlântico (SLUYTER, 2010, p. 101).

Contudo, o complexo charqueador-escravista pelotense é praticamente invisível nos trabalhos de estudiosos do comércio atlântico das carnes.⁴ Neste sentido, o que acontece quando se ajusta o foco de análise a um nível microscópico? O que é possível analisar quando se olha para um lugar no qual, aparentemente, não acontece “nada de importante” – na visão daqueles observadores mais preocupados com as grandes flutuações de capital e de mercadorias num nível macro-econômico? Esse ajuste das lentes pode revelar-se bastante profícuo ao pesquisador. Pelotas surge como uma pequena aldeia perdida nas margens do Atlântico, e as relações sociais e econômicas estabelecidas pelos seus habitantes impressionam pela riqueza e possibilidades de estudo. Descendo ao *rés do chão* num emaranhado de fontes documentais, e sob inspiração da micro-história italiana, é possível perceber toda a complexidade relacional na qual os empresários escravistas do charque estavam inseridos. Mas não somente isso. Também é possível compreender parte deste mundo atlântico em movimento, suas engrenagens mais íntimas, além de entendê-lo de uma maneira mais aprofundada, sem cair em análises

⁴ Como, por exemplo, SLUYTER, 2010; MANDELBLATT, 2007; RIXSON, 2000; PERREN, 1978; 2006. A exceção é Stephen Bell (1993; 2000).

simplistas que opõem um centro a uma periferia, eliminando qualquer possibilidade mais complexa de compreensão dos “povos sem história” – numa expressão ao mesmo tempo crítica e irônica utilizada por Eric Wolf (2005).

Pesquisando em diferentes fontes documentais foi possível verificar a presença de pelo menos 62 charqueadores em Pelotas entre os anos 1790 e 1835.⁵ Estes empresários escravistas podem ser denominados como a *primeira geração* de charqueadores de Pelotas, mas ainda se sabe muito pouco sobre ela. Perseguindo suas trajetórias nesse ramo de negócios, percebe-se que assim como qualquer grupo de proprietários eles estavam hierarquizados internamente, sendo possível vislumbrar *uma elite dentro da elite*, que concentrava melhores recursos materiais, além de prestígio social e poder local. O presente texto evidencia estes critérios de distinção no interior do grupo, delimitando a primeira elite charqueadora pelotense, além de demonstrar que ela estava fortemente aparentada não apenas entre si, como também, por meio do compadrio, com indivíduos pertencentes às classes subalternas da sociedade.

Algumas breves considerações sobre a micro-história italiana

Os preceitos teóricos e metodológicos utilizados pela corrente historiográfica que se convencionou denominar *micro-história italiana* oferece alguns referenciais que norteiam parte das reflexões utilizadas em minha Tese de Doutorado (VARGAS, 2013). De forma bastante breve, Giovanni Levi considerou que os micro-historiadores, apesar de apresentarem referências teóricas variadas, possuem alguns traços comuns que auxiliam na orientação metodológica do seu tipo de abordagem analítica.⁶ Estes elementos

⁵ A listagem foi elaborada a partir de uma relação de charqueadores descrita por João Simões Lopes Neto nos anos 1920 e reproduzida por MARQUES (1987, p. 99-102). A partir dela, busquei complementar a lista localizando todos os proprietários que possuíam charqueadas em seus inventários *post-mortem* (abertos somente em Pelotas). Acrescentei outros nomes a partir das contribuições de outros autores, como Gutierrez (1993); Osório (2007); Arriada (1994). Muitos tiveram seu patrimônio inventariado somente depois de 1835 e outros não tiveram seus bens inventariados. É provável que tenham havido mais charqueadores, pois as primeiras fábricas eram muito rudimentares, podendo serem construídas e desmanchadas com poucos custos. Para maiores detalhes ver: VARGAS, 2013.

⁶ Conforme Levi, a micro-história é “essencialmente uma prática historiográfica em que suas referências teóricas são variadas e, em certo sentido, ecléticas”. Como “todo trabalho experimental”, ela “não tem um corpo de ortodoxia estabelecida para dele se servir”, contudo, apresenta “elementos comuns” (e que “são cruciais”) dentro da ampla “diversidade de material produzido” (LEVI, 1992, 133-134).

seriam a redução da escala de observação como um procedimento analítico, redimensionando a visão sobre o objeto em detrimento das interpretações macro-estruturais⁷; uma relação íntima, porém crítica, com a antropologia, buscando apontar a importância dos contextos decisórios que colocam os atores sociais num jogo relacional complexo e definem as configurações múltiplas segundo o caráter das decisões a serem tomadas pelos mesmos⁸; a possibilidade de se perceber através das trajetórias individuais, as respostas históricas formuladas pelos protagonistas em ação – procedimento este que pode implicar numa reinterpretação do próprio processo geral.⁹

Neste sentido, encontrei um ponto de partida teórico e metodológico para tratar da elite charqueadora pelotense no programa de pesquisa oferecido por Edoardo Grendi (1978). Considerados como os primeiros textos que inspiraram a experiência historiográfica da microanálise social (mais conhecida como micro-história italiana), os escritos de Grendi constituíram-se em um ponto de encontro de diferentes contribuições interdisciplinares que marcaram os anos 1960 e 1970.¹⁰ No geral, estas referências vinham opor-se ao funcionalismo e ao estruturalismo marcante nos estudos das sociedades antigas, assim como a leitura neoclássica acerca da economia das mesmas sociedades agrárias. Da aproximação com a antropologia econômica, do diálogo com os estudos mais culturais de Edward P. Thompson (1998), da releitura da obra de Karl Polanyi (1980) e das interlocuções com o colega e amigo Giovanni Levi (2009) acerca do mercado de terras no Antigo Regime europeu, além de muitas outras referências, Grendi começou a formular um programa de pesquisa que via na microanálise das relações sociais um procedimento teórico e metodológico capaz de auxiliar na resolução dos pro-

⁷ Segundo Levi, “o princípio unificador de toda pesquisa micro-histórica é a crença em que a observação microscópica revelará fatores previamente não observados”. Neste sentido, “a redução da escala é uma operação experimental justamente devido a esse fato, porque ela presume que as delimitações do contexto e sua coerência são aparentes, e revela aquelas contradições que só aparecem, quando a escala de referência é alterada” (LEVI, 1992, p. 139-155).

⁸ Ver, por exemplo, BENSA (1998, p. 39-76). Neste sentido, um dos principais eixos de orientação da micro-história seria uma maior preocupação com o comportamento social dos atores históricos. Para Levi “toda ação social é vista como o resultado de uma constante negociação, manipulação, escolhas e decisões do indivíduo, diante de uma realidade normativa que, embora difusa, não obstante oferece muitas possibilidades de interpretações e liberdades pessoais. A questão é, portanto, como definir as margens – por mais estreitas que possam ser – da liberdade garantida a um indivíduo pelas brechas e contradições dos sistemas normativos que o governam” (LEVI, 1992, p. 135).

⁹ Além dos trabalhos de LEVI, ver, por exemplo, o de CERUTTI (1998, p. 173-201).

¹⁰ Para uma análise do mesmo ver LIMA (2006).

blemas de pesquisa que lhe interessavam e superar os rígidos esquemas macro-estruturais em voga na época (LIMA, 2006).¹¹

As contribuições de Grendi iam no sentido de estudar os agregados sociais locais sem perder de vista o sistema mais amplo no qual os mesmos estavam inseridos. Partindo das famílias para entender melhor as unidades produtivas camponesas, as comunidades locais e os sistemas sociais maiores, Grendi defendia uma abordagem que aliasse à demografia histórica uma análise das relações sociais entre diferentes indivíduos e famílias. Era no nível micro que o historiador poderia observar os códigos culturais dos sistemas sociais mais amplos buscando compreender as regularidades que regiam as ações e os comportamentos dos homens nestes mesmos agregados sociais maiores. Os resultados desta imersão no nível micro deviam ser comparáveis com outros contextos históricos. Neste sentido, Grendi (1978) defendia uma média generalização das hipóteses de trabalho do historiador. Para ele, as sociedades agrárias e pré-industriais apresentavam-se como um cenário propenso às experiências microanalíticas e à generalização dos resultados, pois as sociedades camponesas constituíam-se no grande fenômeno social geral da história. Portanto, para uma compreensão mais complexa dos agregados sociais locais, os historiadores deveriam tentar investigar todas as relações sociais dos agentes envolvidos. Foi isto que Levi (2000) buscou empregar no seu estudo sobre Santena no século XVII. Esta *abordagem holística* tinha nítida inspiração no diálogo de Grendi com a antropologia social (LIMA, 2006, p. 151-223).

A preocupação de Grendi (1978) com a forma como as comunidades agrárias vinculavam-se aos mercados mais monetarizados também se apresenta como um importante modelo de análise. E aqui está a importância do uso do conceito de *broker* proposto por Grendi (2009, p. 27-30) no seu diálogo com a antropologia. Conforme Levi (2000, p. 51), os *brokers* ou *mediadores* emergiam dos “grupos locais de importância”. Os *mediadores* eram pessoas que possuíam características diferenciadas dentro da sua “aldeia” e que, por conta disto, vinculavam a sua comunidade com o mundo exterior, defendendo interesses ligados à sua facção, mas que, indiretamente, beneficiavam outras

¹¹ Conforme o próprio Grendi, outras referências teóricas foram importantes para os seus escritos, como os modelos generativos propostos por Fredrik Barth, o interacionismo de Norbert Elias e o método da *Network Analysis* (GRENDI, 1993, p. VII). Neste sentido, o estudo das sociedades camponesas realizado por Eric Wolf e Sidney Mintz também contribuiu bastante para as suas reflexões (GRENDI, 1978).

famílias da localidade. O *mediador* possuía as chaves de acesso aos poderosos do centro decisório de um sistema maior e o poder de realizar esta conexão transformava-o num potentado local e/ou regional. Os *mediadores* estão presentes (com maior ou menor intensidade) em todas as sociedades agrárias e pré-industriais onde um centro político com fins centralizadores incorpora outras localidades outrora autônomas ou independentes – as chamadas “periferias” de um sistema.¹²

É neste sentido que se deve atentar para as estruturas internas das localidades e compreender os fatores que condicionavam as suas hierarquias socioeconômicas, pois era a partir da concentração destes fatores que as suas elites emergiam alcançando espaços de atuação mais amplos. Daí a importância da antropologia econômica e da obra de Witold Kula (1979) nas reflexões de Grendi, pois se cada sistema econômico possuía as suas racionalidades próprias é nos seus pontos de contato, nas suas intersecções, que a *elite-broker* atuava com distinção, colocando os dois espaços econômicos em contato, intermediando as relações de troca entre ambos e provocando alterações na visão de mundo e nos valores culturais dos habitantes do meio agrário.¹³ De tudo isto resulta um universo social com uma variedade de elites e hierarquias sociais locais e regionais que se relacionavam social, política e economicamente umas com as outras em relações de cooperação e conflito, onde sempre se abriam canais de mediação ocupados pelos mais bem “preparados” ou aqueles que se encontravam em uma situação/posição privilegiada para tal intento.

As reflexões trazidas por Giovanni Levi acerca das estratégias familiares e de como as redes sociais e os laços de parentesco eram de extrema importância no funcionamento das sociedades pré-industriais do Antigo Regime também sintetizam alguns dos pontos que inspiram a investigação microanalítica. Nas suas análises, as articulações entre os aspectos socioeconômicos sempre são vistas de maneira conjunta com as ações políticas, além da relevante importância dada aos pequenos grupos de elites locais, exatamente como Grendi propunha. Além disso, a microanálise das redes de relações sociais ajuda a destacar as relações clientelísticas, as trajetórias familiares (com os seus sucessos e os seus fracassos, coletivos e individuais), o papel

¹² Tratei mais profundamente deste conceito em outro trabalho. Ver: VARGAS, 2010, p. 287-320.

¹³ Com relação ao uso do conceito de *mediador* ver: IMIZCOZ, 2001; SILVERMAN, 1977. As importantes contribuições de Eric Wolf foram compiladas em livro e podem ser acompanhadas em FELDMAN-BIANCO; RIBEIRO (2003). Fiz considerações sobre o uso do conceito para uma história social da política em VARGAS (2010).

do mediador entre o centro e a periferia do sistema e a capacidade de negociação, adaptação e articulação dos atores históricos diante de novas conjunturas políticas e econômicas e de transformações de caráter sociocultural (LEVI, 1985; 2000).

Neste sentido, as famílias apresentam-se como agentes fundamentais. E aqui me refiro às *famílias extensas* formadas por casais nucleares ligados por meio de laços consanguíneos e espirituais a outros indivíduos e casais não co-residentes.¹⁴ A charqueada era uma empresa familiar e seus proprietários buscavam agir de forma estratégica para manter o patrimônio da família nas gerações seguintes e encaminhar os demais filhos e filhas na vida adulta. Apesar do termo “estratégia” atribuir uma racionalidade demasiada aos agentes, como alertou Grendi (1998, p. 253), segui as premissas de Levi (2000) que buscou despi-lo de significados tão rígidos, considerando-o e reafirmando-o como um comportamento que, apesar de racional, era limitado e seletivo. Esta *racionalidade limitada* obedecia, portanto, aos condicionantes estruturais e conjunturais nos quais a família agia e interagia, contribuindo para romper ou reforçar os próprios traços desta estrutura social. Neste sentido, a política sucessória constituiu-se em outro fator de distinção entre as famílias charqueadoras mais ricas e as menos ricas, conformando uma prática de elite que buscava a reprodução social de sua posição (VARGAS, 2013).

Desta forma, proponho que os charqueadores não devam ser entendidos somente como uma categoria socio-ocupacional homogênea, mas sim, a partir das suas relações sociais em diversos âmbitos para além do econômico. É neste sentido que busco observá-los assimilando algumas ideias desenvolvidas por Simona Cerutti (1998). Para a autora, devemos tomar cuidado com as classificações socioprofissionais e com o pressuposto de que os charqueadores “podem ser descritos antes mesmo que seja analisado o tecido das relações que os engendrou”. Ao invés disso:

Em lugar de considerar evidente o pertencimento dos indivíduos a grupos sociais (e de analisar as relações entre sujeitos definidos a priori), é preciso inverter a perspectiva de análise e se interrogar sobre o modo pelo qual as relações criam solidariedades e alianças, criam, afinal, grupos sociais. Nesse sentido, o importante não é negar a utilidade de todas as categorias socioprofissionais – exógenas ou contextuais – mas impregná-las das relações sociais que, hoje como então, contribuem para o seu nascimento (CERUTTI, 1998, p. 182-183).

¹⁴ Neste sentido, ver: VARGAS, 2010.

Portanto, creio que para uma melhor compreensão do estrato superior entre os charqueadores pelotenses é necessário levar em conta outras relações fundamentais para a consolidação da sua posição de elite. A sua importância para o presente estudo deve-se principalmente à sua riqueza acumulada e à posição que os mesmos ocupavam na hierarquia social local. Neste sentido, os charqueadores pertenciam, antes de tudo, à elite econômica não apenas da província, como do Império do Brasil, ou seja, eles estavam entre os proprietários mais ricos de sua época. Observar quem eram os indivíduos que compunham a primeira geração de charqueadores em Pelotas é observar, em escala microscópica, o próprio desenvolvimento das elites regionais que se desenvolveram durante o colonial tardio em toda a América portuguesa. Mas não somente isso. É compreender, de forma integrada, como a economia mercantil atlântica “funcionava”, por meio da ação dos seus múltiplos agentes, nas suas engrenagens mais profundas... ao rés do chão.

A primeira geração de charqueadores pelotenses

O fluxo de escravos para o sul do América portuguesa e a chegada de novas pessoas de distintas procedências fez a população de pelotas saltar de 2.419 habitantes, em 1814, para 10.873, em 1833. A porcentagem de escravos, que já era alta em 1814 (50,7%), aumentou para 51,7% nos anos 1830. Neste último período, dos 5.623 escravos existentes na localidade, cerca de 67,4% eram africanos e 71,5% eram homens. Eram índices bastante altos para a época, sendo comparáveis às regiões de *plantations* brasileiras (VARGAS, 2013, p. 113-115).

A principal causa deste incremento populacional foi a montagem do complexo charqueador pelotense. Se em 1822, havia 18 charqueadas nas margens do arroio Pelotas e do rio São Gonçalo, em 1835, existiam aproximadamente 35 charqueadas na localidade. Foi neste período que Pelotas recebeu um contínuo fluxo de escravos, tornando-se, em 1835, uma “cidade negra” e dependente da mão de obra cativa. A média de escravos por charqueador (localizada nos inventários *post-mortem* entre 1810 e 1835) era pouco mais de 60, sendo que alguns proprietários possuíam mais de 150 escravos. Portanto, o período entre 1790 e 1835 pode ser entendido como a fase inicial do ciclo das charqueadas pelotenses, cujo espetacular arranque foi facilitado pelo fácil acesso às terras, ao gado e aos escravos.¹⁵

¹⁵ Para uma análise mais aprofundada deste mencionado período ver: VARGAS, 2013.

Como Helen Osório já demonstrou, a elite mercantil estabelecida em Rio Grande, no último quarto dos setecentos, era proveniente de diferentes lugares do Império português. Além disso, muitos deles inverteram seus ganhos mercantis na montagem das primeiras charqueadas da região (OSÓRIO, 2007). Neste sentido, não causa surpresa que boa parte dos charqueadores desta primeira geração possuía origens semelhantes. Localizei esta informação para 48 deles (77,5%).¹⁶ Destes, 23 eram nascidos na América portuguesa, 22 no Reino, 2 na Colônia de Sacramento e 1 na Espanha. Dos luso-brasileiros, 3 eram mineiros, sendo um de Diamantina e outro de Mariana, 2 eram do Rio de Janeiro e 1 era de Recife. Os demais eram nascidos na capitania sul-riograndense. Entre os reinóis, a metade era formada por minhotos e 3 vieram de Lisboa, 2 de Coimbra e 1 das Ilhas. A predominância dos minhotos num grupo com forte caráter mercantil foi comum na época, como atestaram outros autores.¹⁷ Portanto, eram homens de diferentes locais do Império português e um nascido na Espanha. Trata-se de um perfil um tanto distinto entre os saladeiristas de Montevideu e Buenos Aires, uma vez que nenhum estrangeiro de língua inglesa ou francesa foi proprietário de uma charqueada pelotense no período, algo muito comum entre os platinos (VARGAS, 2013).

A diversidade de locais de procedência e as suas respectivas redes de relações para com agentes fora da capitania foram fundamentais na montagem do complexo charqueador escravista em Pelotas. A inserção dos charqueadores em tais redes mercantis viabilizava um melhor acesso ao tráfico negreiro, ao comércio atlântico, aos espaços de poder político e redes de informações e favores, de amplo ou curto alcance, dependendo dos indivíduos com quem os mesmos vinculavam-se. Neste sentido, o fato de um complexo fabril escravista ter sido montado por comerciantes de diferentes localidades é revelador do nível de interação social e de conexão mercantil em que os mesmos estavam inseridos. Em suma, o complexo charqueador em Pelotas, assim como no Prata, foi resultado do investimento particular de alguns *negociantes imperiais* – na definição de João Fragoso (2002) – com capitais financeiros e relacionais suficientes para tal intento.¹⁸

Apesar de compartilharem dos valores escravistas, monárquicos e católicos do Império português, estes primeiros charqueadores traziam conhe-

¹⁶ As informações foram coletadas nos testamentos, em genealogias e publicações relacionadas à história de Pelotas (VARGAS, 2013).

¹⁷ Ver, por exemplo, PEDREIRA, 1995; ALMEIDA, 2001; OSÓRIO, 2007.

¹⁸ Helen Osório percebeu que as primeiras gerações de comerciantes no Rio Grande eram formadas por mercadores oriundos do Rio de Janeiro (OSÓRIO, 2007).

cimentos, padrões culturais e experiências distintas para o interior da comunidade pelotense. Um exemplo disso pode ser dado na trajetória do charqueador José Pinto Martins. Natural do Porto, José era filho de um cavador de poços pertencente a uma família de lavradores da freguesia de Mexomil, no Porto. Migrou para o Ceará, onde, na companhia de outros 3 irmãos, encabeçou os negócios de charque e comércio em Aracati por muitos anos (VIEIRA JR, 2009).¹⁹ Nos fins da década de 1780, Pinto Martins encontrava-se como negociante em Recife, e menos de 10 anos depois, já estava em Pelotas, fabricando charque. Mesmo residindo no sul do Brasil por mais de 30 anos, suas redes de relações pessoais com o nordeste mantiveram-se vivas. Em seu testamento, Pinto Martins deixou 200\$000 para a Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, em Pernambuco, da qual ele fazia parte, pedindo para que fossem rezadas “missas pelas almas dos falecidos irmãos terceiros da dita ordem”. Isto demonstra que, além das conexões mercantis com Recife, Pinto Martins continuou mantendo relações de caráter pessoal e afetivo na mesma cidade, para onde havia recentemente remetido um brigue carregado de charque, conforme uma conta no seu próprio inventário.²⁰

Outro caso pode ser encontrado na trajetória de Domingos José de Almeida. Nascido em Diamantina, na capitania das Minas Gerais, Domingos encontrava-se realizando negócios na Corte, quando partiu para o Rio Grande onde planejava comprar uma tropa de mulas. Chegando no sul, acabou ficando por aquelas terras.²¹ Por meio do matrimônio inseriu-se numa das famílias de charqueadores mais poderosas de Pelotas, onde, ele próprio erigiu uma charqueada próxima à fábrica do seu sogro. De acordo com Carla Menegat, quando Domingos foi vereador na Câmara de Pelotas, usava exemplos da administração municipal em Minas Gerais para defender suas propostas (MENEGAT, 2010). Outro caso pode ser visualizado na trajetória do espanhol Domingos Rodrigues que, uma vez estabelecido em Pelotas, ergueu sua charqueada e alcançou riqueza e prestígio notáveis. Seus dois filhos, nascidos no Rio Grande do Sul, dividiram-se entre os negócios no Uruguai e no Rio de Janeiro (VARGAS, 2013).

Pelo fato do Rio ser o principal porto da América portuguesa, os olhares e projetos destes comerciantes e charqueadores rio-grandenses es-

¹⁹ Habilitação de Familiares, maço. 157, doc. 1267. Direção Geral de Arquivos. Torre do Tombo (Lisboa).

²⁰ Inventário de José Pinto Martins, n. 354, m. 15, Rio Grande, 1º cartório de órfãos e provedoria, 1832 (APERS).

²¹ Carta de Domingos para o presidente da Província Joaquim Antão Fernandes Leão, Pelotas, 07.12.1859. *Anais do AHRs*. Porto Alegre: Corag, v. 3, 1978, p. 154.

tavam sempre atentos aos seus fluxos mercantis (OSÓRIO, 2007; BERUTE, 2011). Com a vinda da família real, em 1808, e o estabelecimento da Corte na mesma cidade, esta proeminência tomou proporções políticas e administrativas ainda maiores. Os comerciantes de grosso trato do Rio de Janeiro atuavam em setores-chave da economia colonial, como a exportação de açúcar e café, o abastecimento de alimentos e o tráfico atlântico, entre outros. Como o Rio Grande do Sul não participava diretamente do comércio com os portos da África e, até 1808, nem com outros portos do Atlântico norte, os charqueadores tiveram que estabelecer relações mercantis com agentes externos ao porto sulino. Neste sentido, a formação de circuitos mercantis repletos de relações sociais, de clientelas e redes de reciprocidade entre agentes de diferentes regiões foi comum na época e tornou-se fundamental para o funcionamento do mercado colonial e o desenvolvimento das próprias elites coloniais no interior do Império português (FRAGOSO; FLORENTINO, 2001).

No entanto, nem todos os charqueadores eram comerciantes e somente uma minoria conseguia atuar em ambos os ramos de atividades com sucesso. Uma análise mais profunda das atividades econômicas realizadas pelos charqueadores desta primeira geração revela uma significativa presença de alguns deles no alto comércio. Rastreando os inventários *post-mortem* dos 62 charqueadores atuantes na época, elenquei somente aqueles que tiveram seus bens avaliados antes de 1850, totalizando 28 documentos. Destes 28, pelo menos 7 possuíam embarcações de longo curso, como sumacas, bergantins e brigues (alguns em sociedade com outros comerciantes) (VARGAS, 2013). Como eu já disse, tratava-se de um grupo pequeno. Contudo, os inventários *post-mortem* não são suficientes para dar conta deste tipo de pesquisa, pois, muitas vezes, os charqueadores faleciam numa idade mais avançada de suas vidas, quando já haviam abandonado as atividades mercantis, buscando uma condição econômica mais segura – algo comum entre os comerciantes da época (FRAGOSO, 1998). Portanto, é necessário buscar mais vestígios da sua atuação mercantil em outras fontes. Nas escrituras públicas de compra e venda realizadas em Rio Grande entre 1808 e 1835, por exemplo, 7 charqueadores aparecem negociando embarcações marítimas (alguns mais de uma vez e 4 deles não são os mesmos que localizei nos inventários), indicando que atuavam no comércio marítimo.²² Buscando os nomes de todos os

²² Livros de notas do 2º Tabelionato de Rio Grande (1808 a 1850) - APERS. Agradeço a Gabriel Berute tanto pela busca nominal em seu Banco de Dados quanto pelo fornecimento destas informações.

charqueadores nos livros de matrículas da Real Junta de Comércio da Corte, entre 1808 e 1835, também foi possível verificar a presença de 10 deles entre os matriculados como “negociantes de grosso trato” nas praças mercantis do Rio Grande do Sul.²³

Cruzando todas estas listagens (os inventariados com embarcações, os que as negociaram a partir das escrituras e os matriculados na Corte), é possível considerar que, dos 62 charqueadores desta *primeira geração*, um grupo em torno de 12 a 15 charqueadores (19% a 24%), dependendo dos critérios que se usa, pode ser analisado de uma forma distinta dos demais no que se refere às suas atividades mercantis, pois seus integrantes tiveram uma relação mais próxima com o comércio marítimo de longo curso, seja atuando diretamente nestas atividades por meio de suas embarcações, seja atuando na exportação e importação a partir dos armazéns do porto de Rio Grande (VARGAS, 2013).

Mas seria um equívoco buscar definir a primeira elite charqueadora somente através de critérios econômicos. O reconhecimento da autonomia política e do papel das elites locais no governo de seus povos constituía-se num traço estrutural do Império português.²⁴ E desta dinâmica surgiu uma prática de distribuição de mercês régias, comendas honoríficas e distinções que denotavam a posição social dos seus portadores e que ainda estavam vigentes no início do oitocentos.²⁵ Dos 62 charqueadores, por exemplo, pelo menos 12 receberam a patente de capitão, 2 a de tenente e 1 a de coronel – dentre os quais estavam muitos dos mais atuantes no comércio marítimo – e outros 6 possuíam comendas honoríficas, denotando um grande prestígio social local. Uma vez que a participação nos mercados regionais e as concessões de crédito eram atividades repletas por relações pessoais, é possível imaginar, como demonstrou Tiago Gil, o grau de influência que estes charqueadores-capitães exerciam em tais operações (GIL, 2009).²⁶ Somando todos os

²³ *Matrícula dos Negociantes de grosso trato e seus Guarda Livros e Caixeiros*. Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. Códice 170 (volumes 1, 2 e 3). Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

²⁴ Como demonstraram BOXER, 2002; FRAGOSO; BICALHO; GOUVÊA, 2001; MONTEIRO, 2005.

²⁵ São muitas as pesquisas que evidenciam estas práticas na América portuguesa. Ver: GOMES (2010); STUMPF (2009).

²⁶ Estudando o comércio de tropas entre Viamão, Curitiba e Sorocaba, Gil considerou: “Em primeiro lugar, deve-se ter em conta a importância dos oficiais, especialmente os capitães, na economia local, como agentes econômicos diretos, comandando negócios, criações de animais, lavouras, lavras de minérios, dentre outras atividades que constituíam a base da economia regional. É certo que era uma economia relativamente pobre, se comparada, por exemplo, com os negócios desenvolvidos na Praça do Rio de Janeiro na mesma época. Mas eram estes capitães locais, à exemplo dos capitães e coronéis Carneiro Leão e Gomes Barroso, que comandavam a dinâmica

charqueadores que atuavam no comércio marítimo de longo curso com os que possuíam patentes de oficial e comendas honoríficas (alguns dos capitães e comendadores também eram grandes negociantes) tem-se 24 charqueadores. Se havia uma elite na primeira geração de charqueadores ela era formada por estes proprietários que compunham 38,7% do grupo. Eram homens como Antônio José Gonçalves Chaves, José da Costa Santos, Domingos Rodrigues, Boaventura Rodrigues Barcellos, Domingos de Castro Antiqueira, Antônio José de Oliveira Chaves, entre outros. Eles estavam entre os maiores escravistas do grupo e os mais ricos não apenas de Pelotas, como da província inteira (VARGAS, 2013). Portanto, Pelotas já nasceu com uma riqueza, prestígio social e *status* altamente concentrados nas mãos de poucas famílias e não causa surpresa que elas apresentavam um significativo grau de parentesco entre si.

Sogro capitão... compadre pardo

No entanto, quando se deixa de examinar somente os indivíduos e se busca verificar os graus de parentesco entre os charqueadores aqui analisados é possível verificar que a elite dentro da elite estava fortemente aparentada, formando um núcleo que além dos vínculos sociais com comerciantes de fora da província também possuía laços de parentesco com os próprios charqueadores (VARGAS, 2013). Dos 62 charqueadores aqui analisados, 36 aparecem como padrinhos dos filhos de outros charqueadores do mesmo grupo nos registros paroquiais de batismo da paróquia de São Francisco de Paula, entre 1812 e 1825.²⁷ Somando-se os laços de parentesco matrimoniais (considereí sogros e genros, cunhados e charqueadores cujos filhos e filhas casaram-se unindo ambas as famílias) e consanguíneos (considereí somente irmãs, pais e filhos, tios e sobrinhos), a teia de relações parentais apresenta uma nítida concentração (ver Gráfico 1).

No Gráfico 1 os pontos marcados em preto são comerciantes-charqueadores matriculados e/ou proprietários de grandes embarcações marítimas e

econômica. No caso da rota das tropas, os capitães eram os senhores daquela pobre economia, como os do Rio de Janeiro eram de *grossa aventura*" (GIL, 2009, p. 227). Sobre a organização das milícias e tropas militares no Império português ver: GOMES, 2010.

²⁷ Tive acesso aos originais dos Livros de Batismo de Livres e Escravos graças à historiadora Dúnia Nunes que me disponibilizou-os em formato digital. A análise dos dados não teria sido possível sem o auxílio do historiador Leandro Oliveira, que trabalhou na transcrição dos mesmos. Agradeço a ambos pela gentileza.

Contudo, os laços parentais estabelecidos pelos charqueadores não se davam apenas no sentido horizontal e sua verticalidade não encontrava somente vínculos para cima. Conforme Mário Carvalho, o charqueador Domingos Antiqueira, neto de índios, possuía uma chácara na Ilha dos Marinheiros, a qual denominou “Filantropia”, porque “o produto de sua renda contribuía para o bem estar de grande número de famílias pobres” (CARVALHO, 1937, p. 127-128). Segundo Alves, estas pessoas pobres deveriam ser descendentes da tribo a qual pertencia o seu avô.²⁹ Difícil avaliar a veracidade destas afirmações, mas rastreando a vida de Antiqueira descobri, em seu inventário, que ele realmente possuía uma Fazenda chamada “Filantropia” e que ela se localizava na Ilha dos Marinheiros. A busca também revelou que, em 1820, ele batizou Leopoldino, filho legítimo do índio Joaquim Lencina com Francisca Antônia – indicando que as afirmações dos autores podem ter um fundo de veracidade.³⁰

Esta história abre um espaço para se pensar que, assim como outras elites, os charqueadores também imprimiam sua autoridade local na legitimação do exercício de dominação social sobre as camadas mais pobres da sociedade. Sobretudo na época das safras, os charqueadores e as classes subalternas em geral conviviam e circulavam por praticamente os mesmos espaços e seria demasiado simples considerar que a sua aproximação se pautasse exclusivamente em relações de conflito. Não é demais lembrar que, nesta época, mais da metade da população era escrava e algo próximo de 1/3 era branca (VARGAS, 2013). Neste sentido, é possível perceber que as charqueadas, segundo relatos de contemporâneos, funcionavam como aldeias aglutinadoras de diferentes setores da sociedade, reunindo grande população de cor, entre cativos e libertos. Nas palavras do abolicionista Alberto Coelho da Cunha, as charqueadas possuíam o seu “agregado próprio”:

Onde quer que um estabelecimento de charqueada existisse, pelos seus arredores tinha-se formado um agrupamento de ranchos de moradia do pessoal

²⁹ Genealogia construída por Luiz Antônio Alves. Para maiores detalhes da sua obra “Memorial Açoriano” (que totaliza 52 volumes de pesquisa genealógica) ver <http://www.fuj.com.br/?a=livro> (consultado pela última vez em 30.05.2013). Um catálogo mais sintético pode ser consultado em ALVES, 2005.

³⁰ Com este exemplo, reforço o fato de que estou analisando somente um grupo de elite. Os charqueadores batizaram filhos de um grande número de pessoas de diferentes estratos sociais. Mas foge às pretensões desta pesquisa tratar de todos estes vínculos. Além do mais, eles também casaram seus filhos com famílias de outros grupos sociais, como criadores e negociantes. O papel das mulheres no interior destas malhas parentais de compadrio e matrimônio também merece ser pesquisada de forma mais aprofundada. Para um bom exemplo do que se pode analisar a partir de tais questões, ver: HAMEISTER, 2006.

de dependência do movimento da fábrica e nas suas aproximações, situada a uma volta do caminho, a vendinha a que se iam suprir dos gêneros de consumo diário (...) Nas aproximações das charqueadas se foram localizando famílias de trabalhadores, colocando os seus arranchementos à feição de aldeias, agasalho de braços prontos a acudir ao içar da bandeirola que anunciava a hora da matança. Certa animação alegrava as suas cercanias, por ser incessante, no tempo das safras, o movimento de gente que, a pé e a cavalo, ou de carroças e carretas, entrava e saía pela porteira da charqueada (ARRIADA, 1994, p. 91-93).

As impressões de Cunha, que era filho de um charqueador, demonstram que se nas entressafras aqueles estabelecimentos já eram rodeados de uma população de dependentes, no período de abate, a quantidade de pessoas a orbitarem as pequenas fábricas aumentava bastante. Mas além dos escritos de Cunha, outros dois relatos, desta vez de contemporâneos que estiveram em Pelotas na década de 1810, oferecem uma visão interessante do espaço social em que os galpões de charquear estavam erguidos. Conforme John Luccock:

Uma grande extensão de terra é ali designada pelo nome de charqueadas, sendo famosa pela sua produção luxuriante e pelo seu gado numeroso e nédio. Vêem-se casas disseminadas por ali, muitas delas espaçosas, e algumas com certas pretensões ao luxo; existem capelas anexas a muitas delas e em volta de uma encontra-se tamanho número de habitações menores que o conjunto bem mereceria o nome de aldeia (LUCCOCK, 1975, p. 142).

De acordo com o relato do comerciante inglês, muitas das charqueadas possuíam capelas anexas, e uma delas, que ele diz ter visto, era cercada por um número de habitações menores. A associação das charqueadas com uma aldeia e o destaque dado para as capelas, no centro do território das mesmas, também se encontram em Nicolau Dreys:

A pouca distância da cidade e rodeando-a como um centro, estão as charqueadas do Rio Grande (...) formando cada uma delas um círculo de população especial, tão vasto às vezes e encerrando um número tal de brancos, de agregados e de negros de serviço, que parece, à primeira vista, uma verdadeira aldeia com suas ruas e sua capelinha, cujo campanário domina em certas charqueadas as diversas moradas dos habitantes (DREYS, 1961, p. 117-118).

Estes trechos não poderiam ser mais eloquentes e destacam, além do caráter concentrador em termos populacionais, o fator religioso que o espaço charqueador representava – tendo em vista a centralidade de suas capelas e oratórios. Este aglomerado de pessoas que rodeavam as charqueadas, fossem familiares, livres pobres, agregados ou escravos, também pode ser atestado por outros relatos. Conforme Fernando Osório, a charqueada que Pinto Martins construiu em Pelotas atraiu grande número de pessoas, algumas

das quais se empregaram por ali, sendo que outras famílias se arrancharam em torno do estabelecimento (OSÓRIO, 1997, p. 54-55). Nesta ocasião, o próprio Pinto Martins teria se arranchado nas terras da família Silveira e não estava sozinho, pois daquele mesmo espaço compartilhavam outras famílias, além de charqueadores que margeavam os principais rios de Pelotas (MONQUELAT, 2009, p. 124-125). Foi em decorrência desta proximidade que Pinto Martins conheceu as mães dos seus três filhos ilegítimos (reconhecidos em testamento). O charqueador, que sempre permaneceu solteiro, revelou que uma das mães era a parda Antônia, que havia sido escrava na Fazenda Pelotas (a principal propriedade da família Silveira na época), e outra delas, “Francisca crioula forra”, havia sido cativa do charqueador João Duarte Machado – genro de dona Dorotéia da Silveira.³¹

Foi no mencionado “círculo de população especial”, que também reunia os agregados, os libertos, os índios e, principalmente os escravos, que Pinto Martins encontrou as mães dos seus herdeiros reconhecidos em testamento. Além dele, que permaneceu solteiro, e Antiqueira, que, apesar de ter tido três esposas ao longo da vida, teve filho com a parda forra Genoveva, o charqueador Ignácio José Bernardes, sócio de Pinto Martins, também teve 3 filhos pardos: José Ignacio Bernardes da Costa, Eugênia Ignacia dos Prazeres e Ignacia Xavier dos Prazeres. Apesar de não citar o nome da (s) mãe (s), no mesmo documento o charqueador deixou dois escravos para a parda Domingas Xavier e mandou descontar os 600\$000 que o filho José da Costa gastara na Bahia, sem a sua autorização, o que pode indicar a sua conexão com os portos do nordeste.³²

Estes casos revelam uma interessante abertura, mesmo que muito pequena, para a mobilidade social e geracional de pardos e pretos na sociedade pelotense.³³ Ao lado do mulato Domingos José de Almeida e do mestiço de índios Domingos de Castro Antiqueira, tinha-se, agora, o pardo Liberato Pinto Martins, novo charqueador-herdeiro da comunidade, e José I. Bernardes da Costa, que também herdou a charqueada do seu pai. Ambos eram filhos de mulheres egressas do cativoiro. Nesta época, os casos de charqueadores com filhos ilegítimos não foram raros. O capitão José Ferreira de Araújo, por exemplo, teve uma exposta batizada em sua casa, filha de pais

³¹ Inventário de José P. Martins, n. 354, m. 15, Rio Grande, 1º cartório de órfãos e provedoria, 1832 (APERS).

³² Inventário de Ignácio J. Bernardes, n. 217, m. 15, Pelotas, 1º cartório de órfãos e provedoria, 1838 (APERS).

³³ Sobre esta questão, ver: GUEDES, 2008.

incógnitos. Anos depois, o charqueador veio a reconhecer a paternidade da criança.³⁴ O charqueador João Duarte Machado, ex-proprietário de uma das mães de um filho de Pinto Martins, reconheceu em testamento a paternidade de uma “enjeitada” que vivia em sua casa.³⁵ Não é descartável a hipótese de que outros charqueadores tenham se envolvido e tido filhos com pardas e pretas, sem que os mesmos tivessem sido reconhecidos em documentos, mas que fossem de conhecimento dos mais chegados.³⁶

Além destas relações não abençoadas pela Igreja, os charqueadores e a população mais pobre também podiam estabelecer vínculos de parentesco por meio do compadrio. No caso dos charqueadores pelotenses desta primeira geração tal fenômeno pode ser verificado. No Gráfico 2, todos os pardos, pretos e índios que encontrei e tiveram seus filhos batizados por charqueadores, entre 1812 e 1825, foram marcados em cor cinza. Também incluí entre estes os pardos filhos ilegítimos de charqueadores citados anteriormente. Uma visão que entendesse que tais vínculos rebaixavam a condição de elite do charqueador poderia supor que estas alianças com tais setores da sociedade estivessem reservadas aos charqueadores de menor riqueza e prestígio social. Mas não é isso que se verifica. É exatamente o setor mais notável da elite charqueadora (os mesmos grifados em preto no Gráfico 1) que concentra as alianças de compadrio com os grupos subalternos (grifados em cinza). Estas teias eram sem dúvida muito mais amplas, pois não contabilizei os compadres e comadres das esposas e dos filhos dos charqueadores e nem incluí nesta análise os batismos de escravos. O compadrio era o lugar primordial para que os possíveis vínculos parentais entre ricos e pobres se estabelecessem, uma vez que, devido à forte endogamia de classe, o matrimônio não estava aberto aos mesmos.³⁷

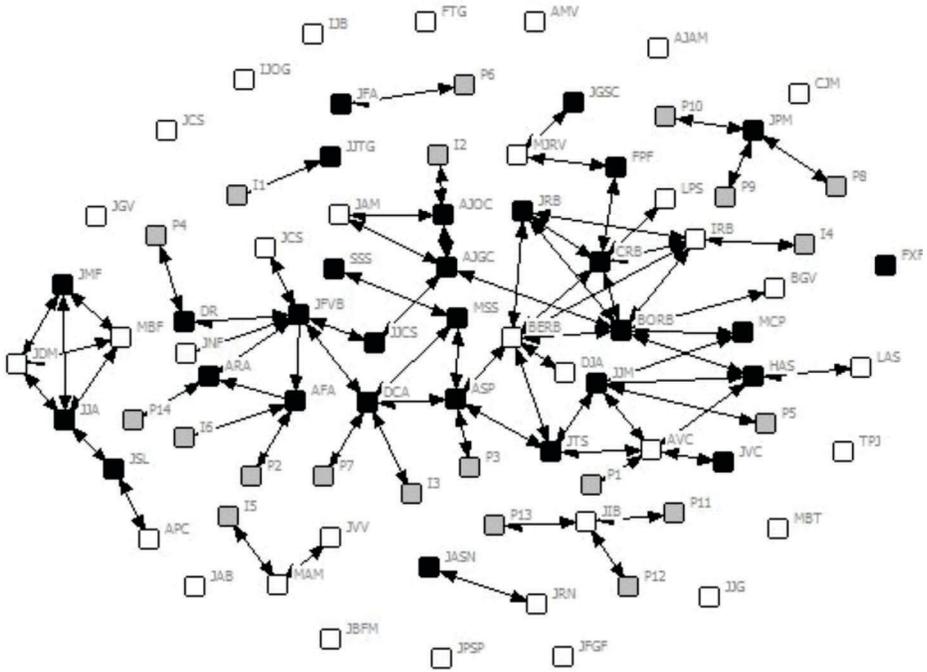
³⁴ Livro de batismo de livres, n. 1, 06.11.1818, p. 100v (Mitra Diocesana de Pelotas).

³⁵ Inventário de João Duarte Machado, n. 123, m. 10, Pelotas, 1º cartório de órfãos e provedora, 1828 (APERS).

³⁶ Para considerações mais aprofundadas sobre isto ver VARGAS (2013).

³⁷ Isto não significa que os charqueadores menos ricos e de menor prestígio não possuíssem tais vínculos, pois a análise centra-se no 1º livro de batismo dos livres entre 1812 e 1825. Uma pesquisa mais abrangente e que envolvesse os batismos de escravos poderia trazer resultados adicionais, mas não tive fôlego para tanto.

Gráfico 2 – Vínculos de parentesco entre os 62 charqueadores de Pelotas com as classes subalternas a partir dos registros de batismo de livres (1812-1825)



Fonte: Livro de batismo de livres, n. 1 (Mitra Diocesana de Pelotas); Testamentos e Inventários *post-mortem* de Pelotas (APERS).

O estudo do compadrio sob uma perspectiva geracional não deve ser excluído da análise, pois ele também podia envolver a mobilidade social entre compadres de condição inferior. Quanto a isto, posso oferecer um exemplo recorrendo novamente capitão-mor Antônio Francisco dos Anjos. Em 1815, ele batizou a pequena Benigna, filha de Manuela Francisca Moreira e Severino Gonçalves, ambos pretos libertos e casados. Em 1821, a mesma Manuela teve o filho Herculano pardo batizado pelo genro de Francisco dos Anjos, o capitão João de Souza Mursa. E em 1824, novamente Manuela convidou um filho de Francisco dos Anjos, Antônio Rafael, para batizar outro filho seu, desta vez no oratório da charqueada. Nesta ocasião, tanto a criança como o seu pai, Zeferino Inácio da Siqueira, foram classificados pelo padre como “brancos”, enquanto Manuela não teve sua cor definida. Mas os

grandes trunfos em arrematar compadres e comadres entre as classes subalternas foram o seu outro filho Domingos e o mencionado genro Mursa. Este era natural do Rio de Janeiro, e batizou duas crianças pardas e dois índios, todos filhos de casais diferentes. O capitão Domingos dos Anjos, por sua vez, batizou outras duas crianças pardas, uma filha de índios e também a pequena Ana, exposta na casa do charqueador José Ferreira da Araújo, a qual, anos depois, reconheceu-se ser filha do próprio charqueador.³⁸

Mas estes vínculos de parentesco espiritual do Capitão-mor Antônio Francisco dos Anjos com as classes subalternas eram anteriores à criação da freguesia (1812). Analisando os registros paroquiais de batismo de livres e escravos em Rio Grande, entre 1778 e 1797, Rachel Marques verificou que Antônio estava entre os indivíduos que mais foram convidados a batizar. Dos 21 registros no qual ele aparece como padrinho, entre 1781 e 1797, 3 tinham como batizando filhos de escravos, sendo que uma das mães era uma preta de nação.³⁹ Portanto, Antônio Francisco dos Anjos, um dos homens mais poderosos daquela pequena aldeia, reconhecido por visitantes e comerciantes de grosso trato do Rio de Janeiro enquanto tal, tinha uma notável malha parental composta por escravos, índios, pardos e pretos forros. Na prática, esta diversificada malha de compadres e parentes, onde brancos ricos com distinção honorífica ou patentes ocupavam uma posição de destaque, podia ser acessada em momentos de necessidade, tanto no cotidiano quanto em ocasiões especiais, através de um pedido ou uma retribuição de algo, como, por exemplo, em situações de recrutamento e guerra, disputas políticas e territoriais, períodos de safra ou para obter favores dos mais diversos. O fato de poder manejar esta rede de relações utilizando para isso a influência dos seus compadres pardos e índios também pode ajudar a explicar a posição de superioridade ocupada pelo pequeno grupo de elite aqui estudado, mas isto ainda precisa ser mais bem investigado.

Portanto, creio que este agregado populacional que orbitava às charqueadas devia manter distintos vínculos com esta elite, desde o parentesco até as relações de trabalho, de negócios eventuais ou as abastecendo com gêneros alimentícios produzidos em suas pequenas roças. Esta convivência mais ou menos harmônica andava lado a lado com a dependência econômica para com os abastados senhores e, de forma alguma, evitava a possibilida-

³⁸ Livro de batismo de livres, n. 1 (Mitra Diocesana de Pelotas).

³⁹ Agradeço a Rachel Marques pelas referidas informações extraídas dos Livros de Batismo de Livres e Escravos de Rio Grande, ao longo do período mencionado, que ela vem pesquisando em sua Tese de Doutorado ainda inédita.

de de diferentes conflitos no seu cotidiano. Tal estrutura social, mais característica da fase inicial da montagem das charqueadas, ou seja, do colonial tardio, parecia possuir traços muito semelhantes com o que João Fragoso verificou nas unidades açucareiras fluminenses dos séculos XVII e XVIII. Segundo o autor, aquela paisagem agrária, enquanto espaço econômico de interação social, reunia verdadeiras *aldeias coloniais*, onde a nobreza da terra disputava o poder local aliando-se a outras famílias, relacionando-se com um grupo significativo de dependentes, parentes e agregados de distintas posições sociais (FRAGOSO, 2007). Portanto, olhando para Pelotas, me parece que aquele pequeno mundo construído por charqueadores minhotos, pernambucanos, mineiros, cariocas e rio-grandenses, no final do setecentos, bebia daqueles parâmetros socioculturais que caracterizaram àquelas *aldeias coloniais*, embora a presença de tais traços estivesse se esvaindo e, na segunda metade do século XIX, o mencionado mundinho já havia se desagregado...

Referências

- ALADREN, Gabriel. *Sem respeitar fê nem tratados: escravidão e guerra na formação histórica da fronteira sul do Brasil (Rio Grande de São Pedro, c. 1777-1835)*. PPG-História UFF, 2012. (Tese de Doutorado)
- ALMEIDA, Carla. *Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas Colonial: 1750-1822*. Niterói. ICHF/UFF. 2001. (Tese de Doutorado)
- ALVES, Luiz Antônio. *Memorial Açoriano: Genealogia do Século XVIII – Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, RS: EST Edições. 2005.
- ARRIADA, Eduardo. *Pelotas: gênese e desenvolvimento urbano (1780-1835)*. Pelotas: Armazém Literário, 1994.
- BELL, Stephen. Early industrialization in the South Atlantic: political influences on the charqueadas of Rio Grande do Sul before 1860. In: *Journal of Historical Geography*, 19, 4 (1993).
- BELL, Stephen. “Innovación, desarrollo y medio local. Dimensiones sociales y espaciales de la innovación”. In: *Revista Scripta Nova*. Barcelona. N. 69 (84), 2000.
- BENSA, Alban. Da micro-história a uma antropologia crítica. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 39-76.
- BERUTE, Gabriel S. *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790-c. 1825*. PPG-História da UFRGS, 2006. (Dissertação de Mestrado)
- BERUTE, Gabriel S. *Atividades mercantis do Rio Grande de São Pedro: negócios, mercadorias e agentes mercantis (1808-1850)*. PPG-História da UFRGS, 2011. (Tese de Doutorado)

BORUCKI, A.; CHAGAS, K.; STALLA, N. *Esclavitud y trabajo: Un estudio sobre los afrodescendientes en la frontera uruguaya, 1835-1855*. Montevideo: Ed. Pulmón, 2004.

BOXER, Charles R. *O Império colonial português*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

CARVALHO, Mário Teixeira de. *Nobiliário Sul-riograndense*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1937.

CERUTTI, Simona. “Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII”. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 173-201.

DREYS, Nicolau. *Notícia descritiva da Província do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: IEL, 1961.

FELDMAN-BIANCO, Bela; RIBEIRO, Gustavo Lins (Orgs.). *Antropologia e poder: contribuições de Eric R. Wolf*. Brasília: Ed. da UnB; São Paulo: Ed. Unicamp, 2003.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FRAGOSO, João L. R. *Homens de grossa aventura. Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRAGOSO, João. “Mercados e negociantes imperiais: um ensaio sobre a economia do Império português (séculos XVII e XIX)”. In: *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 36, 2002, p. 99-127.

FRAGOSO, João. “Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal da terra do Rio de Janeiro (1600-1750)”. In: *Conquistadores e negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 33-120.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GIL, Tiago Luís. *Coisas do caminho: tropeiros e seus negócios do Viamão a Sorocaba (1780-1810)*. UFRJ, 2009. (Tese de Doutorado)

GOMES, José Eudes. *As milícias d’El Rey: tropas militares e poder no Ceará setecentista*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

GRENDI, Edoardo. “La micro-analisi: fra antropologia e storia”. In: *Polanyi: dall’antropologia economica alla microanalisi storica*. Milão: Etas Libri, 1978.

GRENDI, Edoardo. *Il Cervo e la repubblica: il modello ligure di antico regime*. Torino: Einaudi, 1993, p. VII.

- GRENDI, Edoardo. “Microanálise e História Social”. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla (Org.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2009, p. 27-30.
- GRENDI, Edoardo. “Repensar a micro-história?” In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social* (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-c. 1850). Rio de Janeiro: Mauad X, Faperj, 2008.
- GUTIERREZ, Ester J. B. *Negros, charqueadas & olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. Porto Alegre, PPGH/PUC-RS, 1993. (Dissertação de Mestrado)
- HAMEISTER, Martha D. *Para dar calor à nova povoação: Estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da vila do Rio Grande (1738-1763)*. PPGHIS/UFRJ, 2006. (Tese de Doutorado)
- KÜHN, Fábio. “Clandestino e ilegal: o contrabando de escravos na Colônia do Sacramento (1740-1777)”. In: XAVIER, Regina (Org.). *Escravidão e liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise*. São Paulo: Alameda, 2012, p. 179-206.
- KULA, Witold. *Teoria econômica do sistema feudal*. Lisboa: Presença, 1979.
- IMIZCOZ, José María. “Patronos y mediadores. Redes Familiares en la Monarquía y patronazgo en la aldea: la hegemonía de las elites baztanesas en el siglo XVIII”. In: *Redes familiares y patronazgo: aproximación al entramado social del País Vasco y Navarra em el Antiguo Régimen (siglos XV-XIX)*. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2001.
- LEVI, Giovanni. *Centro e Periferia di uno Stato Assoluto*. Turin: Rosenberg & Seller, 1985.
- LEVI, Giovanni. “Sobre a Micro-História”. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992, p. 133-134.
- LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LEVI, Giovanni. “Economia camponesa e mercado de terra no Piemonte do Antigo Regime”. In: OLIVEIRA, Mônica R. de; ALMEIDA, Carla (Org.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2009.
- LIMA FILHO, Henrique Espada. *A Micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. São Paulo: USP, 1975.
- MANDELBLATT, Bertie. “A Transatlantic Commodity: Irish Salt Beef in the French Atlantic World”. In: *History Workshop Journal*, n. 63, 2007, p. 21.
- MARQUES, Alvarino da Fontoura. *Episódios do Ciclo do Charque*. Porto Alegre: Edigal, 1987.
- MENEGAT, Carla. *Domingos José de Almeida: o Estadista da República Rio-grandense*. Curitiba: Instituto Memória, 2010.

- MONQUELAT, A. F. *Notas à margem da escravidão*. Pelotas: Ed. da UFPel, 2009.
- MONTEIRO, Nuno G.; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda (Org.). *Optima Pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: ICS, 2005.
- OSÓRIO, Fernando. *A cidade de Pelotas*. Pelotas: Armazém Literário, v. 1, 1997, p. 54-55.
- OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da fronteira: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: UFRGS, 2007.
- PEDREIRA, Jorge. *Os homens de negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822): diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social*. UNL: Lisboa, 1995. (Tese de Doutorado em História)
- PERREN, Richard. *The meat trade in Birtain (1840-1914)*. London: Routledge & Kegan Paul, 1978.
- PERREN, Richard. *Taste, Trade and Technology: the development of the International Meat Industry since 1840*. Aldershot: Ashgate, 2006.
- POLANYI, Karl. *A Grande Transformação*. As origens da nossa época. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.
- PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- RIXSON, Derrick. *The history of meat trading*. Nottingham: University Press, 2000.
- SILVERMAN, Sydel F. "Patronage and community-nation relationships in central Italy". In: SCHMIDT, S. W. (Ed.). *Friends, Followers and factions: a Reader in Political Clientelism*. Berkeley: University of Califórnia, 1977.
- SLUYTER, Andrew. "The Hispanic Atlantic's Tasaajo Trail". In: *Latin American Research Review*, v. 45, n. 1, 2010, p. 98-120.
- STUMPF, Roberta. *Cavaleiro do ouro e outras trajetórias nobilitantes: as solicitações de hábitos das ordens militares nas Minas setecentistas*. Brasília. PPGHIS/UnB, 2009. (Tese de Doutorado)
- THOMSPON, E. P. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- WOLF, Eric R. *A Europa e os povos sem história*. São Paulo: Ed. da USP, 2005.
- VARGAS, Jonas. "As duas faces do coronel Valença: família, poder local e mediação política em Santa Maria (1850-1870)". In: WEBER, Beatriz; RIBEIRO, José Iran (Org.). *Nova História de Santa Maria: contribuições recentes*. Santa Maria: Câmara Municipal de Santa Maria, 2010, p. 287-320.
- VARGAS, Jonas Moreira. "*Pelas margens do Atlântico*": um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX). Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2013. (Tese de Doutorado em História)
- VIEIRA JÚNIOR, Antônio Otaviano. "De Família, Charque e Inquisição se fez a trajetória dos Pinto Martins (1749-1824)". In: *Revista Anos 90*. Porto Alegre, v. 16, n. 30, dez. 2009, p. 187-214.

Parte 3

Trajetórias e fontes para a história da imigração no Brasil Meridional

As mulheres imigrantes e suas “caixinhas de lembranças”: memórias, fotografias e história

*Syrléa Marques Pereira**

Herança familiar

Após o falecimento de minha avó materna, Stella Consani Marques, no ano de 1986, recebi como herança uma pequena caixa contendo fotografias de família e objetos pessoais, que ela havia colecionado e conservado ao longo de toda a sua vida. Tão logo coloquei meus olhos na caixinha, imediatamente a reconheci, pois quando era ainda criança e ficava sob os cuidados de minha avó, nas tardes em que as suas tarefas domésticas escasseavam, eu a via retirar a caixa de um compartimento escondido debaixo da mesa da sala de estar e contemplar seu interior.

Observando os artefatos conservados na pequena caixa, constatei que, nela, Stella depositou ao longo de sua vida muitos retratos, santinhos de missa de sétimo dia, participações de nascimentos, batizados, casamentos, Bodas de Prata, Bodas de Ouro e falecimentos, felicitações de Primeira Comunhão Católica, cartões-postais, entre outros objetos, que lhe foram enviados por suas tias, irmãs, filhos e sobrinhos. Ou seja, aquele era o lugar especialmente reservado às suas lembranças e à memória da família: vida, morte, viagens, festas etc.

De posse de meu legado familiar, prontamente compreendi que deveria zelar pela conservação de seus bens. Então, tal como Stella, tratei de depositar a caixinha em um lugar bem seguro: o fundo de um armário.

Uma década depois, em 1997, levada pela necessidade de apresentar um trabalho de pesquisa em um curso de especialização em História, passei a observar os objetos que compunham a minha herança não mais com olhos

*Professora e pesquisadora como pós-doutoranda em História pela Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), coordenadora adjunta do Laboratório de Estudos de Imigração (LABIMI).

saudosos e contemplativos, mas sim inquisidores. Não obstante, a condição de historiadora me assegurava que aqueles objetos eram índices de experiências vividas e as fotografias se constituíam em suportes que divulgavam imagens que a família havia selecionado para ser lembrada no futuro. Sendo assim, não era apenas a neta de Stella que a havia substituído na função de *guardiã da memória* da família¹ que se voltava para os objetos da caixinha, mas também a historiadora. Ou seja, os objetos e as fotografias eram verdadeiras relíquias da *caixinha de lembranças* de Stella, pois assim a denominei.²

Ao analisar os objetos da caixinha, um santinho de missa de sétimo dia me chamou particularmente a atenção, pois nele havia uma fotografia de uma mulher, de olhos expressivos e tristes, que me observava tão profundamente como se tivesse algo a revelar. Mas quem era aquela desconhecida? Como resposta à minha pergunta, logo abaixo da imagem estava escrito: Maria Consani Fazzi, nascida em Lucca, na Itália, em 1885, e falecida em Passa Quatro, Minas Gerais, em 1946.

Havia identificado o primeiro vestígio de uma migração de penínsulas para o Brasil apontado pela caixinha de minha avó. A partir desse instante, encontrei e segui vários outros sinais, bem como passei a investigar quando, como e quais pessoas haviam participado dessa experiência migratória. Um trabalho de reconhecimento das pessoas que há mais de um século haviam sido fotografadas e “viviam” na caixinha, começando por Maria Consani Fazzi. Logo descobri que seu nome de solteira era Maria Annunziata Consani, que era a irmã mais velha de Giuseppe Consani, pai de Stella. Investigando um pouco mais, identifiquei os pais de Maria e Giuseppe: Teodora Pellegrini e Giovanni Consani, sendo todos italianos que haviam se trans-

¹ Segundo Michael Pollak (1989), os *guardiões* ou *mediadores da memória* são indivíduos que, no interior das organizações e instituições de que são membros – como clubes, associações, sindicatos, partidos ou famílias – dedicam-se à guarda e à reelaboração permanente da memória de seu grupo, produzindo discursos organizados e controlados, referenciados ao passado, que permitem a coesão do grupo e a conservação da identidade. Os mediadores são os narradores privilegiados da história do grupo, os depositários de histórias vividas por seus membros, bem como os colecionadores de bens materiais de extremo valor simbólico para o grupo que, ao serem expostos, permitem a atualização de sua memória. Nas famílias, esse papel é geralmente exercido pelas mulheres, na condição de avós (BARROS, 1989).

² Desenvolvi a noção de *caixinha de lembranças* a partir do conceito de *lugar de memória* de Pierre Nora. Segundo o autor, os lugares de memória são referências materiais, simbólicas e funcionais, com as quais indivíduos e grupos se identificam, e em torno das quais se agregam, o que lhes garante o sentimento de pertencimento. Os lugares de memória podem ser tanto grandes rituais e momentos como comemorações e álbuns de retratos, que materializam sinais de pertença de grupo ou de um indivíduo a uma sociedade (NORA, 1993).

ferido para o Brasil. Foi exatamente desta maneira que, aos 36 anos, eu me deparei com uma ascendência italiana que, até então, ignorava.

Desnecessário dizer que paralelamente à investigação histórica estive o encontro com a minha própria origem. Assim, passei a farejar as pistas e seguir os rastros que a caixinha me apontava. Descobri que duas filhas de Giuseppe ainda estavam vivas: Célia Consani, com 78 anos, e Laís Consani Scarpa, então com 89 anos. Localizei ambas as mulheres, mostrei-lhes a minha caixinha de lembranças, elas identificaram outras pessoas retratadas, narraram muitas histórias protagonizadas pelos parentes italianos antes mesmo da partida da Península Itálica e após a chegada ao Brasil, em meados dos anos 1870, como também me indicaram outras mulheres italianas e descendentes que viviam aqui no Brasil.

Posteriormente, localizei e entrevistei mais sete mulheres descendentes dos Pellegrini-Consani³ e, assim, constituí uma rede de informantes orais unidas por laços de parentesco, direto ou indireto, que foram capazes de apontar, ao longo de nossas conversas, a irmã que tinha muitos casos para contar, a prima que se lembrava de muitas histórias, ou a tia que certamente não se recusaria a narrar alguns eventos. Isso porque as depoentes são pessoas referenciais para seus grupos quando o assunto é lembrar o passado comum e narrar histórias familiares. Ao desempenharem tais atividades, essas mulheres igualmente podem ser tratadas como guardiãs da memória familiar.

Dos encontros que mantive com as mulheres guardiãs da memória surgiram novas fotografias e caixinhas de lembranças, novos casos e objetos, e o grupo imigrante italiano cresceu, pois, além dos Pellegrini-Consani e dos Fazzi, foram lembrados os Perrone, os Conti e os Bonanni. Foram as lembranças que povoavam a memória⁴ de Célia e Laís que permitiram identificar o local onde as famílias italianas se fixaram: o então distrito de Nossa Senhora do Amparo, pertencente ao município de Barra Mansa, no estado do Rio de Janeiro.

³ Além de Célia Consani e Laís Consani Scarpa, as demais depoentes orais brasileiras foram: Emília Bonanni de Almeida; Angela Conti Bonanni; Maria José Silva Guedes; Elba Consani Marins; Vilma Marins Campos; Moema Cruz Perrone e Maria Julia Pelegrini Silva.

⁴ A memória é aqui compreendida enquanto manifestação oral, narrativa, uma experiência individual e coletiva simultaneamente, que está sujeita a uma organização, uma ordenação, uma contextualização, passível de ambiguidades, de esquecimentos e não somente de marcos rememoráveis. Enfim, a memória como um trabalho de construção e transmissão do passado, cujas recordações são percebidas não como um reviver, mas como um refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado (HALBWACHS, 1990).

Entretanto, não havia qualquer informação sobre a localidade exata de onde os imigrantes haviam partido do outro lado do Atlântico. Aliás, o local estaria eternamente perdido no território italiano se Laís Consani, durante um de seus depoimentos, não pronunciasse a palavra Oneta. Havia lembrado o nome da localidade que a família havia deixado para trás: Oneta, uma pequena aldeia que pertence administrativamente ao município de Borgo a Mozzano, situado na província de Lucca, na região da Toscana (Itália). Sem ela, seria extremamente difícil, quiçá impossível, localizar, entre as centenas de cidades e pequenas aldeias pertencentes à província de Lucca, aquela de onde partiu o grupo familiar. Isso porque os documentos oficiais italianos, e mesmo os brasileiros, geralmente registravam o município ou a província de partida dos imigrantes.

Ademais, os órgãos institucionais brasileiros anotavam somente o país como o lugar de origem, homogeneizando imigrantes oriundos de diversas regiões, já que sua preocupação era com a quantificação dos estrangeiros que chegavam ao país. Identificado o local de saída dos imigrantes, o passo seguinte foi conhecer os atuais habitantes de Oneta, localizar entre eles descendentes no desempenho do papel de guardiões da memória familiar e entrevistá-los. Isso veio a ocorrer, pois, entre os meses de setembro e novembro de 2006, residi em Oneta e conversei com seis mulheres e seis homens cujos antepassados foram imigrantes no Brasil e também nos Estados Unidos. Entre essas pessoas identifiquei cinco guardiões da memória familiar – Maria Grazia Micheli, Maria Grazia Gigli, Maurizio e Vincenzo Micheli, e Ferruccio Silvestri –, sendo que todos eles, exceto o último, que conserva suas fotografias em um álbum, são proprietários de caixinhas de lembranças.⁵

As narrativas tecidas pelas guardiãs da memória familiar italianas e brasileiras revelaram projetos dos habitantes de Oneta antes da partida; permitiram reconstruir a travessia Atlântica; observar a instalação das famílias na nova terra; bem como possibilitaram conhecer situações e dificuldades relacionadas ao mundo material. São suas recordações e suas vozes as principais fontes de meu “fazer” histórico. Deste modo, foram entrelaçadas as duas localidades que vivenciaram a mesma experiência migratória: Oneta – Nossa Senhora do Amparo, dois mundos foram reaproximados e, durante

⁵ Depoentes orais italianos: Antonio Micheli, Ferruccio Silvestri, Licia Silvestri, Luciano Gigli, Maria Albina Pellegrini, Maria Grazia Gigli, Maria Grazia Micheli, Maria Luisa Ugoline, Maria Ponzi, Maurizio Micheli, Piero Micheli e Vincenzo Micheli. Minha permanência na aldeia foi possível em função de uma bolsa de doutorado concedida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

esse encontro, outras caixinhas de lembranças vieram à tona, olhares e lembranças puderam ser trocados, perguntas ganharam respostas e narrativas do lado de lá e do lado de cá do oceano, ao serem conectadas, ganharam sentido.

Do lado de cá do oceano: construindo a italianidade

As recordações e histórias que me foram narradas pelas mulheres guardiãs da memória reconstruíram a vida e o cotidiano dos imigrantes após o desembarque e a acomodação no distrito de Nossa Senhora do Amparo. É interessante observar que, tão logo chegaram, passavam a diferenciar-se daqueles que encontravam e com os quais se relacionavam,⁶ sendo reconhecidos pela nomenclatura “italianos”. Há que se salientar que essa identidade italiana foi forjada no deslocamento e no Brasil, pois no momento da migração a Itália não existia. Já durante o trajeto, quando os vapores que partiam da Península atracavam em portos franceses ou ingleses, os migrantes começavam a se distinguir dos novos indivíduos que embarcavam para seguir viagem em direção a países nas Américas (PEREIRA, 2008, p. 47). Nesse sentido, o processo de construção identitária apenas prosseguia após a instalação dos indivíduos em um novo território. Até porque uma característica intrínseca dos fenômenos de construção de identidades é o fato de se realizarem constantemente, transformarem-se ao longo do tempo; além de serem essencialmente plurais – as identidades –, visto que indivíduos e grupos assumem múltiplas formas de se identificar em diferentes situações concretas no decorrer de suas existências.

Na nova localidade, os agora “italianos” no Brasil viram-se circundados por uma realidade diferente em todos os aspectos, fosse relacionada aos hábitos, ao jeito de vestir, à moradia, ao idioma, ou à alimentação, entre tantas outras. Conseqüentemente, buscaram maneiras de se inserir e continuar a vida no novo mundo, em um processo que trouxe muitas mudanças, mas também muitas continuidades. Não obstante, os Pellegrini-Consani sempre se preocuparam com a definição da fronteira do grupo.

⁶ Como observou Fredrik Barth, os grupos tendem a se definir não só pela referência às suas características, mas pela exclusão, isto é, pela comparação com os *outros*. Ainda que categorias de identificação nacional de um grupo levem em consideração as diferenças culturais, não basta arrolar uma lista de semelhanças e diferenças culturais existentes entre os grupos para reconhecê-los. As características que devem ser consideradas não são a soma das diferenças “objetivas”, mas somente aquelas que os próprios atores considerarem significantes (BARTH, 1998, p. 195).

É importante ressaltar que, no processo migratório, continuidade e mudança, tradição e inovação, conservação e transformação convivem e coexistem na construção de uma “ordem nova” em relação àquela de origem que, real ou imaginária, verdadeira ou inventada, permanece como um inevitável ponto de referência e de “retorno” (TETI, 2001, p. 577). Nesse sentido, quem emigra não rompe definitivamente com a antiga organização até então estabelecida e tampouco se mantém preso à realidade que ficou para trás. De fato, a vida familiar e social dos imigrantes não é cancelada com a inserção em novas localidades e nem reduzida a uma simples reprodução daquela experimentada na antiga pátria. O encontro e as trocas com a cultura nacional, como também com aquela pertencente a outros grupos imigrados, caracterizaram seus comportamentos cotidianos, os costumes e a convivência (CORTI, 1999, p. 84). Não por outra razão, nas histórias narradas pelas depoentes, percebem-se claramente o antigo e o novo, a continuação e a modificação, concorrendo no processo de integração dos imigrantes na nova sociedade e de construção identitária. Há que se ressaltar ainda que a integração possuiu tempos e maneiras diferenciadas, de acordo com a geração a qual cada indivíduo pertencia.

Um exemplo de uma mudança vivenciada pelos italianos, tendo em vista a inserção na comunidade local, foi oferecido pela depoente Laís Consani, quando relembrou as dificuldades enfrentadas por sua tia Sofonisba em relação ao próprio nome:

A vovó disse que todo mundo, quando perguntava o nome da filha, não acertava falar Sofonisba. Todos falavam errado. Então minha avó disse para a minha tia: “Aqui no Amparo, para todo mundo você é Niba, não é mais Sofonisba”. Ela ficou com o apelido de Niba.⁷

Também outros nomes foram rapidamente aportuguesados: Pietro virou Pedro; Giovanni passou a ser João; e seu filho Giuseppe era José, mas também Beppe. Uma dupla designação bastante significativa, pois revela e reafirma o quanto os imigrantes transitavam entre dois mundos.

Enquanto os nomes aportuguesados representavam uma tentativa de inserção na comunidade local, as relações sociais travadas pelos primeiros Pellegrini-Consani com os brasileiros buscavam meios de distingui-los. De acordo com outra informante oral, Emília Bonanni de Almeida, o relacionamento de membros de sua família com os brasileiros se deu de forma bastante parcimoniosa. Foi uma convivência que se manteve de maneira restrita,

⁷ SCARPA, Laís Consani. Depoimento concedido à autora, Niterói, 20 out. 2001. LABIMI, UERJ.

pois os primeiros imigrantes de Oneta nunca se empenharam em estreitar laços de amizade com os nacionais. Ao contrário, segundo Emília:

Os italianos eram meio reservados; eles nem se misturavam muito, não. A gente notava que aquilo era meio... Não eram assim muito sociáveis com as outras pessoas, eram meio fechados.

As famílias se visitavam um pouco, muito pouco, mas visitavam. A casa da mamãe era muito movimentada, mas pelos parentes, pelos parentes!⁸

É importante esclarecer que chamar a atenção para esse comportamento reservado do grupo não significa defini-lo a partir de suas características próprias, o que seria um grave equívoco. Ao contrário, procura-se perceber como as primeiras gerações de imigrados reagiram à integração na nova sociedade, como construíram a fronteira que delimitava o grupo.

Na primeira geração, demarcar o grupo italiano não foi tão difícil, já que os indivíduos ainda se identificavam com a aldeia natal, sentiam-se unidos pelo sentimento de nostalgia em relação à vida que deixaram para trás e, fundamentalmente, havia a solidariedade de parentes e amigos como grande fator agregador.

Entretanto, à medida que o processo de integração se desenvolvia e as relações interpessoais se expandiam além dos limites do grupo e se aproximavam dos habitantes locais, o referido processo alterava a estrutura familiar, produzindo profundas mudanças na constituição das novas famílias. Impedindo que a inserção se transformasse em assimilação, a norma para a organização da parentela estabelecia que os casamentos fossem endogâmicos. Não necessariamente parentais, mas, quando o fossem, as uniões seriam permitidas.

Aliás, a endogamia se constituiu em um valor fundamental para os Pellegrini-Consani, como também para imigrantes de diferentes nacionalidades, principalmente para a primeira geração, pois garantia uma língua comum, a manutenção da cultura, da religião, dos rituais domésticos e aldeões, como também a transmissão da educação recebida (LEITE, 1993, p. 133).

A segunda geração e as posteriores foram responsáveis pelo rompimento das regras endogâmicas nas escolhas matrimoniais, o que contribuiu para uma socialização externa à família e ao grupo italiano (CORTI, 1999, p. 14). Tendo em vista que no processo migratório a segunda geração estava na metade do caminho entre o passado, do qual possuía escassa memória, e

⁸ ALMEIDA, Emília Bonanni de. Depoimento concedido à autora. Mogi das Cruzes, 14 set. 2002. LABIMI, UERJ.

o futuro na nova pátria, para essa geração a quebra de um padrão familiar estabelecido se apresentava como mais pertinente e até mesmo inevitável.

Em Nossa Senhora do Amparo, com o propósito de conservar e estreitar vínculos sociais entre seus membros, os onetenses criaram e mantiveram a prática de visitas periódicas entre os grupos familiares. As depoentes destacaram que essas visitas ocorriam mesmo quando algumas famílias se localizavam em outras cidades, quando, então, o encontro se transformava em uma festa.

Essas visitas desempenharam um papel importante nos arranjos dos futuros casamentos. Era através delas que membros dos grupos italianos se conheciam, aproximavam-se e formavam novas famílias. Foi dessa maneira que as filhas de Teodora e Giovanni conheceram seus maridos, todos peninsulares e amigos da família: Maria (a do santinho de missa de sétimo dia) se casou com Roberto Fazzi e Niba se uniu a Egydio Bonanni.

Uma Oneta em terras fluminenses

Os depoimentos das mulheres também revelaram que o mundo que os imigrantes deixaram para trás e para o qual muitos jamais tiveram a oportunidade de retornar os acompanhou durante toda a existência. Fosse sob a forma de regras a serem cumpridas, valores evocados ou através da recriação de práticas e da retomada de antigos hábitos de vida, Oneta sempre se fez presente, reinventada pelos “italianos” no Brasil.

Um bom exemplo dessa “proximidade” da antiga aldeia pode ser observado no relato de Laís sobre as tarefas diárias de sua avó. Aliás, a depoente fez questão de ressaltar que boa parte das atividades domésticas ficava sob a responsabilidade não de Teodora, mas sim de sua filha Niba, pois a avó possuía outras obrigações.

[...] No quintal pequeno (da casa) a minha avó tinha uma horta muito boa; tinha tudo ali: eram plantas para remédios, legumes, frutas e flores, mas tudo dava que era uma beleza. Pêssego então, como lá é terra fria, pêssego gosta; figo é também fruta do frio; agora, mamão não dava de jeito nenhum; manga também não dava lá grande coisa. Então minha avó tinha remédio caseiro para tudo; nunca vi criatura assim. Havia flores de todo jeito, até de semente para plantar em vasinho, que ela gostava de flor.⁹

Minha avó também tinha muitas galinhas. As suas galinhas pareciam uns perus de tão bem tratadas. O quintal dela tinha cada “galinhão” deste tama-

⁹ SCARPA, Laís Consani. Depoimento concedido à autora, Niterói, 20 out. 2001. LABIMI, UERJ.

nho! Punham ovos! Só vendo, uma beleza! O meu avô encomendava ao homem da roça e ele levava aquela porção de pombos. A minha avó, para eles não voarem para a vizinhança, [...] cortava as suas asas, se não iam amolar os vizinhos e vinha reclamação. Pombo também é muito gostoso. Eram pombos limpos, não eram esses pombos de rua, não. Estes, dizem que têm doenças, que não pode se comer, mas aqueles eram pombos limpos de quintal [...]. Ela matava e colocava uns quatro para assar na brasa. Você nem queira saber, ô coisa gostosa!¹⁰

Estas atividades de Teodora demonstram que, mesmo vivendo em uma área urbana, ela continuou a cultivar a terra e a criar animais para o consumo doméstico, ainda que em um espaço exíguo. Ou seja, dedicou-se a tarefas típicas de uma camponesa, com as quais garantiu o sustento de seu núcleo familiar, até o momento de se transferir para o Brasil.¹¹ O mesmo ocorria com o padrão alimentar de seu avô:

Era um carnívoro, era caça, era tudo. Pedia para os roceiros matarem aqueles bichos lá do mato e levá-los para ele: lebre e não sei mais o quê. Levavam até gambá, e o gambá é bom mesmo, você sabe? Tudo que eles pegavam na roça, o meu avô comprava. Passarinho! Passarinho desse tamanhinho, ia aquele varal enorme! Esses roceiros, coitados, queriam ganhar uns trocadinhos. Vovô encomendava; eles levavam. Nos domingos vinham os passarinhos pendurados. Uma vez levaram até uma coruja viva. Imagine se ele ia comer! Quando meu avô estava comendo o tal do gambá, a gente torcia o nariz. [...] A vovó não comia todas as caças, só comia lebre e aquelas outras que todo mundo come. Pombo comia.¹²

Há que se recordar que em Oneta, em fins do Oitocentos, caçar animais selvagens e pequenos pássaros era a maneira como as famílias garantiam a carne à mesa, já que poucas criavam animais para o abate. Na antiga aldeia, a alimentação estava baseada fundamentalmente nas *necci*, elabora-

¹⁰ SCARPA, Laís Consani. Depoimento concedido à autora, Niterói, 27 out. 2001. LABIMI, UERJ. Atualmente em Oneta muitos moradores criam pombos, entre os quais Luciano Gigli.

¹¹ Sobre o modelo migratório das áreas montanhosas, especialmente do Médio Vale do Rio Serchio, onde está localizada Oneta, no qual estava implícito o trabalho das mulheres na agricultura, cf.: DADÀ, Adriana. “Uomini e strade dell’emigrazione dall’Appennino Toscano”. In: ALBERA, Dionigi; CORTI, Paola (a cura di). *La montagna mediterranea: una fabbrica d’uomini? Mobilità e migrazioni in una prospettiva comparata (secoli XV-XX)*. Torino: Gribaudo, Cavallermaggiore, 2000. p. 153-164; BRIGANTI, Lucilla. “La Lucchesia e il Brasile: storia di emigranti, agenti e autorità”. *Documenti e Studi: semestrale dell’Istituto Storico della Resistenza e dell’Età Contemporanea in provincia di Lucca*, Lucca, n. 14-15, p. 161-220, 1993; OSTUNI, Maria Rosaria. “Dalla Valle del Serchio all’America: ‘perche andiedi’”. In: OSTUNI, Maria Rosaria *et alii* (a cura di) “*Il perche andiedi in America...*” Immagini dell’emigrazione lucchese. La Valle del Serchio. Archivio Paolo Cresci per la storia dell’emigrazione italiana. Lucca: Maria Pacini Fazzi Editore, 2001. p. 10-14.

¹² SCARPA, Laís Consani. Depoimento concedido à autora, Niterói, 27 out. 2001. LABIMI, UERJ.

das com a farinha de castanhas, e nas *foccacine*, feitas com a farinha de milho, além de batatas, feijão e verduras.

Sendo assim, mesmo tendo à disposição galinhas e também carne de porco, os Pellegrini-Consani mantiveram na dieta alimentar o consumo de outros tipos de carnes. E como a realidade no Brasil era outra, o avô da depoente Laís, Giovanni Consani, encontrou até uma forma de conseguir os animais sem sair de sua casa: provavelmente pagava aos camponeses para caçá-los para ele.

Não obstante, em determinados momentos, as depoentes reconstruíram os hábitos alimentares considerados tipicamente italianos. Vilma Campos, neta de Giuseppe, comentou que sua mãe

fazia muita comida italiana: era polenta, era macarronada. Ela gostava muito de pratos italianos, e conservou aquele italianismo na comida. Tanto que eu acho que todos nós somos gordinhos de tanta comida italiana. É porque ela fazia pizza, aliás, o prato preferido dela era esse.¹³

Também se lembrou das refeições na casa de sua tia Niba.

Era uma mesa enorme. Meu tio Egydio gostava de diversas qualidades de carnes e gostava muito de carneiro. Então era uma mesa grande, você precisava ver o tamanho da mesa, cheia de cadeiras e uma comida farta à beça.¹⁴

No entanto, ao comparar tais alimentos com a dieta dos habitantes de Oneta, constata-se que poucos realmente estiveram presentes às suas mesas. A sopa era muitas vezes feita de ervas (capim, ervas selvagens), pois nem sempre havia ingredientes.¹⁵ Sendo assim, estamos diante de mistificações criadas e difundidas sobre uma cozinha que não correspondia à realidade à época naquela aldeia.

De uma forma geral, nas diversas áreas da Península, ainda antes do fenômeno migratório ganhar dimensões de massa, a alimentação também era prevalentemente vegetariana, baseada em “ervas”, no caso, variedades de capim, além de hortaliças, legumes e frutas. A carne, especialmente a de boi, ovos, leite, queijos, peixe e a massa (aquela industrial) eram raros ou mesmo não compunham a mesa das camadas populares, principalmente na Itália meridional. O pão de puro trigo, o “pão branco”, era um luxo. Recor-

¹³ CAMPOS, Vilma Marins. Depoimento concedido à autora, Barra Mansa, 26 fev. 1998. LABIMI, UERJ.

¹⁴ CAMPOS, Vilma Marins, Depoimento concedido à autora, Barra Mansa, 26 fev. 1998. LABIMI, UERJ.

¹⁵ Ainda hoje em Oneta uma moradora prepara esta sopa. Somente Bruna Giannotti é capaz de recolher ervas no bosque, identificando aquelas nocivas e que não devem ser consumidas.

ria-se ao milho, cevada, aveia, centeio, castanhas, às vezes batatas, tremoços e ervas selvagens, como aconteceu mais frequentemente durante a crise agrária do final do Oitocentos (TETI, 2001, p. 577; REVELLI, 1998, LIX). A bem da verdade, “a carne e o pão branco (mas também o peixe fresco, a massa industrial, como também o açúcar, e o próprio vinho) constituíam alimentos dos estratos abastados, eram sinais de distinção social” (REVELLI, 1998, LIX). O que se pode pensar é que igualmente na alimentação esteve presente uma tensão entre as referências aldeãs e as referências nacionais. Neste embate, estas últimas saíram vencedoras, e os alimentos como o macarrão e a pizza, e mesmo o vinho, foram selecionados como elementos identificadores de uma identidade nacional, abrangente, que desconsiderava as diferenças regionais.

É importante perceber que Teodora, com sua horta, pomar e jardim cuidadosamente mantidos nos fundos de sua casa, evocava a antiga localidade de onde partiram. Cada prato relembado e inventado foi investido de um significado simbólico que remete à origem peninsular e, portanto, identifica o grupo como italiano e de Oneta.

“Todo o mundo é (a) aldeia”

Sou levada a pensar, em um primeiro momento, que Oneta estaria para sempre perdida no tempo se o acaso não houvesse me permitido encontrar a caixinha de lembranças conservada por minha avó Stella.¹⁶ Além da aldeia, igualmente teria caído no esquecimento a experiência de deslocamento de um grupo de famílias, que em um dado momento de suas vidas empreendeu a aventura migratória entre a Itália e o Brasil, durante o período que passou a ser reconhecido pela historiografia como o da “grande migração” italiana para o Brasil, ocorrida entre os anos 1870 e 1920.

E ainda, não fosse o acaso, possivelmente, eu continuaria fazendo parte dos *outros*, que era como as depoentes orais italianas se referiam aos nacionais, e, por conseguinte, não teria construído a minha identidade italiana.

Em um momento seguinte, percebo que a caixinha de lembranças somente passou a se constituir em um *lugar de memória* (NORA, 1993) para a construção de uma determinada identidade italiana. Devido ao trabalho de memória desenvolvido pelas mulheres, que envolveu o colecionamento de

¹⁶ Refiro-me ao acaso de que nos falou Marcel Proust (1995), que, ao ter diante de si bolinhos *madeleines*, pôde acessar sua infância, independentemente de um esforço deliberado de sua parte.

fotografias, de artefatos, enfim, mil quinquilharias, que se transformaram em suportes da memória familiar, que, hoje, ao serem expostos e manuseados, engendram histórias vividas pessoalmente e outras “vividas por tabela”, a chamada memória indireta (POLLAK, 1992).¹⁷ Também muito importante é a seleção de casos e acontecimentos, pois, ao serem lembrados, narrados e transmitidos de uma geração a outra, recriaram uma Oneta em terras brasileiras.

Na realidade, foi a partir do trabalho dessas mulheres no pleno exercício da função de guardiãs da memória familiar, realizado cotidianamente e permanentemente no mundo doméstico, no universo da casa, que se tornou possível conhecer antigas atividades desenvolvidas pelas camponesas em Oneta antes da partida para o Brasil. Observar comportamentos e práticas familiares que garantiram a delimitação do grupo imigrante, como também apreciar gostos e sabores muito locais e aldeões, em contraposição às referências identitárias nacionais em construção.

Mas, sobretudo, as caixinhas de lembranças e a memória das mulheres imigrantes italianas se constituíram em fontes privilegiadas para o “fazer” histórico. Por conseguinte, muito embora tenha decorrido mais de um século desde que os primeiros onetenses aqui chegaram e à revelia de todo o processo natural de assimilação social, foi esse trabalho feminino que permitiu trazer a aldeia italiana, apesar de tão distante, para bem perto da segunda geração, cujos membros chegaram ao país ainda crianças, bem como das gerações posteriores.

Ao fim e ao cabo, as mulheres imigrantes italianas conseguiram reinventar uma Oneta no Brasil e, dessa forma, justificaram um antigo provérbio que ainda hoje é mencionado pelos italianos: “Todo o mundo é (a) aldeia”.

Referências

- BARROS, Myriam Moraes Lins de. “Memória e Família”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, v. 2, n. 3, p. 29-41, 1989.
- BARTH, Fredrik. “Grupos étnicos e suas fronteiras”. In: Philippe POUTIGNAT; Jocelyne STREIFF-FENART. *Teorias da etnicidade*. Seguindo de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

¹⁷ Segundo Michael Pollak (1992), acontecimentos “vividos por tabela” são eventos vivenciados pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa sente pertencer; e embora nem sempre tenha deles participado, no imaginário ganharam tamanha importância que, às vezes, a pessoa não sabe se realmente deles participou ou não.

BRIGANTI, Lucilla. “La Lucchesia e il Brasile: storia di emigranti, agenti e autorità”. In: *Documenti e Studi*: semestrale dell’Istituto Storico della Resistenza e dell’Età Contemporanea in provincia di Lucca. Lucca, n. 14-15, 1993, p. 161-220.

CORTI, Paola. *L’Emigrazione*. Storia fotografica della società italiana. Roma: Ed. Riuniti, 1999.

_____. (a cura di). *La montagna mediterranea: una fabbrica d’uomini? Mobilità e migrazioni in una prospettiva comparata (secoli XV-XX)*. Torino: Gribaudo, Cavallermaggiore, 2000. p. 153-164.

DADÀ, Adriana. “Uomini e strade dell’emigrazione dall’Appennino Toscano”. In: ALBERA, Dionigi; CORTI, Paola (a cura di). *La montagna mediterranea: una fabbrica d’uomini? Mobilità e migrazioni in una prospettiva comparata (secoli XV-XX)*. Torino: Gribaudo, Cavallermaggiore, 2000. p. 153-164.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

LEITE, Miriam Moreira. *Retratos de Família: Leitura da Fotografia Histórica*. São Paulo: EDUSP, 1993.

NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. In: *Proj. História*. São Paulo: n. 10, p. 7-28, 1993.

OSTUNI, Maria Rosaria. “Dalla Valle del Serchio all’America: ‘perche andiedi’”. In: OSTUNI, Maria Rosaria *et alii* (a cura di). *“Il perche andiedi in America...”* Immagini dell’emigrazione lucchese. La Valle del Serchio. Archivio Paolo Cresci per la storia dell’emigrazione italiana. Lucca: Maria Pacini Fazzi Editore, 2001. p. 10-14.

PEREIRA, Sylrlea Marques. *Entre histórias, fotografias e objetos: imigração italiana e memórias de mulheres*. Niterói: UFF, ICHF, 2008. (Tese de Doutorado)

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

_____. “Memória e identidade social”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PROUST, Marcel. *Em busca do tempo perdido*. Trad. Mário Quintana. São Paulo: Globo, 1995. v. 1.

REVELLI, Nuto *L’anello forte*. La donna: storie di vita contadina. Torino: Einaudi, 1998.

TETI, Vito. “Emigrazione, alimentazione, culture popolari”. In: BEVILACQUA, Piero; DE CLEMENTI, Andreina; FRANZINA, Emilio (a cura di). *Storia dell’emigrazione italiana: partenze*. Roma: Donzelli Editore, 2001. p. 575-597.

Depoimentos orais

ALMEIDA, Emília Bonanni de. ALMEIDA, Emília Bonanni de. (Depoimento, Mogi das Cruzes, 2002). Niterói, UFF/LABHOI; Rio de Janeiro, UERJ/LABIMI; Gênova, Università di Genova/AREIA.

CAMPOS, Vilma Marins. (Depoimento, Barra Mansa, 1998). Niterói, UFF/LABHOI; Rio de Janeiro, UERJ/LABIMI; Gênova, Università di Genova/AREIA.

SCARPA, Laís Consani LABIMI/UERJ; AREIA/Università di Genova. SCARPA, Laís Consani. (Depoimento, Niterói, 2001). Niterói, UFF/LABHOI; Rio de Janeiro, UERJ/LABIMI; Gênova, Università di Genova/AREIA.

Os italianos nos contextos urbanos do Rio Grande do Sul Perspectivas de pesquisa

*Antonio de Ruggiero**

Através dessa proposta, pretendemos dar continuidade a um projeto de pesquisa mais amplo do qual fazemos parte desde 2013, e que foi iniciado alguns anos atrás pela professora Núncia Santoro de Constantino, relativo à imigração italiana nas cidades do Rio Grande do Sul, às redes sociais que se formaram graças à inserção profissional dos peninsulares nos contextos urbanos, assim como à organização da cultura e do lazer entre eles, desde a chegada dos primeiros, no século XIX, até as décadas iniciais do século sucessivo.

Um artigo do historiador Vittorio Cappelli a respeito do fenômeno migratório dos italianos no Brasil forneceu dados precisos sobre o processo de urbanização ocorrido no país, nos anos mais intensos dos fluxos de europeus. No início do século XX, 10% da população brasileira viviam em cidades com mais de 10 mil habitantes. Os 618 municípios de 1871 se transformaram em 1.168 em 1910. E as cidades com pelo menos 5 mil habitantes quadruplicaram entre 1871 e 1920, passando de 200 a 800 (CAPPELLI, 2007, p. 23). Apesar disso, os estudos sobre as repercussões dos processos de imigração e colonização nas cidades brasileiras continuam sendo poucos e fragmentados. Na verdade, as indagações privilegiaram sempre o caso de São Paulo, que, pelo seu maciço fluxo de mão de obra para a lavoura de café e pela preponderante caracterização “italiana” da sua capital (TRENTO, 1998), tornou-se o estereótipo da imigração no Brasil e obscureceu a importância dos outros Estados.

Há cidades que se encontram praticamente esquecidas pelos historiadores da imigração italiana, mesmo tendo registrado uma notável presença dos peninsulares, como as do norte, do nordeste e do centro-oeste brasileiro.

*Doutor em História Moderna e Contemporânea (Università degli Studi di Firenze, Itália). Pós-doutorando PNPd/Capes – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

Mesmo sobre o Rio de Janeiro, então capital do país, os estudos ainda são poucos, embora a cidade atraísse milhares de imigrantes italianos, a ponto de Sidney Chalhoub afirmar que a marginalização de trabalhadores negros foi, em parte, resultado da presença desses estrangeiros (CHALHOUB, 1986). Giralda Seyferth (1990) também faz menção a esses imigrantes italianos, destacando determinadas atividades dos calabreses no Rio. Com referência às cidades do nordeste, raríssimas são as publicações. E, se houve pequena expressão numérica da presença italiana nessas cidades, no entanto, é reconhecida a sua importância econômica e cultural¹. A mesma coisa pode-se dizer a respeito das regiões meridionais do Brasil e, em particular, o Rio Grande do Sul.

Já a partir de 1990, Núncia Constantino foi sem dúvida a maior intérprete de uma revitalização dos estudos sobre a imigração italiana nas cidades gaúchas. Seus trabalhos sempre insistiam na necessidade de preencher algumas lacunas nesse sentido, pois a grande maioria dos pesquisadores da imigração italiana no Rio Grande do Sul foi tradicionalmente atraída pela experiência da colonização agrícola mais relevante sob o perfil quantitativo e do sucesso, até porque estrategicamente norteada pelos propósitos governamentais (CONSTANTINO, 2002, p. 76-90). Não podemos esquecer que essa experiência, de fato, representou a principal reforma agrária realizada no Brasil, tendo reflexos significativos na inteira fisionomia política, social e econômica das regiões meridionais. A importância desse processo de povoamento rural, porém, fez com que quase todos os imigrantes acabassem sendo confundidos com colonos. Ao mesmo tempo, continuam limitados os estudos sobre a repercussão dos processos de imigração e colonização nas cidades do sul, onde a expressão numérica da presença italiana não foi pequena e, principalmente, teve uma notável importância econômica e socio-cultural. Como afirmou Fernand Braudel, a imigração italiana a partir dos últimos anos do século XIX contribuiu notavelmente para a decolagem civilizatória das Américas, renovando seus conteúdos e perspectivas (BRAUDEL, 1974, p. 2.092). De fato, também no Rio Grande do Sul, muitas cidades nesse período se renovaram e, além de exercerem uma grande atração sobre imigrantes pela diversificação das atividades profissionais que podiam oferecer, representaram lugares de interesse cultural e tornaram-se mais dinâmicas e cosmopolitas; mudaram os próprios traços, se ampliaram e participaram de uma alteração na estrutura da sociedade e até da mentalidade.

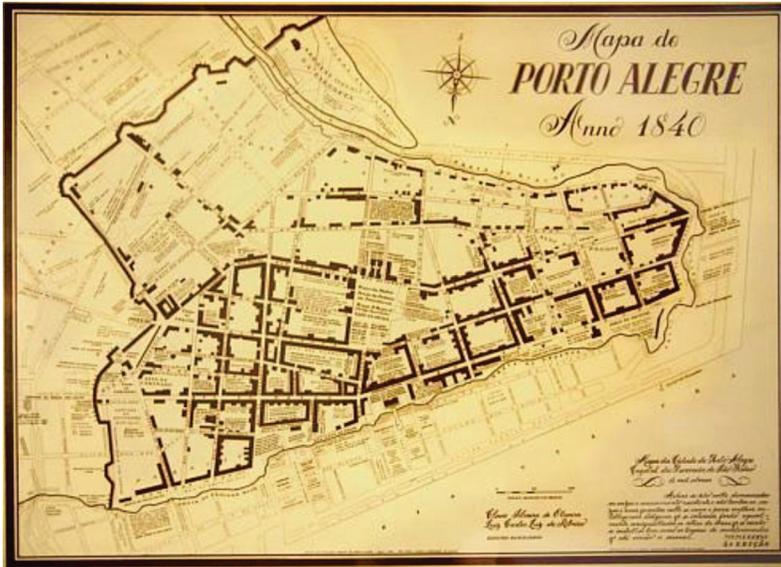
¹ Algumas exceções são as recentes publicações: CAPPELLI, 2013; EMMI, 2008; MAZINI, 2012.

Relativamente à capital gaúcha, Núncia Constantino teve o grande mérito de analisar através da sua tese de doutorado, que se tornou um livro em 1991, a formação, a organização e a construção de uma identidade dentro da coletividade italiana em Porto Alegre. Como se evidencia no texto, se é verdade que a imigração urbana se fortaleceu graças às migrações internas daqueles colonos que entraram no país através da colonização oficial, depois de terem passado um tempo nas colônias de povoamento, não podemos esquecer que existiu um número elevado de imigrantes “espontâneos”, que, desde a primeira metade do século XIX, chegaram diretamente da península, ou de países confinantes da América Latina, em particular dos vizinhos Uruguai e Argentina. Esse segundo grupo se caracterizava pela sua heterogeneidade social, que evidenciava dialetos, usos e costumes diversos, em função da proveniência regional diferenciada (CONSTANTINO, 1991).

Por isso, podemos afirmar que a data de 1875, escolhida em relação ao processo de colonização agrícola como o início oficial da imigração italiana no Brasil, é enganosa se consideramos que existe uma imigração urbana precoce, que não somente em Porto Alegre, capital da então província de São Pedro, consolidou-se já na primeira metade do século XIX, para se ampliar e diversificar nos anos sucessivos, até o período da assim chamada “grande imigração”. É oportuno ressaltar a participação de italianos na Revolução Farroupilha, que, além de consolidar o mito do maior herói nacional italiano, Giuseppe Garibaldi, ao mesmo tempo permitiu o deslocamento de um bom número de peninsulares, exilados políticos residentes no Rio de Janeiro, onde existia uma *Congrega mazziniana*, para as cidades gaúchas e principalmente Porto Alegre. Outros chegaram às cidades gaúchas vindos do Sul, depois de terem se alistado na *Legião Garibaldina* que participou nas lutas pela independência do Uruguai (BARROS FILHO; SEELING; BOJUNGA, 2007).

A mesma capital representava uma meta atrativa por ser o principal centro comercial da província, pois estava localizada na confluência de cinco rios navegáveis que atravessavam todo o território do Rio Grande do Sul. Já a partir de 1840, encontramos na imprensa anúncios de estabelecimentos comerciais e de óbitos. Também outros estudos sobre os registros paroquiais em Porto Alegre permitiram demonstrar a existência de uma coletividade permanente de italianos, que, em 1850, contava com pelo menos 41 famílias. O número cresceu bastante nos anos seguintes, até porque a guerra contra o Paraguai favoreceu o comércio da cidade com um estímulo à sua produção, e o surgimento de novas indústrias e também alimentou uma fase de modernização urbana sem precedentes (CONSTANTINO, 2007, p. 406).

Mapa de Porto Alegre em 1840



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Centro_Hist%C3%B3rico_de_Porto_Alegre#mediaviewer/File:Porto-alegre-1840.jpg.

Já por volta de 1870, notamos indivíduos italianos, em especial em Porto Alegre, que se distinguiram nas artes e nos vários tipos de comércio. Ainda estamos em uma fase anterior à “grande imigração”, quando a presença italiana era pequena se comparada com aquela dos alemães, chegados ao Rio Grande do sul a partir da década de 20 do século XIX. Mas esse grupo italiano começava a se agregar e a se tornar uma comunidade bem entrelaçada por laços afetivos, tanto que seus elementos se ligavam por compadrio (CONSTANTINO, 1988). Entre eles, a maioria era composta de comerciantes e artesãos. Um recente estudo nosso sobre marmoristas que provinham da Itália quer evidenciar uma presença precoce de mão de obra qualificada nas cidades sul-americanas que podiam oferecer oportunidades também fora dos grandes fluxos migratórios de camponeses (DE RUGGIERO, 2014). Muitas vezes, a partir dessas vanguardas urbanas que estabeleceram *enclaves* comerciais, criaram-se as primeiras condições para construir campos sociais que ligavam o país de origem com aquele de destino. Utilizando a categoria do “transnacionalismo”, a historiadora italiana Paola Corti ressaltou a existência, já desde as mais antigas imigrações italianas, do recurso a ligações sociais que possuíam uma extensão espacial independentemente

das restrições impostas pelas barreiras político-institucionais (CORTI, 2009). A partir desses pioneiros nos contextos urbanos, criaram-se formas de comunicação que facilitaram o surgimento de redes empresariais nas localidades de destino, mantendo sempre um vínculo “transnacional” com a sede de partida originária. Não por acaso, nos anos seguintes muitos italianos se afirmaram no comércio “étnico” de produtos e gêneros alimentícios nativos, bem como estabeleceram casas de despachos e importadoras de vários produtos originários da península.

Muitos deles foram fundadores, em 1877, da primeira sociedade italiana de Porto Alegre, a *Vittorio Emanuele II*, que, com Garibaldi como presidente honorário, era uma associação formada por elementos de destaque nas atividades urbanas. Os inscritos eram prevalentemente comerciantes, profissionais liberais e artesãos que manifestavam uma consciência política “nacional”, possuíam certa formação cultural e aplaudiam a Unificação Italiana, deixando de lado o excessivo regionalismo, ao contrário do que ocorreu nos sucessivos fluxos migratórios. Passaram-se alguns anos até que se formassem novas agregações solidárias, esportivas ou recreativas, que aumentavam no mesmo ritmo em que crescia o número de italianos nas cidades, alimentando também divisões e dissensos internos na comunidade (CONSTANTINO, 2002).

**Sede da *Società Italiana di Mutuo Soccorso “Vittorio Emanuele II”*
(construída em 1904 em Porto Alegre)**



Fonte: *Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud: 1875-1925*. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 2000. v. I, p. 366.

Relativamente ao período da virada do século XIX para o século XX, quando o ingresso de italianos em Porto Alegre aumentou sensivelmente, já foram esclarecidas muito bem as dinâmicas que acompanharam uma forte imigração calabresa no centro urbano. Estes italianos *meridionais* não conheceram a atividade rural, mas se direcionaram diretamente para as cidades. Em particular, o grupo maior e que mais do que todos caracterizou a identidade da coletividade italiana em Porto Alegre é o de Morano Calabro, pequeno centro de montanha perto da cidade de Cosenza. Os *moraneses* ocuparam o bairro “Cidade Baixa”, que era definido como “o bairro italiano”, e abriram atividades na Rua dos Andradas, a principal artéria comercial da cidade. No começo do século XX era, sem dúvida, o grupo maior, que começava a assumir uma liderança forte dentro da colônia italiana sempre mais marcada por regionalismos e divisões internas. A categoria crescia progressivamente graças às cadeias migratórias e às dinâmicas de acolhimento de parentes e amigos. Ao lado deles, que eram vendedores ambulantes, revendedores de frutas, pequenos comerciantes, sapateiros, barbeiros, médicos e farmacêuticos, como afirmava o cônsul De Velutiis, havia também um bom número “de operários, pequenos comerciantes e industriais oriundos da Toscana, em especial de Lucca, da Romanha, e de algumas províncias meridionais, como Salerno, Avellino e Potenza” (DE VELUTIIS *apud* CONSTANTINO, 1991, p. 68-69). O jornalista italiano Alfredo Cusano, em visita ao Rio Grande do Sul em 1920, registrava a presença de cerca 30 mil italianos em Porto Alegre, compreendendo também os descendentes, entre os quais havia um bom número de pequenos, mas “abastados” comerciantes e industriais, muitos artesãos e operários, e poucos profissionais liberais. Dentre esse último grupo se distinguiam alguns médicos e advogados, mas principalmente muitos arquitetos-constructores. Ressaltava-se a importância do *Istituto Italo-Brasileiro Dante Alighieri*, uma escola italiana dirigida por professores da península. Impressionava também a presença de oito associações que, apesar de cumprirem uma “obra verdadeiramente patriótica”, não conseguiam eliminar as pequenas rivalidades oriundas das diferenças ideológicas e, sobretudo, regionais dos vários núcleos de italianos que animavam tais agregações (CUSANO, 1920, p. 68-72).

O desafio do nosso grupo de pesquisa, orientado por anos pela professora Núncia, foi justamente aquele de identificar a presença, as dinâmicas de inserção e às vezes de conflito entre os italianos provenientes das diferentes regiões da península. Essa diferença na época da grande imigração tinha uma relevância consistente se pensamos nos regionalismos fortíssimos de

um país que, recém-unificado, possuía uma administração estadual centralizada, mas ainda não tinha se tornado uma nação compacta. Nesse sentido, foram incentivados nos últimos anos estudos específicos como, por exemplo, o de Leonardo Conedera sobre os sicilianos que, originários na maioria do vilarejo de Leonforte, e até hoje esquecidos no contexto de Porto Alegre, tornaram-se um grupo étnico coeso na capital. A maior parte deles dedicou-se ao comércio e, preferencialmente, possuía empreendimentos de pequeno e médio porte, como tavernas, cafeterias, açougues, alfaiatarias, sapatarias, armazéns, entre outros. Os sicilianos foram capazes de fortalecer redes parentais ou de conterrâneos, verdadeiras cadeias migratórias. Era comum o imigrante que alcançava êxito na terra de adoção auxiliar na vinda de parentes e amigos que na ilha italiana estivessem dispostos a emigrar. Por isso, muitas famílias que saíram da Sicília para a capital gaúcha apontaram Leonforte como *paese*² de origem (CONEDERA, 2012).

Também nossa tese de doutorado sobre os toscanos presentes no Brasil no período da grande imigração demonstrou a especificidade de um grupo de *lucchese*s, que, como muitos meridionais, escolheram os contextos urbanos para se empregar no comércio e no artesanato. É interessante ver como expoentes desse núcleo numericamente modesto, mas socialmente influente, fundaram, em 1899, um círculo próprio chamado “*Unione Lucchesi*”, também em Porto Alegre. A maioria dos associados era de comerciantes que praticavam atividades “transnacionais”, como a venda de produtos étnicos alimentícios diretamente importados da região de origem. Não faltavam alfaiates, que vendiam tecidos importados e difundiam a moda e os cortes da roupa europeia. Enfim, um bom número entre eles se dedicava às atividades qualificadas artesanais no setor do trabalho da pedra e, em particular, do mármore de Carrara, que se tornou um produto muito ambicionado pela crescente elite burguesa da capital e das principais cidades gaúchas, na virada do século (DE RUGGIERO, 2014).

Se o quadro relativo à capital progressivamente vai se completando, graças também aos estudos de Stella Borges, Rosemary Fritsch Brum, Renato Menegotto (BORGES, 1993; BRUM, 2003; MENEGOTTO, 2011), com novas pesquisas sobre o aspecto da inserção social; com análises que incluem também as ocupações mais qualificadas, como os profissionais de arquitetura que “estabeleceram relações de cunho arquitetônico com a

² Em italiano a palavra *paese* refere-se a pequenas cidades ou vilarejos menores.

produção ocorrida em cidades italianas na mesma época” (MENEGOTTO, 2014, p. 91); com a inserção de homens e mulheres italianos no mercado urbano, até em períodos menos estudados, como o segundo pós-guerra³, muito ainda temos que fazer para estudar a composição social e as dinâmicas migratórias dos centros urbanos menores que, longínquos da capital, receberam uma imigração italiana não necessariamente relacionada com o êxodo interno das colônias agrícolas para a cidade e se tornaram palco de um fenômeno de imigração espontânea que transformou rapidamente o quadro social desses territórios.

Antonio Franceschini, em 1908, calculava um número aproximado de 18 mil italianos presentes só nas cidades do Rio Grande do Sul em 1893. Com a necessária prudência na consideração desses números, podemos apresentar uma listagem que, apesar de ser muito aproximada, considerando também a dificuldade no registro, fornece uma ideia dessa presença distribuída nos diferentes municípios (FRANCESCHINI *apud* CONSTANTINO, 2008, p. 56):

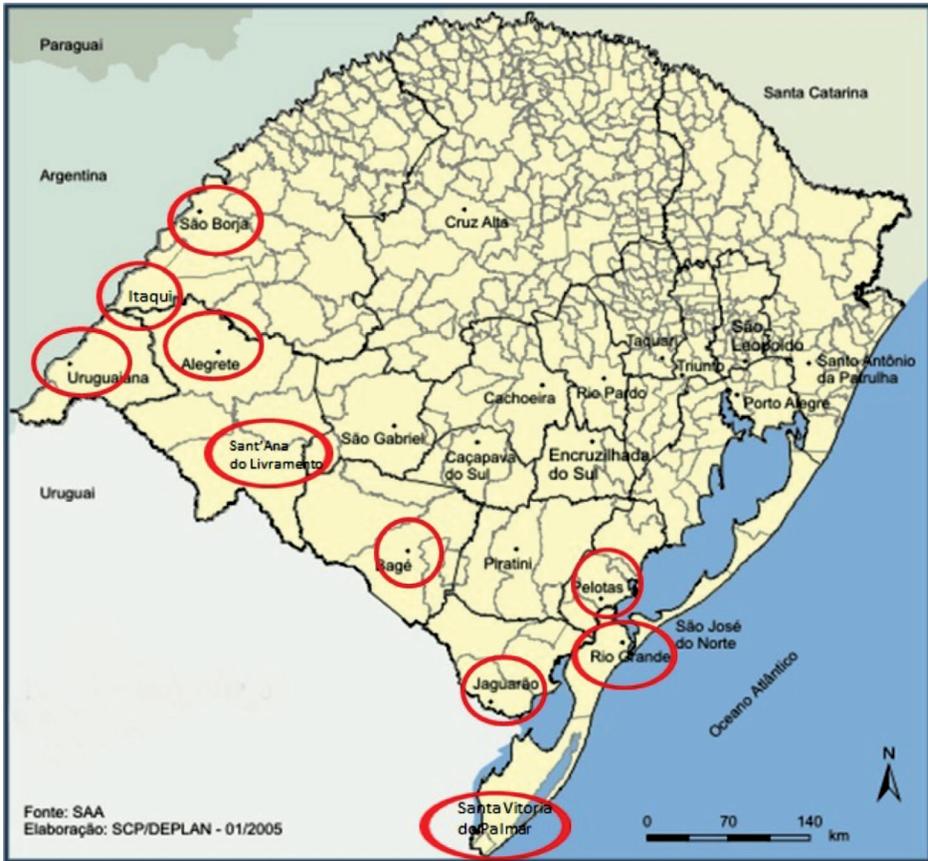
Município	Nº de italianos
Porto Alegre	6.000
Pelotas	5.000
Rio Grande	600
Bagé	1.000
D. Pedrito	200
São Gabriel	100
Livramento	100
Uruguaiana	300
Alegrete	200
São Borja	300
Itaqui	300
Cruz Alta	250
Cachoeira	400
Encruzilhada	1.000
Santo Antônio da Patrulha	800

³ Recordamos o trabalho de Esigelda Charão, que está escrevendo uma dissertação de Mestrado utilizando as ricas fontes conservadas no Laboratório de Pesquisa em História Oral (LAPHO) da PUCRS.

Também o cônsul italiano Brichanteau, em 1893, destacava em seu relatório que existia uma emigração espontânea de súditos italianos provenientes de várias províncias, em numerosos núcleos urbanos, evidenciando o fato de poucos trabalharem para patrões e esboçando um esquema de divisão social e de categorização entre eles: 1) um número limitadíssimo de grandes comerciantes abastados, “magnatas da colônia” que exerciam a presidência das principais sociedades italianas e proporcionavam trabalho a um número considerável de vendedores ambulantes; 2) esses vendedores ambulantes se reabasteciam nas principais casas comerciais urbanas e trabalhavam carregando baús cheios de mercadoria para vender na campanha antes de retornarem à cidade. Eram chamados de *mascates* e, se em alguns casos foram protagonistas de uma imigração temporária, a maioria deles transformou-se em pequenos negociantes; 3) outra classe analisada é a dos artistas, como professores de música e de canto, que “frequentemente fazem ótimos negócios” nos centros urbanos, onde se começava a desenvolver um gosto pelas representações artísticas e culturais europeias; 4) a última categoria era constituída por artesãos em número considerável: marmoristas, alfaiates, sapateiros, ferreiros, pedreiros, além dos jardineiros, camareiros de hotel, músicos ambulantes, etc. (BRICHANTEAU *apud* CONSTANTINO, 2008, p. 110).

Essas considerações de caráter quantitativo e qualitativo por parte das autoridades italianas que começaram a demonstrar um interesse até então quase inexistente, também pelos “colonos urbanos” cujo número aumentava proporcionalmente em paralelo aos processos de colonização agrícola, justificam, em nossa opinião, a necessidade de novos estudos e investigações acerca do fenômeno. Observando através dos dados da tabela, ainda mais interessante se torna a análise de como também as cidades das regiões fronteiriças acolhiam imigrantes italianos.

Presença de italianos na fronteira desde a segunda metade do século XIX



Fonte: <http://2.bp.blogspot.com/—TYEx2y0Xbw/UzXP3HgctI/AAAAAAAA-gEE/OidrPRzVdz0/s1600/mapars.gif> (imagem elaborada pelo autor).

Os estudos de Sergio da Costa Franco ressaltaram uma evidência de elementos italianos que controlavam a navegação interna e o comércio de cabotagem nas regiões fronteiriças com o Uruguai, já há muito tempo. Isso explicaria por que as primeiras sociedades italianas do Estado nasceram naquelas localidades que erroneamente são consideradas periféricas em relação à imigração de italianos. A existência de associações étnicas ativas nas cidades do Rio Grande do Sul, já a partir da década de 70, ajuda-nos muito a compreender a presença desses elementos italianos, que se distinguiu bem antes da consolidação da imigração de massa no Estado mais meridional do Brasil. Por exemplo, a mais antiga do Estado, a *Società Italiana di Mutuo Soc-*

corso Beneficienza nasceu em Bagé em 1870; depois, em Pelotas, a *Unione e Filantropia* (1873); em Sant’Ana do Livramento, a *Società Italiana di Mutuo Soccorso “Giuseppe Garibaldi”* (1873); em Uruguaiana, a *Società Unione e Beneficienza* (1879); a *Società Benevolenza*, em Santa Victoria do Palmar, em 1880; três anos mais tarde foi inaugurada em Alegrete a *Società di Mutuo Soccorso Unione Italiana* (CINQUANTENARIO, 1925, p. 364-397). No mesmo período, associações menores se encontravam também nas cidades de Quaraí e Jaguarão. Muitas outras nasceram nos anos posteriores nas demais cidades do Estado, quando os fluxos migratórios se tornaram intensos.

O aspecto talvez mais interessante para compreender esse tipo de migrações está em um relatório que o cônsul italiano Pasquale Corte compilou em 1884. O diplomata lembrava que, depois de ter favorecido a introdução de 100 mil colonos italianos no Rio Grande do Sul com uma propaganda dirigida aos centros agrícolas do Vêneto e da Lombardia, o empreiteiro Serpa Pinto, contratado pelo governo brasileiro, voltou-se, em 1874 e 1875, também para Montevidéu e Buenos Aires, onde havia uma forte crise econômica e comercial, para atrair com menor despesa os imigrantes italianos. Pasquale Corte era, na época, cônsul em Montevidéu e se lembrava de ter expedido milhares de passaportes para imigrantes italianos residentes em Montevidéu e Buenos Aires seguirem para o Brasil e, em especial, para o Estado do Rio Grande do Sul. O livro de registro de entrada de estrangeiros, entre 1877 e 1880, também confirma o deslocamento de imigrantes meridionais provenientes das cidades do Prata (CONSTANTINO, 2008, p. 59-60). Esses, que em muitos casos não eram agricultores, “mostraram-se inábeis ao desmatamento e à cultura dos campos, (e) acabaram dispersando-se pelas vilas e cidades do interior [...]. Assim tiveram origem os primeiros núcleos de alguma importância em Porto Alegre, Pelotas, Bagé, Rio Grande” (CORTE *apud* CONSTANTINO, 2008, p. 60).

A região fronteira rio-grandense, infelizmente ainda pouco estudada, em suma, apresenta características peculiares em relação ao fenômeno clássico de imigração urbana nos demais Estados brasileiros. Nesses lugares se verificou uma presença europeia e principalmente italiana que começou antes de 1875, atraída pelas relações comerciais, que, na fronteira, apresentavam sempre condições privilegiadas. Os artesãos, em particular, podiam encontrar amplas possibilidades de inserção dentro de comunidades enriquecidas através da pecuária ou com a indústria do charque, mas onde, ao mesmo tempo, faltavam quase todos os produtos. Na frente deste rápido

processo de urbanização, a procura de bens de consumo aumentou (FRANCO, 1975, p. 11). Uma recente tese de doutorado de Marcia Solange Volkmer, focada sobre os franceses que ocuparam a fronteira oeste do Estado, mostra a existência de imigrantes europeus na região entre Brasil e Argentina nos anos de nosso interesse. Essa população se tornava a intermediária econômica dos fluxos entre os dois países, em um período de grande desenvolvimento comercial na região inteira. Entre eles era abundante a quantidade de italianos presentes nas três vilas analisadas, ou seja, Uruguaiana, Itaquí e São Borja (VOLKMER, 2013).

Em Itaquí, principalmente, os italianos chegavam a ser quase 40% dos estrangeiros presentes. Nesse pequeno centro, que podia se beneficiar de um porto fluvial muito ativo e movimentado e que favorecia o tráfego comercial do Rio Grande do Sul para a Argentina, um núcleo de compatriotas conseguiu construir enorme fortuna⁴. A maior parte deles, no entanto, desfrutava de “ótimas condições econômicas”, e desde os primeiros anos do século XX a comunidade italiana tinha como ponto de referência associativo a *Società Italiana di Mutuo Soccorso Itaquiese*. Essa associação era considerada uma das mais ricas em todo o Estado e, além de possuir como sede um elegante e caro edifício, tinha como anexo uma capela privada que podia acolher os próprios associados (CUSANO, 1920, p. 90).

O mesmo se podia dizer de Uruguaiana, cidadezinha localizada na margem esquerda do Rio Uruguay, onde a colônia italiana era uma das mais antigas e numerosas do Estado e tinha sabido se beneficiar das ricas possibilidades comerciais locais já a partir da segunda metade do século XIX. Dessa forma, já em 1879 foi criada a *Società Italiana Unione e Beneficenza*, em um belo palacete que se diferenciava pelo estilo arquitetônico elegante, no centro dessa cidade “*molto graziosa*” (CUSANO, 1920, p. 89). Também na vizinha Alegrete, as “poucas centenas de italianos” presentes deram vida a uma associação de socorro mútuo.

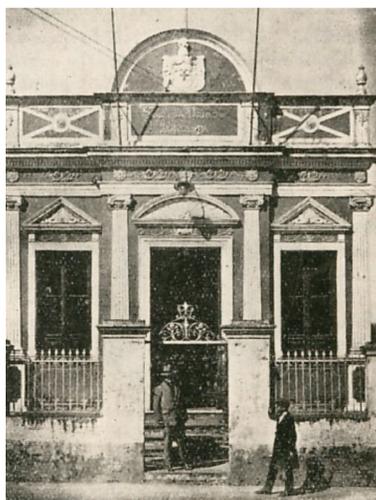
⁴ Alfredo Cusano fala, em 1920, de alguns italianos que, iniciando no comércio, tinham se tornado milionários, como Attilio Mondadori, Salvatore De Grazia e Andrea e Bernardo Schenini.

Edifício da Società “*Unione e Beneficienza*” de Uruguayana



Fonte: *Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud: 1875-1925*. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 2000. v. I, p. 388.

Edifício da Società “*Unione Italiana*” de Alegrete



Fonte: *Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud: 1875-1925*. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 2000. v. I, p. 384.

Na fronteira com o Uruguai, não podemos esquecer o centro de Bagé, onde foi erguida a primeira associação italiana do Estado, em 1870. Com uma sede própria e uma escola anexa, a *Società Italiana di Mutuo Soccorso Beneficienza* manteve sempre um número elevado de inscritos. Já em 1877, a cidade obteve uma agência consular italiana para atender a ampla região da fronteira.

Dentro do núcleo italiano se distinguíam, desde o início do século XIX, os irmãos Nocchi, toscanos de Pisa, com uma grande casa de importação e exportação direta com a Itália (CINQUANTENARIO, 1925, v. II, p. 282).

Interessante é também o centro de Sant'Ana do Livramento, que registrou um número significativo de comerciantes italianos, vindos principalmente da Ligúria, mas também de Salerno, que chegaram à América bem antes do início da colonização no RS e tiveram como porto de entrada as cidades de Buenos Aires e Montevideu (CAGGIANI, 1991). Nos anos vinte do século seguinte, contavam-se cerca de 1 mil italianos entre os 11 mil habitantes do núcleo urbano. Nas palavras de Cusano, essa comunidade era economicamente muito florida, em função da sua presença antiga e pioneira dentro do Estado, que permitiu, desde o início, o desenvolvimento de pequenas atividades comerciais e industriais. Antiga era também a *Società Italiana* de Socorro Mútuo, intitulada com o nome do herói dos dois mundos, Giuseppe Garibaldi (CUSANO, 1920, p. 85).

Em Santa Vitória do Palmar, município localizado ao extremo sul do Estado, próximo ao Chuí, cidade fronteiriça com o Uruguai, existia um grupo de peninsulares originários, em grande parte, do Sul da Itália. Anselmo Amaral aponta que 50% da atual população da cidade são de origem italiana. Em 1869, chegou a Santa Vitória do Palmar o pioneiro calabrés Antonio Rotta, que se estabeleceu com um comércio próprio na cidade e deu início a uma cadeia de contrerrâneos calabreses. As décadas de 1870 e 1890 representaram o período de maior mobilidade de italianos no município. A grande maioria dos pioneiros que chegaram ao local eram calabreses que se deslocaram inicialmente para Montevideu ou Rio Grande e “fizeram a América” começando como mascates (AMARAL, 2006, p. 131-139). A maioria desse núcleo provinha do *comune* de Pedace, na província de Cosenza. Outras famílias eram oriundas do vilarejo vizinho de Maione, no *comune* de Grimaldi. Do *Mezzogiorno*⁵ ainda havia a presença de originários da Campania (províncias de Avellino e Salerno) e Basilicata. Da Itália setentrional, havia indivíduos naturais da Ligúria e da Lombardia. A maioria dedicava-se ao comércio, embora alguns exercessem atividades artesanais, como carpinteiros, alfaiates ou mecânicos, na assim chamada “Quadra dos Italianos”, ou seja, um bairro étnico que hoje em dia, na verdade, perdeu totalmente os aspectos peculiares de bairro italiano (BORGES, 2010, p. 1.060-1.064).

⁵ Com a expressão italiana *Mezzogiorno* se indicam as regiões geográficas meridionais da península.

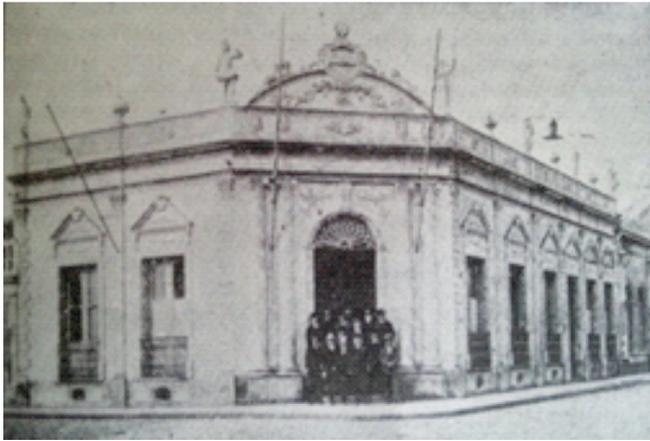
Além dessas cidades fronteiriças, Rio Grande também recebeu italianos. Nesse porto marítimo já há registro de um núcleo de peninsulares na primeira metade do século XIX. Em 1867, surgiu uma agência consular, que se tornou Consulado em 1871. Em 1884, foi fundada a *Società Mutua Cooperazione* por comerciantes e proprietários de fábricas (ZAMBERLAN; CORSO; PINTO, 2012). A sociedade congregava representantes de antigas famílias radicadas na cidade, em grande parte originárias do Sul da Itália, como, por exemplo, a de Raffaele Anselmi, pioneiro originário da província de Cosenza, que conseguiu construir uma grande fortuna industrial. A mesma coisa pode-se dizer do lígure Santo Becchi, o qual fundou, em 1894, a “Cia de Tecelagem Ítalo-Brasileira”, que, com sede em Gênova, empregava em Rio Grande 700 operários e 15 administradores, dos quais muitos conterrâneos (CINQUANTENARIO, 1925, v. II, p. 317). Em 1920, Cusano destacava a sólida presença de aproximadamente 3.500 italianos, muitos dos quais, diferentemente dos demais municípios gaúchos, trabalhavam como operários nos estabelecimentos industriais. Pela própria condição portuária, a cidade favoreceu a inserção de um bom número de comerciantes que exportavam e importavam diretamente da Itália, como Raffaele Marsiglia, que em poucos anos construiu uma notável fortuna econômica (CUSANO, 1920, p. 77). Os dois círculos mais destacados eram a *Società Italiana Mutua Cooperazione*, de 1884, e a *Società Gioacchino Rossini*, que, em 1890, com a sua banda resgatava a importância cultural da música italiana em todo o Rio Grande do Sul.

Edifício da *Società Benevolenza* de Santa Vitória do Palmar



Fonte: *Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud: 1875-1925*. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 2000. v. I, p. 387.

Edifício da *Società Italiana Mutua Cooperazione* de Rio Grande



Fonte: *Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud: 1875-1925*. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 2000. v. I, p. 385.

Outra cidade rio-grandense que precisa ser destacada é Pelotas. Esse centro urbano também apresentava uma sociedade cosmopolita, como a capital do Estado. Especialmente a partir do início do século XIX, a presença de estrangeiros começou a ganhar números mais significativos. Durante o século XIX, Pelotas era um município forte do ponto de vista econômico pela produção e comercialização do charque. A cidade também tinha acesso ao mundo através do seu porto, que a interligava com Rio de Janeiro, Bahia, Argentina, Uruguai, Estados Unidos e Europa (ANJOS, 1996, p. 36). Registrava uma imigração que se destinava para as colônias criadas nas áreas rurais e outra espontânea, que se fixava no meio urbano na metade do século XIX.

Dentre os imigrantes que passaram a integrar a sociedade pelotense, os italianos destacavam-se em segundo lugar em termos quantitativos, estando em primeiro lugar os portugueses. O elemento italiano, além de se salientar quantitativamente nos números da população, também tinha um destaque no setor comercial da cidade. No recenseamento urbano do ano de 1899, evidenciam-se 352 estabelecimentos de peninsulares no perímetro urbano dentre um total de 1.909. Isto é, no final do século XIX, os italianos detinham, aproximadamente, 18 % dos estabelecimentos comerciais do município, com um destaque na atividade hoteleira a partir da metade do século XIX (ANJOS, 1996, p. 83-85). Não faltavam os profissionais liberais, como os alfaiates, barbeiros, carpinteiros, ferreiros, organizados em inúmeras as-

sociedades, como o *Circolo Garibaldi*, *Società 20 Settembre*, *Società Cristoforo Colombo*, *Corale Italiana*, *Corale Savoia*, *Filodrammatica Dante Alighieri*, *Banda Bellini*, e também a segunda sociedade italiana mais antiga do RS, denominada *Unione e Filantropia* (CINQUANTENARIO, 1925, v. II, p. 287-306).

Além de profissionais técnicos, também registramos a existência de arquitetos peninsulares, que se destacaram aplicando o próprio conhecimento para a construção dos prédios da cidade, utilizando as técnicas construtivas geralmente utilizadas na Itália (PERES, 2008). Não faltavam nomes de italianos também entre os profissionais mais qualificados, como marmoristas ou trabalhadores da pedra em geral, que, em um cenário envolvido em um movimento de rápida modernização e de grandes transformações, condicionaram não apenas o setor comercial, mas também a construção civil, a arquitetura e as artes, que seguiam os modelos europeus (DAMASCENO, 1971).

Edifício da *Società Unione e Filantropia* de Pelotas



Fonte: *Cinquantesenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud: 1875-1925*. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 2000. v. I, p. 392.

Em conclusão, acreditamos que existam todos os elementos para afirmar que o fenômeno migratório italiano nas cidades rio-grandenses, até nas mais periféricas no sentido geográfico e não diretamente influenciadas pela colonização agrícola planejada, teve uma relevância significativa e ainda muito pouco esclarecida pela historiografia. Diferentes fontes disponíveis podem nos ajudar a compreender melhor as características desses fluxos espontâneos, frequentemente internos às regiões do Cone Sul, direcionados

para territórios e cidades marginais àqueles privilegiados pela imigração de massa. Tais fluxos são, em grande parte, constituídos por correntes imigratórias oriundas de pequenas áreas da Itália, que estimulam uma experiência de mobilidade, relacionada principalmente à atividade dos pequenos comerciantes e dos artesãos, alcançando significativa contribuição à construção das modernas redes urbanas.

Por isso, achamos necessário, em perspectiva futura, continuar a estimular as pesquisas em âmbito acadêmico, para chegar a uma análise histórica que permita investigar sobre a mais remota presença desses imigrantes e compreender mais profundamente as causas, as dinâmicas, o funcionamento das redes sociais estabelecidas, que caracterizaram a inserção social de grupos, numérica e culturalmente expressivos, no desenvolvimento de inteiras regiões.

Referências

- AMARAL, Anselmo Francisco do. *Santa Vitória do Palmar. 150 anos*. Santa Vitória do Palmar: Liberal, 2006.
- ANJOS, Marcos Hallal dos. *Estrangeiros e modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX*. 127 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.
- BARROS FILHO, Omar; SEELING, Ricardo Vaz; BOJUNGA, Sylvia (Org.). *Os caminhos de Garibaldi na América*. Porto Alegre: Laser Press Comunicação, 2007.
- BORGES, Stella. Imigração italiana em região de fronteira: Dom Pedrito e Santa Vitória do Palmar. In: SULIANI, Antônio (Org.). *Etnias & carisma*, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. p. 1.057-1.065.
- _____. *Italianos: Porto Alegre e trabalho*. Porto Alegre: EST, 1993.
- BRAUDEL, Fernand. L'Italia fuori d'Italia: due secoli e tre Italie. In: *STORIA d'Italia*. Torino: Einaudi, 1974. v. II. p. 2.092-2.248.
- BRICHANTEAU, Edoardo dei Conti Compans de. *Console in Porto Alegre: Rapporti di R.R. Agenti diplomatici e consolari*. Roma: Ministero Affari Esteri, 1892.
- BRUM, Rosemary Fritsch. *Uma cidade que se conta: imigrantes italianos e narrativas no espaço social da cidade de Porto Alegre nos anos 20-30*. São Luis/MA: EDUFMA, 2009.
- CAGGIANI, Ivo. *100 anos de comércio: Sant'Ana do Livramento*. Sant'Ana do Livramento: Edigraf, 1991.
- CAPPELLI, Vittorio. "Immigrazione e urbanizzazione. La presenza degli italiani nelle "altre Americhe". *Passato e Presente*, n. 71, a. XXV, p. 21-44, (2007).

_____. *La "belle époque" italiana di Rio de Janeiro*. Volti e storie dell'emigrazione meridionale nella modernità carioca. Soveria Mannelli: Rubbettino, 2013.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CINQUANTENARIO della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud: 1875-1925. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 2000. v. I-II.

CONEDERA, Leonardo de Oliveira. *A imigração italiana no Pós-guerra em Porto Alegre: memórias, narrativas, identidades de sicilianos (1946-1976)*. 156 f. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. "A presença italiana no Uruguai e os italianos de Porto Alegre". *Hoy es Historia*, v. 29, p. 59-68, 1988.

_____. "Imigrantes italianos: partir, transitar, chegar". In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter (Org.). *História geral do Rio Grande do Sul*. República Velha (1889-1930). Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 3, p. 395-418.

_____. "Italiani a Porto Alegre: l'invenzione di un'identità". *Altretalia*, p. 76-88, luglio-dicembre 2002.

_____. *O italiano da esquina*. Imigrantes na sociedade porto-alegrense. Porto Alegre: EST, 1991.

_____. *O italiano da esquina*. Imigrantes meridionais na sociedade porto-alegrense. Porto Alegre: EST, 2008.

CORTE, Pasquale. *Le colonie agricole italiane nella Provincia di Rio Grande del Sud nel Brasile all'Esposizione Nazionale di Torino*. Montevideu: Nación, 1884.

CORTI, Paola. "Famiglie transnazionali". In: CORTI, Paola; SANFILIPPO, Matteo (Org.). *Migrazioni: Annali Storia d'Italia*, 24. Torino: Einaudi, 2009. p. 303-316.

CUSANO, Alfredo. *Il Paese dell'Avvenire*. Rio Grande do Sul. Roma, São Paulo, Buenos Aires: L'Italo-Sudamericana, 1920.

DAMASCENO, Athos. *Artes plásticas no Rio Grande do Sul (1755-1900)*. Porto Alegre: Globo, 1971.

DE RUGGIERO, Antonio. *Emigranti toscani nel Brasile meridionale (1875-1914)*. 272 f. Tese (Doutorado de pesquisa em studi storici per l'età moderna e contemporanea) – Università degli Studi di Firenze (UNIFI), Firenze, 2011.

_____. "Os empreendedores toscanos do mármore nas cidades brasileiras (1875-1914)". In: FAY, Claudia Musa; DE RUGGIERO, Antonio (Org.). *Imigrantes empreendedores na história do Brasil*. Estudos de casos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 75-90.

DE VELUTIIS, Francesco. *Console in Porto Alegre: Rapporti di R.R. Agenti diplomatici e consolari*. Roma: Ministero Affari Esteri, 1908.

- EMMI, Marília Ferreira. *Italianos na Amazônia (1870-1950): pioneirismo econômico e identidade*. Belém: UFPA, 2008.
- FRANCESCHINI, Antonio. *L'emigrazione italiana nell'America del Sud*. Roma: Forzani, 1908.
- FRANCO, Sérgio da Costa. “Imigração italiana na fronteira Rio-Grandense”. *Boletim da Biblioteca Pública do Estado*, Porto Alegre, n. 1, v. 2, 1975.
- MAZINI, Maria Izabel. *Nelle vie della città: os italianos no Rio de Janeiro (1870-1920)*. 215 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense (UFF), 2012.
- MENEGOTTO, Renato. *Cultura arquitetônica italiana na construção de residências em Porto Alegre: 1892-1930*. 295 f. Tese (Doutorado em História) – PPGH, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 2011.
- _____. “Habitação multifamiliar em Porto Alegre: anotações sobre obras de construtores italianos nos anos 1920”. In: FAY, Cláudia Musa; DE RUGGIERO, Antonio (Org.). *Imigrantes empreendedores na história do Brasil*. Estudos de casos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 91-113.
- PERES, Rosilena Martins. *Legado da tecnologia construtiva de imigrantes italianos ao patrimônio arquitetônico de Pelotas*. 300 f. Tese (Doutorado em Engenharia Civil) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2008.
- SEYFERTH, Giralda. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília, 1990.
- TRENTO, Angelo. “L’immagine di São Paulo come città italiana (1890-1920)”. In: GIORCELLI, Cristina; CATTARULLA, Camilla; SCACCHI, Anna (Org.). *Città reali e immaginarie del continente americano*. Roma: Associate, 1998. p. 557-570.
- VOLKMER, Marcia Solange. *Compatriotas franceses ocupam a fronteira: imigração e comércio na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul (segunda metade do século XIX)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2013.
- ZAMBERLAN, Jurandir; CORSO, Giovanni; PINTO, Raphael Colvara. *Passagem de Dom João Batista Scalabrini na cidade portuária de Rio Grande (1904): os relatos da imprensa*. Rio Grande: Solidus, 2012.

Os imigrantes na Santa Casa de Porto Alegre: as possibilidades de pesquisa no acervo do Centro Histórico-Cultural/CHC-ISCMPA (Sécs. XIX e XX)

*Véra Lucia Maciel Barroso**

A primeira Santa Casa do Rio Grande do Sul

A Santa Casa de Misericórdia é uma instituição de base portuguesa. A primeira foi fundada em Lisboa, no ano de 1498, por proposta da Rainha D. Leonor, esposa de D. João II, o Príncipe Perfeito. Mas a construção do hospital só foi concluída pelo Rei D. Manoel – o Venturoso – em 1502.

Do Oriente ao Ocidente, por onde os portugueses assentaram o seu Império, a partir da expansão marítima, Santas Casas foram sendo criadas pela monarquia. No Brasil, as primeiras Misericórdias foram as de Olinda (PE) e Santos (SP), já no século XVI. A partir destas, outras tantas foram sendo fundadas no território colonial português, conforme definição do Tratado de Tordesilhas (1494). Justifica-se, nesse contexto, a tardia criação da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, como as demais instaladas somente no século XIX, na Grande Amazônia, nos espaços do centro-oeste brasileiro e no Rio Grande do Sul, áreas inicialmente de domínio espanhol.

Após atribulada disputa “ demarcada por conflitos e tratados “ pelo território do Rio Grande de São Pedro, somente em 1801, através do Tratado de Badajós, é que a Capitania do extremo meridional foi efetivamente incorporada ao Brasil português. Assim, nessa conjuntura de acomodação territorial, em meio a uma fronteira viva, várias medidas estratégicas foram

*Dr^a em História/PUCRS. Historiadora do Centro Histórico-Cultural/Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (CHC/ISCMPA). Professora no Programa de Pós-Graduação em História e no curso de Especialização em História do Rio Grande do Sul, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Atua como Coordenadora do Núcleo de Estudos Teuto-Brasileiros – NETB, vinculado ao PPG-História, UNISINOS.

tomadas para consolidar a fixação lusa no espaço então há pouco reunido ao seio brasileiro.

Em meio a esse cenário descortinado foi que o Príncipe Regente D. João – depois D. João VI – acolheu como alvissareira a proposta de criação de uma Santa Casa na Ilha de Santa Catarina (Florianópolis), feita pelo Irmão Joaquim Francisco do Livramento – um ermitão que pregava a caridade em sua ilha. Inconformado com o que via no povoado “doentes sem cuidados, idosos desamparados, alienados mentais inquietando a população, crianças enjeitadas à porta de casa de uma família que tivesse melhores condições de criá-la e mortos sem o devido enterramento –, decidiu o Irmão Joaquim ir pessoalmente a Portugal encontrar-se com o monarca. Mas também definiu que verificaria a realidade dos pobres na Freguesia de Porto dos Casais, cuja população movimentava-se – “deixando o porto alegre”, animado pelos açorianos instalados no Rio Grande do Sul, a partir de 1752 –, sobretudo com o plantio e a exportação de trigo.

Chegando a Porto Alegre, Irmão Joaquim verificou que a população era atendida por pessoas de boa vontade e visão misericordiosa para com os necessitados. Conheceu o trabalho de dois personagens: o descendente de açoriano José Antônio da Silva – alcunhado “Nabos a doze” – e a negra liberta Angela, “a Reiuna”, ambos residentes nas imediações da Rua dos Pecados Mortais, atual Rua Bento Martins. Tanto um como outro acolhiam doentes em suas casas para cuidar deles, especialmente os marinheiros que chegavam ao porto da Freguesia. Conheceu também um albergue para doentes – uma espécie de enfermaria, aberta sob a liderança de José da Silva Flores e Luiz Antônio da Silva –, cuja manutenção dependia de esmolas da população porto-alegrense. Teria funcionado próximo ao largo “da Força”, atualmente área de uma praça em frente ao Gasômetro “um equipamento cultural que revitalizou a antiga Usina que fornecia luz para a cidade. Entretanto, os atendimentos prestados por benemerentes da sociedade local não atendiam às necessidades dos desamparados, nas diferentes mazelas a que se viam desafiados, em povoado cuja população estava em crescimento. No restante, o que havia na Capitania eram “hospitais militares” – verdadeiras enfermarias de campanha militar, que não atendiam os civis.

Em Porto Alegre, o Irmão Joaquim se aproximara das autoridades locais, que o fizeram seu representante junto à Corte, coincidindo com sua projetada intenção. Aliado a isso, já tivera sucesso com a criação de uma Santa Casa para a sua Ilha. Em 1802, seguiu para Lisboa, onde, em audiência com D. João, dele obteve o deferimento do pedido feito, conforme aviso

expedido, em 14 de maio de 1803, ao Governador da Capitania do Rio Grande do Sul, Paulo José da Silva Gama. Entretanto, coube à Câmara Municipal a iniciativa de tratar das providências para efetivar a fundação da Santa Casa de Porto Alegre, o que ocorreu em 19 de outubro de 1803, data oficial de aniversário, comemorado todos os anos pela comunidade institucional.

A construção do prédio do Hospital foi iniciada no ano seguinte, em 1804, sendo interrompida, anos depois, com a morte do mestre de obras português Francisco João Rócio. Com a perda do “risco” – planta –, a obra ficou paralisada, sendo retomada com a determinação da Irmandade, criada em 1814, cuja primeira diretoria assumiu em 1815, tendo o Marquês de Alegrete – Luiz Telles da Silva Caminha de Menezes, então Governador da Capitania “ como o seu primeiro Provedor.

Imagem 1 – Capela Senhor dos Passos e primeiras enfermarias do Pavilhão Centenário – estado da construção na década de 1830



Fonte: Pintura a óleo do acervo do Museu Júlio de Castilhos.

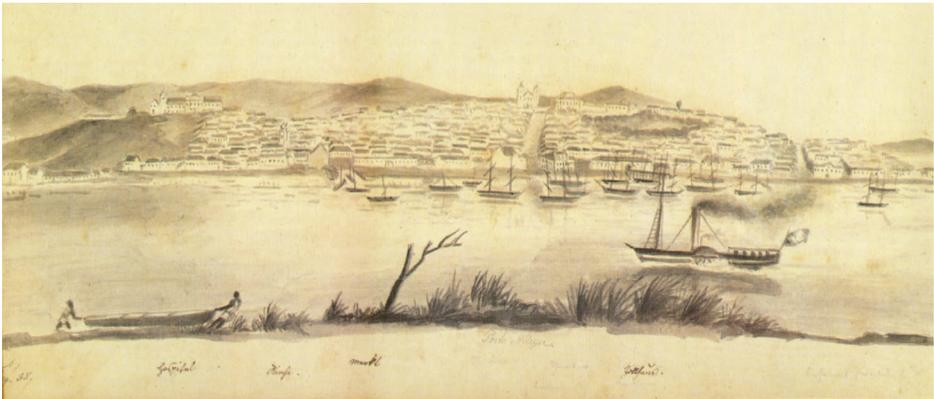
Reprodução: Acervo do CHC/ISCOMPA.

As duas primeiras enfermarias foram inauguradas em 1º de janeiro de 1826, pelo Presidente da Província, Visconde de São Leopoldo, então Provedor da Santa Casa. Mesmo antes do ato inaugural, elas já vinham recebendo pacientes “ provenientes do povoado ou que a ele chegavam como marujos ou em outra condição. O prédio, de feição portuguesa, um largo quadrilátero, com amplo jardim ao centro, para permitir boa aeração, só foi concluído no final da década de 1860. Conhecido originalmente como Pavilhão Centenário e, mais tarde, como Hospital Geral, por mais de cem anos era referido

como a Santa Casa de Porto Alegre. Sem dúvida, por esse longo período, o hospital da Misericórdia se circunscrevia somente a um prédio.¹

Nesse primeiro hospital do quarteirão, situado inicialmente extramuros da vila, todos os socorros eram dados à população: na doença, as primeiras enfermarias e as que lhes sucederam; na velhice, uma enfermaria para anciãos; na loucura, um asilo para alienados mentais; no abandono infantil, a roda dos enjeitados e a casa da roda; no atendimento espiritual aos condenados à forca (até sua extinção em 1840), o padre da Capela da Misericórdia; na morte, dois cemitérios: inicialmente, um para livres e outro para escravos – ambos nas proximidades da Capela do Senhor dos Passos –, que após foram fechados, com a proibição de necrópoles em meio ao povoado. A Santa Casa recebeu para administrar o cemitério extramuros, no alto da Azenha, atualmente o mais antigo cemitério de Porto Alegre.

Imagem 2 – A Santa Casa de Misericórdia e o povoado de Porto Alegre em 1852



Fonte: Aquarela de Herrmann Rudolf Wendroth. A Santa Casa está à esquerda, extramuros do povoado. Reprodução: Acervo do CHC/ISCOMPA.

Importa recompor essa trajetória, visto que, ao longo dos anos 1800, século dos primeiros tempos da Santa Casa, com suas múltiplas funções exer-

¹ Atualmente – 2014 – referir-se à Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre significa aludir ao amplo quarteirão (com seus sete hospitais) situado entre a Rua Annes Dias, a Av. Independência, as Ruas Sarmento Leite e Osvaldo Aranha (na sua faixa estreita), a Praça Argentina e a lateral da João Pessoa com o acesso ao Viaduto Loureiro da Silva. Em se tratando do Cemitério da Santa Casa, situado fora do quarteirão, no bairro da Azenha, na lateral direita da subida da Rua Prof. Oscar Pereira, no imaginário social, por vezes, alguns manifestam dúvidas sobre qual seria a necrópole da Misericórdia, visto ali existirem vários cemitérios separados por muros ou pelas ruas.

cidas em seu único prédio, nele ela recebeu centenas dos imigrantes que iam chegando à Província. O que a historiografia já demonstrou é que, na sua maioria, os imigrantes chegados ao Rio Grande do Sul não receberam a devida atenção dos governos provincial e imperial. Tiveram então que, por conta própria, ir atrás do que precisavam. A documentação do Arquivo da Santa Casa comprova que, se adoecidos ou falecidos em Porto Alegre, os imigrantes eram acolhidos pelo “manto da Misericórdia”.

A partir de 1824, muitos alemães foram chegando. Depois, um número significativo de italianos aportou na capital, seguidos por poloneses, russos, prussianos, húngaros, austríacos, suecos, suíços, espanhóis, portugueses e outros vindos da Europa especialmente. No rol dos pacientes da Santa Casa no século XIX e início do XX, essas origens, dentre outras, são identificadas.

Depois do acolhimento nas diferentes necessidades, em regra oferecido pela Santa Casa, é que os imigrantes tomavam o rumo das colônias de destino. Destaque-se que não poucos nela “residiram” por meses, ou seja, ficaram internados em suas enfermarias, até encontrar uma alternativa de saída, para então pedir alta.

Imagem 3 – Fachada da Capela Senhor dos Passos e do Pavilhão Centenário na década de 1920 – a chamada “Santa Casa” pela população até 1930



Fonte: Acervo do CHC/ISCOMPA.

Os registros dos atendimentos nas múltiplas frentes, são as fontes em que podem ser pesquisadas as informações sobre o cumprimento da missão da Santa Casa. A propósito, Herrera (1992, p. 117) adverte: “Os documentos de arquivo originam-se inevitavelmente para testemunhar qualquer atividade dentro do âmbito de ação de uma instituição.” Em outras palavras, aplicando-se essa afirmação à estrutura administrativa da Santa Casa de Porto Alegre, visível pelos organogramas representados ao longo do tempo, cotidianamente a Provedoria, as direções, as chefias, as irmãs franciscanas, os médicos, os enfermeiros e funcionários de diversos e diferentes departamentos e unidades “como as enfermarias, os ambulatórios, os consultórios e todos os setores de apoio à gestão” – escreveram sobre os atendimentos prestados, as dificuldades encontradas, os resultados positivos ou não de suas tarefas, as providências e condutas tomadas e tudo mais que se vincula ao processo de gerenciamento de uma Instituição.

Prontamente, do imaginário não só dos pesquisadores, mas dos que vêm conduzindo a Santa Casa, especialmente nas três últimas décadas, uma curiosidade tem orientado uma pergunta, não poucas vezes escutada: teria a Misericórdia de Porto Alegre guardado e conservado seus documentos, “seus papéis” produzidos no cotidiano de sua trajetória? A resposta é positiva, parcialmente. Várias séries documentais² do século XIX e do início do XX foram mantidas. Entretanto, sabe-se que outras tantas foram descartadas, infelizmente “o que não é novidade em qualquer meio. Na verdade, a cultura que paira em nossa sociedade e que assombra os pesquisadores é a de que nem tudo se guarda. Ou se ouvem comentários como “de vez em quando é preciso dar espaço para os documentos que estão chegando”, “os velhos podem ser eliminados” “lamentavelmente nem sempre poucos.

O Arquivo do Centro Histórico-Cultural Santa Casa

É correto afirmar que a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre é patrimônio da cidade e do Estado. Ela é um bem do passado do Rio Grande do Sul e da sua capital, e tudo deve ser feito para conservá-lo. E razões para tanto não faltam.

² Série documental é o conjunto de documentos resultante do exercício de uma mesma competência, função ou atividade, documentos estes que têm idêntico modo de produção, tramitação e resolução. Ex: Série Correspondência, Série Relatório, Série Ata, etc. Cf. BERNARDES, 1998, p. 46.

Eis que a Misericórdia de Porto Alegre abriga uma parcela de evidências documentais, em vários suportes, reveladoras da história e da cultura do Rio Grande do Sul. O exame dos seus acervos arquivístico e museológico (incluindo-se o Cemitério – um museu a céu aberto) demonstra que é impossível recompor a história de Porto Alegre e a do Rio Grande do Sul sem passar pelo mais antigo hospital em funcionamento no Estado, que é a Santa Casa de Porto Alegre. Na verdade, sua história se confunde com a história de Porto Alegre e com a do Estado. Os seus vínculos são muito estreitos, a contar do século XIX – a ponto de afirmar-se que todas as famílias do Rio Grande do Sul podem dizer que tiveram um familiar, um amigo ou conhecido buscando os serviços da Santa Casa, ao longo de sua trajetória –, o que comprova a sua condição de patrimônio da sociedade gaúcha.

Diante dessa constatação, na verdade, o que fez a Santa Casa ao manter alguns vestígios do seu desempenho de responsabilidade social, ao longo de mais de 200 anos de atuação, foi conservar um acervo que é da sociedade que por ela foi atendida. Assumiu, assim, a antiga Misericórdia de Porto Alegre outro papel, qual seja: o de guardiã da memória coletiva da cidade e do Estado.

O Arquivo Central da Santa Casa foi criado em 1926. Entretanto, a sua organização, balizada por princípios arquivísticos, através da atuação de uma equipe de profissionais da Arquivologia, da História e da Conservação de documentos em suporte de papel, é de junho de 1986.

Localizados no subsolo do Pavilhão Cristo Redentor, em meio a canos de águas limpas e servidas do Laboratório Central, visíveis em seu teto, muitos documentos foram identificados no ano de 1986 em situação precaríssima: sujos, molhados, mofados e com fungos. Após sua higienização e salvamento, a Comissão de Apoio Técnico da Provedoria abriu espaço no coração da Instituição “exatamente em área do antigo Pavilhão Centenário, onde uma ampla área passou a oferecer adequadas possibilidades de atuação”, permitindo à equipe contratada cumprir as três funções de um arquivo: recolher, conservar/organizar e servir/disponibilizar. Reencontravam-se, então, em 1987, as fontes com a sua abastecedora – a estrutura administrativa situada no quadrilátero (formato do Pavilhão Centenário), que cotidianamente gerava documentos, registrando a revitalização institucional após uma larga e profunda crise, sem precedentes, que a antiga Misericórdia atravessou. Portanto, a partir de então, o Arquivo, que passara a denominar-se Centro de Documentação e Pesquisa (CEDOP), custodiaria não só os documentos preservados do século XIX até meados do XX, como também os de produção

recente. Tratava-se de uma postura inovadora, dirigida pela perspectiva da história do tempo recente “ um ganho, sem dúvida, para a manutenção da memória institucional. E mais: a Provedoria e a Direção Geral, com aprovação da Mesa Administrativa, criaram oficialmente, em 1987, o Centro Histórico-Cultural da Instituição, para viabilizar o acesso a recursos de Leis de Incentivo à Cultura, estaduais e federais.

Para chegar a esse entendimento e compreensão, sem cessar, a equipe multidisciplinar do CEDOP muito estudou e debateu para definir o rumo do trabalho com o acervo arquivístico da Santa Casa. O conceito de arquivo adotado foi o balizado pela arquivista Daíse Aparecida Oliveira (1991, p. 120). Diz ela que o arquivo

[...] é um ou mais conjuntos de documentos, de qualquer época, forma e suporte material, acumulados em processo natural, por uma instituição pública ou privada no decurso de sua gestão, conservados respeitando a ordem natural, para servir de testemunho e informação para a pessoa ou instituição que os produziu, para os cidadãos ou para servir de fonte de história.

Trabalhando com afinco, o CEDOP – denominação ainda vigente até a década das comemorações dos 200 anos da Santa Casa (festejados efusivamente em 2003) “ passou gradativamente a ser denominado de Centro Histórico-Cultural (CHC), sobretudo com as obras de adequação das antigas casinhas da Independência³ para sediar o CHC e seus equipamentos: arquivo, museu, biblioteca, teatro, laboratórios e outros serviços. Inaugurado em 5 de junho de 2014, esse espaço se afigurou como um guardião da memória da mais antiga Misericórdia do Rio Grande do Sul, cuja história expressa as sociabilidades, os avanços e recuos da trajetória da cidade e do Estado, por sua cumplicidade e relações permanentes.

Os documentos do Arquivo da Santa Casa estão classificados pelo princípio da proveniência, em quatro grandes fundos, quais sejam: Fundo 1 – Provedoria, Fundo 2 – Direção Médica, Fundo 3 – Direção Administrativa e Fundo 4 – Cemitério. A Instituição reúne na atualidade quase 200 unidades gerenciais, distribuídas entre os quatro fundos, cuja gestão documental vem sendo tratada e conduzida desde 2011 através de uma política de cons-

³ Denominação popularmente atribuída ao conjunto de oito sobrados geminados, situados na Av. Independência, de propriedade da Santa Casa, construídos em 1906, com a finalidade de obter renda com os alugueis, a fim de atender às necessidades da Misericórdia. Elas serviram também, ao longo do tempo, para outras necessidades da Instituição, como sede da Creche, Associação dos Funcionários, como exemplos. Depois de desativados os prédios, eles ficaram fechados em estado precário, até que a Provedoria e sua Mesa Administrativa definiram neles sediar o CHC.

cientização processual, a ponto de ser visível uma cultura “em construção” de respeito aos documentos.

O Arquivo orienta sobre a conduta com os documentos de 1ª idade – a corrente (gerada dia a dia e guardada em cada Unidade); recolhe os documentos de 2ª idade – a intermediária (ocasionalmente a unidade geradora precisará consultá-los, até que seja definida sua destinação final: eliminação ou guarda permanente); e os de 3ª idade – a permanente (documentos não eliminados, ou seja, devem ser conservados e de acesso à pesquisa).

Nas dependências do Centro Histórico-Cultural está custodiado o acervo permanente, em tratamento de classificação, codificação e conservação, com a possibilidade de acesso para as comunidades interna e externa. Os documentos de 2ª idade, sob a responsabilidade do Arquivo Central no CHC,⁴ estão recolhidos em outra área da Instituição. O Arquivo oferece acesso às unidades gerenciais, quando solicitado.

A documentação permanente reunida e em tratamento arquivístico foi transferida para a sede definitiva, já em julho de 2010. Franqueado à pesquisa, o acervo, desde a década de 1980, possibilitou, ao longo de quase 30 anos, a produção de dissertações de Mestrado, teses de Doutorado e monografias de Graduação e Especialização, não só em História. Em 2014, o volume documental que o Arquivo Central custodia, relativo à 3ª idade, é de aproximadamente 15 km de papel, além de mais de 160 mil fotografias. Reúne também um acervo cartográfico e de documentos eletrônicos de significado singular, o que indicia as múltiplas possibilidades de pesquisa e produção de conhecimento em diversas áreas, não só das humanas, como das engenharias, das biomédicas e outras.

O diversificado acervo do CHC anima, pelo que oferece e disponibiliza, a produção do conhecimento nos âmbitos das histórias política, social, econômica, cultural e das religiões. Atende à história do cotidiano, do trabalho, da saúde, das doenças, da morte, da escravidão/liberdade, da loucura, da imigração, do abandono, da infância e tantas outras. Diferentes ciências podem ser trabalhadas com base na documentação que oferece: Arqueologia, Geografia, Estatística, Antropologia, Sociologia, Genealogia, Arquitetura, Engenharia, Biomédicas, Artes, dentre outras.

Atualmente, o grupo de trabalho vem enfrentando os desafios inerentes ao avanço da era eletrônica e dos riscos de descarte – não só do virtual,

⁴ Arquivo Central refere-se ao Arquivo situado no Centro Histórico-Cultural, onde se encontra a documentação popularmente chamada de “histórica”, ou seja, permanente.

como também de papel, que paulatinamente passa a ser uma preocupação gerencial pelos custos tecnológicos, de pessoal e de espaço. H desafios cada vez mais presentes no tempo recente H, o que é preocupante e avassalador diante do possível silenciamento dos rastros deixados pelo passado: as fontes documentais.

Com esse encaminhamento, a orientação dada pelo Programa de Gestão Documental do CHC é de que nenhum documento seja descartado pelas Unidades, para garantir a preservação da memória e o responsável gerenciamento da informação, de um lado, e sem risco de perda de documentos comprobatórios para a eficácia administrativa, de outro, cumprindo assim a legislação, que reserva o direito de todos à informação.

Eis que o desafio do momento, em crescente preocupação, é o da busca de definição para a conservação das informações virtuais. Sem dúvida, já é consenso que a saída mais segura é a implantação de repositório digital para recolha, conservação e disponibilização dos documentos gerados por meio eletrônico em todas as Unidades da Instituição, e outras fontes que a equipe do Arquivo definir como de interesse do CHC, como, por exemplo, os trabalhos acadêmicos produzidos a partir do acervo da Santa Casa.

A presença dos imigrantes na Santa Casa: uma instituição multiétnica

Por ser o hospital da Santa Casa, no século XIX, o único do povoado a acolher a todos, sem distinção, naturalmente seria ele o abrigo dos imigrantes.⁵ Imagine-se, no pátio do Pavilhão Centenário, como seria o convívio entre pacientes alemães, italianos, poloneses, espanhóis, austríacos, húngaros, prussianos, russos, africanos e de outras partes do mundo. Tratava-se de um verdadeiro pátio étnico, como chamou o historiador Vinicius Pereira de Oliveira (2006), que, na documentação da Santa Casa, encontrou registros de um africano liberto, na década de 1850. Trata-se de Manoel Congo, depois chamado Manoel de Paula, cuja história revela nuances interessantes em tempo de escravidão tardio, como destaca Clovis Moura (1994), para o tempo após a abolição do tráfico negreiro, em 1850.

⁵ Em 1854 foi criada a Beneficência Portuguesa, para o atendimento da sua colônia na capital. Entretanto, antes da definição de sua sede, o atendimento dos seus sócios foi prestado nas dependências da Santa Casa.

O Hospital Geral da Santa Casa foi também abrigo dos doentes nos surtos epidêmicos que assolaram a vila de Porto Alegre, como no de febre amarela, em 1850; nos de *cholera morbus*, em 1855, 1867 e 1876; e no da gripe espanhola, em 1918 e 1919. Seria interessante inventariar os imigrantes que pereceram nas diferentes crises epidêmicas da capital “ o que ainda não foi feito “, a partir dos Livros de Matrícula Geral dos Enfermos, de Porta e de Sepultamentos. Para ilustrar, um exemplo:

Nesta data foi recebido sepultado no seu respectivo Cemitério o cadáver de Augusto, filho de Felipe Bernhardt, idade 4 anos, natural da Alemanha, cor branca, enfermidade varíolas confluentes, vindo acompanhado do atestado do Dr. Münster e com o visto policial Bormann e o bilhete do diretor do Cemitério dos Protestantes, Guilherme J. Hasche, o que lavro o presente – João Baptista (Registro 328 em 09 de maio de 1874. Livro de Sepultamentos de Protestantes).

A propósito das epidemias em Porto Alegre, o Relatório da Provedoria de 1888/89 (p. 4) informa que, quando um grupo de imigrantes italianos atracou no porto com febre amarela, eles foram encaminhados para a Santa Casa, sendo então examinados em uma enfermaria especial. Lê-se no referido Relatório:

Em princípios deste ano, tendo tido comunicação do Administrador do Estabelecimento de que o médico de dia reconhecera a febre amarela dos colonos, que, tendo desembarcado foram para aí mandados, convoquei logo uma reunião do corpo médico do Estabelecimento. Examinados os doentes, foi confirmado aquele diagnóstico. Imediatamente tomei as providências que a urgência do caso requeria, fazendo remover os colonos acometidos da moléstia diagnosticada para uma enfermaria especial que mandei preparar num dos compartimentos do pavimento térreo, e ordenando constantes desinfecções por todo edifício. Em seguida oficiei à presidência da província ponderando-lhe a urgente necessidade da remoção dos aludidos colonos para fora do estabelecimento, e declarando-lhe que, dessa data em diante, deixariam de ser nele recebidos mais colonos enquanto não cessasse o caráter epidêmico que apresentavam as moléstias dos imigrantes. S. Ex. mandou criar lazaretos, e os poucos colonos que estavam ainda em tratamento, foram logo para os mesmos removidos. Dest’ arte, e devido às preocupações tomadas, a moléstia não se desenvolveu no hospital, ficando circunscrita a essa pobre gente.

Eis outra série documental que deve ser examinada pelos investigadores que estão rastreando os imigrantes italianos e os demais estrangeiros que passaram por Porto Alegre “ e, naturalmente, por sua Santa Casa. A coleção dos Relatórios no Arquivo da Santa Casa refere-se aos anos a contar de 1855. Os anteriores não existem no acervo. Em vários anos, nos anexos dos relatórios, são apresentados quadros numéricos relativos aos estrangeiros interna-

dos nas enfermarias da Santa Casa. Exemplificando, eis os dados para os anos de 1878 a 1879.

Quadro 1 – Nacionalidades dos enfermos recolhidos às Enfermarias do Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (1878 a 1879)

País de origem/ Gênero e n° de enfermos Mês/ano de passagem	Bra- sil		Itá- lia		Por- tugal		Ale- manha		Áfri- ca		Fran- ça		Inglaterra		Para- guai		Espa- nha		Bél- gica		Áus- tria		Dina- marca		Ho- landa		Norte Amé- rica		Argen- tina		Uru- guai		Igno- ra-se		Total
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M			
Junho/1878	46	13	5	8	7	1	5	3	6	5	3	-	2	-	2	2	3	3	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	3	2	-	-	122
Julho/1878	40	14	8	3	6	-	3	1	4	1	4	-	1	1	3	-	1	1	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	1	-	-	-	93
Agosto/1878	38	5	13	5	5	1	7	2	5	2	1	1	3	-	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2	1	-	-	91	
Setembro/1878	36	10	17	10	3	-	2	-	7	-	3	-	1	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2	-	1	-	96	
Outubro/1878	41	7	16	4	4	2	3	2	3	1	-	1	3	-	2	2	-	-	-	-	-	-	1	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	94	
Novembro/1878	37	9	15	7	2	-	2	1	1	-	4	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	82	
Dezembro/1878	35	14	20	3	7	-	3	2	3	1	-	1	-	-	1	1	2	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	95
Janeiro/1879	40	10	15	8	2	-	5	-	4	-	1	-	2	-	3	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	2	-	-	-	-	-	95
Fevereiro/1879	40	9	11	2	3	-	3	1	1	2	-	-	1	-	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	78
Março/1879	39	13	20	7	4	-	6	-	-	-	4	-	2	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	98
Abril/1879	36	9	16	3	3	-	3	1	5	3	2	-	3	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	87
Maior/1879	34	17	4	5	4	-	2	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	68
Junho/1879	22	12	6	-	2	-	1	-	4	1	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	51
Total	484	142	166	65	52	4	45	13	44	16	23	3	19	3	16	8	10	4	2	-	2	-	1	-	6	-	1	-	8	-	10	2	1	-	1.150
N° de pacientes quando iniciou o mês de junho/1878	45	15	4	3	5	-	6	2	3	2	2	-	1	1	2	2	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	1	-	-	-	-	97

Fonte: Relatório da Provedoria, 1888 e 1889. Acervo CHC/ISC.

Em se tratando de imigrantes, também é oportuno informar que, para baratear os custos da manipulação de medicamentos, a Irmandade contratou o boticário Christiano Fischer, chegado da Alemanha, em 1853, para montar a “pharmacia” da Santa Casa. Mas, a partir de 1865, ele se radicou em Santa Maria da Boca do Monte com a sua botica.

No Arquivo do CHC está em produção final um instrumento de pesquisa em que estão sendo inventariados todos os estrangeiros internados na Santa Casa, entre 1843 e 1929, a ser publicado em 2016. O levantamento em trabalho contempla duas coleções de códices: a coleção de Matrícula Geral dos Enfermos, com o primeiro volume iniciando em 1843; e a coleção de Livro de Porta, a partir de 1899. Ambas as coleções referem-se à entrada dos pacientes na Instituição, sendo possível constituir um verbete para cada indivíduo que ingressava na Santa Casa, a partir das informações dos campos apresentados em uma linha para cada matriculado ou registrado na porta de entrada do Hospital.

Os livros de Matrícula Geral dos Enfermos, em 28 volumes, iniciam em 02 de outubro de 1843 e seguem até 31 de dezembro de 1929. Eles oferecem os seguintes campos de informação: nº de ordem (ingresso), data da entrada (dia, mês e ano), nome do paciente, idade, naturalidade, cor, filiação, profissão, estado (civil), classe, residência (a partir do volume 19), hora de entrada, por quem remetido, diagnóstico, alta (dia, mês e ano) e observações.

Já os Livros de Porta, em 18 volumes, têm início mais tarde. Contemplam o período de 1º de janeiro de 1899 até 18 de abril de 1966 (1ª coleção; o acervo tem outra que inicia na década de 1950). Os seus campos de informação são estes: nº de entrada, data de entrada (dia, mês e ano), nome, idade, naturalidade, cor, filiação, profissão, estado (civil), classe, residência, hora da entrada, por quem remetido, enfermidade, saída (dia, mês e ano) e observações. O interessante nessa coleção é a possibilidade de fazer o mapeamento da geografia dos pacientes, pois o campo “endereço”, em todos os volumes, oferece maiores perspectivas acerca dos espaços de origem e local de moradia dos doentes em Porto Alegre e fora da capital. Chama atenção que, na coleção do Livro de Matrícula Geral dos Enfermos, o campo residência só é oferecido a partir do volume 19, como já destacado. E para a pesquisa da coleção dos Livros de Porta existe um meio que facilita a busca. Trata-se do Índice de Porta. Cada volume internamente está dividido pelo abecedário, e os nomes estão listados pelo alfabeto. Em 20 volumes, os índices abarcam o período de 1º de janeiro de 1891 até 31 de dezembro de 1918. Chama também atenção que, para os anos de 1891 até 1899 (quando o livro nº 1 de Porta inicia), é possível identificar apenas os nomes listados no abecedário dos volumes dos índices, o que já contribui na pesquisa.

Portanto, as duas coleções manuscritas encadernadas (Matrícula Geral e Livros de Porta) relativas aos pacientes internados são as de maior potencialidade de oferta de dados de estrangeiros. Afinal, como já bem enfatizado, o hospital é o lócus de socorro nas diferentes mazelas humanas. A doença, sobretudo, é o motivo principal de ingresso na Santa Casa, instituição acolhida especialmente aos desvalidos. E os imigrantes, em sua maioria, aportaram na capital nessa condição. E, se falecidos, o único cemitério na capital, em funcionamento entre 1850 e 1930, era o da Santa Casa. Para esse período, os registros de sepultamento são fontes da maior valia para os descendentes de imigrantes, especialmente os italianos. Por quê? Não poucos já colheram dados para sua dupla cidadania no Arquivo do CHC.

Como já informado, no período de 1850 a 1930, o cemitério da Santa Casa acolheu as pessoas falecidas não só no Hospital Geral da Santa Casa,

mas também em outros espaços, seja nas residências da capital, seja nas de municípios da Província, e os encontrados mortos nas ruas de Porto Alegre ou afogados no Guaíba, além de outros lugares e formas. Os registros demonstram essas possibilidades.

É importante informar que as Irmandades e outras entidades existentes na Capital tinham seus quadros adquiridos no Cemitério da Santa Casa para sepultarem seus irmãos ou associados. No amplo espaço da colina da Azenha, a necrópole da Misericórdia reuniu, por algumas décadas, os quadros da Irmandade de São Miguel e Almas e da Irmandade de Santa Bárbara, como também os da Beneficência Portuguesa, do “Cemitério” Protestante, do “Cemitério” São José e do “Cemitério” Espanhol, como exemplos. É interessante observar, em seus registros, a origem étnica que demarca a identidade de cada entidade. Por exemplo, os registros de sepultamento do código que indica os protestantes revelam que, em sua maioria, são alemães. Trata-se de um único volume, que inicia em 05 de outubro de 1856 e vai até 29 de janeiro de 1882. São 527 registros que informam os seguintes dados: nome do sepultado, idade, filiação, naturalidade, estado civil, ofício, cor, enfermidade, acompanhado do bilhete da cocheira e indicação do visto da autoridade competente. Dele colheu-se o seguinte verbete:

Nesta data foi recebida sepultada no seu respectivo Cemitério, o cadáver de Guilhermina Georgim, filha de Carlos Fretzner, idade 39 anos, natural da Alemanha, cor branca, estado casada, enfermidade hipertrofia do coração, moradora no Hospital da Caridade, vindo acompanhada do atestado do Dr. Porfirio Joaquim de Macedo e com o visto da autoridade o que lavro o termo – João Baptista. (Registro 64 – em 3 de outubro de 1862).

Nos volumes, com registros manuscritos de sepultamento, além do número de guia de entrada, para cada falecido informam-se a data do sepultamento (dia, mês e ano), o nome do(a) falecido(a), idade, estado (civil), naturalidade (informam o nome do país, ou “desta Província”, ou qual a Província do Brasil, ou “desta cidade”), profissão, causa da morte, local do sepultamento e observações.

Assim, os pesquisadores que compulsam esses grandes volumes percorrem um caminho rápido: correm “os olhos” de cima a baixo na coluna do nome em busca da pessoa procurada, sem olhar os outros campos, na horizontal, em duas páginas abertas lado a lado, o que só farão quando encontrarem o investigado. A pesquisa vem sendo feita diretamente nos volumes, pois ainda não foi preparado nenhum instrumento de pesquisa/meio de busca, salvo umas antigas fichas ordenadas pelo alfabeto, transferidas do Cemitério para o Arquivo no CHC. Cada sepultado tem uma ficha com bre-

ves dados, indicando em que volume e página o mesmo se encontra registrado. A sua ordenação vem sendo feita, com término previsto para o final de 2015, o que ajudará nas futuras pesquisas de óbitos, enquanto os volumes não sejam digitalizados.

A coleção de Arrendamento de Jazigos e Sepulturas no Cemitério também oferece a possibilidade de informações sobre imigrantes. Nessa coleção aponta-se o lugar do sepultamento de cada falecido, do que se depreende o seu *status* social, conforme o quadro em que ele se encontra. Essa coleção tem início em 1850, quando foi aberto o cemitério. Inicialmente ela é manuscrita, e depois os volumes se apresentam impressos.

Portanto, à primeira vista, as coleções apontadas até aqui são as que oferecem maior potencial de respostas positivas, destacando-se mais especificamente as dirigidas aos imigrantes e estrangeiros em geral. Mas não se esgotam, nessas coleções, as possibilidades de informações sobre os estrangeiros. É oportuno apontar outras séries documentais que o Arquivo do CHC pode oferecer aos pesquisadores.

Bem interessantes são os livros de admissão dos irmãos na Irmandade da Santa Casa. Seus dados informam a origem e a condição social, bem como a situação funcional dos membros de sua composição. Além de portugueses de origem, encontram-se alguns alemães, italianos e outros europeus. As atas da Mesa Administrativa – grupo de irmãos que acompanham o Provedor na gerência da Casa –, datadas de 1815 até o presente, registradas em diferentes livros, são fontes muito ricas e singulares, cabendo aos pesquisadores identificar, direta ou indiretamente, a intrincada rede de relações que a Instituição articulava. Na nominata das diretorias de cada gestão, são encontrados sobrenomes que indicam sua origem europeia.

Outra série documental que convém examinar (no momento em trabalho de restauração) é a correspondência manuscrita (encadernada) entre a Provedoria e setores internos da Santa Casa, como também com autoridades, casas de negócio estrangeiras e nacionais, ou outros indivíduos da Província e de fora. O período de abrangência inicia em 1886 e vai até 1942. Os assuntos são diversos: desde a compra de produtos para a Botica até as relações de trabalho ou circunstâncias cotidianas do fazer institucional. Nomes estrangeiros são encontrados em diversas correspondências cruzadas. Interessantes são os ofícios que demonstram as relações entre a Santa Casa e as casas de comércio administradas por imigrantes.

Os Legados Pios, em livros manuscritos e documentos avulsos, informam sobre as doações feitas à Santa Casa, desde o final do século XVIII ao

XX. Os estrangeiros também foram doadores para a Misericórdia exercer a sua missão. Afinal, a Instituição dependia dos recursos de donativos da população para manter sua assistência aos necessitados. Entre os anos de 1873 e 1880, a Sociedade de Beneficência Alemã, por exemplo, foi assídua contribuidora com esmola anual para a Misericórdia. Os números para cada ano eram em média de 200\$000 (duzentos mil réis), conforme os relatórios relativos aos anos indicados.

Indicando mais possibilidades de pesquisa, outra série documental ainda não utilizada pelos pesquisadores é a relativa às diferentes Enfermarias que a Santa Casa abrigou. Dezenas de códices para cada especialidade permitem relacionar o trato médico com os pacientes “ e neles são encontrados imigrantes.

Finalmente registra-se que o regulamento que traça as regras de funcionamento de uma Santa Casa chama-se Compromisso. O primeiro Compromisso utilizado pela Santa Casa de Porto Alegre é cópia do Compromisso da Misericórdia de Lisboa. Ele foi enviado no ano seguinte (1827) à inauguração das primeiras enfermarias (1826), para reger a sua administração, acabando por vigorar até 1857. Portanto, ao longo desses anos, as regras portuguesas dirigiram a atuação da Provedoria e de sua Mesa Administrativa em Porto Alegre. Para este trabalho, colhe-se, do referido Compromisso, a primeira condição para tornar-se Irmão da Misericórdia da capital: ter sangue limpo e não ser de “raça moura ou judaica”. Mas, pelo novo Compromisso de 1857, essas três prerrogativas foram banidas para tornar-se Irmão. Entretanto, permaneceu a condição de ser católico, devendo-se fazer requerimento e pagar uma jóia. E qualquer cidadão do sexo masculino poderia sê-lo, desde que tivesse as seguintes qualidades:

1 – Notória probidade e bons costumes. 2 – De boa consciência e temente a Deus. 3 – E a seus pobres com a perfeição devida. 4 – Saber ler e escrever e contar e de boa inteligência. 5 – Ter vinte e um anos completos de idade se for solteiro. 6 – Que não esteja pronunciado e não tenha sofrido alguma condenação passada em julgado por crime de homicídio, furto, roubo, bancarrota, estelionato, falsidade ou moeda falsa. 7 – Que não tenha sido escravo ou casado com mulher de cor preta. 8 – Que não esteja ao salário da Santa Casa na ocasião de pretender entrar de Irmão. 9 – Que seja abastado de bens ou pelo menos tenha comércio, emprego ou ofício rendoso de maneira que possa acudir ao serviço da Irmandade sem cair em necessidade e sem suspeita de se aproveitar do seu correr por suas mãos (Cap. 2, art. 9, p. 4).

Analisando-se as condições exigidas para o ingresso na Irmandade da Santa Casa de Porto Alegre, logo se conclui sobre os vários limites impostos, o que impedia a participação de não poucos imigrantes no rol de irmãos,

mesmo aqueles bem-sucedidos economicamente, com casas de negócios na capital, por exemplo, pois a condição religiosa professada por muitos era a protestante.

Enfim, fica lançado o desafio deste recorte de pesquisa: a procura de irmãos de origem estrangeira na Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, que recebeu significativo número de imigrantes ao longo do século XIX e primeiras décadas do XX. Quem sabe uma boa surpresa esteja por vir nas futuras pesquisas.

Conclusão

A apresentação das possibilidades de investigação no acervo da mais antiga Misericórdia do Rio Grande do Sul acerca dos imigrantes e outros estrangeiros presentes na trajetória da Instituição dá mostras do seu potencial. O Arquivo do Centro Histórico-Cultural Santa Casa pode ser vislumbrado como um grande canteiro, de onde muito se pode colher, do qual não pouco se deve usufruir para que a história dos imigrantes no Rio Grande do Sul possa ser mais amplamente desvelada e mais alargadamente apropriada por seus descendentes e pela comunidade atual que a eles tributa o reconhecimento por sua participação na trajetória da construção da sociedade regional.

A ideia de pertença à Santa Casa moveu essa escrita, com a viva intenção de vislumbrar as repercussões da presença de imigrantes e descendentes de estrangeiros na história da pioneira Misericórdia do Rio Grande do Sul. Tal reconhecimento se firma e se afirma verificando-se seu acervo documental, disponível e com franco acesso às informações, conforme a legislação vigente. A equipe do Arquivo acolhe os pesquisadores entre 3^a e 6^a feira, das 8h30min às 17h “ outros horários, com marcação.

Referências

BARROSO, Véra Lucia Maciel. “Qual presente? Os italianos “de” Santo Antônio da Patrulha”. In: SULIANI, Antônio. *Etnias & carisma*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001, p. 1.110-1.135.

_____. “Santa Casa de Porto Alegre: história, memória e pertencimento”. In: OLIVEIRA, Alberto T. D. de et al. (Org.). *A Arqueologia vai ao Hospital*. Porto Alegre: Ed. da FAPA; Ed. da ISMCPA, 2009, p. 25-33.

_____. “Fontes para a história da cidade e do Rio Grande do Sul: cenários documentais da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre”. In: Centro Histórico-Cultural

Santa Casa (Org.). *Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre: histórias reveladas*. Porto Alegre: Ed. da ISCMPA, 2009, p. 33-41.

BERNARDES, Ieda Pimenta. *Como avaliar documentos de Arquivo*. São Paulo: Divisão de Arquivo do Estado de São Paulo, 1998.

FRANCO, Sérgio da Costa; STIGGER, Ivo. *Santa Casa: 200 anos – caridade e ciência*. Porto Alegre: Ed. da ISCMPA, 2003.

HERRERA, Antonia Heredia. “Arquivos, documentos e informação”. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira Cunha (Org.). *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico; Secretaria Municipal de Cultura; Prefeitura do Município de São Paulo, 1992, p. 113-120.

MANFROI, Waldomiro Carlos. “Caridade, assistência e ciência médica na Santa Casa de Porto Alegre, através dos tempos”. In: Centro Histórico-Cultural Santa Casa (Org.). *Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre: histórias reveladas II*. Porto Alegre: EVANGRAF; Ed. da ISCMPA, 2011, p. 21-34.

MOURA, Clovis. *Dialética radical do Brasil negro*. São Paulo: Anita, 1994.

OLIVEIRA, Daíse Aparecida. “Arquivo e documento”. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, n. 200, p. 113-145, 1991.

OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. *De Manoel Congo a Manoel de Paula: um africano ladino em terras meridionais*. Porto Alegre: EST, 2006.

Fontes manuscritas e impressas (CHC)

Compromisso de Lisboa, 1827.

Compromisso da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, 1857.

Relatórios da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, vários anos.

Documentos fotográficos (CHC)

Acervo do Arquivo do Centro Histórico-Cultural Santa Casa – CHC/ISCMPA.

Mobilidade, redes e experiências migratórias: algumas reflexões sobre as estratégias de transferência dos imigrantes italianos para o Brasil meridional

*Maíra Ines Vendrame**

Introdução

Neste artigo, iremos abordar o fenômeno da imigração para o Brasil através das experiências de alguns dos indivíduos que, de alguma forma, articularam a própria transferência ou do grupo familiar. As cartas trocadas entre os conhecidos e parentes que se encontravam em ambos os lados do Atlântico permitem apreender um quadro mais complexo dos recursos, estratégias e possibilidades nos quais os imigrantes fizeram suas escolhas. Além disso, as correspondências também apontam para o papel das redes de contato e ligação entre os indivíduos de uma mesma aldeia ou de um determinado espaço social de relações. Entendemos que os mecanismos e dinâmicas de funcionamento das redes eram variados, podendo ser rompidas, fortalecidas ou renovadas quando do início das partidas para a América. As perspectivas que destacaram o peso das relações parentais e dos vínculos interpessoais de apoios, tanto na vizinhança como para além dela, ressaltaram o papel dos indivíduos e famílias na articulação das transferências e na eleição de um destino comum. Por meio da análise de trajetórias e momentos específicos da vida de determinados imigrantes italianos, analisaremos alguns dos aspectos referidos acima, especialmente, os mecanismos de transferência articulados dentro do grupo parental ou tramas dos contatos interpessoais.

*Doutora em História pela PUCRS. Professora colaboradora e bolsista de pós-doutorado PNPd/CAPES no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Autora do livro: “Lá éramos servos, aqui somos senhores”, pela Editora da UFSM, 2007.

Estratégias migratórias

Na Itália, a partir da década de 1970, as novas abordagens sobre as emigrações provocaram reviravolta na forma de pensar a mobilidade populacional. O papel dos indivíduos e suas escolhas frente às transformações mais amplas assumiram posição crucial para os estudiosos dos fluxos migratórios. Um maior número de variáveis passou a ser levado em conta como aspectos importantes na questão dos deslocamentos, especialmente, aqueles ligados ao universo social e cultural da população do campo. Frente a tudo isso, a explicação “rígida” apresentada pelo “modelo expulsivo”, que condicionava os movimentos migratórios a motivações econômicas, demográficas, políticas e à consequência direta dos processos de liberação da força de trabalho para a indústria, começou a mostrar sinais de fraqueza diante da incapacidade de apreender os aspectos fundamentais do “fenômeno multi-forme”, como o das migrações.

Reagindo às explicações estruturais, que entendiam o fenômeno da emigração como consequência direta da expulsão, devido às crises econômicas e demográficas e atração externa por mão-de-obra, novas perspectivas de estudos passaram a questionar a rigidez de tais afirmações ao apontar para a existência de uma mobilidade geográfica na península itálica antes mesmo da “Grande Emigração”.¹ Desse modo, a existência de uma dicotomia entre sociedade tradicional do Antigo Regime e moderna foi diluída, uma vez que a primeira não era mais entendida como um mundo imóvel, possibilitando, assim, que o movimento transoceânico, do final do século XIX, fosse inscrito num processo de continuidade de migrações sazonais e temporárias, que há tempos caracterizavam os deslocamentos das populações rurais (RAMELLA, 2003). O espaço que compreendia a península itálica, durante o século XIX, era formado por regiões com significativas diferenças entre si que caracterizavam de maneira variada os deslocamentos das populações rurais.

A contribuição para essa mudança de perspectiva veio, principalmente, dos novos estudos que ressaltaram o papel das mobilidades na península itálica do Antigo Regime, no qual se destaca Giovanni Levi (1985, p. 79).

¹ O período de 1870 até 1920 é caracterizado pelos estudos migratórios como a “Grande Emigração”. Os diálogos dos historiadores com os sociólogos, antropólogos, geógrafos e cientistas sociais apontaram novas perspectivas para compreender a mobilidade territorial, resultando no questionamento do modelo estrutural de atração e expulsão, o *push-pull*. Essa visão considerava os aspectos econômicos como responsável pelo fenômeno emigratório, concorrendo ao mesmo tempo com a atração promovida por grandes centros urbanos no Novo Mundo. Ver: TRENTO, 1989; RAMELLA, 2003; FRANZINA, 2006.

Em seu livro *Centro e periferia*, o autor analisou o processo que levou a cidade de Turim a se tornar um centro político, cultural e demográfico na região do Piemonte, comprovando a existência de frequentes migrações das populações do campo para a cidade que buscavam garantir a própria sobrevivência ou complementar as economias familiares. Após essa constatação, a migração temporária ou definitiva passou a ser entendida como estratégia precisa para garantir a subsistência e reprodução do grupo camponês. Desse modo, os deslocamentos escondiam aspectos como estratégias demográficas, hereditárias, estrutura familiar, escolhas individuais e ciclos de vida (LEVI, 1989, p. 101).

Mesmo antes da emigração italiana se tornar um fenômeno de massa, as populações do território peninsular se movimentavam constantemente para outras regiões ou nações europeias, como uma forma de aumentar as rendas familiares. O deslocamento sazonal constituía um dos pilares da economia de muitas comunidades que desenvolviam trabalhos itinerantes, representando mais que apenas um recurso para assegurar a própria subsistência. Uma visão dinâmica e ativa das migrações dos homens das áreas montanhosas foi apresentada por Diogini Albera e Paola Corti (2000, p. 12) em *La montagna mediterrânea: una fabbrica d'uomini? Mobilità e migrazioni in una prospettiva comparata (secoli XV-XX)*. Os autores se opunham à imagem passiva dessa sociedade entendida apenas como um reservatório de trabalhadores. Essa nova perspectiva passa a considerar que as pessoas das montanhas não apenas dispunham de recursos e informações, mas, também, formulavam projetos, escolhiam itinerários e selecionavam as oportunidades econômicas. Assim, ao emigrarem não estavam fugindo de um ambiente hostil, pobre e restrito, mas, antes, projetando-se para uma multiplicidade de serviços em espaço que se estendia para além das fronteiras regionais. Foi esta “cultura da mobilidade” que possibilitou que as rotas e os caminhos transoceânicos fossem seguidos como novas oportunidades no final do século XIX.

Nesse sentido, a “Grande Emigração” passa a ser vista como a continuação de um “costume antigo” vivido pelos *contadini* das diferentes regiões do território peninsular italiano. Em muitas áreas o trabalho agrícola se caracterizava como uma atividade de migrantes, onde pequenos ou grandes grupos de *braccianti*² e *contadini* se transferiam em determinadas épocas do ano para exercerem temporariamente atividades ligadas à agricultura. Uma

² Trabalhadores braçais que não possuíam a posse da terra.

cultura da viagem e da constante peregrinação se encontrava difundida no mundo popular, e isto significava mais do que uma fuga da miséria, pois, muitas vezes, emigrar era visto como a condição necessária para desempenhar um determinado ofício (BEVILACQUA, 2001; DE CLEMENTI, 2001, p. 187). Desse modo, as migrações passaram a ser percebidas como um dos aspectos constitutivos da vida e da própria economia dos habitantes do campo de várias regiões italianas. O costume de emigrar se manteve durante todo o Antigo Regime até atingir proporções de um fenômeno de massa no final do século XIX e início do XX.³ Mas, uma das diferenças que passou a marcar o novecentos estava relacionada ao fim da mobilidade cíclica e temporária, uma vez que as famílias de *contadini* preferiam abandonar definitivamente a pátria – aliás, pátria recém-unificada – para se estabelecerem em terras localizadas do outro lado do Atlântico.

De acordo com o que apresentamos, a superação do modelo de expulsão se deu frente às abordagens que passaram a analisar a circularidade da população do campo, principalmente através dos diversos tipos de migrações de curta ou longa distância que, por sua vez, estavam relacionados às condições específicas dos locais de partida. Assim, o retorno para as comunidades de origem não representava a falência do projeto migratório, mas fazia parte das estratégias familiares para melhorar a condição econômica e o status social na terra de origem. Os emigrantes passaram a ser sujeitos ativos que agiram segundo lógicas próprias de ação, que perseguiram objetivos e acionaram mecanismos para garantir o sucesso de suas opções, analisadas como “precisas estratégias migratórias”, uma vez que perseguiram objetivos econômicos dentro de uma ideia de autonomia e reprodução de características culturais próprias (RAMELLA, 2003, p. 31-32). No processo de transferência, os imigrantes passaram a ser vistos como atores sociais que buscaram se apoiar sob redes de relações para adquirir informações seguras sobre as possibilidades de trabalho e outras vantagens no além-mar.

Muitos foram os homens e as mulheres que, antes de se transferirem para a América, haviam partilhado experiências pretéritas de migrações. Estes deslocamentos aparecem como um componente estrutural do modo de vida

³ Vários são os autores que destacaram a mobilidade populacional no território peninsular e para fora dele como uma prática antiga que se perpetuou no universo camponês, sendo, portanto, os deslocamentos além mar uma consequência dessa cultura da movimentação perpetuada há várias gerações. Ver: GIBELLI, 2001; PIZZORUSSO, 2001; ALBERA, 2000, p. 7-27; FRANZINA, 1983; COPPOLA, 1990; BEVILACQUA, 2001.

da sociedade camponesa, por isso não significavam apenas uma fuga da pobreza ou sintoma de dificuldades conjunturais. Mais que um espírito aventureiro e desejo de emigrar, a mobilidade constante dos indivíduos, principalmente das regiões montanhosas, apresentava-se, em diversos casos, como a única condição para realizarem algum tipo de trabalho. A impossibilidade de delinear um modelo explicativo unitário para entender o fenômeno migratório na Itália colocava em evidência a existência de diferentes variáveis, bem como características familiares e comunitárias que deveriam ser levadas em conta quando da análise dos deslocamentos.

As forças de motivação dos fluxos migratórios não podem ser reduzidas a apenas um fenômeno mono-causal, pois diversas foram as influências e percepções dos indivíduos protagonistas desse processo. Nesse sentido, a ideia é que seja dada uma maior atenção para os comportamentos ao interno da família e do grupo parental, bem como nos espaços de relações sociais dos indivíduos, procurando, desse modo, entender de que modo se articulavam para imigrar para a América. Além disso, é necessário reconstruirmos através das experiências individuais e coletivas a maior gama possível das escolhas, estratégias e recursos acionados ou possíveis de serem tomados pelos emigrantes nas aldeias de origem. Tendo como ponto de partida essa perspectiva, o emigrante surge como um ator ativo que orienta seus comportamentos e age para modificar a realidade no qual se encontra inserido. A variabilidade das escolhas e das trajetórias migratórias – individuais ou coletivas – permitem acessar uma determinada realidade social e cultural, apontando para um contexto de infinitas outras possibilidades. E, por mais singulares que sejam as opções, elas podem informar sobre as lógicas de funcionamento do mundo camponês. Veremos, através da circulação de cartas entre os camponeses que se encontravam em ambos os lados do Atlântico, como as experiências migratórias dependiam muito do uso específico que os sujeitos faziam das redes relacionais.

Informar, saudar e convidar

Nas últimas décadas do século XIX, famílias camponesas do norte da península, que há tempos partilhavam das experiências de partida e retorno às aldeias de origem, decidiram romper um ciclo e se transferir definitivamente para o Novo Mundo. Muitos haviam abandonado as comunas de origem mobilizados pelas notícias enviadas pelos conterrâneos italianos já estabelecidos na América que divulgavam as possibilidades de adquirir terras

facilmente. Por meio da análise das cartas trocadas entre os indivíduos envolvidos direta ou indiretamente na imigração é possível perceber as estratégias colocadas em funcionamento pelos diferentes protagonistas desse processo, além de também exemplificar sob quais vínculos as partidas foram organizadas.

Tanto o conteúdo quanto a circulação de correspondências permitem perceber o papel ativo dos imigrantes como protagonistas das transferências para o além-mar e acomodação nos locais de instalação.⁴ Em relação à ocupação dos núcleos de colonização do sul do Brasil, percebe-se que as cartas trocadas entre familiares e parentes tiveram função essencial na direção dos deslocamentos, a partir das orientações e demandas dos indivíduos que já haviam imigrado ou tencionavam fazê-lo. Em 1883, o italiano Paulo Rossato (29 anos), após ter se estabelecido com a esposa, Raquel Massingnani (23), num lote de terra próximo à Colônia Caxias, localizada na região da Serra Gaúcha no Estado do Rio Grande do Sul, passou a enviar sucessivas cartas informativas sobre as condições em que se encontrava. Dentre as dezessete cartas emitidas por Paulo Rossato aos pais, percebe-se que houve uma troca recíproca durante vários meses até a chegada dos mesmos ao Rio Grande do Sul.⁵ Tais escritos são utilizados para saudar, informar, orientar e articular a transferências dos familiares e conhecidos para o sul do Brasil. Destinadas especificamente para os pais e o irmão, Rossato notifica diretamente à família sobre as vantagens existentes nos núcleos coloniais e as melhores alternativas de transferência para o grupo. Especificamente, ao irmão indicava como deveriam se articular para obterem transporte gratuito, aconselhando o mesmo a se colocar como agenciador de um grupo de vinte a trinta pessoas que desejassem partir para o Rio de Janeiro.⁶

A existência de uma articulação coletiva de deslocamento, reforçada pelos laços parentais ou de solidariedade entre os sujeitos, serviam de base para o estabelecimento de atividades conjuntas quando da ocupação das novas terras e organização das recém-fundadas comunidades. Essa questão pode ser percebida no desempenho de algumas famílias originárias de uma mes-

⁴ Alguns estudiosos têm utilizados as correspondências para analisar a dinâmica do processo migratório. Ver: CIAFARDO, 1991, PALOMBARINI, 1998; GIBELLI: CAFFARENA, 2001, p. 563; TETI, 2001; RAMELLA, 2001; FRANZINA, 1994, 1981.

⁵ Todas as cartas emitidas pelo imigrante Paulo Rossato aos familiares na Itália se encontram publicadas no livro “La Mérica” (DE BONI, 1977).

⁶ Carta de Paulo Rossato ao pai de abril de 1884 (DE BONI, 977, p. 38).

ma província da Itália, que adquiriram grande extensão de campo.⁷ O italiano Giobatta Mizzan e três amigos – chegados em 1878 para se fixar numa região colonial do território sul-rio-grandense – agiram de modo semelhante ao imigrante Paulo Rossato. Em carta enviada ao irmão na Itália, Giobatta Mizzan relatou a opção em não aguardar a distribuição dos lotes na Colônia Silveira Martins, preferindo adquirir uma propriedade em outro local, juntamente com “amigos Belluneses”. Essa forma de aquisição da terra representava uma escolha vantajosa, pois não teriam de aguardar a abertura de estradas, a derrubada do mato e a demarcação dos lotes coloniais. Agindo coletivamente com outros chefes de família, Mizzan comprou terras de particulares para se estabelecer com o grupo, esclarecendo em carta como foi o contrato:

(...) compramos as casas, o mato, pradarias, o solo arável. Há fruteiras de todos tipos, uma vaca, um cavalo, oito porcos, vinte bois. Calculamos quarenta medidas de batatas, dez de arroz, 14 de mandioca, que é uma raiz que se faz farinha boa para comer, 150 galinhas e, seguramente, calculamos 100 hectolitros de milho que, até abril, colheremos. Há belas plantações de videiras. Em resumo, não falta nada. Custou-nos ao todo 5.000 francos. Foi sorte grande, pois pagamos logo 3.000 e sobre 2.000 corre um juro de 12%. Calculamos o total da terra comprada em mais de mil campos. Assim fizemos um contrato todos os quatro juntos e entre nós depois dividiremos e faremos quatro partes.⁸

Na opinião do imigrante Mizzan, a compra tinha sido “um golpe de fortuna” para a família, pois dispunham agora de tanta terra que nem seus filhos conseguiriam trabalhar em toda ela. Possuir uma propriedade que suprisse as necessidades da família, de acordo com o número de indivíduos, era acreditado como garantia de futuro estável àqueles que chegavam à América. Logo, a imigração de famílias de italianos para o sul do Brasil era motivada por esta expectativa de ser dono da própria terra, bem como garantirem recursos para o consumo e a reprodução social e cultural do grupo.

O fato de algumas famílias terem chegado aos núcleos de colonização no sul do Brasil com pequeno capital permitiu que rapidamente se articulassem para adquirir terras por conta própria. As relações de solidariedade viviam uma autoproteção diante do desconhecido, podendo esta rede de reciprocidade ser acionada em diversas situações, como na elaboração de estratégias conjuntas que facilitassem a ocupação e organização em um deter-

⁷ Carta do imigrante Giobatta Mizzan, de 17 de março de 1878 (FRANZINA, 1994, p. 81-3; RIGHI, 2001, p. 466-468).

⁸ Carta do imigrante Giobatta Mizzan, de 17 de março de 1878 (FRANZINA, 1994, p. 81-3; RIGHI, 2001, p. 466-468).

minado espaço. Se, por um lado, o abandono da terra natal representava a ruptura de alguns vínculos sociais, por outro, ela era a condição que permitia a renovação ou criação de laços com conterrâneos.

Retornando às cartas emitidas aos familiares pelo imigrante Paulo Rossato, elas permitem reconstruir um cenário de possibilidades viáveis para as diversas famílias que imigraram para o sul do Brasil.⁹ Mesmo sendo particulares e íntimas, enquanto canais de notícias assumiram uma importância pública por transmitirem avisos e recomendações que reforçaram a constituição de cadeias migratórias. Após ter se estabelecido na região da serra sul-rio-grandense, Paulo Rossato fez frequentes convites aos pais, irmãos, cunhados e tios para que emigrassem. Junto a esses, propagandeava sobre as condições das novas terras, as possibilidades de cultivos e a diversidade de recursos naturais da “bela colônia” comprada. Solicitava aos familiares para que viessem logo, pois se tornariam “afortunados” ao trabalharem nas novas terras e nos serviços temporários nas estradas coloniais.¹⁰ As notícias enviadas por Rossato fortaleceu a conexão com a comunidade de origem, orientando a transferência e colocando à disposição recursos para facilitar a viagem dos conterrâneos e dos familiares. Para alguns conhecidos na Itália, aquele imigrante se apresentou como um mediador, já que se encarregou de reservar lotes de terras próximas ao local onde estava estabelecido para os conterrâneos. O imigrante, através da assistência que promoveu, conduziu uma política de ocupação e distribuição das terras próximas à região colonial, onde se encontrava estabelecido.

Ao pai e irmãos informou que deviam apressar a partida, argumentando ser necessária a colaboração de todos para conseguirem pagar as dívidas contraídas com a aquisição da propriedade. Sugeriu que, enquanto alguns trabalhariam no cultivo, outros se dedicariam às tarefas de construção da estrada de ferro.¹¹ Importante nesse momento era a cooperação de todos os membros da família de acordo com as funções que cada um poderia desempenhar, conforme idade e sexo. Nesse primeiro momento, fase difícil por ser de adaptação nas novas terras, era esperada a participação de todos os componentes do grupo enquanto força de trabalho. As mensagens transmiti-

⁹ Num total de dezessete cartas, treze foram destinadas aos pais que haviam permanecido na Itália. Na sequência, outras quatro passaram orientações ao irmão que também estava na península. Apenas as cartas que Paulo Rossato enviou aos familiares foram preservadas na Itália, faltando, portanto, as recebidas.

¹⁰ Carta de Paulo Rossato aos pais de 17 de fevereiro de 1884 (DE BONI, 1977, p. 31-34).

¹¹ Carta de Paulo Rossato aos pais de 17 de fevereiro de 1884 (DE BONI, 1977, p. 31-34).

das indicam que Rossato foi um pioneiro, aquele que partiu por primeiro para testar as possibilidades de sucesso no Brasil. Porém, tal iniciativa resultava de um acordo familiar que tinha como finalidade abrir caminho para outros empreendimentos, privilegiando o coletivo sobre o individual.

As orientações de Rossato era que todos partissem alegres sem medo de abandonar os “patrões”, que não eram amigos, mas, sim, inimigos das populações do campo. No Brasil, encontrariam fartura de comida e bebida, portanto, solicitava à mãe que não ficasse ouvindo os irmãos dizendo que lamentavam que seu sangue fosse pelo mundo: “nós partimos pelo mundo, mas para viver melhor”, afirmou Rossato.¹² Através desses recados, procurava incentivar os familiares usando argumentos de forte apelo mobilizador. Na Itália, a dependência aos proprietários das terras, somada às condições instáveis de sobrevivência, eram algumas das preocupações que atormentavam os camponeses. Rossato era, certamente, um conhecedor das inquietações vividas no mundo agrário, já que os pais eram arrendatários, por isso sabia das circunstâncias que provocavam insatisfação.

Neste caso, o estímulo para que rompessem os vínculos com os “patrões”, com os quais os camponeses tinham várias obrigações, como taxas excessivas, partia do próprio filho que, distante, alimentava o desejo da posse da terra e uma situação adequada para a reprodução social do grupo. A migração definitiva para a América aparece, então, como uma revolta silenciosa que se caracterizava pelo abandono das atividades agrícolas na pátria. As ideias de busca pela liberdade num lugar onde tudo poderia ser conseguido, não sem trabalho, compõem as representações sobre as terras além-oceano que os imigrantes divulgaram entre os conterrâneos. Nesse sentido, o ato de expatriação foi vivenciado pelos camponeses como um verdadeiro ato de “libertação” há tempos sonhado.

Através das cartas vislumbra-se o complexo jogo de estratégias e motivações que precederam a partida de todo o grupo. Cada família, de acordo com suas características e recursos disponíveis, elaborava escolhas de deslocamento, podendo essas levar um longo período para se concretizarem, pois os indivíduos, necessariamente, não partiam juntos. Fatores como disponibilidade de terras, de trabalho agrícola ou temporário estimulavam o restante do grupo a imigrarem para o sul do Brasil. A manutenção das ligações

¹² Cartas de Paulo Rossato ao pai, 22 de junho de 1884; Carta de Paulo Rossato ao pai, 7 de maio de 1884 (DE BONI, 1977, p. 39-41, 50).

entre os indivíduos do além-mar com a comunidade abandonada permitiu o funcionamento de uma “rede de comunicações” para atender diferentes propósitos. Conforme já salientamos, do Rio Grande do Sul partiram convites e esclarecimentos sobre as possibilidades de instalação não somente para os familiares, mas também para vizinhos e conhecidos. Porém, algumas informações não deveriam ser divulgadas entre a “parentela”, como afirmou Rossato: “guardem esta carta e não dêem a ninguém, nem leiam para alguém”.¹³ As orientações eram endereçadas aos indivíduos da própria família para colocá-los em vantagem em relação aos outros. As notícias não se difundiram como “epidemia” entre a população de uma determinada aldeia, pois a difusão era regulada por uma lógica de valores, obrigações e favores retribuídos entre aqueles que se conheciam (RAMELLA, 1995, p. 20).

Diferentemente das escolhas de relativo sucesso tomadas por Paulo Rossato, que organizou a transferência de conterrâneos para o sul do Brasil, nem sempre a existência de redes migratórias foi suficiente para garantir vantagens no local de instalação. Enquanto algumas famílias se adaptavam bem ao novo ambiente, adotando o Brasil como pátria, outras, porém, tiveram dificuldades em colocar em prática os projetos e manter a subsistência dos filhos. Situações de imprevisibilidade, desilusões e dificuldades em se manter nos núcleos coloniais levaram também os imigrantes italianos a procurar voltar para as aldeias de origem. Esse foi o caso de Antônio Basso que, desgostoso com o ambiente encontrado na Colônia Silveira Martins – local em que havia chegado em 1888 com a esposa e sete filhos, todos menores de treze anos –, decidiu retornar para a Itália. Para tal, mobilizou os familiares na península, solicitando que recorressem às autoridades italianas e ao antigo padrão para que financiassem seu retorno.

Apesar ter imigrado devido à insistência dos próprios conterrâneos já estabelecidos no Brasil, Basso alegava que se encontravam infeliz com as escassas condições de vida na região colonial. Em carta ao irmão, implorou para que encontrasse alguém para escrever ao rei Vittorio Emanuele III e informasse o sofrimento da família, e que fosse concedida “a graça” e os meios para retornar gratuitamente para a terra natal.¹⁴ É provável que a ideia de retorno, além de ser algo desejável, fosse possível para algumas famílias que haviam abandonado a Itália. Neste caso, era importante o auxílio dos parentes e conhecidos que tinham permanecido na península.

¹³ Carta de Paulo Rossato ao pai de 24 de abril de 1884 (DE BONI, 1977, p. 36).

¹⁴ Carta de Antônio Basso, abril de 1889, Silveira Martins (RIGHI, 2001, p. 455, 470).

As famílias que chegavam à Colônia Silveira Martins, a partir de 1887, a exemplo de Basso, não encontravam lotes de terra disponíveis para se estabelecer, devendo adquiri-las em local distante, onde novas áreas de colonização estavam sendo demarcadas. No entanto, os imigrantes vinham alertando os conhecidos na Itália sobre essa situação. Escrevendo aos conterrâneos, o italiano Luis Rosso disse que novas terras estavam sendo distribuídas no interior do município de São Vicente, distante “apenas cinco dias de cavalo”. Reforçou o fato de não existir mais terras boas para a agricultura na Colônia Silveira Martins, além disso, o governo imperial havia parado de fornecer auxílio aos recém-chegados. Porém, apresentou uma alternativa: apesar de estarem esgotadas as terras coloniais, existiam lotes de particulares disponibilizados para a compra, medindo sessenta hectares e custando um conto de réis.¹⁵

Enquanto algumas cartas encaminhadas aos parentes alertavam sobre as precauções a serem tomadas, outras apenas ressaltavam as decepcionantes condições geográficas e naturais encontradas na região colonial. Desse modo, muitos insatisfeitos com a realidade encontrada informavam aos familiares para que não partissem para o sul do Brasil. A existência de montes, encostas e as poucas planícies, bem como a presença de “muitas cobras e tantos perigos” que os levavam a “perder a vida”, foram apresentados como os motivos da desilusão, questionando a “*Cocagna*” que lhes havia sido descrita quando estavam na Itália. Procurando impedir que os familiares imigrassem para se juntarem a eles na região colonial, em carta, os irmãos Taschetto afirmaram serem falsas as propagandas em relação ao Novo Mundo. Neste caso, a desilusão se devia às dificuldades encontradas pelos mesmos para se estabelecer na Colônia Silveira Martins, em 1887.¹⁶ Certamente, a percepção não positiva da situação era também usada como mecanismo para evitar novas transferências e garantir o retorno, devendo ser interrompido o projeto familiar de deslocamento, uma vez que na avaliação dos membros tal empreendimento não era vantajoso. Tencionando retornar para a península, os referidos irmãos solicitaram que o apoio financeiro fosse buscado junto ao antigo “patrão”, alegando que, ao chegarem à pátria, se submeteriam a quaisquer exigências para pagar os investimentos da viagem de regresso. A possibilidade de recorrer ao antigo “patrão” revela aspectos de uma forma de

¹⁵ Carta de Luis Rosso, 1886 (RIGHI, 2001, p. 457-458).

¹⁶ Carta de Antônio, Luigi e Felice Taschetto, novembro de 1887, Santa Maria da Boca do Monte (RIGHI, 2001, p. 469).

pensar e agir camponesa que caracteriza a manutenção de vínculos paternalistas entre os patrões e os *contadini* vênets (FRANZINA, 1994, p. 124).

Os indivíduos que não dispunham de recursos relacionais sólidos foram os que mais enfrentaram dificuldades no processo de transferência e acomodação nos núcleos de colonização no além-mar. As possibilidades de deslocamento variavam de acordo com as condições e características de cada grupo familiar. Por exemplo, uma emigração em etapas, em diferentes momentos, sugere que a família tinha poucos recursos, devendo alguns permanecer trabalhando para que outros pudessem partir. Nos primeiros tempos da “Grande Emigração”, partiram para a América aqueles que dispunham de reserva financeira e contatos para garantir uma transferência e acomodação mais segura, e também os que podiam fazê-lo sem prejudicar a econômica e sobrevivência do grupo que havia permanecido na pátria.

Como se pode perceber, as cartas eram o principal meio de comunicação entre os italianos, pois, através delas, as informações circulavam aumentando o leque de possibilidades para os que tencionavam deixar a Itália.¹⁷ Internamente, no território brasileiro, os imigrantes também utilizaram as cartas para se juntar a conhecidos instalados em outras províncias do território nacional. Insatisfeitos com as condições que haviam encontrado em Minas Gerais, vários chefes de famílias, em nome de um grupo de noventa e quatro italianos, requereram passagem gratuita para o Rio Grande do Sul, uma vez que haviam sido convidados por parentes e conhecidos que ocupavam terras na Colônia Caxias.¹⁸

Demonstrando descontentamento com as “falsas informações” divulgadas na Itália, outro grupo de imigrantes solicitou providências ao presidente da província da Bahia pelo fato de terem sido enganados sobre a realidade da região.¹⁹ Tais escolhas refletem as possibilidades aos recém-chegados de garantir, na nova realidade, os benefícios a eles prometidos. As situações apresentadas, apesar de serem específicas, apontam para participação

¹⁷ As cartas são fontes preciosas para questionar a integração dos imigrantes no país de acolhida, mostrando a desagregação familiar, a manutenção de vínculos, a persistência de valores tradicionais e as estratégias de organização na nova sociedade (CIBELLI & CAFFARENA, 2001, p. 563-564; TETI, op. cit., 2001, p. 575-597; FRANZINA, 1981, 1994).

¹⁸ Carta ao Ministro da Agricultura da capital federal dos imigrantes italianos de Minas Gerais, 12 de dezembro de 1889; janeiro de 1890. Série Agricultura – IA6- 165. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – ANRJ.

¹⁹ Carta à secretaria do Estado interino dos negócios de agricultura, 31 de janeiro de 1889. Série Agricultura – IA6 – 165. ANRJ.

ativa das famílias em buscar o melhor para elas, reivindicando junto às instâncias de poder a obtenção de privilégios.

Conhecer antecipadamente as condições dos locais de instalação, procurando fazer as escolhas através das notícias passadas por parentes e amigos, conferia certa segurança para os camponeses partirem para o território brasileiro. Segundo o imigrante Andrea Pozzobon (1997, p. 51), quando estavam na Itália, a família recebeu diversas cartas de um parente que lhes fornecia instruções. As relações de parentesco e reciprocidade entre indivíduos e grupos foram usadas como vínculo de transmissão de notícias e de auxílio, permitindo, desse modo, que os imigrantes encontrassem espaço na sociedade receptora. Muitos dos que chegaram à região da Colônia Silveira Martins, principalmente no final da década de 1880, frente ao convite e informações passadas por parentes e amigos, estabeleceram-se nas casas dos mesmos até conseguirem encontrar um local com condições favoráveis para se instalar e trabalhar.

Morando na casa de conhecidos, enquanto procuravam terras consideradas favoráveis para dar início à nova vida, o imigrante Antônio Vicentini, mulher e filhos, além de comunicar em que condição se encontrava, passava instruções ao irmão que se encontrava na Itália. A procura por um local considerado bom para se fixar com a família e parentes podia levar alguns anos. Frente aos pedidos de notícias dos familiares que se encontravam na península, Vicentini reforçava ao irmão que assim que encontrasse “um pedaço de terra para mim te falarei. Mas enquanto eu não escrever de novo não te movimentes de casa (...)”. Segue afirmando que “é melhor cem vezes estar aqui alugando [do] que aí como estava primeiro, que [aqui] ao menos para viver não se pensa tanto como aí e [estamos] menos sujeito a desgostos.”²⁰

A maneira como as famílias camponesas organizavam a transferência para os núcleos coloniais foram variadas. Os recursos – financeiros e relacionais – eram diferentes, por isso, enquanto alguns imigrantes chegavam apenas acompanhados de esposa e filhos, sendo seguidos por parentes e conhecidos, outros vinham na companhia de amplo agregado de conterrâneos, estabelecendo-se todos juntos num mesmo núcleo colonial. A fundação da comunidade do Vale Vêneto, localizada na Colônia Silveira Martins, exemplifica essa questão. Em 1877, um amplo agregado de famílias da comuna de Oderzo, Província de Treviso, liderados pelo camponês italiano Paulo Bor-

²⁰ Carta de Antônio Vicentini, 3 de março de 1901; Carta de Antônio Vicentini, 7 de abril de 1901 (RIGHI, 2001, p. 475-479).

toluzzi, abandonaram a pátria para fundar uma nova comunidade num dos núcleos de colonização italiana do Rio Grande do Sul. A formação do grupo para emigrar e a preparação para a viagem tempos antes da partida, ocorreu através dos vínculos variados que ligavam os indivíduos, abrangendo um espaço social de interação para além do território da *comuna* (VENDRAME, 2013).²¹ Eficazes enquanto recurso migratório, depois da chegada ao local de destino os contatos interpessoais continuaram entre os que partiram e os que ficaram, propiciando novas transferências, garantindo a ligação entre a comuna de origem e o lugar de instalação.

Outras possibilidades

Conforme vimos anteriormente, as cartas enviadas pelos imigrantes que se encontravam nos núcleos coloniais do sul do Brasil, além de buscar promover a transferência dos familiares e conhecidos, apontam para a importância das redes sociais em relação ao fenômeno da imigração. Quem por primeiro chegava ao local de destino lançava as bases para o funcionamento de uma ponte de informações que conectavam os contextos distintos, que passava pela existência primeira de laços de confiança entre o informante e os destinatários, em muitos casos assegurados por vínculos consanguíneos.²² Esses, por sua vez, tornavam-se recursos eficazes na organização e adaptação no novo ambiente. No entanto, os pedidos de auxílio também podiam partir das comunas italianas frente à circulação de notícias positivas sobre a condição dos conterrâneos emigrados. A distância geográfica não impediu que compromissos e acordos fossem estabelecidos algum tempo depois da saída das primeiras famílias e grupos.

Em novembro de 1878, da *comuna* de Gemona, província de Udine, o padre Pedro Forgiarini, a pedido de um paroquiano, encaminhou uma carta ao conterrâneo Pedro Londero que se encontrava na Colônia Silveira Martins, no qual afirmava:

Das vossas cartas que aqui chegaram, se vem saber que a vossa posição no Brasil é boa e que estão bem colocados. Por causa disso aqui está nascendo o

²¹ Paolo Bortoluzzi, antes de abandonar a Província de Treviso, articulou a transferência para o Brasil de amplo grupo de conhecidos, e, posteriormente, na fundação de uma nova comunidade numa região colonial do Rio Grande do Sul (VENDRAME, 2013, 2014).

²² Entre os imigrantes que se estabeleceram em São Paulo, as “cartas de chamada” que, durante o século XX, foram enviadas aos familiares na Itália, são identificadas como motivadoras do fenômeno migratório, sendo estimulada pelo próprio poder estatal como comportamento obrigatório de convite aos parentes (CROCI, 2010).

desejo de imigrar àquelas colônias [Silveira Martins], que dão mais condições e que aqui na Itália não há; mas faltam meios para fazer esta longa viagem. Se vocês ou outros, porque são pessoas cristãs, se encontram em condições de ajudar alguns e de hospedá-los no total ou em parte, para fazer a viagem, certo que estes vos serão muitos gratos, como podeis imaginá-lo.²³

Como interlocutor, o padre Forgiarini solicitava auxílio em nome de Gerolamo Brondani – esposa e filhos – para que, assim, pudessem se juntar aos parentes e conhecidos que já se encontravam no núcleo colonial. Apresentava todos os indivíduos que compunham o grupo que necessitava de ajuda. Desse modo, a garantia de assistência na chegada, do financiamento da transferência, da hospedagem e de subsídios nos primeiros tempos, certamente, foi um fator que incentivou e permitiu a emigração em cadeia.²⁴ Consequentemente, esse comportamento recriava um sistema de clientela e dependência entre as famílias nas novas comunidades.

Na sequência, o autor da carta recomendou ao conterrâneo que, havendo melhorado a condição de vida, devia “agradecer ao Senhor, mantendo no vosso coração e em toda a vossa família a religião em que sois nascidos e crescidos” (In: RIGHI, 2001, p. 464). Também indicava a importância dos deveres e obrigações morais daqueles que tinham obtido sucesso material na sociedade de acolhida. O referido documento demonstra a existência de um trânsito de pessoas conhecidas para determinado núcleo da Colônia Silveira Martins, dando indicações dos mecanismos que possibilitariam a formação de canais espontâneos de transferência social. A capacidade de encontrar uma saída concreta para os projetos de deslocamento para o além-mar era medida mais pela posição que a família ocupava nas redes de relações na comunidade natal do que pelo patrimônio material que dispunha.

Em novembro de 1879, diversos chefes pertencentes ao grupo parental consanguíneo dos Brondani se estabeleceram em terras próximas à comunidade de Vale Vêneto, inclusive o que havia solicitado ajuda para o seu grupo

²³ Carta do padre Pedro Forgiarini ao imigrante Pedro Lontero, 20 de novembro de 1878, Comuna de Gemona, Província de Udine (RIGHI, 2001, p. 464). Um primeiro casal do grupo dos Brondani, da comuna de Gemona, havia chegado à região colonial em janeiro de 1878, juntamente com outras famílias da península Itália.

²⁴ O conceito de “cadeia migratória” foi definido como um movimento através do qual os futuros “emigrantes se interam das oportunidades, são providos de transporte e obtêm sua instalação inicial e emprego, por meio de relações sociais primárias com emigrantes anteriores”. O conceito foi desenvolvido por pesquisadores que estudaram os fluxos na Austrália (MACDONALD, 1964). Mais recentemente, outros estudiosos do fenômeno migratório para a América têm trabalhado com o conceito de cadeia migratória e suas diferentes abordagens: DEVOTO (1987), BAILY (1988, p. 125-135), GANDOLFO (1988, p. 160-177), RAMELLA (1991, 1999, 2001), CORTI (1990).

familiar.²⁵ No quadro abaixo, pode-se constatar alguns dos nomes – destacados em negrito – indicados na carta do padre Forgiarini que chegaram à Colônia Silveira Martins. Já o restante aponta para a existência de uma cadeia migratória entre um mesmo local de origem e um destino comum. O mecanismo das redes sociais é considerado responsável pela “inserção territorial e ocupacional” de grupos de imigrantes que abandonavam um mesmo povoado, conforme defende Fernando Devoto (1987, p. 371).

Famílias emigradas da *comuna* de Gemona (Província de Udine)

Emigrante	Esposa	Origem	Chegada	Destino
Londero, Pedro	Zanini, Ana	Gemona	1878	Linha Três Sul
Londero, José	Catarina	Gemona	1878	Linha Três Sul
Londero, Antônio		Gemona	12/01/1885	Linha Base Sul (6) Arroio Gaspar (4)
Londero, Girolamo	Capris, Lúcia	Gemona	28/01/1885	Linha Três Sul
Londero, Leonardo	Joana	Gemona	2/04/1888	Linha Base Sul
Londero, Moises	–	Gemona	16/02/1888	Arroio Gaspar
Brondani, José	Ana Brondani	Gemona	25/01/1878	Linha Quatro Sul
Brondani, Gerolono	Maria	Gemona	10/12/1879	Linha Base Norte
Brondani, Pedro	Londero, Gracioza	Gemona	10/12/1879	Linha Três Sul Linha Base Norte
Brondani, Leonardo	Furlan, Suzana	Gemona	10/12/1879	Linha Três Sul
Brondani, Luis	De Simon, Ursula	Gemona	10/12/1879	Linha Três Sul
Brondani, Antônio		Gemona	10/12/1879	Linha Base Norte
Brondani, João I	Blassotti, Maria	Gemona	10/12/1879	Linha Três Sul
Brondani, João II	Rizzi, Colomba	Gemona	10/12/1879	Linha Um Sul
Daronco, Domenico	Londero, Elisabete	Gemona	10/12/1879	Linha Cinco Sul
Daronco, João	Rossi, Ana	Gemona	10/12/1879	Linha Dois Sul

Fonte: Dados extraídos da relação da distribuição dos lotes de terra aos imigrantes chegados a ex-Colônia Silveira Martins, Núcleo Norte e Núcleo Soturno. In: RIGHI, 2001, p. 110-225.

²⁵ Na carta aparecem indicados os nomes de Girolamo Brondani, sua esposa, a mãe viúva Cecilia Cucchiario, os cinco filhos – Pedro, Luiz, Rosa, Leonardo, Daniel – e o irmão Antonio Brondani. Carta do padre Pedro Forgiarini 20 de novembro de 1878, Comuna de Gemona (RIGHI, 2001, p. 464).

Entre as famílias Londero, Brondani e Daronco – todas da *comuna* de Gemona do Friul, província de Udine – se percebe a existência de uma rede parental estabelecida através do casamento.²⁶ Provavelmente, foi a existência de vínculo de parentesco entre elas que propiciou a solicitação de apoio financeiro para favorecer a transferência dos que desejavam abandonar a localidade de origem. Com a sinalização positiva por parte dos parentes, novos grupos familiares se transferiam para a região colonial, juntando-se aos parentes, conforme se pode verificar na tabela. A estratégia migratória escolhida pelo grupo familiar Londero foi marcada pela transferência em etapas, tendo os membros se dirigido ao sul do Brasil em diferentes momentos. Certamente, os deslocamentos foram ocorrendo frente à chamada dos parentes estabelecidos e notícias sobre a possibilidade de adquirir terras, bem como investir em alguma atividade profissional.

A existência de uma imigração espontânea, estimulada pelos italianos que se encontravam no território brasileiro, foi percebida pelas autoridades imperiais como um dos pontos decisivos no incremento do número de imigrantes. Primeiramente, consideravam ser essa resultante das campanhas realizadas na Europa pelos representantes do governo brasileiro, atribuindo, também, o aumento das expedições de italianos como fruto dos convites dos parentes e conterrâneos aqui domiciliados, capazes de mobilizar “centenas de imigrantes ao Brasil.”²⁷ Frente a esse tipo de mobilidade, o conceito de cadeias migratórias tem se mostrado útil para compreender os caminhos abertos por alguns indivíduos, suas características e os padrões de assentamento. Quando da chegada ao local de destino, as redes continuaram a desempenhar funções importantes na vida dos imigrantes como a integração do grupo, preservação de uma identidade coletiva e adaptação à sociedade receptora.²⁸

²⁶ Os imigrantes Pedro Brondani e Domênico Daronco eram casados com mulheres que pertenciam ao grupo Londero. Certamente, ambos receberam auxílio dos parentes e conhecidos que se encontravam na Colônia Silveira Martins.

²⁷ Relatório da Comissão de internação dos imigrantes apresentado ao ministro e secretariado do estado dos negócios do Império, 31 de agosto de 1880. Diário oficial. Série Interior – Negócios de Províncias, IJJ1 – 779. (Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – ANRJ)

²⁸ Paola Corti (1990), ao pesquisar a migração de duas famílias de italianos para a França, também utilizou o conceito de cadeias migratórias. Ela analisa as características diversas de duas comunidades mantidas por meio da experiência migratória de grupos parentais coesos e vinculados aos conterrâneos. As duas cadeias migratórias conservaram a sua ligação com as “organizações políticas e reivindicatórias” da comunidade de origem, permanecendo também ancorados a esse local os valores identitários dos grupos.

Os vínculos de parentesco, firmados na pátria de origem, ou as amizades estabelecidas durante a viagem à América, eram recursos que garantiam uma melhor adaptação nos locais de destino. As possibilidades de obter vantagens nas terras distantes eram mais largas ou mais reduzidas segundo a posição de cada um nos “agregados parentais” (RAMELLA, 2001). Pensando em relação ao processo emigratório, a existência de uma parentela solidária, ampla e coesa era um aspecto vantajoso para os *contadini* que partiram com suas famílias para “fazer a América”. Se, na maioria, os imigrantes eram carentes de bens materiais, por outro lado podiam contar com uma riqueza imaterial: os laços parentais permitiam ampliar as chances de sucesso no Novo Mundo.

Os primeiros grupos de camponeses que partiram das províncias da região do Vêneto para se estabelecer nos núcleos de colonização fundados no Rio Grande do Sul não podem ser descritos como pobres e miseráveis. Inicialmente, emigraram pequenos proprietários e arrendatários, indivíduos esses que, antes de partir, procuraram vender parte dos bens. O recurso das redes de auxílio pode ser entendido como a maior riqueza dos camponeses no momento da imigração e acomodação na América, independentemente de possuírem ou não bens materiais. A ideia da emigração como resultado de uma desordenada fuga de miseráveis do campo e como consequência do processo de industrialização é um tanto equivocada (LEVI, 1992). Inicialmente, emigravam aqueles que podiam, principalmente por possuírem uma sólida rede parental e recursos materiais, fazendo das transferências uma forma de investimento familiar e estratégia de gerenciamento das oportunidades.

A análise de casos particulares ajuda a entender o quanto o processo emigratório estava relacionado a um complexo jogo de escolhas locais e mecanismos que cada indivíduo e família podiam acionar. Entendemos que o método micro-analítico pode contribuir para compreendermos a pluralidade de contextos e recursos que os camponeses tinham na hora de partir para o além-mar e fundar novas comunidades. Por trás da imigração em etapas da família ou, ainda, da transferência em grupo, existe uma lógica social e cultural que temos que apreender para conseguirmos entender o que significou o fenômeno da emigração para os próprios envolvidos no processo. Independentemente da maneira como tenham partido, os motivos de cada imigrante variavam, estando eles ligados diretamente às condições e características das famílias do qual faziam parte. Essa é uma questão que merece atenção, uma vez que pode conduzir para novas leituras acerca das

motivações, estratégias, racionalidades e lógicas através das quais as famílias camponesas procuravam organizar a transferência para as novas terras.

Muitas vezes, os deslocamentos podiam estar relacionados a conflitos com conhecidos, envolvimento com a justiça ou a outros prejuízos morais e materiais. Ou ainda, em alguns casos, os sujeitos tinham que emigrar clandestinamente por causa de dívidas e perseguições, conforme se constata em relação ao *contadino* Domenico Bortollo (51 anos), habitante da *comuna* de Loria (TV) acusado de dever a um negociante o valor de 180 liras. Acompanhado da esposa e de quase todos os nove filhos, Bortollo foi preso em Gênova, em novembro de 1888, enquanto aguardava embarque para a América. O emigrante, antes de partir do lugar, realizou contrato de venda de todas as posses e bens que possuía, transferindo-os para dois dos filhos que permaneceram residindo na *comuna*. Em relação à dívida, Bortollo defendeu-se afirmando que o credor Domenico Reginato havia roubado produtos agrícolas de sua casa antes dele decidir emigrar. Porém, Bortollo era acusado de ter feito o mesmo, causando dano de 200 liras ao oponente seu denunciante.²⁹ A existência de acordos privados não cumpridos e divergências entre os indivíduos impediu que Bortollo e a família embarcassem para a América, tendo que retornarem para a *comuna* para responder em juízo pelas acusações. Tal processo indica o quanto o caminho da emigração era uma escolha também ligada às dificuldades de relacionamento entre conhecidos, causadas por dívidas ou outros problemas que geravam violências de todo tipo.³⁰

Portanto, devemos também estudar as experiências daqueles indivíduos que se utilizaram dos vínculos interpessoais para fugir de situações de perseguição, ou ainda, empreenderam fuga como um mecanismo para escapar dos deveres e compromissos. As possibilidades são variadas, e é essa pluralidade de comportamentos e compreensões que precisamos analisar, pois são elas que permitem reconstruir um espaço dos possíveis a partir dos recursos que cada indivíduo ou grupo acionava. Não podemos pensar que a

²⁹ Denúncia. Processo verbal, Pretura de Castelfranco Vêneto, 1889, Busta 272, nº 187, AETV.

³⁰ Passados os primeiros anos da emigração, em março de 1887 no Jornal *Gazzeta di Treviso*, foi divulgada uma reportagem da partida para a América de duzentos e cinquenta indivíduos pertencentes ao distrito de Oderzo. De acordo com o periódico, entre o grupo se encontravam dois indivíduos que haviam abandonado suas esposas “grávidas” no cárcere de Oderzo. Ambas tinham sido condenadas por terem insultado o delegado, provavelmente em alguma manifestação contra a “falta de alimento” e dificuldades de sobrevivência enfrentadas pelas famílias. As mulheres autoras dos insultos se apresentaram na manifestação carregando um filho em um dos braços e no outro um instrumento de trabalho, conforme constatado em investigações policiais. “Emigração”. In: Jornal *Gazzeta di Treviso*, 13 de março de 1887, ACTV; Denúncia. Processo verbal, Pretura de Castelfranco Vêneto, Busta 265, nº 208, 3 de agosto de 1877, AETV.

história do fenômeno migratório é apenas uma consequência direta da crise agrária ou demográfica que afetava a população do campo no norte da península Itálica nas últimas décadas do século XIX. São as relações internas entre os membros da família, bem como as características e estrutura social das mesmas, que podem revelar as lógicas determinantes para entender as motivações e modos de transferência adotados.

* * *

A inclusão da ideia de rede tem contribuído significativamente para uma visão mais complexa, variada e rica do fenômeno migratório para o além-mar. A atenção para os vínculos interpessoais entre os envolvidos, bem como o modo como esses eram acionados, permitiu compreender o papel desempenhado pelos indivíduos e famílias camponesas que imigraram para os núcleos de colonização fundados no sul do Brasil. Longe de formarem um grupo homogêneo, destituídos de qualquer recurso ou “vítimas” de um processo de expulsão da pátria, os imigrantes foram protagonistas das próprias escolhas, tendo papel ativo na articulação e na transferência dos familiares e conhecidos para determinados locais de destino. Procurar entender as escolhas particulares a partir das redes relacionais e de interdependência possibilita pensar processos históricos mais amplos, como o da imigração para a América, de um ponto de vista diferente. Antes de ser apenas uma mudança de perspectiva, a análise centrada nas trajetórias, comportamentos e opções de determinados indivíduos e grupos permite apreender uma diversidade de práticas e leituras que dialogam e se cruzam ao interno de uma sociedade, indicando algo que vai além dos aspectos evidentes e representativos.

Muito mais que apenas constatar a existência das cadeias e redes migratórias, o importante é identificar seu papel, como elas funcionavam na questão da organização dos deslocamentos, ou mais, quais os recursos podiam ser utilizados pelos indivíduos próximos e distantes na trama de relações. Como vimos no presente trabalho, garantir informações privilegiadas e fornecer assistência no lugar de chegada, embora em grau diferenciado dependendo da posição dos sujeitos, foram algumas das vantagens disponibilizadas àqueles que faziam parte das redes interpessoais através das quais circulavam notícias. Os vínculos e contatos pretéritos, em muitos casos, serviram de base para a formação de novas relações e dinâmicas sociais quando do deslocamento e acomodação nos núcleos colonização. Nesse sentido, entendemos que é a variedade de configurações sociais e recursos que viabilizaram a transferência

segura do grupo, a assistência nas terras de destino e a fundação de novas formas de agregação que temos que inventariar. É claro, não devemos desconsiderar as escolhas fracassadas e mal sucedidas daqueles que, apenas em parte, puderam contar com os circuitos de apoios e reciprocidades. Os aspectos mais diversificados da experiência social é que permite compreender a complexidade e a riqueza que foi o fenômeno da e/imigração.

Ao utilizarmos a ideia de rede, não queremos dizer que todos os imigrantes tiveram sucesso na acomodação na sociedade de destino, muito menos que formaram um grupo homogêneo, compartilhando as mesmas compreensões, aspirações e fazendo semelhantes escolhas. O emprego das fontes nominais nos estudos de imigração para a América, ou ainda, a uso do nome como fio condutor na pesquisa em diversas séries documentais, permitem reconstruir a dinâmica do tecido das relações interpessoais e a multiplicidade de articulações possíveis em ambos os lados do Atlântico.³¹ Diferentes tipos de mobilidades tinham por base as redes relacionais, porém os comportamentos estavam relacionados a contextos específicos dentro dos quais cada um podia fazer suas escolhas. A situação familiar e social devem ser analisadas para que possamos compreender as relações, modalidades e ritmos que determinam as transferências.

Desse modo, ao procurarmos entender as motivações dos deslocamentos e as estratégias adotadas pelos atores deste processo, é de extrema importância analisar a condição que se encontrava as famílias no momento da emigração e quais os motivos que levaram à separação da mesma. Não somente os que partiram devem ser estudados, mas também os que ficaram e os que retornaram. As diferentes lógicas e mecanismos que estão por trás dos deslocamentos individuais e coletivos precisam ser apreendidos. Existia uma dinâmica diferente nas escolhas dos indivíduos que optavam pelo caminho da emigração, que passava pela existência de um projeto familiar ou comunitário de deslocamento, pelas demandas e características específicas de cada grupo, ou ainda, expectativas e empreendimentos individuais de mobilidade social e econômica. Essas são questões que merecem ser aprofundadas, garantindo, portanto, a renovação dos estudos sobre o fenômeno da imigração italiana para os núcleos coloniais do Brasil meridional. O estudo de trajetórias individuais ou de grupos, enquanto perspectiva metodológica, garante a constituição de um cenário social de práticas e compreensões

³¹ Sobre a opção pelo emprego de fontes nominais nos estudos sobre imigração italiana ver: DEVOTO, 1996; RAMELLA, 1995; VENDRAME, 2013.

possíveis. É, portanto, essa realidade de caminhos diferentes, escolhas e ideias opostas e partilhadas que temos que recuperar em nossas análises sobre a imigração para o Brasil.

Referências

- ALBERA, Dionigi; CORTI, Paola. “Movimenti migratori nell’arco alpino e nella montagna mediterrânea: questioni e prospettive per un’annalisi comparata”. In: ALBERA, Dionigi; CORTI, Paola (a cura di). *La Montagna mediterrânea: una fabbrica d’uomini? Mobilità e migrazioni in una prospettiva comparata (secoli XV-XX)*. Cuneo: Gribaudo, Cavallermaggiore, 2000, p. 7-27.
- ALVIM, Zuleika. *Brava gente! Os italianos em São Paulo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- BAILY, Samuel L. “Cadenas migratórias de italianos a la Argentina: algunos comentarios”. *Studios migratórios*, 3, 8, p. 125-135, 1988.
- BEVILACQUA, Piero. “Società rurale e emigrazione”. In: BEVILACQUA, P.; DE CLEMENTI, A.; FRANZINA, E. (a cura di). *Storia dell’emigrazione italiana: partenze*. Roma: Donzelli Editore, 2001.
- CIAFARDO, Eduardo. “Cadenas migratorias e inmigración italiana. Reflexiones a partir de correspondencia dos inmigrantes italianos en Argentina, 1921-1938. *Studi Emigrazione*, XXVIII. Roma: Centro Studi Emigrazione, 1991, p. 233-255.
- COPPOLA, G. “La montagna alpina”. In: BEVILACQUA, Piero (a cura dia). *Storia dell’Agricoltura italiana in Età Contemporanea*. Venezia: Marsiglio Editori, 1990.
- CORTI, Paola. _____. “Identità e comunità d’origine nelle vecchie e nelle nuove generazioni di emigranti: due paesi, due storie familiari”. In: ROSOLI, G. et al. *Identità e integrazione: Famiglie e paesi, percorsi e immagini di sé nell’ emigrazione Biellese*. Milano: Electa, 1990.
- _____. *Paesi d’emigranti: mestieri, itinerari, identità colettive*. Milano: Franco Angeli, 1990b.
- CROCI, Federico. “As cartas de chamada: vestígios das redes sociais e familiares transnacionais”. In: CARNEIRO, Maria Luiz Tucci; CROCI, Federico; FRANZINA, Emilio (Org.). *História do trabalho e histórias da imigração: trabalhadores italianos e sindicatos no Brasil (séculos XIX e XX)*. São Paulo: Edusp; Fapesp, 2010, p. 299-321.
- DE BONI, Luis Alberto (Org.). *La Mérica*. Caxias do Sul: UCS, 1977.
- DE CLEMENTI, Andreina. “La ‘grande etmigrazione’: dalle origini alla chiusura degli sbocchi americani”. In: BEVILACQUA, P.; DE CLEMENTI, A.; FRANZINA, E. (a cura di). *Storia dell’emigrazione italiana: partenze*. Roma: Donzelli Editore, 2001.

DEVOTO, Fernando. "Las cadenas migratorias italianas: algunas reflexiones a la luz del caso argentino". In: *Studi Emigrazione*, XXIV, 87, 1987, p. 355-373.

_____. "Algo más sobre las migratorias de los italianos a la Argentina". In: *Estudios Migratorios Latinoamericanos*. Buenos Aires, n° 19, año 6, 1996, p. 323-344.

DI NOLA, Alfonso. "Dal mondo magico al museo contadino". In: BEVILACQUA, Piero (a cura di). *Storia dell' agricoltura italiana in età contemporanea*. Venezia: Marsiglio Editori, 1990.

FRANZINA, Emílio. "Frammenti di cultura contadina nelle lettere degli emigranti". *Movimento Operario e Socialista*, 1/2, 1981, p. 49-75.

_____. *Um'altro Veneto*. Saggi e studi di storia dell'emigrazione nei secoli XIX e XX. Abano Terme: Francisci Editore, 1983.

_____. *Merica! Merica!* Emigrazione e colonizzazione nelle lettere dei contadini veneti e friulani in America Latina 1876-1902. Verona: CIERRE Edizioni, 1994.

_____. *A grande emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

GANDOLFO, R. "Notas sobre la élite de una comunidad emigrada en cadena: El caso de los agnoneses". In: DEVOTO, F. J.; ROSOLI, G. F. (a cura di). *L' Italia nella società argentina*. Contributi sull'emigrazione italiana in Argentina. Roma, Centro Studi Emigrazione, p. 160-177, 1988.

GIBELLI, Antonio; CAFFARENA, Fabio. "Le lettere degli emigranti". In: BEVILACQUA, Piero; DE CLEMENTI, Andreina; FRANZINA, Emilio. *Storia dell'emigrazione italiana: partenze*. Roma: Donzelli Editore, 2001.

GRENDI, Edoardo. *Polanyi: dall' antropologia economica alla microanalisi storica*. Milão: Etas libri, 1978.

GRIBAUDI, Maurizio. *Mondo operaio e mito operaio: spazi e percorsi a Torino nel primo Novecento*. Torino: Giulio Einaudi Editore, 1987.

LANARO, Silvio. "Da contadini a italiani". In: BEVILACQUA, Piero (a cura di). *Storia dell' agricoltura italiana in età contemporanea*. Venezia: Marsiglio Editori, 1990, p. 937-968.

LEVI, Giovanni. *Centro e periferia di uno stato assoluto: tre saggi su Piemonte e Liguria in età moderna*. Turin: Rosenberg & Seller, 1985.

_____. "Immigrazione e doppio lavoro lungo il corso della vita: alcune osservazioni sul Piemonte dell'ottocento". In: *"Annali Alcide Cervi"*, 11, 1989.

MACDONALD, J. S.; L. D. MACDONALD. "Chain Migration, Ethnic Neighborhood and Social Networks". *The Milbank Memorial Fund Quarterly*, XLII, (1), p. 82-96, 1964.

PALOMBARINI, Augusta. *Cara consorte: l'epistolario di una famiglia marchigiana dalla grande emigrazione alla grande guerra*. Ancona: Il Lavoro Editoriale, 1998.

- PIZZORUSSO, Giovanni. “I movimenti migratori in Italia in ântico regime”. In: BEVILACQUA, Piero; DE CLEMENTI, Andreina; FRANZINA, Emilio. *Storia dell’emigrazione italiana: partenze*. Roma: Donzelli Editore, 2001.
- POZZOBON, Zolá Franco. *Uma odisséia na América*. Caxias do Sul: EDUCS, 1997.
- RAMELLA, Franco. “Por um uso fuerto del concepto de red em los estudios migratórios”. In: BJERG, M; OTERO, H. (Comp.). *Inmigracion y redes sociales en la Argentina Moderna*. Tandil CEMLA – IEHS, 1995, p. 9-21.
- _____. “Gli studi sull’ emigrazione tra vecchi paradigmi e nuove prospettive”. In: SAIJA, M. (a cura di). *L’ emigrazione italiana transoceânica tra Otto e novecento e la storia delle comunitá derivate. Atti del Covegno Internazionale di Studi*. Salina 1-6, guigno 1999. V. I – II. Messina: Edizione TRISFORM, 2003.
- _____. “Reti sociali, famiglia e strategie migratorie”. In: BEVILACQUA, Piero; DE CLEMENTI, Andreina; FRANZINA, Emilio. *Storia dell’emigrazione italiana: partenze*. Roma: Donzelli Editore, 2001.
- RIGHI, José V; BISOGNIN, Edir L.; TORRI, Valmor. *Povoadores da Quarta Colônia*. Porto Alegre: EST, 2001.
- TETI, Vito. “Emigrazione, alimentazione, cultura popolari”. In: BEVILACQUA, Piero; DE CLEMENTI, Andreina; FRANZINA, Emilio. *Storia dell’emigrazione italiana: partenze*. Roma: Donzelli Editore, 2001.
- TRENTO, Ângelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Livraria Nobel, 1989.
- VANGELISTA, Chiara. “Gênero e estratégias migratórias: mulheres italianas imigrantes no estado do Espírito Santo Brasil, 1894-1895”. *XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP*. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/PDF/1998/a177.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2012.
- VENDRAME, Maíra Ines. “*Lá éramos servos, aqui somos senhores*”: a organização dos imigrantes italianos na ex-colônia Silveira Martins (1877-1914). Santa Maria: Ed. da UFSM, 2007.
- _____. *Ares de vingança: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os imigrantes italianos no sul do Brasil (1878-1910)*. Porto Alegre, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Porto Alegre, 2013, 478 p. (Tese de doutorado)
- _____. “A trajetória de dois imigrantes italianos no Brasil Meridional (1878-1900)”. In: *Revista Latino-Americana de História*, V. 3, n. 11, setembro de 2014, p. 167-185. Disponível em: <<http://projeto.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/view/446/425>>. Acesso em: 26 mar. 2015.

A imigração alemã no Rio Grande do Sul: a Colônia de São Leopoldo como estudo de caso

*Marcos Antônio Witt**

À medida que o tempo passa, cada vez mais se tem consciência de que se correram graves perigos ao pesquisar e percorrer os passos de um determinado imigrante alemão chegado ao Brasil no século XIX. Talvez o maior perigo tenha sido o fato de saber como iniciou e terminou a vida desse agente histórico em solo brasileiro. Assim, a seleção e confecção de perguntas dirigidas às fontes já estariam impregnadas, de antemão, das respostas que se precisariam obter. Afora isso, o imigrante investigado teve uma trajetória que o diferenciava da maioria dos colonos que haviam permanecido na condição de agricultor ou artesão. Ao redor de si, construiu capital simbólico e material (ou patrimônio imaterial e material) que o inseriu na condição de exponencial. Como um exponencial¹, é possível que os dados biográficos colhidos e disponibilizados ao leitor tenham dado a ideia de que ele, o biografado, nasceu para cursar aquela trajetória. Acaso e outros percalços podem ter ficado de fora da análise, o que, talvez, teria explicado de outra forma a sua vida no Brasil. Portanto, assume-se, hoje, que as fontes foram inquiridas a partir de um conhecimento prévio, o que certamente pode ter afetado os resultados da pesquisa.

*Professor no Programa de Pós-Graduação em História e no curso de Especialização em História do Rio Grande do Sul, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Atua como Coordenador do Núcleo de Estudos Teuto-Brasileiros – NETB, vinculado ao PPG-História – UNISINOS.

¹ O conceito de “exponencial” foi cunhado em minha dissertação para designar os colonos alemães que se destacaram no plano sócio-econômico-político. Como não faziam parte da elite que se originou da imigração e colonização açoriana e portuguesa, optou-se por conceituá-los desta forma. Os “exponenciais” identificados e analisados neste trabalho tampouco integram a elite alemã intelectual e/ou de grande destaque econômico, como o jornalista e político Karl von Koseritz. Ao contrário, são personagens de uma camada média que negociava interesses próprios, entremeados com as solicitações dos que estavam socialmente abaixo, com a elite culta e rica tanto nacional quanto alemã. Ver: WITT (2001).

Outro aspecto a se refletir sobre o estudo realizado é o fato de que pesquisar e analisar a trajetória de um pastor que se tornou comerciante (dono de uma casa de comércio) e proprietário de escravos pode parecer algo muito singular. Ainda que tenha construído uma trajetória ímpar, as fontes e o seu cruzamento com a historiografia da imigração demonstraram que o líder religioso representa o perfil dos imigrantes chegados ao Brasil ao longo do século XIX. Ou, pelo menos, representa boa parte desses imigrantes no quesito da organização e inserção social².

A forma de captar essa representação se deu através do uso de fontes muito variadas. A complexidade do investigado foi percebida em registros de nascimento, batismo, casamento e óbito, mas também em escrituras de compra e venda e inventários. Da mesma forma, requerimentos, livro-caixa de vendas (estabelecimentos comerciais), processos-crime, documentos específicos relacionados ao projeto de imigração e colonização, registros de compra de ações, relatos de viajantes, fotografias, entre outros, demonstram quão abrangentes foram os investimentos do imigrante que chegou como pastor e ocupou outros espaços de destaque na sociedade receptora.

A partir da Micro-história³, entendida aqui como ferramenta metodológica, foi possível reconstruir, parcialmente, a trajetória de Carlos Leopoldo Voges, chegado à Colônia⁴ alemã de São Leopoldo, província do Rio Grande do Sul, Brasil, em 11 de fevereiro de 1825. Ao investigar como as famílias Diefenthäler, de sua esposa, e Voges se uniram, um mundo de estratégias e investimentos se abriu para o pesquisador. Sem o acesso às fontes e o conhecimento de seu conteúdo, captar esse mundo ampliado de estratégias e investimentos teria sido praticamente inviável. Portanto, a qualidade da investigação dos projetos de imigração e colonização para o Brasil depende do acesso às fontes, da sua complexidade, das questões formuladas e das respostas obtidas.

² Para maiores detalhes sobre a trajetória social, política, econômica e religiosa de Carlos Leopoldo Voges, ver: WITT (2008).

³ O livro *A herança imaterial*, de Giovanni Levi, serviu como uma espécie de guia e manual para que a Micro-história pudesse ser experimentada como ferramenta metodológica. Mesmo que não se tratasse de um estudo comparado, a trajetória do pastor Carlos Leopoldo Voges foi, muitas vezes, confrontada com a do padre Chiesa. O pastor, diferentemente do padre, conquistou vasto capital econômico. Por outro lado, sua vida religiosa foi menos tumultuada do que a experimentada por Chiesa.

⁴ Quando escrito com a inicial em maiúsculo, o termo “Colônia” designa o empreendimento agrícola onde colonos foram assentados, o qual, com o tempo, foi elevado à categoria de vila e cidade. Por sua vez, quando for redigido com a inicial em minúsculo, “colônia” terá seu significado vinculado à propriedade territorial recebida pelo imigrante, onde morou, trabalhou e retirou sua subsistência. Dessa forma, a Colônia era dividida em muitas colônias.

Não há risco em afirmar que o acesso e a publicação do conteúdo de determinadas fontes têm derrubado alguns mitos em relação à história da imigração e colonização. Por um longo tempo, a historiografia memorialista difundiu a ideia de um mundo romântico no que tange às Colônias e ao comportamento dos colonos. Fruto de pesquisas locais, muitas vezes baseadas exclusivamente na tradição oral, esses estudos exploram isoladamente a fundação de uma Colônia, a vitória dos pioneiros sobre as adversidades, o exótico, o típico e a importância da igreja e escola para a comunidade. O acesso a novas fontes e/ou a revisitação de fontes já contempladas têm evidenciado um mundo imigrante muito mais dinâmico do que o expresso nas interpretações românticas veiculadas pelos memorialistas.

E o que se pode extrair das fontes documentais referidas no presente texto? Um dos aspectos mais interessantes é a percepção de que os homens dos Oitocentos, nacionais e imigrantes, se moviam. Essa mobilidade se dava em termos espaciais e sociais. A paisagem oitocentista, de um Brasil agrário e com uma infraestrutura ainda a ser construída, não deve passar a impressão de que mover-se era algo impraticável. A rede de contatos construída pelas famílias Diefenthaler e Voges, a qual envolvia parentes, amigos e sócios, conectou espaços quilometricamente distantes. São Leopoldo, Dois Irmãos, Santo Antônio da Patrulha, Três Forquilhas, Torres, Porto Alegre e Taquari foram alguns dos espaços que compuseram a rede de atuação dessa parentela.

Figura 1: Mapa do mega-espaço São Leopoldo-Litoral Norte do Rio Grande do Sul (SL-LNRS)



Mover-se espacialmente ia muito além de visitar parentes, amigos e sócios. Conhecer a paisagem e os caminhos, verificar as mudanças desse cenário, receber e passar informações, estabelecer novas amizades e parcerias, selar ou ratificar acordos familiares ou de negócios estavam no rol do que poderia ser conquistado com a mobilidade. Dito de outra forma, mover-se era uma vitrine para ver e ser visto. O mapa que desenha a região percorrida pelos agentes históricos investigados é capaz de demonstrar como era vasto o território que estava na mira dos seus interesses; por consequência, tem o poder de explicitar quão grandes eram as possibilidades de contato. Da mesma forma, distintas regiões estão evidenciadas no referido mapa: litoral, serra e vale. Afora as diferenças geográficas, cada um desses espaços tinha fauna, flora, habitantes e recursos político-sociais peculiares, o que lhes dava potenciais específicos e, por vezes, fazia com que uns estivessem mais em evidência do que outros. Tudo isso os impulsionava: moviam-se o pastor, os trabalhadores sazonais, a família em busca de uma nova colônia, o barco pelo rio dos Sinos, levando e trazendo produtos e pessoas da Colônia de São Leopoldo para a capital, Porto Alegre. Os registros dos administradores das Colônias, os inventários, os pedidos nos quais estavam listadas as mercadorias que seriam entregues, os registros de nascimento, batismo e casamento, as cartas, por exemplo, são fontes que nos permitem mapear a circulação dos agentes históricos do século XIX.

Contudo, os homens dos Oitocentos praticavam outro tipo de mobilidade. Paralelo à conquista de novos espaços estava o objetivo de alcançar postos-chave na sociedade receptora. Um lugar de destaque poderia ser um emprego melhor; poderia ser um cargo específico na burocracia; a abertura de um comércio; o princípio de uma nova atividade, como um moinho junto à colônia. Isto é, um lugar de destaque era exatamente qualquer tipo de atividade que alçasse o colono a uma condição maior e/ou melhor daquela em que se encontrava. E isso era almejado por todos. Os inúmeros conflitos que perpassavam o cotidiano das Colônias foram resultado dessa busca, ou seja, do desejo de conquistar algo melhor na sociedade onde estavam inseridos.

Portanto, mover-se socialmente era um desejo de todos. Carlos Leopoldo Voges estabeleceu inúmeros e graves conflitos com seus colegas pastores ao disputar o cargo de pastor titular na Colônia de São Leopoldo. Derrotado, teve que aceitar a proposta de acompanhar os colonos alemães que se dirigiram às Torres no ano de 1826. Porém, na primeira oportunidade, casou uma das filhas com um jovem exponencial de São Leopoldo, católico e comerciante. Da mesma forma, casou o filho que recebeu a maior parte da sua

herança com uma moça de família exponencial também de São Leopoldo. Um outro filho casou com uma moça cuja família era negociante em Taquari. Ainda, seus descendentes casaram com membros da família de Edmundo Dreher, rico negociante alemão sediado em Porto Alegre (WITT, 2008, p. 70-108). Os registros de casamento e óbito, os inventários, os livros-caixa de vendas, os processos-crime e as fotografias são algumas das fontes que permitem mapear a mobilidade social dos agentes históricos investigados.

Embora pareça algo importante e de certo modo engenhoso, mover-se socialmente significava, quase sempre, estabelecer conflitos. Nem sempre os nacionais cederam facilmente seus espaços para os imigrantes que chegaram ao longo dos Oitocentos; muitas vezes, colonos xingaram-se ou usaram armas de fogo para defender alguns palmos de sua propriedade quando uma cerca era movida alguns centímetros à direita ou à esquerda; quase sempre, padres e pastores disputaram seus fiéis através de disputas orais ou publicadas em jornais confessionais. Processos-crime, mas também inventários, atas das câmaras e cartas, são documentos que explicitam a intensidade dos conflitos vivenciados pelos imigrantes e seus descendentes.

No que tange aos processos-crime, os conflitos ali registrados tiveram certa notoriedade e, de alguma forma, chegaram à justiça. Porém, as entrelinhas de um inventário podem trazer surpresas quando, por exemplo, um pai de família não aceita a indicação do pastor para ser o tutor dos seus filhos menores (WITT, 2008, p. 47). Da mesma forma, a qualificação “pedinchona” anotada pelo vendeiro em seu livro-caixa e direcionada a uma freguesia denuncia que algum bate-boca deve ter havido entre os dois⁵. E, por certo, um registro de óbito com a informação de que a causa da morte foi suicídio indica um cotidiano ou uma situação súbita de desespero para o falecido e sua família (WITT, 2008, p. 85-86).

As experiências vivenciadas pelos imigrantes e seus descendentes e analisadas ao longo da pesquisa ratificam a ideia de que o desejo de se mover tocava a todos. Um comerciante católico, que se fixara mais próximo do lugarejo de Torres, conseguiu se eleger como juiz de paz em 1829. Sua vitória foi narrada pelo militar e viajante Carl Seidler ao passar pela pequena vila e presenciar o momento festivo (SEIDLER, 1980, p. 219-238). Esse comerciante, rico em propriedades e com vários escravos, parece ter burlado a

⁵ A referência à cliente “pedinchona” se encontra no Livro de Escrituração de Contas Correntes – interior de Osório (1874-1901), arquivado no Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, em São Leopoldo/RS.

lei que impedia estrangeiros de ocupar esse tipo de cargo público. Ou, então, naturalizou-se com o objetivo certo de se tornar um líder local na região. Os viajantes que deixaram registros, como diários ou relatórios de saída de campo, constituem-se fontes importantes, pois, via de regra, presenciaram o que descreveram. Se o olhar de estrangeiro deve ser relativizado, seu relato, se contrastado com outras fontes, pode vir a ser um depoimento significativo do grupo ou sociedade investigada. Com respeito ao caso do juiz de paz alemão, o registro detalhado de Seidler continua sendo a fonte principal dessa conquista objetivada e concretizada por um imigrante alemão católico no Litoral Norte do Rio Grande do Sul.

Por sua vez, uma análise detalhada dos registros realizados por padres e pastores é capaz de revelar estratégias muito refinadas do ponto de vista da perspicácia. Caroline von Mühlen, ao investigar os imigrantes alemães provenientes de Mecklenburg-Schwerin, constatou que um desses homens, protestante e solteiro, casou sob o rito católico ao chegar a Porto Alegre (VON MÜHLEN, 2013). Ele estava acompanhado de uma moça que foi apresentada como sua criada. A acompanhante seria casada, no rito protestante, mas viajara sem o marido. Como o padre não reconhecia o casamento acatólico, o casal prontamente se uniu sob o rito católico, oficializando sua relação. Depois, acompanharam os colonos que se dirigiram à Colônia alemã das Torres, onde se mantiveram fiéis à sua fé protestante.

Do mesmo modo, um requerimento localizado por Miquéias Mügge no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, foi capaz de inserir o imigrante recém-chegado em outra esfera de atuação. O imigrante que encaminhou o tal requerimento era artesão – marceneiro – e solicitou permissão para a compra de um escravo, o qual ficaria cuidando de sua propriedade agrícola. Ele, o imigrante, pediu licença para circular entre as Colônias e exercer a sua profissão de marceneiro. Se, por um lado, o requerimento encontrado por Mügge limita-se a um pequeno pedaço de papel, por outro, se contrastado com outras fontes, as poucas linhas que preenchem o seu tom amarelado trazem questões relevantes para o estudo da imigração e colonização no Brasil (MOREIRA e MÜGGE, 2012, p. 387-402). Nesse caso, o imigrante protestante que casou sob o rito católico e o imigrante marceneiro que pretendia comprar um escravo e exercer a sua profissão comprovam que os recém-chegados rapidamente apreendiam os códigos culturais da sociedade receptora. Assim, a religião católica (como instituição religiosa oficial), a sociedade escravocrata e o artesanato como uma atividade econômica muito valorizada se configuravam como códigos culturais de maior alcance. As fontes

nas quais se encontra o registro do cotidiano desses homens e mulheres não deixam dúvidas de que se trata de agentes históricos ativos e perspicazes. Como bons observadores, captaram e apreenderam a nova realidade da qual faziam parte, ora como desejados – como mão de obra –, ora como indesejados – quando vistos como estrangeiros.

Nos últimos anos, historiadores da imigração e da escravidão têm se debruçado sobre determinadas fontes – novas e já visitadas – as quais informam de forma sutil ou mais explícita o tipo de vínculo que imigrantes estabeleceram com escravos. Registros paroquiais, sobretudo de batismo, escrituras de compra e venda, inventários, testamentos, atas e outros documentos das câmaras, cartas de alforria, fotografias, processos-crime, requerimentos, entre outros papéis, trazem dados quantitativos e qualitativos sobre o uso de mão de obra cativa na agricultura, nas vendas, nas casas urbanas e rurais de imigrantes alemães e em atividades especializadas. Isso demonstra riqueza e busca por *status* na sociedade receptora.

Angela Sperb (1987), ao analisar o inventário de João Pedro Schmitt, aponta que este, ao morrer, em 1868, deixou registrada a posse de 11 escravos. Na mesma época do falecimento de Schmitt, conforme documentação encontrada no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS), Francisco Trein, além de outros imigrantes, pagou o imposto de meia-sisa referente à negociação com a compra e venda de escravos. Embora, após a promulgação e implantação da Lei de Terras, em 1854, a propriedade territorial se tornasse um bem muito mais valioso, a posse de escravos, mesmo diante das diversas restrições, representava um referencial de *status* e poder dentro da estrutura social brasileira oitocentista.

Os documentos pesquisados trazem informações quanto às posses desses agentes históricos, principalmente os negócios envolvendo a compra e venda de terras e escravos. Mesmo com a proibição legal (Lei Imperial nº 514, de 24 de outubro de 1848 e Lei Provincial nº 183, de 18 de outubro de 1850) de que os imigrantes possuíssem escravos em áreas rurais, a documentação comprova que essa era uma prática adotada por um número considerável de colonos, o que lhes configuraria *status* socioeconômico. Esse era um passo importante para o alcance de seus objetivos dentro da sociedade brasileira. Em termos historiográficos, a pesquisa nesses documentos contribui para refutar os estudos que negam a prática escravista entre imigrantes e seus descendentes⁶.

⁶ Felipe Kuhn Braun, em obra recente, também faz menção às leis que impediam o uso de escravos nas colônias. No entanto, mesmo aceitando que “muitos alemães descumpriam a regra”, o autor

Em se tratando de *status*, ou lugar de destaque, a tradição oral é um indício que não deve ser facilmente descartado. Se, ao longo dos séculos XIX e XX, cristalizou-se a ideia de que tal família teria origem nobre e, por isso, estaria socialmente um tanto distante da maioria dos colonos, uma palavra que antecede o nome do imigrante em uma escritura de compra e venda parece ratificar o que ficou registrado pela tradição oral. Nesse documento, a palavra “Dom” ficou registrada antes do nome do imigrante. Isso, mais o fato de ter escrito uma carta para a Alemanha solicitando que um sobrinho fosse enviado para casar com uma de suas filhas, parece comprovar que tal família ocupava um lugar acima da maioria dos colonos (WITT, 2008, p. 89). De igual modo, o registro de óbito de uma das noras de Carlos Leopoldo Voges informa que ela foi socorrida por um médico vindo da localidade de Cornélios. Um socorro médico a domicílio, no século XIX, era recurso que estava ao alcance de poucos. Portanto, algumas fontes apontam para o desnivelamento social existente entre os imigrantes (WITT, 2008, p. 97).

A construção de certo desnivelamento social entre imigrantes aponta para uma prática que estava reservada aos colonos exponenciais, os quais conquistaram um degrau a mais na hierarquia social construída em cada Colônia. Em pesquisas posteriores, outros exponenciais foram acrescentados ao grupo que tinha origem nas famílias Diefenthäler-Voges. O avanço da pesquisa sobre outras áreas e parentelas foi importante, uma vez que comprovou a complexidade e dinamicidade do fenômeno da imigração. Ainda dentro dos territórios da antiga Colônia alemã de São Leopoldo, mapeou-se e analisou-se a trajetória das famílias Trein, de São Sebastião do Caí, e Schmitt, de Novo Hamburgo. Com a pesquisa, identificaram-se praticamente os mesmos traços para esses dois grupos familiares, o que os assemelha muito aos Diefenthäler-Voges. Comércio, participação política, compra e venda de terras, uso de mão de obra escrava, construção de redes e estratégias matrimo-

justifica esse descumprimento “porque [os imigrantes] precisavam de pessoas que lhes ajudassem no trabalho diário” (BRAUN, 2010, p. 50). No que concerne à convivência, Braun afirma que “a relação entre o alemão e o negro, embora fosse preconceituosa na maioria das vezes, se dava de uma forma muito mais familiar à do português com o negro. Alguns escravos ganharam também os sobrenomes de seus patrões alemães” (BRAUN, 2010, p. 51). As novas pesquisas que têm aproximado escravidão e imigração relativizam as afirmações de Braun. Tanto as fontes como os trabalhos que as têm analisado apontam para um total pragmatismo na compra e venda de escravos por parte dos alemães. Imigrantes urbanos e rurais obtiveram escravos e os utilizaram em suas casas e em seus negócios. Portanto, não se trata de ajuda, e sim de investimento. Afora isso, o fato de o escravo falar um dos dialetos alemães é consequência do convívio, e não de um suposto aprazível dia a dia entre proprietário e escravo. Para maiores detalhes, ver: BRAUN (2014).

niais também foram alvo dos Trein e Schmitt. A partir de suas colônias, construíram capital simbólico e material que os transformou em núcleos exponenciais dentro de uma área que extrapolava consideravelmente a sua moradia.

Os Trein, situados à margem do rio Caí, comunicavam-se facilmente com a capital da província por essa via fluvial. Já a família Schmitt havia ocupado um lote estratégico em Hamburger Berg, na futura cidade de Novo Hamburgo, cujo local encontravam-se várias estradas que levavam a localidades diferentes. Ou seja, todos os que saíam da sede da Colônia de São Leopoldo em direção ao norte eram obrigados a passar pela venda de Johann Peter Schmitt – João Pedro Schmitt.

Em referência à família Trein, a partir da continuidade da pesquisa, conseguiu-se estabelecer relações entre exponenciais de diferentes regiões da antiga Colônia de São Leopoldo, como a que hoje forma o Vale do rio Caí, de forma especial os municípios de São Sebastião do Caí e São José do Hortêncio. Afora isso, identificou-se como obtiveram sucesso através do comércio, como efetivaram contatos políticos e como isso resultou na criação de tramas e redes de poder.⁷ Para a composição de redes, laços familiares, de convivência e de afetividade, assumiram, também, um caráter de negociação, uma vez que o bom ou mau resultado de sua construção poderia interferir na ação empreendedora desses imigrantes e de seus descendentes. Assim, casamentos e apadrinhamentos estiveram a serviço desses objetivos. Conforme Woortmann, o compadrio seria “uma forma de ampliar relações de solidariedade para além da rede de parentesco, vizinhança e amizade, ou como uma forma de reforçar os laços já estabelecidos por essas relações” (WOORTMANN, 1995, p. 63).

A união entre poucas famílias também está presente nos registros das comunidades paroquiais da região, estratégia essencial para evitar a diluição da riqueza familiar. Com isso, havia maior facilidade de manutenção das finanças e maior oportunidade e segurança nos investimentos caso os nubes fosse próximos e/ou estivessem sob o controle dos pais e sogros. Esses aspectos influenciaram no crescimento da região, já que determinados agentes, como os imigrantes João Pedro Schmitt e Francisco Trein, acabariam, às vezes, definindo a trajetória tanto das localidades quanto dos grupos sociais

⁷ A formação e fortalecimento de laços interfamiliares e o estabelecimento de conexões, visando garantia da realização de interesses, são uma prática que se percebe bastante forte e alicerçada na história brasileira e sul-americana. Para aprofundar a questão, ver: VIVÓ (2009).

que estiveram sob sua influência. A região de Hamburger Berg, local onde se encontrava o lote de João Pedro Schmitt, pode ser tomada como exemplo dessa múltipla influência. Na atualidade, o turismo se vale da herança simbólica e material do nome de João Pedro Schmitt para vender turisticamente o bairro Hamburgo Velho. O casario histórico, as igrejas e a casa onde funcionou a venda de Schmitt tornaram-se produtos de referência para o consumo dos turistas⁸.

Tendo a Colônia alemã de São Leopoldo como ponto de origem, exponenciais estrangeiros e nacionais criaram vínculos com autoridades, o que permitiu espaço para atuarem em todos os níveis de poder. A construção de vínculos com autoridades locais e provinciais embasou-se na formação de redes que envolvia homens com algum tipo e grau de mobilidade social e espacial. As redes estavam organizadas em âmbito local, regional e imperial, permitindo uma movimentação nos espaços políticos, econômicos, religiosos e sociais. Com essa vantagem, indivíduos exponenciais, e possivelmente os grupos que se apoiavam neles, agiam de forma autônoma, apoiando ou não as ações governamentais, segundo os interesses pessoais. Eles eram, por exemplo, responsáveis pelo crédito principalmente junto às suas comunidades, adiantando mercadorias em troca da futura produção ou emprestando recursos para a próxima safra. Através dessa prática, estabeleciam dependências e geravam uma hierarquia no interior dessa cadeia mercantil. Alguns deles, como João Pedro Schmitt, faziam parte de sociedades, as quais os condicionavam a uma divisão de posses entre os sócios. A formação de sociedades viabilizava investimentos maiores, os quais dariam resultado a médio e longo prazo.

No que tange às fontes, os trâmites jurídicos, políticos e burocráticos, as questões particulares e coletivas, o desenrolar desse cenário e da vida de seus agentes históricos localizam-se em inúmeros registros. Os feitos que moldaram o cotidiano dos exponenciais ficaram documentados em registros de nascimento, batismo, casamento e óbito, de compra e venda de terras, em correspondências dirigidas aos poderes administrativos locais, como Câmaras de Vereadores, nas atas de reuniões de inúmeras instituições, nos inventários, entre outros tipos de papéis que se tornam indispensáveis para a obtenção de dados e informações.

⁸ Trata-se, nesse caso, de um excelente exemplo da criação e desenvolvimento do turismo étnico. Via de regra, o patrimônio histórico está atrelado às atividades econômicas fomentadas pela indústria do turismo. Para maiores detalhes, ver a Tese de Doutorado de Roswithia Weber (2006).

Os livros de atas da Câmara Municipal de São Leopoldo, que datam da formação do primeiro corpo de eleitos, em 1846, consistiram em alicerce básico para decifrar o *ethos social* da região. Da mesma forma, as correspondências de caráter fazendário, como indenizações, pagamentos por empreendimentos particulares em nome da Câmara (abertura de estradas e obras públicas executadas por serviço privado), dívidas, aluguéis e ressarcimentos indicaram o grau de complexidade das ações que envolviam poder público e privado. Dependendo dos dados registrados nesses documentos, conseguiu-se analisar, de forma ainda mais minuciosa, os processos de crescimento e diversificação da sociedade imigrante. Deste modo, unidos ou não com membros importantes da sociedade nacional, houve imigrantes atuantes e de significativa influência dentro das diversas áreas que compuseram a antiga Colônia de São Leopoldo.

Os livros de registro da Comunidade Evangélico-luterana de Hamburgo Velho, entre 1845 e 1886, possibilitaram o mapeamento das relações entre famílias, realizadas por meio do casamento e apadrinhamento. Nesse período, o pastor Johann Peter Haesbaert registrou uma quantidade considerável de informações sobre as ações dos agentes históricos daquela época, e ficam evidentes as estratégias matrimoniais por eles engendradas. O consórcio de três irmãos da família Schmitt com três irmãos da família Blauth exemplifica como a aliança das parentelas foi capaz de redimensionar os investimentos simbólico e material dos dois grupos.

A família Blauth monopolizou a navegação pelo rio dos Sinos, conectando a Colônia de São Leopoldo e a capital, Porto Alegre. Para o comerciante João Pedro Schmitt, aliar-se aos barqueiros poderia significar a facilitação para o envio e obtenção de mercadorias. Já para os Blauth, a garantia de serviços e respaldo político caso necessitassem de algo. Fontes informam que Schmitt já havia trabalhado com transporte fluvial de 1824 a 1844; em meio a essa atividade, abriu sua venda – casa de comércio, em 1830. Nesse caso, as duas famílias dedicaram-se à mesma atividade durante anos. Formando sociedade jurídica ou estabelecendo parceria e concorrência, as parentelas Schmitt e Blauth uniram forças ao investir no transporte de mercadorias⁹.

Segundo dados coletados ao longo da pesquisa, as famílias Schmitt e Blauth estavam interligadas já pelo enlace de João Pedro Schmitt com Anna

⁹ Devido à ausência de fontes, ainda não se pode afirmar que as famílias Blauth e Schmitt tenham formado uma sociedade estável e jurídica. O certo é que a navegação os aproximou e permitiu investimento econômico e familiar.

Bárbara Blauth, em 23 de abril de 1847. Os laços envolvendo as duas parentelas foram solidificados, ainda, com a união de Henrique Guilherme Schmitt com Anna Maria Blauth e de Elisabeth Schmitt com João Jacob Blauth (RAYMUNDO, SANTOS e WITT, 2014, p. 466-467). Junto com o casamento, operava-se a instituição do compadrio, ferramenta que estreitava laços de tal forma que garantissem transmissão de capital simbólico, estabilidade social e concentração de bens entre as parentelas envolvidas.

Nesse sentido, Maria Silvia Bassanezi afirma que

em princípio, toda a população pode ser recuperada através desses registros. Por isso, os livros que os contêm são considerados fontes democráticas. Mesmo que, para determinados momentos e locais, uma parcela dos nascimentos, das uniões conjugais e dos óbitos, por algum motivo, não tenha sido anotada, esses livros incluem de fato todos os setores da sociedade (BASSANEZI, 2011, p. 142).

A posição de Bassanezi, defendida na citação acima, de que toda população pode ser recuperada através de registros paroquiais proporciona uma contextualização da fonte e sugere um estudo que abranja toda a estrutura social, desde sua administração política, financeira, judicial até os aspectos culturais da sociedade investigada.

As relações construídas pelos agentes históricos analisados sinalizam para uma ação empreendedora, cujas estratégias foram efetivadas por imigrantes exponenciais. A partir de conquistas políticas e econômicas, muitos desses agentes ampliaram seu leque de atuação, investindo inclusive no mercado imobiliário do século XIX.

É neste contexto que, em 1845, João Pedro Schmitt e seu sócio João Kraemer, de Hamburger Berg, iniciaram uma colonização particular nas localidades de Picada da Bica (hoje Arroio da Bica, cidade de Araricá, divisa com Nova Hartz) e Picada Ferrabrás (ao pé do morro homônimo, localizado no atual município de Sapiranga), na Fazenda do Padre Eterno. Da mesma forma, João Jacob Blauth (cunhado de João Pedro Schmitt) e seu sócio Felipe Matte investiram na criação da Colônia de Picada Verão, próxima da Picada de São Miguel de Dois Irmãos (hoje localizada entre os municípios de Sapiranga e Dois Irmãos). Assim, Schmitt e outros investidores passaram a atuar de forma significativa em um dos mais importantes setores da economia nacional: o setor fundiário.¹⁰ Se o início da colonização alemã esteve

¹⁰ Mesma estratégia é seguida por Tristão Monteiro e seu primeiro sócio, Jorge Eggers, efetuando a compra da Fazenda Mundo Novo, que pertencera a Antônio Borges de Almeida Liaens, localizada no Pinhal, também próxima da Fazenda do Padre Eterno.

somente sob a responsabilidade do governo imperial, à medida que novos imigrantes chegavam e se fazia necessário criar novas Colônias, o governo delegou a efetivação de novos projetos às províncias e a particulares (indivíduos ou empresas). Atentos a essa nova oportunidade, os investidores Schmitt, Kraemer, Blauth e Matte direcionaram parte do seu capital material para o mercado imobiliário da época.

Segundo os primeiros livros de atas da vila de São Leopoldo, o espaço denominado de Picada do Padre Eterno foi marcado por intensas disputas e tensões entre colonos, loteadores e até entre autoridades provinciais. Nas páginas das atas, pelos escritos de Manoel Bento e José Oliveira, ficaram registrados os inúmeros requerimentos, reclamações e pedidos dos envolvidos referentes à abertura de estradas e oficialização de uma liderança para a nova Colônia.

No que tange à trajetória de Francisco Trein, o imigrante iniciou seus investimentos na Freguesia de Linha São José do Hortêncio. Dessa localidade, migrou para São Sebastião do Caí, onde desenvolveu habilidades semelhantes às de João Pedro Schmitt: abertura de casa comercial e construção de redes a partir de casamentos estratégicos. Porém, antes disso, Trein possuía uma venda (casa de negócios) em São José do Hortêncio, o que, em pouco tempo, lhe conferiu poder econômico e social dentro daquele núcleo. O desenvolvimento e êxito de seu empreendimento fizeram com que abrisse filial em São Sebastião do Caí, o que lhe garantiu ampliação de sua rede de influências. Tanto foi assim que, em 1873, ocupava um dos postos de Juiz de Paz na região, envolvendo-se, inclusive, em uma intensa disputa política com outro imigrante, João Daniel Collin, que ocupara o cargo de vereador em São Leopoldo. Com esse conflito, percebe-se a formação de dois blocos políticos rivais, capitaneados pelos referidos imigrantes. Segundo Carina Martiny, ao analisar mais profundamente a trajetória de Trein em sua *Dissertação de Mestrado*,

as distintas posições assumidas pelas lideranças locais no episódio analisado, mais do que evidenciar a defesa dos interesses de um ou outro partido, eram expressão da disputa entre parcialidades antagônicas. Só assim podemos entender as atitudes de Francisco Trein e João Daniel Collin por ocasião da primeira eleição. Nem Trein, nem Collin queriam perder um espaço que já possuíam na política local (MARTINY, 2010, p. 77).

Paralelamente ao investimento comercial, Trein fez uso da estratégia matrimonial como forma de entrelaçamento e formação de uma rede econômica e política. Francisco Trein Filho se casou com Margarida Zirbes, filha do vereador Guilherme Zirbes, enquanto Júlio Trein e Maria Mathilda Trein

firmaram enlances com filhos do vereador João Jacob Schmitt, Maria Cristina e João Jacob Schmitt Filho. Os outros filhos de Trein do gênero masculino, Felipe Carlos, Cristiano Jacob e Frederico Guilherme, casaram-se, respectivamente, com Guilhermina, Elisabeth e Catarina Ritter, irmãs de Henrique Ritter Filho, vereador, comerciante e destacado empresário local. Esse emaranhado de nomes e sobrenomes, os quais deram origem a novos elos matrimoniais e de parentesco, conecta-se diretamente com o estabelecimento de vínculos econômicos e políticos.

Assim sendo, as estratégias adotadas por Francisco Trein e o capital econômico e relacional por ele desenvolvido continuariam por meio de seus filhos, já no período republicano. A atuação de Cristiano Jacob Trein exemplifica a perpetuação dos investimentos da família: no início do século XX, duas de suas filhas se casariam com Frederico Mentz e Antônio Jacob Renner. Estes, além do vínculo de parentesco, tornaram-se sócios de seu sogro. Juntos, fundariam empresas que, nas décadas posteriores, se tornariam referência em diferentes áreas: indústria têxtil, comércio, setor bancário e de seguros sociais (por exemplo, o banco Sulbanco, de Frederico Mentz, e as Indústrias e Lojas Renner, de A. J. Renner).

A pesquisa, pensada e efetivada como um exercício crítico e analítico, contesta parte dos memorialistas e clássicos especialmente quanto à forma de divulgarem a figura do imigrante e de seu descendente. Para esse grupo historiográfico, o colono foi um agente que experimentou o sucesso após vencer inúmeras dificuldades, agindo de maneira íntegra e imaculada em todas as suas experiências cotidianas. Os dados coletados e analisados a partir da pesquisa relativizam essa visão conservadora do imigrante, pois os documentos evidenciam um agente histórico ativo, dinâmico e complexo.

Documentos que estão sob os cuidados do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, especialmente os que compõem o fundo documental “Imigração, Terras e Colonização”, proporcionaram uma nova leitura no que se refere à postura do imigrante frente ao trabalho e ao cotidiano social no *Novo Mundo*. A título de exemplo, a pesquisa realizada em correspondências expedidas, fundos jurídicos e fundos policiais, possibilitou a análise de casos vinculados ao posicionamento político de certos grupos de colonos. Um dos casos mais destacados diz respeito ao conturbado ano de 1837, quando, em Porto Alegre, espalhou-se o boato de que a leva de imigrantes alemães que desembarcou na Colônia de São Leopoldo seria predominantemente anarquista. Um grupo assim representaria perigo para a província e para as autoridades responsáveis pela manutenção da ordem. Relatos como este, inde-

pendentemente de sua veracidade, colocam em xeque o caráter pacífico, ordeiro e industrioso dos imigrantes. Segundo o que ficou registrado na documentação, nem todos se enquadrariam no modelo pensado e idealizado por aqueles que defenderam os projetos de imigração. Haveria, por vezes, problemas sérios entre alguns grupos de imigrantes e as autoridades constituídas.

Se o que ficou registrado nos documentos corresponder à realidade, isto é, se houve a presença de anarquistas entre colonos alemães assentados na Colônia de São Leopoldo, então, pode-se afirmar que os estudiosos da imigração que propagam a tese do isolamento e a do abstencionismo político por parte do imigrante e de seus descendentes terão dificuldade em defender suas ideias. Para Marcos Tramontini,

o isolamento, ressaltado tanto pelos ideólogos da etnicidade, como pelos críticos do enquistamento étnico, entendido como instrumento para afirmação e demarcação de diferenças (exaltadas ou criticadas), expressa a concepção de etnicidade como excludente, como inventário das diversidades. Ignoram que a “comunidade étnica” não se afirma isoladamente, mas que surge da oposição e, portanto, da relação, e que a constituição ou a organização de um grupo social com base étnica é um fenômeno político, ou seja, a mobilização do ‘capital simbólico’ desse grupo está relacionada com a sua luta política, como uma estratégia para encontrar na ‘comunidade’ o reconhecimento social, conjugando forças para resistir, encaminhar soluções e fazer pressão (TRAMONTINI, 2000, p. 396).

De acordo com Tramontini, as inter-relações desses colonos e as redes que eles criaram para buscar espaço dentro do cenário político dos Oitocentos, usando influências e estratégias variadas, faziam parte dos seus objetivos enquanto grupo “outsiders” que desejava migrar para a condição de “estabelecido” (ELIAS, 2000). Ao tentar sair de uma condição que os desfavorecia – “outsiders” –, os colonos quebraram mais barreiras político-econômico-sociais do que somente as dificuldades impostas pelas duras condições de trabalho.

À guisa de encerramento, o presente texto buscou contribuir para o debate sobre a imigração para o Brasil justamente em um momento em que o país passou a ser visto, novamente, como um local onde o sonho de refazer a vida é possível. Com isso, os temas associados à velha Colônia alemã de São Leopoldo ainda têm condições de render em termos de pesquisa e estudos no âmbito da história da imigração. Afirmações generalizantes, certezas cristalizadas e qualidades que fizeram do imigrante um super-homem são desafios para o historiador acadêmico e se colocam como diálogos possíveis entre pesquisadores de inúmeras tendências que escrevem sobre imigração.

No que tange ao diálogo entre pesquisadores de diversas tendências, uma pauta de discussão seria a premissa de que os imigrantes e seus descendentes fizeram algo mais do que trabalhar. Não se quer negar as dificuldades que pioneiros e descendentes enfrentaram. Ao contrário, a tentativa de superar os obstáculos fez dos solteiros e das famílias estrangeiras agentes históricos ativos. Afinal, pouquíssimos foram aqueles que tiveram condições de retornar aos seus territórios de origem. A imensa maioria permaneceu na América e viu-se obrigada, pela sobrevivência, a estabelecer uma série de conflitos que visavam à condição de “estabelecido”. O mapeamento dessa busca se deu através do cruzamento de um grande número de fontes – grande na quantidade e na diversidade. Foi preciso estar atento aos detalhes, às entrelinhas, ao que ficou silenciado e ao que foi registrado de maneira muito evidente. Os recursos da Micro-história constituíram-se ferramentas fundamentais para que se chegasse à percepção de que os agentes históricos investigados fizeram uso de uma mobilidade tanto social quanto espacial. Os casos investigados e demonstrados nas tantas linhas do presente texto ratificam a afirmação de que a mobilidade integrava o cotidiano dos solteiros e das famílias imigrantes.

A verticalização e o aprofundamento proporcionados pela Micro-história permitiram que se investigasse o capital simbólico e material de determinados imigrantes. Desse modo, o capital simbólico adquirido pelas práticas religiosas e políticas pode ser comparado ao capital material conquistado pela multiplicidade de investimentos econômicos. Em um homem, ou em algumas famílias, todo esse patrimônio foi construído com perspicácia e objetivando a conquista de espaços considerados essenciais para a construção de uma nova vida em um *Novo Mundo*. Ao ouvirem e aceitarem as propostas veiculadas na publicidade dos agentes migratórios, camponeses pobres, artesãos em dificuldade para se manter, aventureiros e poucos endinheirados metamorfosearam-se: de emigrantes para imigrantes. Ou, tomando-se Norbert Elias como referência, de “outsiders” para a nova condição de “estabelecido”.

Quando acessadas em quantidade, quando a sua qualidade revela muito mesmo que em poucas páginas, quando inquiridas de forma a atingir o mais profundo segredo das entrelinhas, as múltiplas fontes produzidas pelos agentes que se envolveram com a imigração são capazes de trazer informações sobre a metamorfose experimentada por solteiros e famílias que abraçaram a imigração como saída possível. É, pois, na complexidade das fontes que o *Novo Mundo* se revela.

Referências

- BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000. [Tradução de John Cunha Comeford].
- BASSANEZI, Maria Silvia. Os eventos vitais na reconstituição da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). *O Historiador e suas fontes*. 1. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2011.
- BRAUN, Felipe Kuhn. *História da imigração alemã no Sul do Brasil*. 2. ed. Porto Alegre: Costoli, 2010.
- _____. *São Miguel dos Dois Irmãos: o primeiro século de história*. São Leopoldo: Oikos, 2014.
- BJERG, María; OTERO, Hernán. Inmigración, liderazgos étnicos y participación política en comunidades rurales. IN: BERNASCONI, Alicia; FRID, Carina (Ed.). *De Europa a las Américas. Dirigentes y liderazgos (1880-1960)*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2006. p. 43-61.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- _____. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- CEM anos de germanidade no Rio Grande do Sul – 1824/1924*. São Leopoldo: UNISINOS, 1999. [Tradução de Arthur Blásio Rambo].
- COSTA, Jean Henrique. Entre a estrutura e a ação, melhor a relação: para pensar a análise de redes sociais. In: *Revista Espaço Acadêmico*. V. 10, n. 117, fev. 2011. p. 123-130.
- DA ORDEN, Maria Liliana. Liderazgo étnico, relaciones personales y participación política: los españoles en Mar del Plata, 1883-1930. In: BJERG, M.; OTERO, H. (Orgs.). *Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna*. Tandil, IEHS-CEMLA, 1995. p. 133-167.
- ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- FAZITO, Dimitri. A análise das redes sociais (ARS) e a migração: mito e realidade. *XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*, Belo Horizonte, 2002. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/gt_mig_st1_fazito_texto.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2011.
- _____. A configuração estrutural dos arranjos familiares nos processos migratórios: a força dos laços fortes para a intermediação. *Seminário da Associação Brasileira de Estudos Populacionais: As famílias e as políticas públicas no Brasil*. 21-22 de novembro. Belo Horizonte, 2005. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/FamPolPublicas/DimitriFazito.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2011.

FERNANDEZ, Alejandro E. *Inmigracion y redes comerciales*. Um estudio de caso sobre los catalanes de Buenos Aires a comienzos de siglo. In: *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, año 11, n. 32, 1996. p. 25-60.

GALLERO, Maria Cecilia. *Con la patria a cuestas: la inmigración alemana-brasileña en la Colonia Puerto Rico, Misiones*. Buenos Aires: Araucaria; Resistencia: Instituto de Investigaciones Geohistóricas – Conicet, 2009.

IMÍZCOZ, José Maria. *Redes familiares y patronazgo*. Aproximación al entramado social del País Vasco y Navarra en el Antiguo Régimen (siglos XV-XIX). Bilbao: Universidad del País Vasco, 2001.

_____. Actores sociales y redes de relaciones: reflexiones para una historia global. In: *Revista da Faculdade de Letras e História*. Porto: III Série, Vol. 05, 2004. p. 115-140.

IOTTI, Luiza Horn (Org.). *Imigração e colonização: legislação de 1747-1915*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul; Caxias do Sul: Educus, 2001.

LESSER, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo: UNESP, 2001.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MARQUIEGUI, Dedier Norberto. Migraciones tempranas y redes sociales: um enfoque comparado a propósito de los españoles e irlandeses de Luján. In: DE CRISTÓFORIS, Nadia; FERNÁNDEZ, Alejandro (Orgs.). *Las migraciones españolas a la Argentina: variaciones regionales (siglos XIX y XX)*. 1. ed. Buenos Aires: Biblos, 2008, p. 109-131.

MARTINY, Carina. *Os seus serviços públicos estão de certo modo ligados à prosperidade do município*. Constituindo redes e consolidando o poder: uma elite política local (São Sebastião do Caí, 1875-1900). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Dissertação de Mestrado, 2010.

MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (Orgs.). *Os alemães no Sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: ULBRA, 1994.

MOREIRA, Paulo; MUGGE, Miquéias Henrique. Negros em terras de alemães: escravos e libertos em zona de imigração europeia – Stumpf, Schneider e seus escravos. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel et al. (Orgs.). *Raízes de Nova Hartz*. Novo Hamburgo: Um Cultural, 2012. v. II. p. 387-402.

MÜHLEN, Caroline von. *Da exclusão à inclusão social: trajetórias de ex-prisioneiros de Mecklenburg-Schwerin no Rio Grande de São Pedro oitocentista*. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Dissertação de Mestrado, 2010.

MÜLLER, Elio Eugenio. *Três Forquilhas (1826-1899)*. Fase de formação da colônia. Curitiba: Fonte, 1992.

PORTO, Aurélio. *O trabalho alemão no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Estabelecimento Gráfico Santa Terezinha, 1934.

- POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. Seguindo de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: UNIESP, 1998.
- RAMELLA, Franco. Por un uso fuerte del concepto de red en los estudios migratorios. In: BJERG, María; OTERO, Hernán. *Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna*. Tandil: CEMLA – IEHS, 1995. p. 9-21.
- RAYMUNDO, Ícaro Estivalet; SANTOS, Rodrigo Luis dos Santos; WITT, Marcos Antônio. Expandir para consolidar: a estratégia de participação em múltiplas atividades de negócios como meio de inserção social e política dos imigrantes alemães (o caso de João Pedro Schmitt). In: REINHEIMER, Dalva; NEUMANN, Rosane Marcia (Orgs.). *Patrimônio histórico nas comunidades teuto-brasileiras: história, memória e preservação*. São Leopoldo: Oikos, 2014, p. 465-472.
- RELLY, Eduardo. *Floresta, capital social e comunidade: imigração e as picadas teuto-brasileiras (1870-1920)*. Dissertação de Mestrado. UNIVATES. Lajeado, 2013.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. Portugueses do Brasil e portugueses no Brasil: “laços de irmandade” e conflitos identitários em dois atos (1822 e 1890). In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). *Nações e diásporas: estudos comparativos entre Brasil e Portugal*. Campinas: UNICAMP, 2010, p. 27-55.
- SAUL, Renato. *A modernidade aldeã*. Porto Alegre: UFRGS, 1989.
- SAYAD, Abdelmalek. *A imigração, ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EDUSP, 1998.
- SEIDLER Carl. *Dez anos no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.
- SEIXAS, Xosé Manoel Núñez. Modelos de liderazgo en comunidades emigradas. Algunas reflexiones a partir de los españoles en América (1870-1940). In: BERNASCONI, Alicia; FRID, Carina (Ed.). *De Europa a las Américas. Dirigentes y liderazgo (1880-1960)*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2006.
- SEYFERTH, Giralda. A representação do “trabalho alemão” na ideologia étnica teuto-brasileira. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, n. 37, p. 1-33, 1982. [Nova Série. Antropologia].
- SPERB, Angela. O inventário de João Pedro Schmitt. In: *Anais do IV simpósio de história da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo, 1987, p.17-44.
- SPLIESGART, Roland. *“Verbrasilianerung” und Akkulturation*. Deutsche Protestanten im brasilianischen Kaiserreich am Beispiel der Gemeinden in Rio de Janeiro und Minas Gerais (1822-1889). Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2006.
- TOMACHESKI, Mauro Baltazar. *A terra prometida da Virgem Maria: imigrantes, intelectuais viajantes e colonos na imigração polaca*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. São Leopoldo, 2014.

TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização social dos imigrantes*. A Colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850). São Leopoldo: UNISINOS, 2000.

TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. Notas acerca do uso do método comparativo no campo dos estudos migratórios. In: DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; TRUZZI, Oswaldo Mário Serra (Orgs.). *Estudos migratórios: perspectivas metodológicas*. São Carlos: EDUFSCAR, 2005, p. 131-157.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em Processos migratórios. In: *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 20, n. 1, 2008. p. 199-218.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Redes de compadrio em Vila Rica: um estudo de caso. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (Orgs.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 239-261.

VIVÓ, Cristina Mazzeo de. Os vínculos interfamiliares, políticos e sociais da elite mercantil de Lima no final do período colonial e início da República: estudo de caso, metodologia e fontes. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (Orgs.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 264-295.

WEBER, Roswithia. *Mosaico Identitário: história, identidade e turismo nos municípios da Rota Romântica – RS*. Porto Alegre, 2006. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS.

WITT, Marcos Antônio. *Política no Litoral Norte do Rio Grande do Sul: a participação de nacionais e de colonos alemães – 1840-1889*. São Leopoldo, 2001. Dissertação de Mestrado. História da América Latina. Programa de Pós-Graduação em História – UNISINOS, 2001.

_____. *Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas (Imigração alemã – Rio Grande do Sul – século XIX)*. São Leopoldo: Oikos, 2008.

_____. Sobre escravidão e imigração: relações interétnicas. In: *Revista História: Debates e Tendências*, v. 14, n. 1, jan./jun. 2014, p. 21-35.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. *Herdeiros, parentes e compadres*. Colonos do Sul e sitiantes do Nordeste. São Paulo, Brasília: Hucitec, EDUNB, 1995.

_____. Identidades e memória entre teuto-brasileiros: os dois lados do Atlântico. In: *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre: UFRGS, ano 6, n. 14, nov. 2000, p. 205-238.

ZÚÑINGA, Jean-Paul. Clan, parentela, família, indivíduo: métodos y níveis de análisis. *Anuario IEHS*. Argentina: Tandil, n. 15. 2000.

Parte 4

Palestra

Micro-história e história da imigração*

Giovanni Levi

Minha apresentação é dividida em duas partes: a primeira parte trata do que é micro-história. Um tema chato, pois são 30 anos que eu falo de micro-história. Mas, chegando aqui, eu inventei uma fórmula para memorizar o que é micro-história que acredito que poderá ser útil. Na segunda parte, apresentarei alguns experimentos sobre micro-história e imigração. Porque imigração? Eu penso que alguns historiadores que se ocuparam do tema imigração pararam no tempo, no sentido de que não aconteceram maiores invenções. Houve uma ampliação dos estudos, porém, do ponto de vista metodológico, parece-me que estamos um pouco imobilizados. Sou muito ignorante em relação ao tema imigração. Muito das coisas que direi são sugestões que podem ser estupidez; por isso, espero discutir com vocês. Poderia começar falando sobre o que é micro-história, mas começarei dizendo o que não é micro-história.

Utilizarei as palavras de um amigo meu que tem muita facilidade em dizer “besteiras”, que é Peter Burke. Burke e eu somos velhos, mas ele escreve sobre tudo. Talvez, por nossas idades, fazemos uma grande confusão sobre o mundo. Seu pequeno livro sobre história cultural é um verdadeiro desastre. Apesar disso, ele disse algo importante sobre a história cultural: que não há nenhuma inovação de método, antes há uma tensão de campos, e isso é verdade. A história cultural, para mim, é muito perigosa.

Quero ler algumas coisas de grande comicidade que Peter Burke escreveu sobre a micro-história. Ele diz: “A micro-história é um tema tipicamente italiano, vinculado com as lealdades locais que talvez pudéssemos descrever como *campanilismos*¹”. Isso é uma loucura total. Outro trecho: “Os estudos

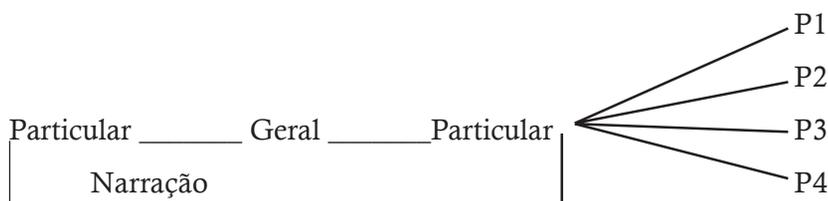
*Palestra de abertura proferida pelo professor Giovanni Levi no Seminário: “Micro-história, trajetórias e imigração”, no dia 28 de outubro de 2014. A transcrição da palestra foi realizada por Maíra Vendrame, professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria e bolsista do Programa Nacional de Pós-doutorado da Capes. Optou-se, neste texto, por manter as características da exposição oral realizada pelo professor Giovanni Levi.

¹ Sinônimo: local e bairrista.

de comunidade do passado fazem um apelo à nostalgia. Tudo é ligado à conservação, à sobrevivência das velhas e tradicionais comunidades. As narrações históricas dos acontecimentos de pequena escala são talvez aquilo que os jornalistas chamam de *humam interest story*, sendo narradas mais ou menos com sua atração pelo passado e com as histórias policiais e o drama”. Isso é o mais cômico: “Não poucos trabalhos de micro-história têm forte relação com a sexualidade e com os escândalos e, talvez, possuem títulos sensacionalistas.” Essa é a imagem que Peter Burke difundiu sobre micro-história. Parece-me muito interessante, porque é tudo o que a micro-história não é.

Passamos, então, para o que é micro-história. Inventei essa fórmula que saiu de uma definição de história. O que é história? É a ciência das perguntas gerais, porém dos acontecimentos locais – locais não no sentido de localidade – específicos, sendo que cada situação é diferente. Devemos ver o particular, não para falar do local, mas para encontrar perguntas gerais que permitam realizar infinitas contestações. Então, partimos do particular. A micro-história tem sido infeliz porque sugere que estudemos coisas pequenas. Mas não, estudamos coisas grandes com o microscópio. Buscamos saber quantas coisas importantes acontecem quando aparentemente não acontece nada; essa é uma citação do meu livro. Partimos do particular; o particular pode ser um quadro de Piero Della Francesca, livro de Ginzburg (2010), e Galileu, um livro de Pietro Redondi (1991). Não coisas pequenas, mas observadas com o microscópio, ver coisas que não são imediatamente evidentes. Saímos, então, de um particular. Trabalhamos para buscar perguntas gerais que valham para as situações das quais saímos, porém que possam valer em outras situações como perguntas, não como respostas, voltando na sequência aos particulares. Mas somente no sentido de que os particulares são infinitos.

O geral é que tem relevância. Dou um exemplo um pouco cômico, mas que me parece ser útil para compreender essa questão. Freud estudou alguns casos de pessoas neuróticas, identificando uma relevância geral, que é o complexo de Édipo. Porém, cada um tem o seu complexo de Édipo. Essa é nossa profissão: preservar o local, estudar o local, apenas porque nos interessam as perguntas gerais. Outro exemplo: meu livro foi traduzido na China. Porque uma história tão local pode interessar aos chineses? Porque colocava perguntas gerais que tinham contestações locais. A ninguém interessava personagens como Chiesa e Menochio. O interesse é no geral, nas perguntas gerais que têm contestações locais diferentes. E tudo isso é acompanhado de uma narração. Inventei ontem uma fórmula para a história.



A história local parte do particular, tem uma narração e termina no particular, porém com dois riscos grandes: que esse particular não pretende conclusões ou que esse particular pretende conclusões gerais. Não é papel do historiador dar conclusões gerais; nosso papel é colocar em evidência diferenças. Por exemplo, Marc Bloch (2002) dizia uma coisa importante em seu ensaio sobre a comparação. Devemos comparar para encontrar diferenças e não para encontrar semelhanças. Dou um exemplo banal: todos os fascismos são fascismos, mas isto não é interessante. O interessante é que todos os fascismos são diferentes. Mas a pergunta geral é: o que é o fascismo? Não é dizer que Salazar é igual a Hitler e igual a Franco, mas é dizer que os fascismos são diferentes. Uma nota sobre isso.

Hoje, um dos inimigos da historiografia é a *mass media* porque têm uma tecnologia diferente. O problema da televisão quando faz história é simplificar – é a rapidez e a simplificação. Nós, historiadores, trabalhamos quatro ou cinco anos sobre um tema, escrevemos um livrinho de 200 páginas, que 30 pessoas leem. O que buscamos? Buscamos a complexidade e não a simplificação. A televisão tem sugerido e criado um sentido comum historiográfico afirmando, por exemplo, que Hitler é como Stalin: totalitários, maldosos, massacradores, etc. Este, porém, não é o papel dos historiadores. Sim, Hitler e Stalin são maldosos, massacradores, totalitários, mas são diferentes. Nosso problema é a complexidade, a diferença e não a igualdade dos fenômenos. Isto é a micro-história.

* * *

A história cultural é um dos grandes perigos da historiografia brasileira e mundial. Eu penso que a história cultural é a ideia de que se pode inventar um campo delimitado da ciência histórica. A história cultural está toda fechada em seu campo de investigação. Os produtos são os congressos de história cultural brasileira. Em dois congressos, eu fiz a abertura e, com muita vergonha, falei mal da história cultural. Lendo os sumários dos congressos, percebo que é uma tragédia, pois vemos que as coisas são estudadas separa-

das dos contextos. É voltar a uma história das ideias que tem um elemento politicamente criminal, que é a ideia de que somente os que têm cabeça merecem ser objeto de história cultural. É verdade que há história das mulheres, porém, ao final, nos colóquios esses estudiosos dizem que estudam especialmente as pessoas que pensam.

Esta é outra definição fundamental de micro-história: o equilíbrio. Devemos sair dos documentos, pensando que eles não são os únicos instrumentos do historiador. Os documentos são, por definição, mentirosos. No sentido de que a produção dos documentos é parcial, os registros documentais que deixamos sobre nós são miseráveis. Não se pode imaginar escrever a história a partir dos fragmentos que deixamos porque há emoções, sentimentos, incertezas e esperanças que não são documentadas. Os documentos se criam somente em situações de decisão e ação. Porém, somos feitos de indecisão e inações em 90% das vezes! Os documentos são socialmente determinados, os ricos produzem mais documentos que os pobres, os homens mais que as mulheres, os brancos mais que os indígenas.

Enquanto historiador, nosso papel não é o de dizer que uns não deixaram registros documentais. Nosso problema é o de criar o equilíbrio, colocando todos como participantes da história, e devemos ser, nesse sentido, inimigos dos documentos. Os documentos são necessários, mas são inimigos. O problema fundamental da micro-história, nesse sentido, é dizer que qualquer fragmento pode sugerir coisas se o olharmos com o microscópio. Isso permite reequilibrar, trazer à luz o que não aparecia antes porque estava escondido por dentro dos fragmentos documentários falsos que temos. Essa é a primeira parte da minha argumentação.

Ao final, talvez fosse melhor chamar a micro-história não de micro-história, mas chamá-la de história *mirada* com o microscópio. Todos fazem micro-história, exceto aqueles que fazem história global. Em minha opinião, a história global é particularmente trágica, porque elimina as diferenças.

Global _____ Global

Global é o ponto de partida, e o global é o ponto de chegada, uma generalização. É um modelo geral que não explica nada, não explica as diferenças. Sugere um sistema que não fala, não nos diz nada, ou diz uma coisa que já sabíamos, que os mais poderosos dominam os menos poderosos. Mas o problema são as diferenças de domínio, mas isso não gera nenhuma curiosidade. Com isso termino de falar sobre isso.

Não sou um historiador da imigração, mas há algo que não foi estudado na história da imigração que seria necessário, que é o problema do equilíbrio. Falo como membro da corporação dos historiadores. Em geral, estudamos o que ocorreu sem pensar naquilo que não ocorreu. Por exemplo, se estudamos o movimento operário, estudamos os operários que fazem greve. Isso nos fascina mais. Mas e os operários da mesma fábrica que não fazem greve? O que sabemos deles? O problema é que estudar somente os grevistas não explica nada. Devemos explicar as duas posições, equilibrar as duas perspectivas, os que não atuam como aqueles que atuam. Um antropólogo que estudou uma mina da Rodésia² percebeu que a metade dos mineiros fazia greve e a outra metade não fazia. Estudando os dois, reconstruiu o mundo relacional local das duas partes, explicando muito mais. O mesmo me parece que fazemos quando estudamos imigração.

Devemos estudar o que ocorreu no mundo camponês de saída dos emigrantes; isso me parece ser muito importante.

Quando estudamos as causas da partida, percebemos que não eram os miseráveis trabalhadores sem terra que emigravam. Antes emigravam os trabalhadores com pequenas terras, mercantilizados muitas vezes, com culturas especializadas, que no momento da queda dos preços, ao princípio dos anos 70, saíram do mercado, porém necessitavam do mercado para vender e também para comer. Mas essa é uma explicação geral. Porém, há um tema fundamental sobre isso que foi negligenciado, que é: o que ocorreu com a família, o que a separou, na Itália ou na Alemanha? Pensamos que emigraram alguns, um ou dois, e, somente num segundo momento, a família. Mas no princípio emigram apenas alguns indivíduos, mas o que os separou?

Esse é um tema fundamental. Por quê? Porque nem todos podiam emigrar. O problema da emigração é determinado pela estrutura familiar. Por isso, sugiro um primeiro exercício de micro-história sobre isso. Esse modelo fui eu quem inventou, mas está baseado sobre a ideia de economia camponesa de Chayanov.³ O que diz Chayanov: diz que a estrutura familiar camponesa é baseada sobre a relação entre consumo e trabalho. Se os consu-

² Localizada na África do Sul, a Rodésia foi considerada um estado sucessor da ex-colônia britânica da Rodésia do Sul.

³ Alexander Chayanov (1888-1937), economista e teórico russo que estudou as leis econômicas capitalistas no mundo agrário.

midores são poucos, os trabalhadores da família podem mantê-los. Então, em cada família – modelo completamente abstrato – existe uma paridade entre consumidores e trabalhadores, um homem e uma mulher que não têm filhos. No primeiro ano do seu casamento, a relação é de equilíbrio entre consumo e trabalho. Mas, com o nascimento do primeiro filho, aumenta o consumo, mas não o trabalho; depois nasce outro. Logo, a trajetória da família camponesa é marcada sempre mais pela dificuldade de equilibrar consumo e trabalho, piorando continuamente até que o primeiro filho, que tem 12 ou 14 anos, entra no mundo do trabalho. É neste momento que as famílias camponesas devem encontrar um sistema para conseguir manter sua propriedade e atividade agrícola, aumentando o número de trabalhadores recorrendo aos parentes, compadres ou assalariados para garantir um equilíbrio.

Agora, o que significa isso? Significa que uma família camponesa, quando decide apoiar a emigração de um dos membros, deve fazer esse cálculo. As migrações individuais ocorrem no momento em que a relação consumo e trabalho é favorável. A família pode suportar, então, um aumento de consumidores sem chegar a um ponto grave. Esse é o primeiro exercício de micro-história. Devemos estudar o que ocorreu no mundo camponês de saída dos emigrantes; isso me parece ser muito importante.

Agora um segundo exemplo que se resume em esperar a morte dos pais. Imaginemos um povoado camponês – que pode ser do Antigo Regime ou também do século XIX – no qual os velhos têm a propriedade da terra. O que fazer com a grande quantidade de filhos? Alguns dos filhos vão trabalhar nas cidades. As cidades do século XIX, no norte da Itália, eram como pulmões. A cada ano, por oito meses, chegavam pessoas que atuavam como sapateiros, alfaiates e pedreiros. Em uma cidade como Turim, de 80 mil habitantes, a cada ano entravam e saíam 10 mil pessoas. Saíam para trabalhar nas terras dos pais, mas também para exercer outros trabalhos. Não se pode definir uma pessoa pela sua profissão, pois tinha uma dupla ocupação: alfaiates, sapateiros e pedreiros que eram camponeses e esperavam a morte dos pais. Enquanto aguardavam, alguns ficavam nas cidades, ali morrendo, mas, ao final, sobrava uma quantidade considerável de filhos que podia substituir os pais. As mulheres faziam trabalho doméstico e trabalhavam no arroz, pois em todo o norte da Itália havia as *mondine*⁴ – que se vê num famoso filme, *Riso Amaro*.⁵ Os que migravam para realizar trabalho nas cidades ti-

⁴ Mulheres camponesas que trabalhavam determinada parte do ano na cultura do arroz.

⁵ O filme italiano *Arroz Amargo*, do diretor Giuseppe De Santis, estreou em 1949.

nham entre 15 e 35 anos, não mais velhos que isso. Muitos emigrantes esperavam voltar para suas comunidades. E essa espera em relação ao retorno criava muitas implicações, das quais encontramos algumas nas correspondências dos emigrantes. Essa é uma ideia que se encontra no modelo de Chayanov (1974). Devemos estudar o lugar de saída do qual partem os emigrantes.

Um terceiro modelo: trata-se da ideia muito útil de um antropólogo inglês que trabalha sobre a emigração do campo para as cidades nigerianas. Afirma que os jovens que imigravam para as cidades tinham um procedimento familiar que implicava reconstruir relações que eram sobrepostas à família de origem. Quando chegavam à cidade, os jovens procuravam uma senhora mais velha que lhes desse algo de comer, alguém que fosse um bom representante do pai, amigos que fossem como os irmãos, recriando uma sociabilidade semelhante à originária. No caso, pode-se reconstruir a rede relacional dos emigrados com a eleição de uma estrutura familiar semelhante àquela existente nos locais de saída. Esses três exemplos me parecem essenciais.

Não é verdade que toda a agricultura alemã ou italiana fosse miserável, pois existia um excesso de população, mas, especialmente, havia uma falta de capacidade de enfrentaras modificações mercantis. Porém, funcionou com os sistemas que expliquei anteriormente. Os economistas, depois da Segunda Guerra Mundial, estudaram os modelos de economia dual – México, Espanha Itália e muitos países latino-americanos –, pensando que existiam as mesmas lógicas econômicas. Porém, existe uma lógica de economia de uso que é diferente de uma economia mercantil. Antes de romper a lógica não mercantil de uma economia campesina, ocorrem muitas coisas diferentes. Isso me parece ser um estímulo à historiografia da emigração.

Pensamos no que ocorre nesse momento no Mediterrâneo: dentre as pessoas que procuraram emigrar da África para a Europa morreram, nos últimos anos, 25 mil. E isso ocorreu na porção de mar que existe no norte da África. Essas mortes têm uma extraordinária dramaticidade, mas não podemos entender esse processo apenas dizendo que eles saem porque existe miséria na África. Devemos estudar a África, não os mortos, mas estudar os mecanismos que produzem essa tragédia, uma tragédia imensa. Essa é minha opinião sobre a história da emigração.

O papel da história hoje⁶

Vou tentar responder duas perguntas que me fizeram ontem: a primeira é sobre a prosopografia, e outra sobre identidade. Perguntaram-me em que sentido você fala de renovação dos métodos. Fiz um elenco no qual se encontra a prosopografia. Eu, realmente, não sei se a prosopografia é nova, mas, e especialmente, se ela efetivamente serve. Trabalhamos muitos sobre elites e grupos de pessoas. Lembro que um historiador chileno, Marcello Carmagnani (1996), utilizou o dicionário biográfico dos chilenos para fazer análises sobre a homogeneidade dos grupos políticos e sociais. Porém, a prosopografia tem um defeito fundamental: ela deve contar histórias diferentes se forem comparadas; se não, corre o risco de buscar tipologias e homogeneidades. Isso empobrece a história. É justo pensar que se pode fazer prosopografia, mas a ideia de que devemos unificar as pessoas, os grupos sociais, é muito perigosa, porque homogeneiza os grupos.

Dou um exemplo: Daniel Roche, um bom historiador francês do *Collège de France*, fez uma biografia de Jacques-Louis Ménétra, que era um vidraceiro parisiense que viveu no Antigo Regime (ROCHE, 1992). Ménétra deixou um diário que é magnífico, pois em suas páginas conta sua vida de artesão vidraceiro. Mas é uma vida que não tem nada de típico. Roche publicou as 500 páginas do diário de Ménétra com uma introdução na qual, *grosso modo*, dizia muitas coisas sobre generalidades. Buscou, assim, demonstrar o vidraceiro típico. Desse modo, Daniel Roche tirou tudo o que era específico de Ménétra, apresentando o trabalhador, nômade, típico da França do final do século XVIII e princípio do século XIX. Isto é um desastre, pois a singularidade de Ménétra desaparecia, passando a ser somente alguém que sugeria não temas gerais, mas temas banais: era um vidraceiro típico.

Muitas vezes, ao se utilizar a prosopografia, corre-se o risco de reduzir, simplificar e construir tipologias. O que é importante, pelo contrário, é preservar a complexidade, porque nenhum de nós é igual, somos todos diferentes. Esse é o problema fundamental dos historiadores. Mas porque Roche procurou encontrar o indivíduo típico? Porque passou um grande período sendo influenciado por antropólogos, por exemplo, Radcliffe-Brown. Este dizia que o selvagem singular que estudamos não interessa, o que interessa é o típico. E, no fundo, esta é um pouco a ideia de Fernand Braudel: o indivi-

⁶ Aula ministrada por Giovanni Levi no dia 30 de outubro de 2014, em um minicurso promovido pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria. A transcrição da aula foi realizada pela professora Máira Vendrame.

dual, o eventual, o acidental não é interessante. Nesse sentido, a prosopografia tem uma doença estrutural-funcionalista. Mas isso não significa que não devamos estudar grupos; na verdade, esses grupos têm que produzir um conjunto de possibilidades. Não podemos dizer, citando Tiago Gil (2009), que todos os tropeiros são iguais. O que nos interessa são as grandes diferenças ou os modos de tropeirismos. Nesse sentido, pode-se dizer que o importante de se analisar é o âmbito, a dimensão e a área na qual existem os tropeiros, e não apenas dizer isto é tropeirismo. *É papel do historiador encontrar temas gerais, porém preservando as individualidades.* Esta discussão se assemelha um pouco ao tema da identidade.

Creio que seria interessante estudar como se criam os artifícios, e não como se criam as identidades.

A identidade não existe, nenhum indivíduo é igual a outro. Somos historiadores, mas não somos iguais; por isso, se alguém fala na identidade dos historiadores, tira todas as nossas características. Este não é o papel das ciências sociais devemos encontrar complexidades, diferenças, etc. É um tema fundamental para quem estuda identidades. A identidade italiana no Rio Grande do Sul não existe, é uma mescla de loucuras. O problema é que não é a mesma loucura, são muitas loucuras diferentes (risos). Se aceitarmos as diferenças, devemos fazer a pergunta: Porque alguém faz referência à identidade? Um motivo é para discriminar o outro. Outra pergunta: porque fazer parte de uma identidade? Ela serve para nos diferenciar de outros, dizendo que somos diferentes, por exemplo, dos senegaleses emigrados, servos emigrados, meridionais emigrados, etc. Essa é a primeira causa de porque se fala de identidade. Nesse sentido, a identidade denuncia sua enfermidade: é um instrumento artificial que produz efeitos negativos, com consequências políticas desastrosas.

É muito interessante estudarmos as identidades, mas como artifícios que servem e que produzem esta contínua afirmação da identidade. Produzem coisas positivas, porque nos identificamos com os outros por diferenças, mas produzem também efeitos negativos que, especialmente, não têm nada a ver com a identidade. Uma das características identitárias dos italianos imigrados para o Brasil é que possuíam uma importante capacidade adaptativa. A identidade italiana se transformou, e isso é interessante do ponto de vista antropológico, mas não é identidade, é um artifício que serve para várias coisas positivas, psicológicas, imediatistas, políticas, etc. Creio que seria in-

interessante estudar como se criaram os artificios, e não como surgiram as identidades. Ao contrário, muitas das teses que se fazem são sobre as identidades que, na verdade, não existem.

Um exemplo: eu sou judeu, e por algumas razões estou muito contente com minha identidade judaica; por outras sou contra. Não sou favorável à crença em Deus; na verdade, sou contrário. Então, onde está minha identidade? Está no fato de que tem algumas vantagens de ser a minoria. A minoria é sempre boa. Mas como se organiza a identidade judaica? Quem é capaz de definir a identidade judaica? Todos me pedem uma definição de identidade judaica, mas eu não sou capaz de dar: eu não creio em Deus, não frequento a Sinagoga e não me casei com uma judia, mas me considero judeu. Portanto, minha resposta é: acredito que existe uma interessante tradição, que é uma religião que permite não crer em Deus, que efetivamente é de minoria.

As democracias se construíram sobre as minorias e não sobre as maiores. Penso que as maiorias são perigosas. São as minorias que reivindicam sua liberdade e uma relação igualitária, e são elas que determinam a democracia. A democracia é o respeito das minorias, não é o triunfo da maioria. Essa é uma ideia que me parece boa no judaísmo; já outras coisas são negativas, porém, pertencem à identidade judaica. Agora, se vocês encontrarem outro judeu, ele dirá outras coisas, porque a identidade é uma invenção, um instrumento, uma construção artificial, e seria muito interessante estudar essas questões.

Pergunta: Professor, gostaria de saber quais as suas considerações sobre o excepcional normal, se você concorda com a afirmação de Eduardo Grendi que superestimou a ideia do excepcional normal?

Levi: Eduardo Grendi quis dizer que não se pode imaginar que exista o normal e o excepcional. Todos são singulares. O normal e o excepcional não existem, eles são os limites do abstrato entre os quais os outros vivem. Parece um paradoxo, mas tem um significado: entre dois extremos inexistentes existe uma realidade, isto é o excepcional-normal.

Comentário: Professor Levi, me parece que Eduardo Grendi faz muito mais referência ao documento excepcional-normal.

Levi: Os historiadores que trabalham com documentos normais, ou que pensam serem normais, fazem anacronismos, pois leem documentos de 1600 e acreditam que os entendem; então, há algo que não se encaixa. Um dia, quando encontra um documento que não entende, diz: este é um do-

cumento excepcional. Isso evita anacronismos. Frente ao documento excepcional, devemos explicar algo que não é automaticamente entendido com nosso cérebro de hoje. Este é o caso de Menochio e Chiesa. São documentos que te deixam de boca aberta por meses e, talvez, anos. São documentos que te suscitam perguntas: porque tantos camponeses seguiam Chiesa? Isto evita que expliquemos com nosso cérebro de hoje, e também impede a compreensão imediata. Estes são os documentos bons. Outros são muito perigosos, pois são demasiado compreensíveis, já que não enganam ao serem imediatamente compreendidos. Pensemos na excepcionalidade de Dom Quixote, de Miguel de Cervantes.

O documento é excepcional se não o compreendemos rapidamente, porque temos que entender os motivos das loucuras e das maravilhas, que rapidamente fornecem uma quantidade de perguntas e sugestões. Dom Quixote e a Divina Comédia – com a apresentação do inferno e do paraíso – são documentos excepcionais, uma vez que não se entende se o lermos com o cérebro de uma pessoa de hoje. Logo, nos questionamos: mas como uma pessoa inteligente acredita no inferno? Certamente, alguns eram estúpidos. Porém, é o documento excepcional que temos que procurar compreender, e não o nosso cérebro.

Pergunta: Professor, gostaria de saber qual a sua posição em relação ao trabalho de Spengler, “A Decadência do Ocidente”⁷?

Levi: As interpretações gerais não servem para nada, não servem para nossa vida política cotidiana. O que se faz frente ao fim da história, ao sistema mundial de centro e periferia ou à crise do Ocidente, são todas as coisas que têm efeito e êxito, mas estavam longe das minhas fantasias. Eu, francamente, não conseguia ver essas coisas, e é algo que não serve para nada. Eu penso que uma das relações importantes que os historiadores devem fazer é com a vida prática. Os problemas históricos devem estar relacionados com nossa vida de todos os dias.

Pergunta: Professor, voltando à questão do excepcional-normal, um documento normal pode ser lido de forma excepcional? Se sim, de que forma?

⁷ Nas primeiras décadas do século XX, o matemático, filósofo e historiador Oswald Spengler escreveu a obra “A Decadência do Ocidente” (*Der Untergang des Abendlandes*) – 1918-1922. A tradução no Brasil do livro de Spengler é de 1973.

Levi: Bom, quase todos os documentos são excepcionais. O problema é que o historiador deve se dar conta da sua excepcionalidade. Devemos ler as linhas em branco e não as linhas escritas. As linhas escritas são normais, banais e não excepcionais. São as linhas em branco que temos que ler, e não apenas apresentar o que o documento diz. Todos os documentos podem ser excepcionais, porém existem alguns documentos que nos paralisam, ou seja, que fazem você dizer: isto eu realmente não entendo. Isto me parece um bom estímulo à investigação. Esta manhã, lendo a tese de Tiago Gil, percebi algo curioso, que é o fato de que os indivíduos devedores também eram os credores, concentrando, nesse sentido, os dois papéis. Havia senhores que tinham muitos créditos e, ao mesmo tempo, muitos débitos no final do século XVIII, conforme constatou Gil em seu estudo (GIL, 2009). Para mim isto parecia ser excepcional, pois eu pensava que os devedores estavam num lado e os credores no outro. Então, repensamos o débito e crédito juntos; se o indivíduo tem em sua contabilidade tantos créditos como débitos, essa compreensão muda a leitura das relações clientelares e de outras tantas coisas. Portanto, são os documentos que sugerem coisas, que nos obrigam a utilizar o cérebro para além do que está escrito, sendo eles apenas aparentemente normais.

Pergunta: Numa das tantas entrevistas que o senhor deu para uma revista espanhola de psiquiatria dos anos 90,⁸ você disse: “Nos anos 70, pensávamos que era interessante para os historiadores sociais discutir algumas certezas da esquerda, sobretudo, as certezas mais estruturais e funcionalistas que viam correspondências mecânicas e automáticas na ação das pessoas e criavam categorias muito homogêneas e automaticamente atuantes”. Qual é a sua leitura hoje, o que pode interessar ou ser frutífero para os historiadores?

Levi: Quando inventamos a micro-história, pensávamos que devíamos combater as interpretações funcionalistas, positivistas e marxistas do final dos anos 70 e anos 80. Depois da queda do Muro de Berlim, então, surgiu uma grande confusão: que todos os problemas que antes podiam ser resolvidos não funcionavam mais nas leituras sociais da esquerda, desse modo, a esquerda desapareceu. Depois de 1989, a nossa pergunta era: onde estão hoje as solidariedades? Antes, era claro que dizíamos que as solidariedades são mais complicadas, não existem. As solidariedades haviam desaparecido da sociedade, e as crises dos últimos 25 anos têm sido fatais para isso. Eu, por um período,

⁸ “Entrevista com Giovanni Levi” publicada na *Revista de la Asociación Española de Neuropsiquiatría*, em 1999.

pensei que a micro-história teria sido profética e havia chegado ao fim, porque o problema não era de construir falsas solidariedades, mas o de reconstruir solidariedades. Continuo a pensar um pouco nesse sentido. Hoje o problema é ver como se pode observar a reconstrução das solidariedades, o que me parece ser interessante. Dou um exemplo disso: a democracia não é mais um modelo. Até os anos 90 se pensava que a democracia era um modelo porque havia uma participação popular e desenvolvimento econômico. Depois, paulatinamente, o que ocorreu é que o desenvolvimento se separou das democracias. Quem se desenvolvia era a China, e não a Europa, ao mesmo tempo em que os governos democráticos começaram a inventar sistemas antidemocráticos. Nesse sentido, começou a ser mais importante a governabilidade do que a representatividade. Um exemplo: a reforma que começaram a fazer na Espanha neste mês [outubro]. O partido que tem a maioria de votos não tem a maioria absoluta, tem 18% e possui maior representação na administração pública. Temos muitos partidos, mas vence o que tem um voto a mais. É a verdadeira degeneração democrática. Isto é um produto dos últimos 25 anos, e paulatinamente os modelos democráticos se degeneram bem como as democracias. Hoje, existem modelos que são diferentes, as pessoas se sentem melhor representadas por sistemas autoritários – como a China e a Venezuela de Hugo Chaves – que, progressivamente, fazem redistribuição e se desenvolvem. Então, concomitantemente, as pessoas demandam uma autoridade que conceda um pouco de liberdade e, especialmente, um pouco de consumo. Desse modo, surgem os modelos frente à crise das democracias. Eu creio que os questionamentos que devemos fazer são estes: como funcionam os fracassos das democracias? Ou ainda, como as democracias estão perdendo sua capacidade de serem modelos? E qual seria o papel da micro-história? Acho que isso fica a cargo dos futuros historiadores, quando eu já estarei tranquilo no cemitério [risos]. Porém, parece-me que o lugar para pensar essa questão é o trágico conflito entre governabilidade como tecnologia em relação à representatividade como democracia. Eu sou favorável à democracia, mas existe esta crise. Talvez eu esteja usando palavras exageradas para querer ser simples.

Pergunta: Professor Giovanni Levi, em seu texto “I pericoli del geertismo”, publicado no *Quaderni Storici* (LEVI, 1985) e traduzido no Brasil por Henrique Espada Lima (1999)⁹, o senhor afirma: “Como procurarei mostrar,

⁹ Tradução realizada por Henrique Espada Lima (1999) foi publicada na revista de História Social da Universidade de Campinas.

o trabalho de Darnton (1986) é, em muitos aspectos, a síntese extrema de um certo modo de imaginar a antropologia de Geertz: talvez porque é a transposição mecânica para a história dos problemas nascidos na antropologia, na relação desta com interlocutores vivos. E não podemos evitar perguntar se os franceses da Idade Moderna que Darnton estuda não são, em certos aspectos, interlocutores em piores condições de reagir do que os marroquinos e os indonésios de Geertz”. Passados 30 anos deste texto, o que você tem a dizer sobre ele?

Levi: (Risos) Eu passei um ano com Geertz, que é um homem maravilhoso, éramos muito amigos. Os perigos do geertzismo não são os perigos de Geertz, são os perigos do geertzismo. Robert Darnton, certamente, é um grande historiador, porém escreveu um livro perigoso, em um período da história da humanidade no qual, nos Estados Unidos, quase todos os livros de historiadores socioculturais começavam com uma referência a Geertz. Para Darnton, o fato dos operários de uma tipografia matarem os três gatos do dono da tipografia explica o conflito social, o conflito de classe e a não possibilidade de um conflito aberto. Darnton dá uma super interpretação para o episódio chamado de “O Grande Massacre dos Gatos”. O trabalho de Darnton me parece ser um bom exemplo para criticar a “epidemia glacial” vivida naquele momento de elaboração do texto que não tinha nada a ver com Geertz, uma vez que esse foi citado apenas no início do estudo. A obra “O Grande Massacre dos Gatos” foi traduzida em vários países; no entanto, este trabalho tem problemas, especialmente ligados ao momento em que escreveu seu trabalho: a ideia de que há algumas realidades sociais que produzem a mesma reação em um público socialmente diferenciado. Portanto, o estudo passa a impressão de que devemos observar o caráter significativo e simbólico, como se todos os grupos reagissem do mesmo modo frente a um ato simbólico. Eu creio que esse seja o defeito, a ideia de conferir uma interpretação única para a pluralidade de efeitos que tem um ato simbólico. Porque isso é a parte fascinante, os símbolos falam de muitos discursos diferentes. Não se pode perder essa pluralidade de significados dos símbolos. Dou o exemplo da Imaculada Conceição: alguns sabem o que significa a Imaculada Conceição, outros não. São dois discursos, e muitos pensam que é a concepção de Jesus e outros sabem que é a concepção da virgem imaculada. Portanto, é evidente que os símbolos têm ritmos diferentes e que permitem comunicar para muitos. Isto é fundamental para os historiadores, entender a grande capacidade do equívoco dos discursos. É um pouco o que disse Bloch (2002) quando escreveu sobre o efeito das falsas notícias de guerra; uma falsa notícia tem efeitos variados apesar de serem falsos.

Pergunta: Gostaria que o senhor falasse da sua ligação com as ideias de Frederik Barth. Em sua opinião, ainda hoje é interessante um diálogo com as ideias de Barth?

Levi: Barth é um grande personagem, eu o encontrei apenas duas vezes na minha vida, é um homem muito simpático. O que diz Frederik Barth de importante em relação ao livro de Geertz (2008) sobre Bali: “Fui a Bali dez anos depois de Geertz e não encontrei nada do que havia falado, não existiam as regras, normas e comportamentos. Talvez, em dez anos, tenha tudo mudado, porém, para Barth existia algo que não funcionava nisso tudo. Logo, afirmou que talvez o erro estivesse no fato de querer buscar normas, pois essas não existem. As normas possuem infinitas fórmulas de aceitação, refutação, aplicação, etc. Então, nosso papel é de identificar relevâncias, não regras, e depois permitir que as pessoas se movam no interior dos modelos e das possibilidades. Isto me parece ser a contribuição fundamental de Barth, sendo uma crítica à antropologia interpretativa. Que erros cometeram antropólogos como Geertz? Ou qual é o defeito de Geertz? Ele estuda momentos de solidariedade entre grupos sociais diferentes sem considerar que os símbolos para os homens têm significados diferentes. A batalha dos galos é analisada como se produzisse efeitos simbólicos iguais entre os indivíduos. Isso não se pode fazer se estudamos os torcedores do Flamengo, pois não são homogêneos. Devemos estudar as pessoas por dentro. Certamente, existem solidariedades interclassistas, e a pergunta que devemos fazer é o porquê disso. Temos que estudar melhor o significado diferencial dos símbolos, ou seja, o significado variado dos símbolos sociais. Ao contrário disso, Geertz unifica pouco, porém não totalmente. Pensemos no que ocorreu o ano passado na Tunísia. Parecia uma revolução totalmente solidária, no entanto, por dentro havia muçumanos fanáticos, jovens ateus de esquerda, havia de tudo. Existe um momento de unificação; desse modo, se não olharmos por dentro, falaremos da revolução na Tunísia com as terríveis consequências que não vimos na Tunísia afortunadamente, mas que vimos na Líbia, Egito, etc. Porque não era a revolução onde todos estavam de acordo, mas sim a revolução em que todos estavam em desacordo, porém unificados num momento. Se não há mais perguntas concluimos.

Referências

- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- CARMAGNANI, Marcello. *Estado y Sociedad en América Latina*. México: Ed. Fondo de Cultura Económica, 1996.
- CHAYANOV, Alexander. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.
- DARNTON, Robert. *O Grande Massacre de Gatos: e outros episódios da história cultural francesa*. São Paulo: Graal, 1986.
- “Entrevista com Giovanni Levi”. In: *Revista de la Asociación Española de Neuropsiquiatría*. Vol. 19, n. 71, 1999, p. 483-499.
- ESPADA LIMA, Henrique. “Os perigos do Geertzismo – Giovanni Levi”. In: *História Social*. Campinas – SP. N° 6, 1999, p. 137-146.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GINZBURG, Carlo. *Investigando Piero: o batismo, o ciclo de Arezzo, a flagelação de Urbino*. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Cosa Naify, 2010.
- GIL, Tiago Luís. *Coisas do caminho: tropeiros e seus negócios do Viamão à Sorocaba (1780-1810)*. Tese de Doutorado, UFRJ, 2009.
- LEVI, Giovanni. “I pericoli del geertzismo”. *Quaderni Storici*, 58, ano XX, n. 1, abril 1985. p. 269-277.
- ROCHE, Daniel (a cura di). *Così parlò Ménétra*. Diario di un vetraio del XVIII secolo. Itália: Garzanti Libri, Colezione Storica, 1992.
- REDONDI, Pietro. *Galileu Herético*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- SPENGLER, Oswald. *A decadência do Ocidente*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

Sobre autores e autoras

Giovanni Levi é professor emérito de História Moderna da *Università Ca'foscari di Venezia*, Itália. Também trabalhou na Universidade de Turin, Viterbo e numerosas universidades estrangeiras (França, Espanha, Argentina, Estados Unidos). Dirigiu a coleção *Microstorie (Einaudi)* e a revista “*Quaderni storici*”. É coordenador do doutorado “Europa, o Mundo Mediterrâneo e sua Projeção Atlântica” do Programa de Estudos Avançados da *Università Pablo de Olavide di Siviglia*. Também é membro do conselho didático do doutorado de História Social Europeia do Medievo à Idade Moderna da *Università Ca'foscari*. Escreveu os livros: “A herança imaterial”, publicado no Brasil em 2001 pela Companhia das Letras; *Centro e periferia di uno stato assoluto*, Torino, Rosenberg, 1985. Foi organizador, juntamente com Jean-Claude Schmitt, do livro “História dos Jovens”, publicado pela Companhia das Letras, em 1996. É autor de vários artigos em livros lançados no Brasil. Atualmente, está trabalhando com a história do consumo na época moderna.

Alexandre de Oliveira Karsburg é doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Autor de dois livros: “O Eremita das Américas” (2014) e “Sobre as ruínas da velha matriz” (2007), ambos publicados pela editora da Universidade Federal de Santa Maria. Possui graduação em História Licenciatura Plena pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM (2004) e Mestrado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS (2007). Participa do grupo de investigação sobre o movimento do Contestado, projeto vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista FAPERGS/CAPES de Pós-Doutorado, atua no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas.

Nikelen Acosta Witter é graduada em História pela Universidade Federal de Santa Maria (1997), tem mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1999) e doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (2007). Atualmente é professora do Centro Universitário Franciscano – UNIFRA (Santa Maria, RS). Possui experiência na área de História Contemporânea, com ênfase no século XIX. Suas pesquisas de mestrado e doutorado centraram-se em História da Saúde

e das Práticas de Cura. Atualmente, ainda trabalhando no campo da história cultural, dedica-se a investigações sobre História da Leitura. Ministra cursos sobre História da Alimentação, História do Vestuário e questões que envolvam Gênero e a História das Mulheres.

Paulo Moreira é professor adjunto da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – Nível 2. Atual vice-presidente do Núcleo RS da Associação Nacional de História. Possui graduação em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, mestrado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1993), doutorado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2001) e pós-doutoramento na Universidade Federal Fluminense. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Colônia e Império, atuando principalmente nos seguintes temas: História da escravidão e do negro; História social dos movimentos populares; Patrimônio histórico documental; Identidade étnica; Abordagens de fontes documentais; História urbana no século XIX; Raízes e presença africana na América Latina; associativismo negro; saúde e doença.

Luiz Augusto Farinatti é professor do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Possui doutorado em história social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestrado em história do Brasil pela PUCRS e graduação em História e em Direito pela UFSM. Desenvolve pesquisas sobre a História do Brasil do século XIX, atuando principalmente nos seguintes temas: história agrária, hierarquias sociais, história da família, fronteira e construção do Estado no Brasil.

Jonas Moreira Vargas é graduado (2004) em História. Possui Mestrado em história pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2007) e Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2013). Foi professor substituto do Departamento de História da UFSM (2007-2009) e realizou estágio doutoral no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (2012). Possui experiência na área de História econômica e História social da política com ênfase no estudo das elites brasileiras no século XIX. Atualmente é bolsista PNPd/Capes e Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, dedicando-se ao estudo do processo de construção dos Estados nacionais na América Latina, assim como dos grupos sociais envolvidos em tal processo histórico.

Maíra Ines Vendrame é graduada em História Licenciatura Plena pelo Centro Universitário Franciscano (2004). Mestre pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2007). Doutora em História pela PUCRS (2013), com estágio doutoral na *Università degli Studi di Genova*. Autora do livro “*Lá éramos servos, aqui somos senhores*”: a organização dos imigrantes italianos na ex-Colônia Silveira Martins (1878-1914”, pela editora da UFSM (2007). Atualmente, atua como professora colaboradora no Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), e como bolsista PNPd/CAPES de pós-doutorado.

Syrléa Marques Pereira é professora na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), bolsista FAPERJ. Coordenadora adjunta do Laboratório de Estudos de Imigração na Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com doutorado sanduíche na *Università degli Studi di Napoli – L’Orientale* (Itália). Tem experiência na área de história oral, com ênfase em história da imigração italiana e história das mulheres, atuando principalmente nos seguintes temas: memória, identidades, narrativas orais, fotografias e trajetórias de família.

Antonio de Ruggiero é pesquisador de pós-doutorado e Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS. Doutor pela *Università degli Studi di Firenze*. De 2004 a 2010 desenvolveu, na *Università degli Studi di Firenze*, atividade de pesquisa, orientação e colaboração científico-didática no ensino das disciplinas de História Contemporânea, História do Ressurgimento e História Social da Comunicação. Os seus estudos têm ênfase em história política italiana (séc. XIX e XX) e história social. Nos últimos anos, desenvolveu pesquisas sobre a história da imigração italiana no Brasil com foco particular sobre os aspectos do transnacionalismo; imigração qualificada e empresarial; imigração e urbanização.

Vera Maciel Barroso possui graduação em Ciências Sociais pela PUCRS, graduação em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e mestrado e doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Atualmente é professora adjunta da Faculdade Porto-Alegrense e historiadora do Centro Histórico-Cultural Santa Casa de Porto Alegre, desde 1986. Tem vários trabalhos publicados na área de História, com ênfase em História do Brasil, História do Rio Grande do Sul e Patrimônio Histórico. É membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Marcos A. Witt possui graduação (1998) e mestrado (2001) em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Tem Doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2008). Atualmente é Professor no Programa de Pós-Graduação em História e no curso de Especialização em História do Rio Grande do Sul, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Atua como Coordenador do Núcleo de Estudos Teuto-Brasileiros – NETB, vinculado ao PPG-História – UNISINOS. Coordena o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID, da área de História, desde 2012. É associado ao Instituto Histórico de São Leopoldo e à Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras. É autor do livro *Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas (Imigração alemã – Rio Grande do Sul – século XIX)*. São Leopoldo: Oikos, 2008 e organizador da obra *Fontes litorâneas: escritos sobre o Litoral Norte do Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Oikos, 2012.

